

DO COMUNISMO

V L A D I M I R T I S M Ă Ń E A N U

O DESTINO DE UMA RELIGIÃO POLÍTICA



PENSADORES
CONTEMPORÂNEOS



VIDE EDITORIAL

VLADIMIR TISMĂNEANU

do comunismo

O destino de uma religião política

Tradução de Elpídio Mário Dantas Fonseca

Conferência com o texto romeno:

Cristina Nicoleta Mănescu



VIDE EDITORIAL

ÍNDICE

Capa

Folha de Rosto

Argumento

Do comunismo: uma religião secular

O que foi e o que ainda é o comunismo

O stalinismo no Leste Europeu

O que foi o stalinismo nacional?

O fim do leninismo e o futuro dos valores liberais

As agonias – Pais e filhos: da predestinação, da assunção e da liberdade

A desfiguração da história do século XX

O labirinto da Guerra Civil da Espanha

Ana Pauker e a religião política stalinista

Suicídios na alta nomenklatura comunista: o caso Mirel Costea

O documento n.º 1

O documento n.º 2

O documento n.º 3

As biografias da nomenklatura comunista

Um místico da revolução comunista: Nicolae Ceaușescu entre o internacionalismo e o chauvinismo

Sacralização do Partido, o culto do líder

Ruptura com Moscou?

Como foi possível Ceaușescu? A narrativa da Grande Ilusão Nacional

O tambor da “Época de Ouro”: de Adrian Păunescu

O Bolchevismo gnóstico: Antonio Gramsci e Georg Lukács

Referências

Do antifascismo e anticomunismo como paixões políticas

Totalitarismo e anti-semitismo: de Heda Margolius Kovály (1919-2010)

Folhas verdes e cães perigosos: a vida e os tempos de Eugen Jebeleanu

Isaiah Berlin ou o sentido agudo da realidade

In memoriam Robert C. Tucker: Mentor, modelo, amigo

O fim da ideologia. In memoriam Daniel Bell (1919-2011)

In memoriam Tony Judt: um grande cidadão da República das Letras

Sugestões de leitura

Créditos

Sobre o Autor

ARGUMENTO

Creio que tinha 15 anos quando li, pela primeira vez, *O Manifesto do Partido Comunista*. A irmã de minha mãe, Cristina Luca, de quem falo neste volume, traduzira o livro de Ilya Ehrenburg, *A vida de Gracchus Babeuf*, e tinha na biblioteca a famosa edição Auguste Cornu dos escritos de Marx e Engels. Também Cristina escreveu o posfácio do romance de Galina Serebreakova, *A juventude de Marx*. Mais tarde eu haveria de descobrir que Galina Serebreakova fora a primeira esposa de Grigori Sokolnikov, depois de Pavel Serebreakov. Ambos faziam parte do círculo de amigos próximos de Lênin, eram velhos bolcheviques, foram condenados à morte e executados no tempo do Grande Terror, em processos-espetáculo de Moscou. A própria Serebreakova foi condenada e passou cerca de 15 anos no Gulag. Para o casarão da família Serebreakov fiquei sabendo da biografia escrita por Arkadi Vaksberg - mudou-se Andrei Ianurievici Vishinski, o procurador de Stálin, o que pedira o fuzilamento dos “cães raivosos”. Galina permaneceu fiel ao credo comunista e, segundo sei, atacou virulentamente Soljenitsin. Tínhamos na biblioteca da família uma trilogia de um romancista holandês, creio, Theun de Vries, com o título *Um espectro vagueia pela Europa...*

Eu provinha de uma família de intelectuais revolucionários. Meus pais tinham lutado na Espanha no quadro das Brigadas Internacionais (meu pai como soldado; minha mãe, como enfermeira). Crescera, portanto, com os mitos da esquerda comunista como lendas de meu meio de formação. Eu as absorvera, cria nelas. Veio então a Primavera de Praga, fiquei entusiasmado, como tantos outros, pela promessa de “um socialismo com face humana”, pela idéia de que o totalitarismo não é eterno, que pode existir liberdade e mesmo num regime como o da Romênia. Seguiu-se a invasão da Tchecoslováquia, em agosto de 1968, a restauração da ordem paralisante do despotismo ideológico de tipo soviético, a “normalização” imposta pelo império moscovita, as

represálias contra os que tinham apoiado o projeto de Alexander Dubček de democratização, o novo gelo, a auto-imolação do estudante Ian Palach em 1969, o emprego por Nicolae Ceaușescu do perigo (de fato imaginário, de um espantalho nacional) de uma intervenção soviética, para intensificar seu obscuro culto da personalidade, a progressiva fascização do comunismo romeno. Eu já não tinha como crer na ilusão comunista.

As preleções de Raymond Aron e Arthur Koestler, de Hannah Arendt e Boris Souvarine, de George Orwell e Robert Conquest, de Alexander Soljenitsin e Milovan Djilas, de Leszek Kolakowski e Alexandre Zinoviev (esses livros circularam clandestinamente por Bucareste), convenceram-me de que o sistema era doente não apenas no nível de seu funcionamento numa Romênia, que se encontrava no caminho do comunismo dinástico (chamado oficialmente “sociedade socialista multilateralmente desenvolvida”), mas até na sua matriz teórica. Li Rosa Luxemburgo com sua *Crítica à revolução russa*, escrita em 1918 e entendi que não se tratavam de “erros subjetivos”, mas que o bolchevismo foi sempre liberticida, e a liberdade não é senão uma palavra sem sentido se não significa “liberdade daquele que pensa de maneira diversa”. O comunismo achava que fundara o paraíso terrestre, de fato tratava-se de uma religião política (não conhecia ainda este conceito), e uma soteriologia secular, de uma quimera capaz de inspirar, de galvanizar, ao menos em sua primeira fase, paixões incandescentes. No que diz respeito à relação do bolchevismo com o marxismo, é evidentemente uma relação que a esquerda prefere negar ou minimizar. “Lênin foi um marxista russo”, assim deveria começar qualquer preleção honesta acerca do fundador do primeiro estado comunista. Assim como Kolakowski começou sua grande trilogia com as palavras: “Karl Marx foi um filósofo alemão”.

Aos poucos, cheguei a entender que, para citar a fórmula memorável do poeta polonês Aleksander Wat, o comunismo era o inimigo do homem interior. Era de fato uma organização do ressentimento social, uma institucionalização do ódio, da inveja e do rancor histórico. Ulteriormente, defini esta ideologia – porque, antes de encarnar-se como regime político concreto, o comunismo foi e permanece uma doutrina apocalíptico-revolucionária – como axiofóbica (hostil aos valores) e mnemofóbica (visando à ocultação, e mesmo à obliteração, ao aniquilamento da memória).

Essas idéias transformaram-se ainda em convicções principalmente com a escuta das extraordinárias emissões de Monica Lovinescu e de Virgil Ierunca pela Rádio Europa Liberă. Quando no mundo comunista dominavam os lugares comuns estéreis, aqueles dois grandes intelectuais do exílio contrapunham os valores morais e o conhecimento histórico profundo, uma reflexão insistente e sem inibições.

Este livro nasceu como esforço de oferecer um tratamento igualmente teórico e histórico-memorialístico da experiência comunista do século das ideologias radicais e dos campos de concentração. Embora eu tenha escrito numerosos volumes acerca de ideologias e revoluções, este é o primeiro que reúne juntamente textos destinados à iluminação do destino do comunismo como mito político, como religião secular, como fantasma oracular com ambições de explicar a totalidade do mundo e o mistério da vida. Até 1989, este *annus mirabilis*, como inspiradamente o nomeou João Paulo II, o comunismo parecia disfuncional, mas eterno. Com exceção de Andrei Amalrik, nem os mais ousados dissidentes imaginavam que o sistema se desmoronaria em alguns anos. Seguramente, era claro que os membros das castas dominantes tinham perdido o entusiasmo, a alma ideológica, que a economia estava arruinada, que o modelo leninista capotara na competição com o Ocidente democrático. Procurei, em meus escritos e cursos, descobrir o “porquê” desta crise terminal. Exatamente porque, assim como Martin Malia, considero que se tratava de patocracia ideocrática, ou dito de outro modo, de tiranias mitocráticas, coloquei a ênfase na extinção do impulso utópico, o que chamei a miséria da utopia.

As revoluções de 1989, depois o desabamento da URSS em 1991, fecharam um ciclo da turbulenta história européia e mundial pós Revolução Francesa. Três mitos desabaram juntamente com a queda dos regimes leninistas: a infalibilidade, a invencibilidade e a irreversibilidade dos sistemas comunistas. Se os primeiros dois estão incontestavelmente esgotados, o terceiro permanece problemático. O mito da sociedade perfeita, o de um universo social totalmente conciliado consigo, permanece continuamente um projeto, para muitos, sedutor. Não estávamos preparados para viver num mundo do risco e das incertezas. Verdadeiramente, o pós-comunismo foi até 1989 uma utopia, um não pensável. Como disse, houve vozes que previram o final, mas

ninguém tinha uma imagem muito coerente acerca do ritmo da derrocada. Podia-se antecipar, eu mesmo o fiz, e isso é notado pelo professor Timur Kuran num livro importante acerca do que se chamava na política *surprise effects*, podia-se intuir que a erosão ideológica conduziria, no fundo da crise econômica, social e moral, a este desatamento fatal.

O aparecimento de movimentos sindicais livres e o Solidariedade autogovernado na Polônia foi de fato o começo do fim (não podemos desprezar tampouco o papel do papa João Paulo II). Mas mesmo um comentador tão avisado, um historiador tão inteligente quanto Timothy Garton Ash, dizia, em 1985, de um possível e até provável período longo de otomanização dos estados que compunham o Bloco Soviético. Nesta visão, a destotalitarização (desradicalização) destes sistemas tinha de ser uma degenerescência de longa duração. Não sei se podemos falar de uma reversibilidade destas tiranias ideocráticas. Não poderão repetir-se conforme o velho *pattern*, porque a utopia inicial – o mito igualitarista marxista da sociedade sem classes a que se chega por uma revolução cataclísmica, ou seja, pelo “salto do império da necessidade no império da liberdade” ela também está defunta. Mas, como me dizia em novembro de 2010, numa discussão ocorrida em sua casa, próxima de Richmond, do estado da Virgínia, o filósofo brasileiro Olavo de Carvalho, os velhos mitos (a Idade de Ouro, a demonização de tudo o que depende do comércio, do dinheiro, do lucro capitalista, do que Marx chamava “forma mercadoria”) não desapareceram, mas, bem ao contrário, são a substância de que se alimentam as ideologias esquerdistas do Foro de São Paulo.

O messianismo quiliástico secularizado não é o apanágio exclusivo dos marxistas revolucionários. Há também outras forças, outras fórmulas, que se fundamentam no ressentimento social. É o que tinha em vista Kolakowski quando escrevia aquelas páginas preocupadas e melancólicas do epílogo da trilogia acerca das principais correntes do marxismo. Lamentavelmente, os discípulos romenos de Slavoj Žižek não parecem estar a par da admiração deste pensador (com quem tenho numerosos desacordos, mas esta é outra questão) pela obra de Kolakowski. Não condeno ninguém por exaltar os textos de um Alain Badiou acerca da “hipótese comunista”. Quando tinha 20 anos, também lia aterrado o jovem Lukács com sua *Geschichte und*

Klassenbewusstsein,[1] mas a distância entre este último e Badiou, Slavoj Žižek ou Antonio Negri é de anos-luz, do ponto de vista filosófico. Do encontro com Thomas Mann e Georg Lukács nasceu a personagem do jesuíta bolchevique, o fanático iluminado Leo Naphta de *A montanha mágica*. Não prevejo igual sublimação de figuras epígonas como Žižek ou Badiou.

Paro por aqui com este “Argumento”, de outro modo arrisco-me a escrever um novo livro. Agradeço à Editora Humanitas, a Lidia Bodea e a Gabriel Liiceanu pelo apoio generoso e consequente a meus projetos intelectuais. Lidia me pediu repetidas vezes que escrevesse um livro autobiográfico. Fá-lo-ei, mas creio termos aqui os elementos de base para tal obra. Agradecimentos cordiais a Bogdan Cristian Iacob pela paixão e discernimento devido na coordenação deste livro. Gostaria de fazer ainda uma observação final. Compus este volume no espírito da coleção “De”, evitei o jargão terminológico e as referências bibliográficas abundantes. Não é um “tratado acerca do comunismo”, mas um convite a pensarem juntos, o autor e o leitor, no destino das idéias radicais, que Raymond Aron chamou de o ópio dos intelectuais, ou seja, a utopia marxista e, principalmente, nas causas do seu revés histórico.

Vladimir Tismăneanu,
Washington, D. C.
5 de maio de 2011.

¹ História e consciência de classe – NT.

DO COMUNISMO: UMA RELIGIÃO SECULAR[2]

O comunismo foi uma forma de ressentimento. Foi um fundamentalismo político moderno, um engajamento num projeto histórico absoluto. Creio que o volume que surpreende, que capta melhor esta fome de transcendência que está na base da ideologia comunista é *Os demônios*, de Dostoievski. Igualmente, o romance póstumo confiscado pela *Securitate* por tantos decênios, de Dinu Pillat teve como fonte de inspiração *Os demônios. Asteptând ceasul de apoi* [3] (Editora Humanitas, 2010) constitui uma variante dos Bálcãs, mas contra os Balcânicos. Os pregoeiros de Pillat são, como observa Cosmin Ciotloș na revista *România literară*, os legionários, mas são também comunistas.

O totalitarismo comunista, como organização social, política, cultural, econômica é caracterizado por três elementos. Em primeiro lugar, pela recusa à memória. A aversão, a hostilidade diante da memória o faz mnemófobo. Ele age, por todas as suas instituições, para a destruição da memória. Em segundo lugar, é uma organização que procura a destruição dos valores, e, neste sentido, é axiófobo. E, não em último lugar, detesta o espírito, portanto é uma organização de tipo noofóbica. Portanto, o comunismo é mnemofóbico, axiofóbico e noofóbico.

Neste contexto, a memória, assim como nos ensinou também Monica Lovinescu, é uma forma de terapia e, em igual medida, uma forma de profilaxia. O passado foi e é ainda falsificado a olhos vistos. Assim como nos opomos às tendências negacionistas e revisionistas, e merecidamente, fazemos em relação ao Holocausto, é nossa obrigação opormo-nos às tendências negacionistas e revisionistas em relação ao que foi o comunismo. O comunismo fez milhões e milhões de vítimas, o comunismo representou o Mal na história. O mal é uma categoria teológica, é uma categoria moral, mas no

século xx o Mal passa a ser uma categoria política. No século xx talvez seja a primeira vez em que o Mal é institucionalizado politicamente e passa a ser ideologia que inspira experimentos de engenharia social em massa. Não é qualquer tipo de mal, mas um Mal que falsifica o Bem em nome da felicidade universal. Esta experiência histórica foi soberbamente resumida por Leszek Kolakowski na fórmula “o diabo na história”. Esclareço que esta expressão não é pura e simplesmente uma metáfora, ela é a definição sintética da realidade que marcou fundamentalmente a vida de tantos povos. Dito de maneira simples, trata-se de tragédias resultantes das ambições ilimitadas e inconsideradas de forçar o curso da história em nome de uns ideais abstratos destinados a levar a comunidades políticas desenvolvidas, totalmente não contraditórias.

Escrevi muito no curso dos anos acerca do problema das sombras e dos fantasmas, dos espectros. Na verdade, os fantasmas aparecem no meio da madrugada e nos assolam continuamente. Há espectros que olham para o futuro e os que vêm do passado. O espectro que olha para o futuro é, evidentemente, o encarnado nas primeiras linhas do *Manifesto do Partido Comunista*. “Um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo”. Assim começa um dos mais famosos livros da história do pensamento político, que Leszek Kolakowski chamou o mais importante panfleto político já escrito. Um documento que continua a inspirar as energias, as paixões, o fanatismo. Outro espectro é o do fascismo, mas ele vem do passado. O *Manifesto* formulou a substância de uma ideologia cujo escopo principal foi a transformação da sociedade, da economia, da cultura e, não por último, da natureza humana.

O marxismo foi, antes de tudo, um projeto demiúrgico fixado acerca da destruição da sociedade burguesa fundamentada no culto da propriedade privada. Procurou transcender uma sociedade irremediavelmente reificada para preparar as forças sociais revolucionárias para o confronto final que traria consigo “o salto do império da necessidade para o império da liberdade”. Para Marx, a convicção de que a História é governada por leis equivalia ao fato de estas leis poderem ser conhecidas. Em consequência, a sua *Weltanschauung* [4] foi necessariamente científica, não utópica, distinguindo-se assim de qualquer outra forma anterior de socialismo.

Para Marx, a aspiração à revolução tinha o papel de derrubar, de mudar completamente. Tratava-se de uma revolução apocalíptica, um cataclismo. Esta revolução é, segundo escrevia Raymond Aron, mais do que uma explosão social, uma simples substituição de um regime por outro. O escopo é de fato uma completa derrubada dos valores. É uma revolução antropológica e, o que é mais importante, uma renovação da condição humana. A revolução comunista não se ocupa apenas de economia. A ênfase colocada no materialismo é uma que deve mudar mais profundamente a parte das infraestruturas emocionais, sentimentais, psicológicas das necessidades humanas. Por que credes que em regimes comunista se colocava a ênfase no controle sobre o corpo humano? Por que credes que se chegava ao problema da alimentação racional? Ferenc Fehér, Ágnes Heller e György Márkus enfatizaram corretamente que o cerne da existência no comunismo e a essência deste sistema era a ditadura sobre as necessidades humanas. Não podes construir o homem apenas pela educação, tens de apelar também para a base do *homo economicus*, que é fundamentada no princípio da propriedade privada.

François Furet, num livro favorito de Monica Lovinescu, *O passado de uma ilusão* (Editora Humanitas, 1996), afirma que a relação direta entre fascismo e comunismo encontra-se no coração do século xx. O espectro do comunismo olha para o futuro, o espectro do fascismo vem do passado. Um é primordialista, outro é antiprimordialista – uma hipótese de trabalho. Considero, portanto, que o verdadeiro conflito do século xx foi o dentre as democracias liberais e seus rivais totalitários. Esses dois totalitarismos, no fundo da sua experiência histórica simultânea, situaram-se entre uma “intimidade negativa” no contexto europeu de guerra e revolução. Representaram um ataque atroz contra a modernidade liberal e uma alternativa terrível a ela. O comunismo e o fascismo são gênios totalitários, são dois gêmeos totalitários. Não tens como falar do comunismo sem falares do fascismo, e vice-versa. Nasceram um do outro. Se no caso do comunismo dizemos que é uma patologia do universal, o nazismo, o fascismo representam uma patologia do particularismo. Essas duas grandes patologias atraíram seus adeptos à medida que conseguiram produzir o discurso mais contagioso, o mais persuasivo. Não contaram as verdades factuais, inclusive no nível dos nostálgicos.

Todos os grandes temas da religião cristã – a queda, a felicidade original, o reencontro, a expiação, o sujeito messiânico – se reencontram no mito histórico-escatológico do marxismo. É um discurso fundamental da modernidade que contrapõe as assim ditas forças da reação ao barbarismo e ao declínio dos que representam o progresso histórico. Promete a salvação por intermédio da destruição de um sistema percebido como sendo baseado na dominação, na exploração e na alienação. Nesta visão soteriológica, o proletariado é o salvador da humanidade ou, assim como Marx afirmou na sua própria juventude, a classe-Messias da história. O comunismo como religião secular é, portanto, um projeto transcendental. Promete uma mutação cósmica, a transformação da condição humana. Na verdade, uma imagem famosa: o salto do império da necessidade no da liberdade. E ao proletariado cabe a missão de encarnar a figura do herói messiânico. A salvação nasce exatamente desta cesura total, em que ao proletariado volta à missão de encarnar a figura do herói messiânico. A ideologia marxista-leninista constituiu-se com base neste messianismo revolucionário.

O marxismo funda-se no culto da razão da história, ambas sacralizadas, baseia-se na convicção de que pode ser construído como modelo mental que configura, inventa as leis da história. Com base no conhecimento dessas leis, os adeptos do comunismo estão na situação de não errar nunca, porque dominam os princípios da História. O grande historiador americano Martin Mallia afirma: “Qual é a diferença entre os comunistas e os primeiros cristãos: os primeiros cristãos sabiam que criam; os comunistas criam que sabiam”. Isto se traduziria no princípio da inelutabilidade, da infalibilidade epistêmica do comunismo. O comunismo não pode errar. A linha do partido é inevitavelmente a correta, indiferente de quanto oscile. Na verdade, a linha do partido foi sempre uma linha senoidal. Há uma piada famosa dos anos de 1930, que encontramos nas memórias de Arthur Koestler: “P: Quem é que se desvia do partido? R: O que se desvia do partido é um tipo que corre, corre, corre e não olha nunca para trás, para ver se o partido virou à direita ou à esquerda.” O escopo leninista supremo foi a eliminação (a extinção) da política pelo triunfo do partido como personificação de uma vontade geral exclusiva, mesmo eliminacionista/exterminista. Em condições de uma certeza

monista, o reconhecimento da falibilidade é o começo da extinção de qualquer fundamentalismo ideológico.

O marxismo fundamenta-se no culto da razão mediata pelo agente messiânico da História. Fundamenta-se no culto da ciência, da tecnologia e do progresso. No caso do comunismo podemos aceitar a posição de François Furet, que chamava o comunismo uma patologia do universalismo. A filosofia marxista postula o papel do proletariado como agente histórico universal. Daqui também a significação do tema internacionalista, respectivamente como revolução de Marx é, tem de ser, e não pode deixar de ser assim do que global. O marxismo nasceu no século XIX, como resposta à crise da modernidade burguesa. Assim como disse Marx, os filósofos, em especial os que se ocupam do drama do político, não aparecem como cogumelos depois da chuva, mas em condições precisas. Marx foi dos primeiros filósofos que se ocuparam do drama do político. A visão central do marxismo foi a de uma comunidade perfeita, destinada a suprimir antes de tudo a “alienação”, tema que vem de Hegel e de toda a filosofia romântica alemã.

A atração exercida pela doutrina marxista depende de uma estrutura metafórica profunda, do que Alvin Gouldner chamou certa vez a matriz paleossimbólica desta filosofia. O que Karl Popper sublinhava então quando falava da tensão entre a dimensão profética, a oracular e a positivista-cientificista do coração do marxismo. O marxismo exprime a revolta contra a moralidade burguesa. O ateísmo encontra-se mesmo no coração deste projeto que diviniza uma humanidade definitivamente emancipada. As religiões seculares são, em suma, antirreligiões. Colocam neste mundo a salvação da humanidade, num futuro mais ou menos distante e sob a forma de uma ordem social que passa a ser inventada. A promessa universalista do comunismo alimentou por décadas a fascinação pela utopia social, portanto, para a soteriologia do marxismo. O século curto que acabou de terminar é uma longa história de descarrilamentos dos que estão em permanente procura da comunidade perfeita, da Sião da humanidade.

Outro ponto de que quero tratar é o problema da mística da revolução, da fraternidade e do fim de qualquer forma de injustiça. Qual é a vocação do comunismo? Como o comunismo chega a convencer? Não creio que resolveremos o problema levantado neste ensaio se afirmarmos pura e

simplesmente que foi algo aberrante. O comunismo tem de ser discutido como uma forma de pensamento, uma forma mental. Milhões e milhões de homens não podem compartilhar todos, uma aberração. É mais simples dizeres: é uma aberração, uma demência, e com isso encerramos a discussão. O comunismo foi parte da espiritualidade moderna do Ocidente, da tradição deste nos últimos três séculos. Qual é a idéia-premissa do comunismo? É a luta contra a injustiça, o igualitarismo, que se encontra como outro mito fundamental no coração do projeto socialista. O comunismo é uma utopia coletivista-igualitária que exerceu uma fascinação para o militarismo, especialmente para os intelectuais revolucionários. Por que tantos homens “caíram” no comunismo? O segredo é, diz Aleksander Wat em discussão com Czeslaw Milosz: *la fraternité*. Em consequência, *liberté, égalité*, mas a mais importante na tríade respectiva é a fraternidade. Gerações inteiras de intelectuais marxistas apressaram-se em aniquilar a própria dignidade e autonomia nesta corrida apocalíptica para a obtenção das certezas últimas. Toda a tradição do racionalismo cético ocidental foi sacrificada no altar da unidade no credo, sob o impacto da iluminação trazida do Kremlin. A época da razão culminou no universo congelado do terror racionalizado.

Igualmente, no coração das religiões seculares encontra-se o maniqueísmo. Vemo-lo também no caso do marxismo, onde é, sem dúvida, muito menos elaborado. É muito mais fácil fazeres uma análise da ideologia nazista, pelo simples fato de que, segundo dizia uma saudosa professora de história da filosofia, Florica Neagoe, numa discussão privada que tivemos em Bucareste no começo dos anos de 1970: “os nazistas não deram nenhum grande filósofo”. Isso em caso de não aceitarmos a aberração de que Heidegger foi um filósofo nazista. Heidegger foi um pensador que, por motivos que podem ser discutíveis aqui e ali, num dado momento, namorou o nacional-socialismo. No caso do marxismo temos que ver com a divinização da humanidade, de um lado, mas também, por outro lado, a divinização da humanidade em fronte opostos: a humanidade boa e a humanidade má. A humanidade má é destinada praticamente do ponto de vista político, e a predestinada, do ponto de vista conceptual. Um papel importante no livro de Ernst Nolte acerca da guerra civil europeia é a citação do líder bolchevique da organização de Petrogrado, que haveria de ser executado em 1936, Grigore Zinoviev, que no começo do

Terror Vermelho afirmava: “Construiremos o socialismo a qualquer preço. Construiremos o socialismo mesmo se o preço for o extermínio de 10 milhões de pessoas”. Creio que a Rússia, na respectiva época, tinha 100 milhões de pessoas. Lênin lê essa afirmação e fica um pouco horrorizado com ela. Mas acrescenta: “Certamente, mas não anunciemos”. O problema de Lênin era não tornar pública essa questão, o resto era aceitável. Na ideologia bolchevique, uma humanidade foi considerada inferior, obsoleta, ultrapassada pela História. Era formada dos predestinados, levados à condição de vermes, de insetos.

Três elementos explicam o sucesso extraordinário das religiões seculares: o milagre, o mito e a magia. A percepção maniqueísta acerca da humanidade permitiu a santificação da violência. A violência passa a ser o elemento absoluto. *O Manifesto do Partido Comunista* impõe de fato o culto da violência, celebra a violência, exalta, exulta a violência. A história de todas as sociedades humanas é apresentada exatamente como uma história da luta de classe. Absolutamente falsa do ponto de vista antropológico. Mas a luta de classe passa a ser mito político, e este não precisa ser verdadeiro, funcionando por credibilidade, não por veracidade. A credibilidade do mito político gera a capacidade de utilizar as energias revolucionárias e de fazer os homens sair para a rua. O primado da libertação fez que a violência, santificada como ato libertador, fosse situada no coração do projeto marxista. Mais tarde, o leninismo usou e abusou dessa filosofia do *Aufhebung* histórico-revolucionário. Impôs o primado do partido de vanguarda, em condições de ausência de um proletariado maduro numa Rússia sub-desenvolvida industrialmente. Como gnose política, a filosofia bolchevique propôs o oposto do que Marx enfatizou em seus escritos de juventude, ou seja, o desenvolvimento espontâneo da consciência de classe. Assim como Lukács, para Marx, a classe revolucionária era a encarnação da totalidade, criando para si, dessa forma, as premissas para chegar à verdade histórica. Mas para Lênin, o partido preenchia tal função. Esta diferenciação foi o ponto de partida para as diferenças essenciais entre o marxismo soviético e o ocidental, do conflito entre Lênin e Rosa Luxemburgo, até o final do século passado.

Que acontece com a tradição de Marx até Lênin e, principalmente, como explicarmos a ideologia sectária do bolchevismo? De modo evidente, o

comunismo não foi uma religião explícita. O leninismo provém do encontro entre uma tendência autoritária do marxismo, o voluntarismo marxista, o culto da violência e a *hybris* histórica do radicalismo revolucionário russo, do qual escreve tão profundamente Dostoievski em *Os demônios*. Lênin é o asceta revolucionário por excelência, o filho do século xx. Igualmente, o século passado pertenceu a Lênin. Começou com a ruptura entre o bolchevismo e o menchevismo, com o livro célebre *Que fazer?* que é em si uma réplica tardia do romance homônimo, excepcional documento político, de Tchernichevski. A pedagogia pressuposta nesta obra antecipa o transformismo antropológico radical de Makarenko. A personagem de Tchernichevski, Rahmetov, não suporta o enfraquecimento. De modo similar, quando colocam num gramofone a *Appassionata* para Lênin para escutar, diz ele: “Para, se ouvir mais, enlouqueço!” Não consegue; diante da beleza reage com susto. A beleza tem de ser barrada. Vai para Paris, passa um ano ali, não visita nenhum museu da cidade, a não ser o dos partidários da Comuna de Paris. De um lado, Lênin demonstra um altruísmo exaltado, mas de outro lado, um desejo de culpar a todos os que não se submetem a este gênero de altruísmo.

Assim como mencionei, há duas direções na mensagem de *O Manifesto do Partido Comunista* que antecipam as elaborações futuras da teoria marxista. De um lado, é a ênfase colocada no desenvolvimento autônomo, orgânico da consciência de classe. De outro lado, temos a glorificação e o culto da violência. A perpetuação de tal dicotomia na história e evolução do marxismo põe em evidência o problema central desta filosofia política: o da moralidade da práxis revolucionária. *O Manifesto* demonstra a ambivalência letal da emancipação consagrada pela violência: em nome da democracia proletária autêntica, as liberdades formais devem ser suspensas, e mesmo reprimidas. Para atingir um nível alto de moralidade, que transcende a hipocrisia burguesa, a moralidade tradicional deve ser ab-rogada. O marxismo pretende deter os freios do destino da humanidade, porque afirma que tem a solução para as agonias e as ansiedades milenares da sociedade. Não creio que existiu alguma vez outro projeto revolucionário impregnado de uma pretensão profética mais ampla ou de um sentimento mais maciço de predestinação carismático-histórica. Deste ponto de vista, o mito “do partido de tipo novo” de Lênin é um eco fiel do mito de Marx da classe predestinada, que passa a

levar a salvação da humanidade para além de suas próprias condições subjetivas.

Em *The Road to Terror*, afirmam Oleg Naumov e Arch Getty: “Para os bolcheviques, a existência foi um subgrupo da existência da multidão, da existência no quadro do partido, e a vida do partido prevalecia acima da própria vida física. Mesmo o suicídio, o mais pessoal dos atos, tinha uma significação política à parte para os bolcheviques.” Nikolai Bukarin é o caso clássico de vítima que glorifica o torcionário. Pede perdão a Stálin pelos crimes de pensamento que cometera. Stálin manteve em seu escritório pessoal, até o dia de sua morte, as cartas de Bukarin. Encontravam-se entre os poucos objetos preciosos de Stálin. A coleção de cartas do melhor amigo, a quem condenara à morte e executara. Bukarin escreve a Stálin, implorando que lhe poupasse a vida, assegurando-lhe seu devotamento total, glorifica a “paciência angélica” de Stálin. Nisso consta o mecanismo grotesco que se chamou crítica e autocrítica.

Nikolai Bukarin nasceu em 1889, sendo 19 anos mais moço do que Lênin. Provinha de uma família russa de intelectuais, tinha estudos de filosofia. Lênin simpatizava muito com ele. A relação é muito próxima e ele é praticamente o filho de Lênin. Passa a ser, no exílio, o redator-chefe do *Pravda*. Seus escritos, entre os quais ABC do comunismo, são muito importantes para a tradição filosófica marxista. Houve também polêmicas significativas entre Lênin e Bukarin. Mas depois de 1917, passa a ser membro do Escritório Político, muito próximo de Stálin. Depois de 1926 é nomeado presidente da Internacional Comunista, até 1929, depois do quê, é eliminado como oposicionista desviante de direita. É nomeado redator-chefe de *Izvestia* e membro suplente do Comitê Central. Foi um dos autores da Constituição stalinista de 1936. É enviado a Paris para localizar o arquivo histórico Marx-Engels. Depois da chegada ao poder dos nazistas na Alemanha, o Partido Social-Democrata Alemão, possuidor do arquivo, decide tirá-lo da França, com a correspondência e tudo. Bukarin recebe pessoalmente de Stálin a missão de recuperar o arquivo. Em Paris encontra-se também com um dos seus amigos. Há discussões muito interessantes, que provam que Stálin é absolutamente demente e que, existe a famosa fórmula, “não é um ser humano, não é um homem como nós”. E, no entanto, porque sua esposa tinha ficado em

Moscú – ela era muito mais jovem que ele (sobreviveu juntamente com o filho de Bukarin depois dos anos de Gulag) –, volta e, em 1937, é preso, inquirido e, por fim, confessa. Confessa no terceiro e mais espetaculoso processo de Moscú de 1938. Parcialmente, é a personagem central do romance de Arthur Koestler conhecido como *O Zero e o infinito* ou *Escuridão ao meio-dia*. Koestler não tinha como ler as cartas de Bukarin a Stálin. Foram publicadas no período de *glasnost* e perestroika e foram citadas em *The Road to Terror*. A confissão de Bukarin é muito interessante, porque ele diz num dado momento: “A história universal é o tribunal supremo”. Em outras palavras, ali veremos quem foi criminoso e quem não foi. E afirma ainda num dado momento: “Somos o estado socialista e saúdo o fato de não seguirmos os métodos da Inquisição medieval”. Esta era uma alusão clara ao princípio de Vischinski conforme o qual a confissão do acusado tem valor documental e probatório. Segue o modelo da Inquisição. Numa carta de 10 de dezembro de 1937, Nikolai Bukarin escreve de sua cela em Lubianka a Stálin: “Preparo-me para partir deste vale de lágrimas e não nutro a teu respeito, do partido e da causa, senão um grande amor infinito”.

Stálin prepara-se para matá-lo, ele sabe que vai morrer, e a última coisa que escreve a Stálin é “um grande amor infinito”. “Adeus para sempre e lembra-te com amor de teu infeliz N. Bukarin”. Se é para tomarmos algures o conceito de religião secular, não creio que possa ser encontrado um texto que apresente melhor o mito, a magia e o milagre e, por que não, o eros da tentação totalitária. É um amor profundo.

O problema aqui não é nem de inteligência, nem de erudição. Nosso problema é como, por que e em que condições se pode chegar a esse estado de êxtase coletivo que não podemos encontrar senão no quadro de algumas formas de experiência religiosa. De oportunismo e compromisso não nasce o sistema de crença comunista. Stálin dizia a Djilas: “Olha o mapa, eles não vão aceitar nunca que é vermelho.” Ele crê até o final que este mapa é vermelho. Ora bem, tratava-se do que se chama um salto para uma crença no momento respectivo. Nisto consta a fenomenologia do radicalismo político do século xx, um século que prendeu György Lukács ou Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre ou Ernest Hemingway, para dar apenas alguns exemplos, no que Hannah Arendt chamou “as grandes tempestades ideológicas do século xx”. No

comunismo, tudo veio da ideologia. O grupo designado para o extermínio, desclassificação ou para a marginalização tinha obtido seu lugar na sociedade com base numa predestinação histórica pressuposta, identificada pelo agente messiânico, o Partido, que, a seu turno, representava a classe-Messias, o proletariado.

O bolchevismo acrescenta algo novo às mitologias revolucionárias do século XIX: a inclusão do poder num tipo de representação que define o partido como entidade mágica. A glorificação do estatuto predestinado do partido, juntamente com a insistência obsessiva sobre as formas conspiradoras de organização (“as células” revolucionárias) e com um culto de arregimentação fanática geraram uma nova forma de radicalismo político, irreconciliável com a tradição liberal individualista ocidental ou, ao menos a esse respeito, com o socialismo democrático (liberal) anti-autoritário. Iuri Piatakov, um dos favoritos de Lênin da geração jovem da velha guarda bolchevique, exprimiu esta identificação nos termos mais dramáticos: “Sim, considerarei preto algo que senti e considereei branco, uma vez que fora do partido, fora do acordo com o partido, não existe vida para mim.” Foi executado em 1937. O absolutismo ideológico, a sacralização do escopo supremo, a suspensão das faculdades críticas e o culto da linha de partido como expressão perfeita da vontade geral foram incorporados no projeto bolchevique original. A subordinação de todos os critérios morais convencionais diante do escopo supremo de obtenção de uma sociedade sem classe constituiu o principal problema do leninismo. Este compartilhava com o marxismo o que Steven Lukes chamava “a visão emancipada de um mundo em que os princípios que protegem um ser humano de outro já não serão necessários”. Considero que este dismantelar do indivíduo e da moralidade pressuposta pela assunção da autonomia da própria personalidade representa a chave de entendimento do efeito magnético exercido pelas religiões seculares no século XX.

O declínio do marxismo como estratégia de transformação radical da sociedade significou o fim da época do radicalismo. Mas ao mesmo tempo o componente utópico do marxismo mantém a sua relevância e influência. A durabilidade deste último é explicável por intermédio da pretensão cientificista da doutrina. O marxismo subordinou o imperativo ético à sua ambição hiper-

racionalista e ultrapositivista. Para Marx, o não reconhecimento da validade de seus postulados foi o mesmo que a cegueira histórica, que a alienação ideológica do sujeito, que “a falsa consciência”. Todos os que não conseguiram interiorizar os axiomas do marxismo passaram a ser advogados do status quo, as vítimas alienadas dos mistificadores ideológicos. *O Manifesto do Partido Comunista* foi o texto sacro que proclamava a legitimidade moral da revolução total. Neste sentido, prescreve o marxismo como o substituto secular da religião tradicional. O seu milenarismo explica o magnetismo deste texto. Impôs o marxismo como doutrina do novo heroísmo romântico, do coletivismo inflamante. Abre a epopeia do conflito irremediável no quadro da sociedade humana, a fonte justificativa de esperança e de ilusões dos que escolheram o caminho radicalmente transformista. Em última instância, ligado a sua materialização concreta na história, *O Manifesto* é, também, o ponto de partida da terrível engenharia social extremista do século xx. É o documento em que Marx e Engels proclamaram aos adeptos o caminho imutável em direção ao novo Jardim do Homem. Mas é *le livre de chevet* [5] do extremismo de esquerda assolado pelo sonho apocalíptico da libertação universal da humanidade.

Concluindo, para parafrasear Žižek (que a seu turno imita Heidegger, esquecendo, convenientemente, que este último se referia à sua própria afirmação do nazismo no ano de 1933), houve ou não uma grandeza histórica do bolchevismo? Pessoalmente, creio que a grandeza histórica não pode ser separada da ética. Deste ponto de vista, faço parte do grupo, provavelmente anacrônico, daqueles para quem a grandeza dos desfiles nacional-socialistas ou bolcheviques não pôde convencê-los do valor moral do que acontece. O bolchevismo, em qualquer de suas encarnações, procurou a criação de um corpo social perfeitamente homogêneo, a liquidação do cidadão e do espírito cívico. Parafraseando Lênin, o comunismo teve como objetivo a limpeza da terra de todos os insetos danosos. Não creio que o tipo de religião secular que encontrei, o fascismo ou o comunismo, tenham ainda um futuro. Ideologicamente desapareceram, mas não pereceram a recusa de deliberação democrática e o desprezo pelos “valores sentimentais burgueses”.

² Uma primeira versão deste texto foi apresentada no quadro das conferências “Monica Lovinescu” do Instituto de Investigação dos Crimes do Comunismo e a Memória do Exílio Romeno (IICCMER), no mês de junho de 2010. O autor agradece a Florin Soare pela

transcrição e uma primeira edição.

3 Esperando a hora da morte – NT.

4 Em alemão, no original, “visão de mundo” – NT

5 Livro de cabeceira – NT

O QUE FOI E O QUE AINDA É O COMUNISMO[6]

Projeto transcendente e soteriologia laica, utopia quiliástica e promessa emancipadora, determinismo rígido e voluntarismo febril, o comunismo foi (e apresso-me a dizê-lo, embora esteja ele num ponto de indubitável declínio, ainda é) uma doutrina radical econômica, moral, social e cultural, fundada na realização de alguns escopos fundamentalmente transformadores. Devido aos seus objetivos universalistas, às promessas escatológicas e às ambições omniabrangentes, foi sempre descrito corretamente como uma religião política ou laica. O escopo último do comunismo era a criação de uma nova civilização, construída com base no Homem Novo. Dois fatores definiam esta doutrina: o papel privilegiado do partido e a transformação revolucionária da natureza humana. O comunismo promovia uma nova concepção acerca da existência humana (sociedade, economia, psicologia social e individual, arte). Por causa disso, a criação do Homem Novo representava a finalidade suprema da ação política. O escopo do comunismo era o transcender a moralidade tradicional, embora se lhe pudesse imputar o relativismo moral. Atribuiu ao partido sua própria moralidade, acordando-lhe apenas este direito de definir o intelecto e o escopo último da existência humana. O Estado tornou-se o valor supremo, absoluto, no contexto da doutrina escatológica da revolução. Pelo culto da unidade absoluta, pelo caminho em direção à salvação pelo conhecimento da história, o comunismo deu origem a um projeto novo, exaustivo do ponto de vista social e político, fundado na purificação das comunidades que se encontravam sob o seu encanto ideológico. Seu projeto revolucionário era total e totalizador. Em sua qualidade de mito político com um formidável poder de influência, o comunismo prometia a libertação imanente, a oportunidade de ser próspero, a liberdade e a igualdade. De fato, no curso do século xx, a *Weltanschauung* comunista tornou-se o fundamento dos experimentos políticos totalitários

fundados na ideologia, que se soldaram com perdas humanas aterradoras.

Os fundadores do comunismo como doutrina global, moderna, revolucionária, de fato, uma religião política, foram Karl Marx e Friedrich Engels. O marxismo foi, antes de tudo, uma tentativa demiúrgica de eliminar a detestada ordem burguesa, fundada na economia de mercado (a propriedade privada), de destruir as relações sociais existentes e de organizar as forças sociais revolucionárias para a confrontação final que vai conduzir ao “salto do império da necessidade no império da liberdade”. Marx fez uma distinção clara entre a sua teoria revolucionária e as outras versões do socialismo (cristão, reacionário-feudal, pequeno-burguês, crítico-utópico). A visão ambiciosa, radical de Marx estava ligada pela sua convicção firme, principalmente depois de 1845, de que tinha o privilégio de conhecer o postulado da infalibilidade epistêmica, considerando que a sua *Weltanschauung* era essencialmente científica, ou seja, não utópica. Para Marx, a convicção de que a história era governada por leis significava que, uma vez aceitas essas leis, a Razão (o pensamento) e a Revolução (a ação) podiam-se fundir na mudança global, proletária, libertadora.

O *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em fevereiro de 1848, foi um dos textos essenciais dessa doutrina. A obra estipulava que o proletariado era a classe social escolhida pela história, o libertador de muito esperado que vai reestabelecer a unidade perdida da espécie humana (*Gattungswesen*). A sua tese fundamental referia-se ao lugar central da luta de classe (violência histórica) e o desenvolvimento da sociedade. Para Marx (e mais tarde, para os filósofos marxistas do século xx, Antonio Gramsci e Georg Lukács), a classe revolucionária simbolizava o ponto de vista do todo, criando assim as premissas epistêmicas necessárias ao acesso à verdade histórica. Em nome da democracia proletária (autêntica), as liberdades formais podiam ser suspensas, e até mesmo suprimidas. O mito marxista da classe messiânica, o cerne do comunismo, levou ao desenvolvimento de um projeto revolucionário impregnado do sentido de missão profética e de predestinação carismático-heróica. Marx deu um veredicto fundamentalmente apocalíptico: já que a burguesia é culpada pela distorção bárbara da vida do homem, mereceu seu destino. O proletariado devia ser, do ponto de vista histórico e moral, o coveiro dela.

A visão de Marx acerca do universo social era construída em primeiro lugar – mas não apenas – em termos do determinismo social e econômico. A liberdade era para Marx e para os seus discípulos uma “necessidade entendida”, ou seja, esforços de levar à realização pressuposta dos escopos da história. Toda a realidade humana subordina-se às leis dialéticas do desenvolvimento, e a história era projetada numa entidade soberana, cujo ditado era mais que tudo dos questionamentos humanos. Marx declarou sua teoria social como fórmula científica fundamental. Não reconhecer-lhe a validade representa, para Marx, e para seus sucessores comunistas, uma prova de cegueira diante da história, da falta de imparcialidade ideológica ou de uma “falsa consciência.” No pólo oposto, o ponto de vista proletário, celebrado por Marx e cristalizado sob a forma do materialismo histórico, era considerado gerador do conhecimento essencial e da receita de felicidade universal.

O ingrediente que permitia a realização da missão revolucionária era a consciência revolucionária de classe. Com a ajuda desta, a pré-história humana começava a ter fim, e a história real podia começar. Para Marx, a consciência de classe era um resultado orgânico do desenvolvimento político e ideológico do proletariado. De acordo com Friedrich Engels, por exemplo, “o proletariado alemão era o herdeiro da filosofia clássica alemã”. O jovem Marx considerava que existia uma relação dialética e, em consequência, recíproca, entre “a crítica das armas” e “a arma da crítica” no processo de conquista da filosofia – *Aufhebung*. Os intelectuais revolucionários eram os que tinham criado a doutrina, mas os proletários não eram percebidos como uma massa amorfa em quem um grupo de “professores” auto-declarados tinha o dever de inocular a consciência da “verdade histórica”. Com tudo isso, a Tese XI acerca de Feuerbach devida a Karl Marx exprimiu da melhor maneira o ethos transformador do comunismo: “Os filósofos não fizeram senão *interpretar* o mundo de diferentes modos; importante é *transformá-lo*”. O pensamento marxista consagrou uma “visão larga” (Eric Weitz) acerca do desenvolvimento histórico: uma vez que serão afastados os restos de alvenaria do passado, o fator escolhido pela história abrirá o caminho para uma nova sociedade, que conduzirá à realização plena do espírito humano.

O marxismo passava por ciência e não por um conjunto de princípios morais; em consequência, a revolução que pregava era uma “parte de um

mecanismo histórico, depurado, portanto, de valores” (Eugen Weber). Esta pretensão profética conduziu à crença fanática, quase mística dos adeptos, que abraçaram a visão apocalíptica, quiliástica da matemática revolucionária do comunismo. Assim, o comunismo era, ao mesmo tempo, uma escatologia (uma doutrina de salvação da humanidade) e uma eclesiologia (uma ideologia do partido/ do movimento revolucionário). A realidade como tal era definitivamente objetivada e devia ser ultrapassada, de um lado, pela emancipação e revolução do proletariado; de outro, pela utopia de uma sociedade sem classes sociais. Em consequência, a visão comunista acerca da sociedade futura era fundada numa “ditadura sobre as necessidades” (Ágnes Heller, Ferenc Fehér e György Márkus). Este pressupunha a dissolução do indivíduo autônomo num quadro devorador do controle absoluto, a politização desastrosa do psíquico, a manipulação da subjetividade, a tentativa de aniquilar o espaço privado como último santuário de si. O comunismo visava não apenas à dominação sobre o político, mas também sobre o fundamento biológico da sociedade. Era um experimento completo de engenharia social. Uma vez que se construiu a imagem acerca da modernidade no princípio de uma comunidade à parte, homogênea do ponto de vista social, que fazia seu caminho pelo deserto da história, da escuridão para a luz, não podia existir senão uma solução para os que não conseguiam conformar-se com os critérios que ela pressupunha: a estigmatização, a eliminação e, em casos extremos, o extermínio. A escatologia era uma forma de teodiceia racionalizada: Deus era substituído pela História. A História tinha uma única direção, porque se desenvolvia da liberdade limitada para a liberdade absoluta. A liberdade, a seu turno, era entendida como vencedora da necessidade. O império da necessidade era uma região onde a economia não podia assegurar a igualdade plena entre os seres humanos, onde o político dependia de interesses partidários, e a sociedade era atomizada. Em contraste, o império da liberdade era a região onde se manifestava a identidade entre existência e essência. Neste contexto, a existência humana podia desenvolver-se plenamente, e a condição para a liberdade geral dependia da liberação individual. Em consequência, na base do comunismo estava um fundamentalismo teleológico. O objetivo final era a Cidade de Deus na terra, ou seja, o triunfo do proletariado.

O principal problema do projeto marxista era a falta de sensibilidade diante da estrutura psicológica da humanidade. Devido a seu culto pela totalidade, a teoria social marxista, que pretendia ser o último arquétipo explicativo, e preparou o terreno de sua própria degeneração, na tradução bolchevique (leninista), no dogma e na perseguição impiedosa dos heréticos. A ênfase que Marx punha na emancipação humana como absorção consciente da sociedade por algum indivíduo, a equivalência dos antagonismos sociais com a luta de classe conduziram a uma estratégia de eliminação dos intermediários (as leis, os institutos, etc) que regulamentavam a relação entre a sociedade civil e o estado. Marx não conseguiu dar instruções quanto à realização da unidade social. A visão utópica, escatológica do pensamento político de Marx foi traduzida num programa revolucionário de ação por Vladimir Ilitch Lênin (nascido Ulianov). Esta discrepância deixou livre o caminho para a interpretação criativa de Lênin acerca da necessidade de conduzir à versão bolchevique de salvação do ser humano. Na visão de Lênin, o partido monolítico vanguardista passava a ser o detentor da esperança da humanidade, uma fraternidade estreita de militantes iluminados, e, em consequência, o verdadeiro veículo da liberdade humana. A combinação de marxismo e partido assentou a política comunista no caminho da auto-purificação (depuração permanente e ofensiva socialista).

Lênin foi um revolucionário russo, fundador do Partido Bolchevique e da União Soviética. Nasceu em abril de 1870, numa família de classe média, e morreu em janeiro de 1924 como líder não contestado do partido e do estado. Sob a condução de Lênin, o Partido Bolchevique organizou a revolução de outubro de 1917 contra o governo do Império Russo e colocou as bases do sistema autoritário do partido único, que teve fim em dezembro de 1991. Como adolescente, Lênin foi profundamente atingido pela execução de seu irmão mais velho, e como estudante de direito implicou-se em atividades revolucionárias clandestinas, por causa das quais passou por prisões e por deportações. Insatisfeito com a falta de radicalismo de seus colegas social-democratas, Lênin sustentou a necessidade da criação de um novo tipo de movimento político revolucionário. A sua visão acerca do novo partido foi formulada na obra *Que fazer?* (1902) que articulava o conceito leninista da prática revolucionária do século xx. O conceito de Lênin levou, no quadro da

democracia social russa, à ruptura entre os moderados (mencheviques) e os radicais (bolcheviques). O leninismo (também denominado bolchevismo), consta, principalmente, na teoria de V. I. Lênin acerca do partido revolucionário de vanguarda, na doutrina da revolução proletária numa época imperialista e na ênfase colocada na ditadura do proletariado como uma nova forma estatal que começava a aparecer depois do desmoronamento da velha regulamentação burguesa.

Os esforços de Lênin manifestaram-se, em primeiro lugar, no domínio político revolucionário e da construção de uma organização revolucionária que fosse capaz de coordenar e dirigir as tentativas da classe trabalhadora de tomar o poder, de esmagar o velho mecanismo estatal e de construir uma sociedade comunista sem classes sociais. Mesmo no começo, o regime leninista fundou-se na violência e na repreensão de qualquer forma de oposição política. Esses traços autoritários de Lênin foram exacerbados ulteriormente por Stálin, que transformou a União Soviética num estado totalitário. O humanismo bolchevique era condicionado apenas pelo sucesso da causa em que estava envolvido. A existência do indivíduo como tal tinha importância no mundo apenas à medida que contribuía para a construção da utopia social. O conceito de Lênin acerca da moralidade partia de um princípio formulado pelo revolucionário russo do século XIX, Serghei Netchaiev, em *O catecismo revolucionário*: “É moral tudo o que contribui para o triunfo da revolução. Imoral e criminoso é tudo o que se coloca em seu caminho”. Em consequência, o leninismo era baseado numa “racionalidade do escopo” (T. H. Rigby). Pressupunha uma concepção política radicalmente utilitária e transformista que se concretizasse, no final, na divinização de um partido/estado mítico com direito de vida e de morte sobre seus súditos.

Para Lênin, o fardo da revolução comunista antecipado por Karl Marx dependia de maturidade e vontade política do partido revolucionário. Quando Lênin começou a sua carreira política, os social-democratas de todo o mundo estavam reunidos na Segunda Internacional. O marxismo desta associação internacional rejeitava os meios revolucionários de derrubada da ordem estabelecida e enfatizava o papel das reformas evolutivas. Lênin considerava que este tratamento era muito moderado. Cria que a esquerda, como tal, a classe trabalhadora, não se envolveria nunca num movimento revolucionário

total para a destruição do capitalismo. Assim como Marx, Lênin via a revolução proletária como um fenômeno global, mas modificou alguns princípios de base da teoria marxista. Lênin observou a passividade dos trabalhadores dos países com indústria avançada e explicou-o como sendo a habilidade da burguesia de cooptar a classe trabalhadora no sistema. Segundo Lênin, a burguesia conseguira corromper ideologicamente os proletários e os partidos deles. Era, portanto, importante a criação de um novo tipo de partido político que recusasse qualquer entendimento com as forças dominantes existentes e que se exercitasse, nesses últimos, o poder político exclusivo. Para Lênin uma organização revolucionária bem estudada, unida intimamente e organizada, estruturada de acordo com o modelo militar, era necessária para induzir a consciência revolucionária ao nível do proletariado e conduzir os trabalhadores na luta revolucionária. O partido era a encarnação da lógica da história e os partidários dele deviam levá-lo à realização de ordens sem hesitação nem reserva. A disciplina, a manutenção dos segredos e da hierarquia rígida eram essenciais para tal partido, principalmente nas condições de clandestinidade (como acontecia na Rússia). O principal papel do partido era despertar a consciência proletária de si e introduzir a doutrina (crença) revolucionária no nível do proletariado latente. Em vez de basear-se no desenvolvimento espontâneo da consciência em fileiras da classe trabalhadora, o leninismo considerava o partido um agente catalisador de conhecimento revolucionário, da vontade e da capacidade de organização das massas exploradas: “Sem uma teoria revolucionária, [...] não pode existir o movimento revolucionário”. O leninismo acrescenta ao reconhecimento da importância da propaganda ideológica a ênfase sobre a organização revolucionária, que passava a ser o pilar da prática revolucionária. Lênin é o que impôs a aura do partido de tipo novo, que passou a ser uma marca da política radical do século xx. O partido era o agente histórico, porque reunia uns aos outros os profissionais revolucionários, os que, reunindo suas habilidades de ação e pensamento, reconquistaram “a graça de um ser originário harmonioso” (Igal Halfin).

O absolutismo ideológico, a sacralização do escopo final, a suspensão das faculdades críticas e o culto da política do partido como expressão perfeita da vontade geral estavam presentes no projeto bolchevique inicial. Lênin impôs

dois elementos fundamentais na concepção bolchevique do político: a lei como epifenômeno da moral revolucionária e como heteronomia da ação individual. A aniquilação da democracia na prática leninista é determinada pela natureza do partido como substituto laico da aura unificadora, *omniabrangente* do aparato político do soberano absoluto (o rei medieval). Em outras palavras, o modelo leninista defende a homogeneização integral do espaço social como ideal político e pragmático. A ideologia percorre toda a dinâmica do regime, “preparando e dando início à ação, sem a qual o governo, a violência e a socialização se tornam impossíveis” (Michael Geyer).

Lênin reviu a teoria marxista clássica referente à posição do centro revolucionário no Ocidente capitalista desenvolvido. Em *O imperialismo, o estágio mais alto do capitalismo*, uma das suas obras mais importantes, Lênin defendia que aparecera um estágio novo, final do capitalismo, em que o monopólio substituíra a competição, a concentração do capital atingira o ponto máximo, e a guerra entre os poderes capitalistas se tornara inevitável. Da perspectiva de Lênin, o imperialismo era culpado pelos horrores indescritíveis da guerra mundial. O sistema capitalista global deveria ceder, mas a sua queda, defendia Lênin, haveria de produzir-se pelos elos mais fracos da rede capitalista, mais rapidamente no Leste do que no Ocidente. A Rússia retrógrada, com suas contradições sociais e econômicas insolúveis, parecia ser o país onde a revolução poderia triunfar primeiro. As massas estavam profundamente insatisfeitas pela velha ordem, furiosas com os custos da guerra e preparadas para tomar parte no movimento revolucionário. A burguesia russa não era suficientemente forte para opor uma resistência decisiva às massas radicalizadas, e o proletariado estava suficientemente desenvolvido para ter consciência de pertencer a uma classe, devido à riqueza de atividade do Partido Bolchevique.

Na sua obra *O Estado e a revolução*, escrita em 1917, alguns meses antes da tomada do poder por alguns bolchevistas, Lênin afirmava que o aparato de estado militar-burocrático da burguesia devia ser afastado e substituído pelos conselhos revolucionários (órgãos de democracia direta, participativa). Mais tarde, quando o estado soviético se confrontou com a fome, com a pobreza, com a resistência dos Exércitos Brancos e com as intervenções estrangeiras, Lênin desenvolveu a teoria da ditadura do proletariado, pela qual entendia um

regime político em que a autoridade centralizada era exercida pelos agentes administrativos do partido-estado. A idéia inicial, de fundar a democracia partindo da base e de oferecer às massas o poder, foi substituída pela ênfase na importância do aparato de estado reconstruído, que, segundo Lênin, era indispensável para a proteção da revolução e continuação dos seus escopos principais. É verdade que Lênin via este estado de coisas como temporário e não renunciou nunca à idéia de que a revolução russa seria não a primeira, mas a única revolução proletária nos decênios que viriam.

A recuperação das prerrogativas estatais era para Lênin “um mal necessário”; procurou justificar a noção de ditadura proletária, definindo-a como ditadura da maioria da população (sendo incluídos os camponeses pobres), o que significava que não era exatamente uma ditadura. Como forma, dizia Lênin, era uma ditadura, mas como substância, tendo em vista o fato que representava os interesses e as aspirações da grande maioria da população, era uma democracia real, verdadeira. Mais tarde, Stálin vai transformar cada traço do conceito leninista de ditadura do proletariado num dogma, para justificar seu regime repressivo, aterrorizante. Isto foi possível porque a teoria de Lênin acerca da ditadura do proletariado partia do seu desprezo pela legalidade: “A ditadura revolucionária do proletariado – escrevia Lênin em 1918 – é o poder obtido e mantido pela violência do proletariado diante da burguesia, poder que não é restringido pela lei”. Lênin, no entanto, estava convencido de que estas medidas temporariamente excepcionais, que pressupunham a perseguição dos dissidentes e a proibição de todos os partidos políticos além do bolchevique, eram necessárias para a sustentação da revolução na Rússia. Mas, a longo prazo, esperava que a revolução triunfasse no Ocidente e que o relaxamento político e econômico, de algum modo, seria possível. A Nova Política Econômica, iniciada em 1921, indicava a disponibilidade de Lênin de renunciar à visão econômica utópica inicial e de permitir a existência de uma economia mista (com a introdução de alguns elementos significativos da economia de mercado na economia controlada pelo estado, na indústria, no comércio exterior, e no sistema bancário). A última batalha de Lênin, que coincidiu também com a deterioração dramática de sua saúde, foi um confronto do líder esmagado pela doença com o despotismo crescente de Stálin. Nos seus últimos escritos, Lênin pediu que Stálin fosse afastado da

função de secretário geral, mas a sua solicitação não foi atendida pela elite bolchevique. Stálin já controlava o aparato do partido/estado e passava como o discípulo mais leal de Lênin.

Depois da morte de Lênin, aconteceu uma crispação feroz entre os líderes bolcheviques. Em seguida, em 1929, Stálin venceu os adversários e iniciou o sistema de planejamento, criando um partido pós-leninista, em que punha amplamente sua marca, e uma tirania fortemente centralizada e ideologizada. No entanto, as sementes do regime stalinista tinham sido plantadas por Lênin. De fato, Stálin não criou instituições novas e não acrescentou capítulos significativos à doutrina leninista. Levou ao extremo a lógica da intolerância do leninismo e transformou a URSS num estado policialesco. O Partido Comunista foi transformado, de uma elite revolucionária numa casta burocrática cujo único escopo era manter e aumentar o poder e os privilégios do líder. Com o tempo, a ditadura do proletariado tornou-se um simples lema, que legitimava o domínio absoluto de Stálin e a repressão da polícia secreta sobre a população. Invocando a luta de Lênin contra os fracionamentos, Stálin destruiu completamente qualquer sinal de democracia de partido, e perseguiu metodicamente todos os oponentes (reais ou imaginários) e impôs uma ditadura monolítica baseada em depurações permanentes e pelo terror em massa. Na ausência física do líder supremo, Lênin, que encarnava o poder absoluto do partido, a comunidade imaginada pelos discípulos leninistas devia reinventar-se construindo para si um carisma nos escritos dos pais fundadores. A tradição inventada pelo marxismo-leninismo foi então projetada nas fileiras do partido como um meio de estabilizar a identidade normativa deste. “A volta ao leninismo” tornou-se um tema importante de oposição anti-stalinista, principalmente entre os apoiadores de Trotsky. Mais tarde, depois da morte de Stálin, em 1953, Nikita Krushev proclamou a volta das normas leninistas de vida de partido e denunciou “o culto à personalidade” imposto por Stálin (ou seja, a adoração quase religiosa do condutor supremo) como sendo não leninista. Nos anos de 1980, Mikhail Gorbachev aprofundou a crítica de Krushev sobre o stalinismo e procurou introduzir o pluralismo nas instituições soviéticas. Nos seus esforços de democratização, Gorbachev foi além da lógica do leninismo e abandonou assim o conceito de ditadura do proletariado, como também a pretensão do partido de monopolizar o poder.

Em 1919, Lênin criou a Terceira Internacional (Comunista) – o Comintern. Criticara, anteriormente, a Segunda Internacional, acusando-a de perda do fervor revolucionário e de cumplicidade com os parlamentos e governos burgueses. O Comintern consagrou a centralidade de Moscou e o seu papel hegemônico no mundo comunista. Para que um partido fosse aceito no Comintern, devia consentir sem reservas na realização das 21 condições, inclusive na subordinação completa diante dos ditados soviéticos. Lênin criou o Comintern como instrumento para a exportação da revolução bolchevique e para permitir à Rússia soviética sair do “estrangulamento imperialista”. Mais tarde, Stálin transformou-o num simples instrumento de política externa soviética e, implicitamente, do imperialismo russo. O Comintern foi dissolvido em 1943, mas os partidos comunistas continuaram a percorrer os passos políticos stalinistas. Depois da Segunda Guerra Mundial, os partidos leninistas tomaram o poder na Europa Central e Oriental, na China, na Coreia do Norte e no Vietnã do Norte (Na Mongólia já havia desde 1929 um regime de tipo soviético). Depois, nos anos de 1960, Fidel Castro reconheceu publicamente a adesão ao leninismo e proclamou a natureza comunista da revolução de Cuba. Em todos esses casos, o comunismo representava a soma de técnicas (táticas) políticas e ideológicas seguidas pelos partidos revolucionários para açambarcar e consolidar os regimes ditatoriais monopolizadores. O historiador Martin Malia etiquetou corretamente os sistemas comunistas como ideocracias partocráticas. A única pretensão deles de legitimação derivava da estrutura organizada pelas idéias, compartilhadas pela elite e transmitidas no nível das massas, e segundo as quais o Partido Comunista era o único beneficiário do acesso direto à verdade histórica.

Lênin modificou o marxismo pelo fato de ter atribuído ao partido o papel de vanguarda da revolução, mais do que a classe proletária; colocou a explosão revolucionária mais num país menos desenvolvido do que num desenvolvido (na Rússia, não na Europa Ocidental), e fez da ditadura do proletariado o núcleo da sua teoria acerca do estado comunista. Em suma, devido à contribuição de Lênin à russificação do marxismo, o leninismo representava uma síntese entre os valores ocidentais, social-democratas, e as tradições russas de violência revolucionária. Leon Trotsky (nascido Bronstein) foi outro revolucionário russo importante, que inicialmente se opôs às

tendências ditatoriais leninistas. Na época da revolução de outubro de 1917, Trotsky passou a ser o associado político mais próximo de Lênin e foi o primeiro ministro bolchevique (comissário do povo) da defesa e dos negócios externos. Mais tarde, depois da morte de Lênin, protegeu o leninismo revolucionário diante de Stálin. Trotsky acusou Stálin de abandono do proletariado do exterior pelas decisões de concentração exclusiva acerca da construção do socialismo na URSS e de destruição de qualquer sinal de democracia do quadro do partido leninista. Menos dotado no domínio da teoria do que Lênin ou Trotsky, Stálin codificou e ultrassimplificou o leninismo, ajustando-o às necessidades e às expectativas da burocracia média de partido. Em vez de uma doutrina revolucionária, o leninismo de Stálin representava um meio de legitimar o exercício do poder para a burocracia de partido. Mao Tze-tung foi um comunista chinês que adaptou os princípios mais importantes do leninismo à situação da China. Reconhecendo o poder limitado do proletariado chinês, Mao desenvolveu a teoria de Lênin no que diz respeito à ditadura revolucionária dos operários e dos camponeses e levou os comunistas chineses ao poder, em 1949. Mao criticou Krushev por renunciar a alguns princípios stalinistas de base, acrescentando que a luta de classes continuou e intensificou-se nas condições da ditadura do proletariado. As elites revolucionárias do Terceiro Mundo se identificaram com o anti-imperialismo e o anticapitalismo inflamado de Mao, mas também com a teoria da guerra de guerrilha no meio rural.

Marx proclamava o comunismo como a solução autêntica do conflito entre o homem e a natureza e entre o homem e o homem; “o comunismo é a adivinha resolvida da história e sabe que representa a solução”. A explicação para o fado exemplar e as consequências desta doutrina depende de alguns fatores essenciais: a visão acerca dos adeptos – uma elite superior cujas finalidades utópicas santificam os métodos mais bárbaros; a negação do direito à vida para os que são definidos como “parasitas degenerados e vermes” – a desumanização deliberada dos inimigos/vítimas definidos como tais pelo estado; e o que identifica de modo correto o historiador francês Alain Besançon, a perversidade ideológica do centro do pensamento totalitário: a falsificação da idéia do Bem (*la falsification du Bien*). O comunismo procurou compreender e filtrar pela sua matriz ideológica tudo o que tinha potencial

para o discurso público. Procurou controlar e mediar qualquer narração pela que se autodefinia. Criou “um novo tipo de hegemonia cultural, que procurava realizar uma “revolução antropológica” através do apelo a uma política essencialmente transformadora e ritualística” (Roger Griffin). As reformas de Mikhail Gorbachev (conhecidas como *glasnost* e *perestroika*) visavam à racionalização do sistema soviético, injetando uma vida nova nas instituições leninistas, na situação geral e na economia, condenando as atrocidades stalinistas e reconduzindo o entusiasmo ideológico bolchevique do começo. De fato, ele procurou retomar os experimentos anteriores destinados a humanizar o socialismo (a Revolução Magiar, a Primavera de Praga, o revisionismo marxista na Polônia e na Iugoslávia). Assim como demonstraram as revoluções de 1989, o comunismo esgotara o poder de atração, o que conduziu à queda dos regimes leninistas da Europa Central e do Leste.

Em dezembro de 1991, o império multinacional denominado URSS foi dissolvido. A ruína do comunismo na Europa ofereceu espaço às mitologias políticas alternativas, fato que determinou a proliferação do que denomino os fantasmas da salvação: substitutos ideológicos cuja função principal é unificar o discurso público e oferecer aos cidadãos uma fonte de identidade fácil de reconhecer como parte de uma comunidade vagamente definida etnicamente (ou politicamente). Para terminar, gostaria de citar o filósofo polonês Leszek Kolakowski, um intelectual que experimentou assim a sedução do marxismo como a desilusão amarga na sua aplicação: “A auto-divinização da humanidade, a quem o marxismo ofereceu a expressão filosófica, terminou como todas as tentativas desse gênero, sejam individuais ou coletivas: revelou-se como o elemento de farsa das ligações entre os homens”.^[7]

⁶ O texto original em língua inglesa será publicado na *Encyclopedia of Modern Political Thought* (CQ Press). A tradução é de Iulia Vladimirov.

⁷ *Main Currents of Marxism*, new edition, with a new preface and epilogue, W.W. Norton, 2005, p. 1212

O STALINISMO NO LESTE EUROPEU[8]

A discussão acerca das transformações comunistas da Europa Central e do Leste Europeu tem de levar em conta que os documentos que existem até agora não provam a elaboração de um plano único de stalinização desta região. Seria errôneo imaginarmos que, numa noite, no Kremlin, Stalin e seus acólitos prescreveram uma via única de transformação desses países conforme o modelo “da primeira pátria de operários”. Seria errado, no entanto, desprezarmos o fato de que este objetivo foi para Stálin *une idée fixe* [9] desde o fim dos anos de 1930. A obsessão do cordão sanitário é prova para qualquer leitor do diário de Gheorghe Dimitrov.[10] Este volume traz numerosas provas do fato de que o assunto da sovietação foi intensamente discutido pelos vários líderes comunistas. Um exemplo eloquente é a controvérsia ardente entre Dimitrov e Rákosi sobre o futuro da Transilvânia. Naquela época, Dimitrov, adotando uma posição semelhante à de Rosa Luxemburgo no caso da Polônia, não conseguia entender a posição de seu colega magiar: “Sereis ambos países socialistas, por que te importas a quem pertence a Transilvânia?”. Charles Gati, no seu excelente volume *Hungary and the Soviet Bloc*, valendo-se dos arquivos comunistas da Hungria e da União Soviética abertos no momento do lançamento do livro, lembra o encontro entre Dimitrov, Suslov, Rákosi e outros membro do primeiro escalão na condução do Partido Comunista Magiar. O tema principal desta reunião e da interação entre esses líderes no final dos anos de 1940 foi a modalidade pela qual a Hungria viria a tornar-se um país socialista.[11]

A problematização científica desta matéria deve tomar em discussão também um elemento que produz agora mesmo reações fortes nos países da Europa Central e no Leste Europeu, ou seja, o papel e o significado da conferência de Yalta. Uma importante leitura deste assunto é o debate patrocinado pelo *New York Review of Books*, em que se envolveram, em

primeiro lugar, Lezeck Kolakowski e Theodore Draper, com contribuições da parte de autores como Frank Roberts, Antony Polonsky e Alfred J. Rieber. Ao lado das intervenções específicas sobre o caso polonês, algumas observações, em especial de Draper e Kolakowski, são significativas para o entendimento do significado de Yalta no fim dos acontecimentos que afinal levaram à sovietação da Polônia e, em geral, da Europa Central e do Leste Europeu. Para totalizar os pontos mais importantes das intervenções de Kolakowski e Draper, Yalta pode ser considerada o indicador simbólico de uma mudança radical de *regime* na região, sem que a realidade da extensão da hegemonia soviética signifique a desapareção desses *estados*. Yalta não foi em si uma traição (*sellout*), refletindo pura e simplesmente a realidade geopolítica resultante do fronte da Segunda Guerra Mundial. Mais importante do ponto de vista da “legitimação” das zonas de influência foram as conferências de Teerã, Londres e Moscou. Alguns dos participantes do seminário de All Souls College (em que eram baseados os textos do *NYRB*) ignoraram o que Kolakowski enfatizou, ou seja, o fato que Yalta foi percebida pelos povos da zona exatamente como *the point of no return*, o momento oficial de renúncia sem luta a essa parte da Europa. Assim, Yalta passou a ser sinônimo de percepção retroativa do plano concertado pela tomada do poder pelos comunistas. Permanece válida, mas ainda com um significativo grão de sal, a observação daquela época de Alfred J. Rieber: “Como no caso dos desmembramentos sucessivos da Polônia do século XVIII, os grandes poderes exerceram um papel importante no resultado final [Polônia de após 1945, *n.n.*] Mas, ainda uma vez, os poloneses foram os principais responsáveis por sua própria sorte”. A despeito da unilateralidade da afirmação, Alfred Rieber atinge um ponto importante: a evolução dos países da Europa Central e do Leste começando com a segunda metade dos anos de 1930, o afastamento deles do modelo democrático liberal, vulneraram-nos (juntamente com o trauma das perdas do período de conflagração) no confronto de depois de 1945 com a ofensiva comunista.[12]

No quadro dos debates lembrados, o historiador Theodore Draper (conhecido pelos seus estudos do comunismo americano) fazia uma afirmação que me parece significativa também da perspectiva do ato de condenação do regime comunista da Romênia. Disse ele: “O essencial é o fato que uma

mudança de regime não pode ser equivalente a uma interrupção da continuidade do estado polonês. “Descontinuidade” significaria que o estado polonês cessou de existir desde 1945 até o presente. A mesma coisa se poderia dizer dos outros satélites soviéticos do Leste europeu. Pode ser que alguém creia verdadeiramente que não houve estados para além das fronteiras do oeste da União Soviética?” . Alguns comentadores enunciaram repreensões ao ato de condenação e ao *Relatório Final* na mesma direção: como pode ser declarado ilegítimo e criminoso o regime comunista enquanto existirem tratados internacionais feitos por ele, enquanto este emitiu documentos oficiais (por exemplo, certidões de nascimento)? Nossos honrados pré-opinantes cometem um erro similar àquele assinalado por Draper: a Comissão Presidencial não condenou a Romênia como *estado* no período de 1947-1989, mas o *regime* comunista que conduziu o país nesse período. A equivalência cômoda estado-regime é o argumento tanto de um anticomunista muitas vezes não democrático, quanto de alguns apologetas do comunismo romeno, que assim tentam mascarar suas nostalgias (o que Florin Țurcanu chamava “história parênteses”). É, afinal, o argumento típico dos grupos que se enquadram no que chamei o “barroco stalinista-fascista.”

De modo evidente não se pode discutir acerca da bolchevização da Europa Central e do Leste europeu sem esclarecer o papel do “Centro Moscou”, para empregar o termo proposto por Ken Jowitt. O final da Segunda Guerra Mundial e a dinâmica de paz geraram um sistema de estados na Europa que foi o produto “dialético” de dois processos simultâneos: *a sovietação* e *a satelização*.^[13] Em primeiro lugar o desvio iugoslavo, o fracionalismo perpétuo albanês e as excentricidades romenas de política externa põem em evidência a importância desta distinção. A Romênia é o exemplo clássico do fenômeno de *desatelação* pela acentuação do *establishment* stalinista e pela hibridização do modelo soviético de construção estatal. Parece-me importante precisarmos que a reformabilidade de um regime comunista não deve ser julgada apenas da sua perspectiva de política externa. Fatores muito mais importantes numa avaliação assim são o papel do partido, o permear da ideologia no sistema e o nível de instrumentalização da polícia política. Essas são as instituições-chave para a perpetuação do (neo)totalitarismo.

A sovietação da Europa Central e do Leste europeu (o momento jdanovista do stalinismo) não aconteceu na ausência de um conjunto de premissas ideológicas, que pode ser que não foram percebidas tão claramente no começo, mas cuja evidência pode ser agora percebida historicamente. O stalinismo foi uma radicalização do bolchevismo, que, a seu turno, foi, assim como tão bem observou Ágnes Heller,[14] uma idéia fixa e prescritiva acerca da sociedade humana. Em nome dela, o movimento comunista eliminou um número enorme de homens, os que eram obstáculos (objetivos ou subjetivos) à transformação radical da sociedade. No período de 1945-1956, mas em alguns países também depois do momento absolutista do Bloco Soviético, o culto da personalidade e o patrimonialismo acentuado intrínseco do comunismo provocaram um descarrilamento nacional-stalinista grotesco do bolchevismo, na Europa Central e no Leste europeu.

O esclarecimento da dinâmica do experimento stalinista no Leste europeu requer o entendimento do papel dominante da intervenção e da intimidação soviética.[15] As formações comunistas locais seguiram um modelo de destruição sistemática dos partidos não comunistas, de desintegração da sociedade civil e de ocupação do tipo monopolista do espaço público por intermédio dos rituais ideológicos controlados pelo estado com a ajuda das instituições repressivas dos novos regimes.[16] O escopo principal foi o de construir um consenso passivo baseado no engajamento ilimitado diante do programa político ideocrático da elite condutora. A essência deste tipo de regime foi o culto da personalidade. A personalização do poder político, a concentração dele em mãos de um “demiurgo” levaram à adoração forçada pela natureza religiosa e à humilhação masoquista dos *sujeitos* (no sentido duplo, foucaultiano). A modalidade simbólica pela qual se realizou este registro moral-político foi a definição stalinista do internacionalismo como lealdade incondicionada diante da URSS (*touchstone theory*). Para poder controlar todos os mecanismos que garantiam a reprodução social e para manter as estruturas de poder num sistema assim, o partido exerceu um papel central. As minhas próprias pesquisas nos arquivos do PCR confirmaram o fato de que nenhum segmento do corpo social, econômico e cultural, assim como nem uma instituição do complexo repressivo escapou da intervenção sistemática e contínua do partido. Mesmo no período de apogeu do terror

(1948-1953), a polícia secreta serviu como ferramenta obediente ao partido e *não inversamente*. A pureza ideológica e vigilância revolucionária foram impostas como imperativo político fundamental. O núcleo desta ditadura ideológica, na encarnação mais radical, materializou-se depois de uma síntese entre o terror puro e a propaganda permanente. Mas a principal fraqueza deste sistema foi, em toda a sua existência, um déficit crônico de legitimidade. No período do stalinismo maduro, tanto na União Soviética, quanto no Leste europeu, o despotismo autocrático conseguiu minar o funcionamento do partido como instituição autônoma e causar erosão no potencial de “impessoalismo carismático” intrínseco no leninismo como modelo organizador. Este último elemento explica também as características neotradiconalistas do stalinismo. Se é para seguirmos o fio de argumentação de Ken Jowitt, a mudança de definição do heroísmo revolucionário – inicialmente pertencendo ao partido, agora sendo o apanágio de uma pessoa – anulou a principal novidade do leninismo como forma de agregação ideopolítica. Ou seja, o impessoalismo carismático que na URSS substituiu o impessoalismo procedimental que prevalece no mundo ocidental.[17]

No quadro desta estrutura monolítica dominada por uma “falange” revolucionária, os planos de remodelação da natureza humana, da vida cotidiana (*byt*), da natureza e da sociedade se acumularam num dogma com perfil de religião política fundamentada na idéia da negação da moralidade tradicional: o Bem e o Mal, o vício e a virtude foram reenquadrados num espaço ético condicionado por alguns ortodoxismos cognitivos e comportamentais.[18] O resultado final foi um sistema em que a vítima e o torcionário se substituem reciprocamente. A dramaturgia dos processos-espetáculo da União Soviética e do Leste europeu, com sua “pedagogia infernal” (Annie Kriegel), representa uma seção histórica definitiva para o novo mundo do stalinismo baseado no medo universal, na duplicidade e na suspeita.

O êxtase da solidariedade, “sentimental-oceânica” (Arthur Koestler), o desejo de afogar a própria autonomia na entidade mística transindividual do partido constituiu a base emocional para um tipo de envolvimento revolucionário de tipo poderosamente quiliástico. Nas suas discussões com Czelaw Milosz, Aleksander Wat sintetizou de maneira memorável este

fenômeno: “o comunismo é o inimigo da interiorização do homem profundo [...]. A essência do stalinismo é o envenenamento do homem no interior para que este seja reduzido do mesmo modo que os caçadores de cabeças produzem aquelas massas pequenas e encarquilhadas, para que então desapareçam totalmente [...]. O homem interior deve ser morto para que seja possível o acolhimento na alma do decálogo comunista”.[19] A comunidade definida em termos de classe deveria ser o oposto do detestado egoísmo do pequeno-burguês. O eu deveria ser negado para atingir a verdadeira *fraternité*. As gerações de intelectuais marxistas não hesitaram em aniquilar a própria dignidade em sinal de adesão a esta corrida apocalíptica para as certezas absolutas.[20] Toda a herança do ceticismo racional ocidental foi afastada em favor do mundo ideológico emanado do Kremlin. A época da razão haveria de culminar assim com o universo congelado do terror racionalizado.[21] O ser humano –totalmente desprezado no nível do discurso filosófico – foi finalmente aniquilado como entidade no vórtice das grandes purgações. Jochen Hallbeck, em suas análises sobre os diários do período stalinista, observa corretamente o fato de que “teria sido inconcebível para o indivíduo que vivia no sistema bolchevique formular uma noção independente por si do programa promulgado pelo estado bolchevique. O indivíduo e o sistema político em que vivia não podem ser vistos como entidades separadas”.[22] Essas imagens são mais do que simples metáforas, porque as metáforas em si exprimem o lado inefável da realidade, e o que aconteceu sob Stálin (e no período de emulação deste no Leste europeu) teve um caráter dolorosamente visível e imediato. Poucos podem negar hoje o fato de o stalinismo ser a antítese da herança humanista ocidental.

Ao mesmo tempo, François Furet e Pierre Hassner estão perfeitamente corretos em acentuar a natureza do leninismo como patologia do universalismo – uma progenitura naufragada (*devoyé*) do Iluminismo. Mas, de modo evidente seria errado limitarmo-nos apenas à condenação ética. Mas seria igualmente condenável desprezarmos as implicações morais do stalinismo, o que o jovem Lukács chamou “o problema moral do bolchevismo”. Para o entendimento do marxismo no século xx é essencial percebermos a ambivalência das personalidades, a disputa entre os ideais altos e as práticas palpáveis, os métodos da pedagogia diabólica do stalinismo. A

evolução intelectual do marxismo é a narrativa da vingança da História contra seus próprios beatos.

A pedagogia diabólica e ilógica do stalinismo tem origem no que Alvin Gouldner considera o ato de “redefinição da compaixão”, que foi causado pelo “rechaçamento da condição humana em favor da condição histórica”. [23] Assim, o indivíduo é proclamado onipotente, mas a identificação abstrata do homem com a idéia de poder realiza-se por intermédio da ideologia. O pensamento crítico passa a ser potencialmente subversivo (assim objetiva, como subjetivamente) porque por sua natureza contrapõe-se ao mito da homogeneidade intrínseca da ortodoxia stalinista clássica. Este tipo de xamanismo político, praticado pelos assim ditos adversários de qualquer forma de misticismo, aniquila qualquer tentativa de resistir ao assalto permanente do dogma sobre a mente. O marxismo-leninismo, o codinome de fato para a ideologia da nomenclatura, procurou dominar assim a esfera pública como a privada. O homem como indivíduo, mas também como *citoyen*, tinha de ser massificado. O culto da violência e a sacralização da infalibilidade da linha do partido produziram súditos absolutos, aqueles para quem nenhum crime ordenado pelo nível superior era injustificável na perspectiva “dos dias luminosos de amanhã”. “Os torcionários voluntários” de Stálin, assim como no caso das motivações ideológicas de um Eichmann, por exemplo, agiram “sem pensar” (*thoughtlessness*). [24]

É necessário um clima de medo endêmico para a manutenção desta “espécie” de monolitismo. O pensamento stalinista conspirativo produz a imagem evemerista diabólica do traidor com o escopo de cimentar tal coesão dócil. No sentido mais propriamente girardiano, o mecanismo do bode expiatório [25] alimenta a utopia da sociedade libertada da exploração, do antagonismo e do império da necessidade. O ponto de partida desta violência coletiva, enquadrada estatisticamente, é o maniqueísmo de Lênin, combatente e intransigente, essencializado na formulação hipnótica *kto kogo*. Quem são os inimigos? De onde vêm? Quais são os escopos deles? A Função do Grande Terror, dos processos espetáculo, foi exatamente a de fornecer respostas a tais perguntas. As metas traçadas por Stálin para seus subordinados no período das ondas de purgações foram, em princípio, a da manutenção da vigilância revolucionária e a do entretenimento da psicose generalizada. Não se aceita

nenhuma fissura no escudo bolchevique; não se toleram dúvidas ou remorsos, podendo esconder possíveis planos destinados a minar o sistema. O motivo da fortaleza assediada era proferido obsessivamente: “Sendo cercados por inimigos, a nossa sobrevivência depende da manutenção da unidade”. A dissidência era percebida como um ataque contra a vanguarda revolucionária. Assim, a oposição passava a ser pecado mortal, tomando a suspeição o valor de virtude absoluta. A assunção de diferença equivale ao opróbrio do ostracismo. Mas representa também o primeiro passo para a emancipação, o que Soljenitzin chamou “a autonomia do espírito.” Em consequência, o arame farpado do Gulag soviético é o símbolo da nova fronteira entre as vítimas absolutas e os cúmplices relativos do Mal na história.

Toda a tragédia do comunismo é simbolizada pela pretensão alucinante de uma minoria de encarnar uma elite cujos escopos utópicos canonizem também os seus métodos mais bárbaros. Este é o fundamento para a negação do direito à vida dos definidos como “parasitas”, “micróbios” ou “escória da sociedade” para a desumanização deliberada das vítimas. A concepção, inicialmente proposta pelos *philosophes* franceses, acerca do homem como mecanismo encontrou um eco sinistro na tecnologia ubíqua do crime contra todas as categorias sociais. O Grande Terror representou o apogeu do utopismo radical, o momento em que nada pôde parar ou resistir diante da propagação perpétua da infâmia. Igál Halfin descreve de maneira pertinente o processo pelo qual, uma vez com os ciclos de expurgos da União Soviética (que embrionária e programaticamente começaram já em 1920), a escatologia marxista transfigurou-se numa demonologia que atingiu a maturidade discursivo-transformista-criminal juntamente com a ofensiva para a realização do socialismo num único país, sob Stálin.

Nesses anos, o discurso público foi saturado com terríveis espectros assim como os do fracionista, do oportunista, do espião, do agente do imperialismo e outras hipóstases discursivo-simbólicas da “torpeza” anti-bolchevique. Philip Rahv oferece uma interpretação útil das fontes que tiveram como finalidade o Grande Terror: “Esses são processos sobre a mente e o espírito humano[...]. Na União Soviética, pela primeira vez na história, o indivíduo foi privado de qualquer meio de resistência. A autoridade é monolítica: as atribuições e a política são indiferenciadas (*property and politics are one*). Nessas condições,

torna-se impossível o desafio ao partido. Não pode ser eludido. Não apenas toda a vida é absorvida por este, mas ele procura moldar as faces da morte”.[26] Uma verdadeira fenomenologia da traição nasce no processo de justificação do massacre da sociedade, sendo lamentavelmente generosamente reproduzida não por poucos intelectuais que aceitaram este cenário mórbido. A nostalgia ou a esperança para as migalhas ilusórias da moralidade na utopia comunista, combinada com a exploração maquiavélica do antifascismo, levaram ao revés constante de muitos intelectuais de aceitar ou reconhecer o caráter criminal da experiência soviética.

O problema fundamental do leninismo foi (assim como assinalaram já em 1918 Karl Kautski e Rosa Luxemburgo) a divinização do escopo final, o que teve consequência direta na aparição de um universo amoral em que os crimes mais abjetos foram justificados do prisma de um futuro luminoso assintótico. Mas na prática, o ponto terminus apareceu como a eliminação total da política por intermédio de um partido que passava a ser a “encarnação” de uma vontade geral de extermínio. Aproveitando-se da mediação de um mito do partido como recipiente da razão na história, o leninismo conseguiu melhor do que qualquer ideologia moderna transformar um culto de feição gnóstica num instrumento extraordinário de auto-hipnose política. Os militantes leninistas de todo o mundo creram no mito do “partido de tipo novo” com um ardor comparável apenas ao dos fanáticos das religiões milenaristas. A chave da extinção do leninismo encontra-se no complexo ideopolítico do partido como *locus* da razão e do conhecimento histórico. O leninismo, nas suas várias fases, foi o que Ken Jowitt definiu como um momento católico na história, em cujo tempo “a *palavra* universalizante ideológica tomou *corpo* institucional, e o complexo resultante institucional (habilmente padronizado e hierarquizado) conseguiu dominar um número significativo de culturas, autonomamente características destas”. A forma althusseriana deste fenômeno mantém sua validade apenas pela inversão fraseológica: o leninismo foi um novo tipo de práxis da filosofia. A explicação da longevidade do leninismo no século xx pode ser encontrada na “promessa da Grande Revolução de Outubro [...] da União Soviética como hierofania socialista”.[27]

As biografias das elites ideológicas dos regimes de tipo soviético são, na maior parte das vezes, não espetaculosas, faltando-lhes os elementos de

distinção real. No que diz respeito à Europa Oriental e Central, os guardiões do dogma marxista-leninista foram de regra recrutados das fileiras das facções moscovitas dos partidos comunistas e os respectivos países. Na Hungria, József Révai, que inicialmente foi um dos mais promissores discípulos de György Lukács, se transfigurou depois de 1945 no “flagelo” da intelectualidade magiar. Révai foi membro da delegação húngara nos encontros sucessivos do *Cominform* no período de 1947-1948, sendo um dos doutrinadores mais entusiastas do anti-cosmopolitismo e do exclusivismo jdanovista. Na Romênia, o também Iosif Kishinevschi – Leonte Răutu levaram a cultura nacional a um impasse quase mortal. Campanhas similares de corrupção insidiosa e a negação das tradições locais e um ethos internacionalista apócrifo foram promovidos ferozmente por alguns líderes burocráticos propagandistas da ex-Tchecoslováquia (por Vilém Kopecký) e pela Alemanha Oriental (por Kurt Hager). As ofensivas que foram disparadas por esses corifeus da ortodoxia stalinista concentraram-se em dois “pecados” capitais: “o nacionalismo burguês” e “o cosmopolitismo sem raiz”.[\[28 \]](#) Ao mesmo tempo, “o patriotismo socialista” prosperava, baseando-se na proliferação paroxística dos rituais do culto à personalidade.

Desprovidos de uma identidade distinta de ideologia, os sacerdotes do dogma investiam sem nenhum escrúpulo na “super personalidade” de Stálin. Depois da dissolução terrorista do ego era normal para os *aparatchic* se auto-projetarem no mito de Stálin, como superego institucionalizado. Apenas no caso de Tito existiu um nível significativo de ambivalência. De uma parte, ele sustentou entusiasticamente a nova orientação internacional de Stálin, codificada por Jdanov (no que diz respeito à teoria dos dois “campos de concentração” – o socialista e o capitalista), mas, de outra parte, considerou esta mudança de linha o momento favorável para que ele avançasse sua própria política hegemônica na Europa de Sudeste (Balcãs). Chamemos esta síndrome estratégica hegemonismo paralelo. A ironia da situação constou no fato de que a ruptura desses dois líderes produziu-se exatamente no período em que a concepção soviética e a iugoslava acerca da luta de classe no plano mundial se encontravam em perfeito acordo. Em 1947-1948, Tito subestimou o monopólio absoluto do poder pelo tirano do Kremlin e imaginou que poderia beneficiar-se de uma margem (relativa) de autonomia. Ivo Banac

explicava em 1988: “O desenlace dramático de 1948 esteve diretamente ligado pelos temores de Stálin de que a Iugoslávia comesse a assumir o papel de centro comunista regional e, implicitamente, os desafios potenciais dirigidos ao Ocidente pressupunham tal responsabilidade nova”.[\[29 \]](#) Na verdade, o líder da Liga dos Comunistas da Iugoslávia (até 1952 tinha o nome de Partido Comunista da Iugoslávia) iniciou os planos inquebrantáveis de realização de uma confederação comunista danubiana (que teria incluído a Iugoslávia, a Bulgária e a Romênia), em paralelo com a acentuação da assimilação do Partido Comunista Albanês (cujo nome foi mudado em 1948 para Partido do Trabalho da Albânia).

O conflito com a Iugoslávia e a excomunhão de Tito do *Cominform*, em junho de 1948, foram o sinal para o arranque de expurgos dramáticos nos partidos do leste europeu. Mas, ao mesmo tempo, esta primeira crise do Bloco Soviético trouxe à evidência a impossibilidade de suprimir as tendências locais na região por Moscou, mesmo também no caso de algumas frações extremamente fiéis à URSS. A severidade da reação de Stálin neste caso pode ser explicada pela reativação, pela conduta dos PCUS, do princípio “do cerco capitalista”. Nesta acepção, o fim da Segunda Guerra Mundial provocara uma nova ofensiva imperialista contra o comunismo, e, principalmente, contra “as jovens democracias populares”, que, conforme Stálin, anunciavam uma iminência de uma nova conflagração total. Nestas circunstâncias, a tentativa do experimento nacional-comunista devia ser aniquilada. Em consequência, nos vários países da região, aos líderes de partido era permitida apenas uma adulação limitada da parte dos subordinados, mas tais exercícios de glorificação eram apenas simples ecos do monoteísmo originário: o amor inabalável por Stálin. Wladyslaw Gomulka ofereceu um excelente diagnóstico para o culto dos líderes locais, que “pode ser visto como brilho refratado, uma simples cintilação tomada de empréstimo. Era luz, mas apenas a da Lua”.[\[30 \]](#)

Zbigniew Brzezinski definiu o “domesticismo” como “preocupação exagerada, mesmo se muitas vezes não conscientizada, “diante dos objetivos comunistas locais em desfavor dos escopos internacionais da União Soviética” (voltamos à teoria da pedra de toque, *touchstone theory*).[\[31 \]](#) Tal tendência não foi a expressão de uma teoria oposicionista-alternativa elaborada em contrapeso à hegemonia soviética. Refletiu o convencimento de alguns líderes

do leste europeu, como Gomulka, Pătrășcanu e Kostov, conforme os quais os interesses nacionais podiam ser colocados em primeiro plano porque não eram necessariamente incompatíveis com a agenda soviética. Pode-se argumentar assim que o escopo principal, se não mesmo o único, do *Cominform* foi o de suprimir e sufocar estas ambições locais (potencialmente centrífugas). A realização das intenções de condução do PC da URSS no Leste Europeu pressupôs a aplicação de uma única estratégia cujo escopo final era a transformação revolucionária das várias culturas políticas nacionais em réplicas fiéis da “sociedade avançada” soviética.

Os partidos comunistas da região deram início a campanhas frenéticas de transformação sócio-político-cultural, que imitavam o modelo “da primeira pátria do socialismo”, provocando mesmo o aumento de algumas das características mais reprováveis do sistema totalitário soviético. A motivação dos processos-espetáculo (*show trials*) que aconteceram nas “democracias populares” nos seus primeiros anos de existência foi a de gerar um consenso nacional necessário diante da elite comunista e de entreter um estado de mobilização, pânico e medo nos meios populares. Considero interessante para esse tema o modo pelo qual Erica Glaser Wallach, a filha adotiva de Noel Field (um quaker americano com simpatias de esquerda, que se achava na Suíça na época da guerra, personagem-chave naquelas encenações), apresenta o modo de obtenção de confissão, assim como o modo como a vítima era desumanizada. “Depende de ti [...], declara tua culpa pelos crimes cometidos, coopera conosco, e nós, a nosso turno, faremos todo o possível para te ajudarmos. Poderíamos até mesmo levar em conta uma possível libertação, se nos convenceres que renunciaste a ser inimigo. Não somos bárbaros; não nos interessa a vingança. Além disso, não és o verdadeiro inimigo. Para nós não és tu que nos interessas; interessam-nos os criminosos que se encontram a tuas costas, as forças sinistras do imperialismo e da guerra. Não debes protegê-los, eles perderão as próprias batalhas. Nós ajudamos frequentemente os homens como tu a reencontrar o caminho normal na vida e a teres um papel respeitável na sociedade [...]. Queres saber como é uma serpente capitalista? Eis ali, o lixo que está ali! Não verás mais esse ente abjeto rastejante [...]. Apaga esse arreganho sujo de teu rosto, servo que és dos americanos [...]. És uma puta! É isso que és! Ora, pior do que isso: as putas vendem o corpo, e tu vendeste a

alma. Por dólares americanos, por alguns miseráveis dólares americanos [...]”.
[32]

George H. Hodos, um sobrevivente do Processo Rajk de 1949, considerava que este tipo de encenação era sinal para todos os outros livre-pensadores potenciais e “heréticos” dos países satélites. Os processos em causa “procuraram estigmatizar criminalmente e/ou o agente do imperialismo quem quer que exprimisse opiniões diferentes; apresentar distorcidamente as divergências de tática de traição, sabotagem e espionagem”. [33] Essas não foram simples repetições dos expurgos sanguinolentos que devastaram o corpo político e social da União Soviética nos anos de 1930. Entre 1949 e 1951, as principais vítimas dos processos foram membros das “elites comunistas nacionais” os assim ditos “comunistas domésticos”, que se contrapuseram aos doutrinadores intransigentemente stalinistas. Xoxe, Kostov, Pătrășcanu, Gomulka e Rajk passaram os anos da Segunda Guerra Mundial em seus próprios países e participaram do movimento de resistência anti-nazista. Ao contrário de seus colegas de formação em Moscou, podiam invocar como fonte de legitimação a participação no quadro deste fronte interno. Não está excluído que alguns deles considerassem ofensiva a atitude condescendente dos “moscovitas”, que se valiam de ligações mais poderosas e influentes com o centro do comunismo para tratar os “comunistas doméstico” como subalternos. Stálin estava consciente destas rivalidades fraccionistas e as empregou para dar início ao mecanismo de expurgo permanente nos países satélites.

Mas, no mesmo período, no começo dos anos de 1950, Stálin mostrou-se preocupado com o papel dos judeus como supostos agentes do cosmopolitismo e, implicitamente, como patrocinadores “objetivos” do Ocidente. Para os comunistas, não era importante apenas o indivíduo que se colocava contra, de maneira “subjetiva” ao sistema, mas principalmente o que este pensava ou poderia ter pensado/feito da perspectiva do seu estatuto “objetivo” determinado (a proveniência burguesa, os estudos no estrangeiro, o pertencer a um grupo minoritário etc.). Ao passo que na União Soviética acontecia um pogrom maciço, nas democracias populares a luta contra o “cosmopolitismo sem raízes” permitiu a alguns líderes locais dar início ao expurgo de uma parte da elite dos “moscovitas”, que, a propósito, era

predominantemente de origem judaica. A eliminação desta, igualmente dos stalinistas fervorosos, atingiu padrões grotescamente espetaculares na Tchecoslováquia, onde o principal acusado foi Rudolf Slánský, que, até setembro de 1951, detivera a função de secretário geral do Partido Comunista já no poder e que, deste posto, coordenou a repressão cruel contra as forças democrática e as dos fraccionistas (reais ou imaginários).

As provas das evidentes ramificações anti-semitas dessas campanhas (não apenas na Tchecoslováquia) tiveram a vantagem de produzir uma legitimação por associação com preconceitos xenófobos preexistentes na região. William Korey enunciava em 1972 o seguinte balanço (aplicável também a outros casos), acerca da natureza do antissemitismo na União Soviética: “a discriminação contra os judeus tornou-se parte integrante da política de estado soviética já no final dos anos de 1930. Faltou apenas uma ideologia que racionalizasse a exclusão dos judeus dos diversos postos ou justificasse a suspeição endêmica de que eram vítimas. Criada no período de 1949 a 1953, para depois ser aperfeiçoada, começando em 1967, a imagem do “judeu corporativo”, cosmopolita ou sionista, foi associada à idéia de inimigo. O estereótipo anti-semita popular foi absorvido nas práticas oficiais, sendo provocado pela necessidade chauvinista e dos imperativos totalitários do sistema [...] A ideologia do “judeu corporativo” não foi e não está totalmente integrada no pensamento soviético. Funciona apenas num nível pragmático: preenche limitadamente, mas de maneira claramente definida os escopos internos. Esta coisa deixa aberta a possibilidade de renunciar-se a ela quando já não é necessária aos respectivos objetivos”.[34] Deixa aberta, evidentemente, também a possibilidade de rechaçar as repreensões de antissemitismo vindas até mesmo da parte de alguns partidos comunistas do ocidente.

Ao tempo do Processo Slánský e o “complô dos aventais brancos” (O Processo dos Médicos) representa os limites da irracionalidade do sistema stalinista, o expurgo do grupo Pauker-Luca-Georgescu parece ser mais uma expressão de um pragmatismo revolucionário local. No quadro de intrigas bizantinas que devoraram a elite comunista da Romênia, o internacionalismo místico do período cominternista foi substituído aos poucos por uma posição cínica, impregnada de motivos nacionalistas e xenófobos. Dej e seus acólitos não hesitaram em utilizar taticamente o antissemitismo, sendo encorajados

(explícita ou implicitamente) até mesmo pelo Kremlin. Faziam o jogo do controle total do partido, e a hebreiedade (alteridade) dos rivais não era senão um argumento a mais para serem afastados. Se os stalinistas nacionais foram os principais beneficiários do impulso hipócrita de Stálin de não transformar “um partido social, de classe num de raça”, não podem, no entanto, ser considerados os iniciadores ou os arquitetos desta campanha. Os stalinistas romenos (Dej, Apostol, Ceaușescu, Drăghicîi) seguiram com a mesma fidelidade, assim como Pauker ou Luca, as diretrizes de Moscou. Não se lhes permitiu a autonomia diante do centro, mas apenas diante de uma *geração* de agentes do centro. De fato, Moscou sancionou o amadurecer de novas elites stalinistas na Romênia, de que continuaram a fazer parte os veteranos *cominternistas* como o representante de quadro Petre Borilă e o ideólogo Leonte Răutu.

A lógica do stalinismo excluiu a dúvida e a interrogação de si; paralisou a razão crítica e a inteligência e instituiu o marxismo de tipo soviético como o regime da verdade absoluta. Em consonância com a idolatrização de Stálin, os líderes do leste europeu instrumentalizaram campanhas similares, por intermédio das quais o Partido foi identificado com o Condutor, que, a seu turno, obtinha o nimbo carismático como emissário da sabedoria do leninismo stalinizado. Então, quando no movimento comunista o primeiro cisma pós-1945, a lógica demoníaca dos expurgos permanentes foi aplicada, começando em 1949, em relação com as elites comunistas da região. Os militantes stalinistas tiveram ocasião de sentir na própria pele os efeitos da engrenagem do terror que eles mesmos tinham criado. Leszek Kolakowski considera que a instituição dos expurgos tem a função de integrar, contribuindo para a destruição dos últimos vestígios da autonomia do sujeito, produzindo um clima social que inibe totalmente a alternativa crítica: “O objetivo do sistema totalitário é de destruir todas as formas de existência coletiva que não sejam impostas pelo estado ou não sejam controladas atentamente por este. Assim, os indivíduos estão isolados uns dos outros e passam a ser simples instrumentos à disposição do estado. O cidadão pertence a ele e lhe é defesa qualquer lealdade, à exceção daquela diante da ideologia oficial”.[35]

As vítimas do comunismo pertencem a uma categoria inventada por Stálin, a do “inimigo objetivo”. O stalinismo funcionou na base de uma estratégia

repressiva exaustiva com ambições “pedagógicas” e que pretendeu representar o triunfo do espírito ético e do coletivismo igualitário. Nessa ordem de idéias, Nicolas Werth emitia este diagnóstico: “No percurso um quarto de século contido pela ditadura de Stálin, os fenômenos repressivos variaram, evoluíram e tomaram várias formas e dimensões. Refletiram as transfigurações do próprio regime num mundo de mudança. Esta violência adaptável foi caracterizada por múltiplos níveis de intensidade, de contínua mutação, de objetivos em permanente mudança, de numerosos episódios surpreendentes, e, afinal, pelos excessos que esfumaram a linha entre a legalidade e extralegalidade”.[36] Os expurgos maníacos que foram até à autodevoração foram, igualmente, a essência prática e a “legitimação” teórica do sistema extremista-totalitário. Para retomar o título de um livro célebre da época: *Assim se temperou o aço...*[37]

8 Uma primeira versão deste texto apareceu com o mesmo título na revista mensal *Idei în dialog*, em quatro episódios em números consecutivos, de janeiro a abril de 2008, Tradução de Bogdan Cristian Iacob. A variante completa do texto pode ser encontrada em língua inglesa em Vladimir Tismăneanu (ed.), *Stalinism Revisited: The Establishment of Communist Regimes in East-Central Europe*, Central European University Press, Budapest/New York, 2009 .

9 Uma idéia fixa, em francês no original – NT.

10 *The Diary of Georgi Dimitrov, 1933-1949*, introduced and edited by Ivo Banac; German part translated by Jane T. Hedges, Russian by Timothy D. Sergay, and Bulgarian by Irina Faion; Yale University Press, New Haven, 2003.

11 Charles Gati, *Hungary and the Soviet Bloc*, Duke University Press, Durham, N.C., 1986.

12 Sir Frank Roberts, Antony Polonsky e Leszek Kolakowski, “Yalta & the Fate of Poland: An Exchange”, e Theodore Draper, “A Comment”, em *New York Review of Books*, n.º 9, vol. 33, 29 de maio de 1986; Leszek Kolakowski, “Yalta & the Fate of Poland: An Exchange” e Theodore Draper, “A Reply”, em *New York Review of Books*, n.º 13, vol. 33, 14 de Agosto de 1986; Leszek Kolakowski, “The Fate of Poland”, Theodore Draper, “A Reply”, e Alfred J. Rieber, “The Fate of Poland”, em *New York Review of Books*, n.º 18, vol. 33, 20 de Novembro de 1986. As partes citadas são das obras correspondentes dos autores mencionados no texto.

13 Tornar um país ou Estado dependente de um outro do ponto de vista político e econômico, tal como ocorreu com alguns países ligados à ex-URSS.

14 Ágnes Heller, “Legitimation Deficit and Legitimation Crisis in East European Societies”, em Vladimir Tismăneanu (ed.), *Stalinism Revisited: The Establishment of Communist Regimes in East-Central Europe*, Central European University Press, Budapest/New York. Para um tratamento mais amplo da problemática soviética, ver Ágnes Heller e Ferenc Fehér, *From Yalta to Glasnost: The Dismantling of Stalin's Empire*, Basil Blackwell, Cambridge, 1990.

15 O estudo clássico acerca dessa temática continua sendo o volume de Zbigniew Brzezinski, *The Soviet Bloc: Unit and Conflict*, revised and enlarged edition, Harvard University Press, Cambridge, Mass, 1967.

16 Para pormenores quanto à minha interpretação acerca das ligações entre ritual e violência no stalinismo, ver Vladimir Tismăneanu, *The Crisis of Marxist Ideology in Eastern Europe: The Poverty of Utopia*, Routledge, London/New York 1988.

17 Kenneth Jowitt, *New World Disorder. The Leninist Extinction*, University of California Press, Berkeley/Los Angeles, 1992, p.1-2.

18 Uma contribuição importante sobre o problema da religião política é Emilio Gentile, *Politics as Religion*, Princeton University Press, Princeton, 2006. Quanto às ligações entre a moralidade e o marxismo-leninismo, ver o debate de Human Rights Review, o número de janeiro-março de 2011: Steven Lukes, “On the Moral Blindness of Communism” (Da cegueira moral do comunismo), p. 113-124; Vladimir Tismăneanu, “Communism and the Human Condition: Reflections on the *Black Book of Communism*”, p. 125-134; John Rodden, “It should have been written here”: Germany and *The Black Book*”, p. 144-164.

19 Aleksander Wat, *My Century*, foreword by Czesław Miłosz, *New York Review of Books*, New York, 1988, p. 92.

20 O livro essencial acerca dessa matéria continua a ser o de François Furet, *Le passé d'une illusion. Essai sur l'idée communiste au XXe siècle*, Éditions Robert Laffont/Calmann-Lévy, Paris, 1990 (a obra apareceu em romeno com o título *Trecutul unei iluzii. Eșeu despre ideea comunistă în secolul XX*, tradução de Emanoil Marcu e Vlad Russo, Editura Humanitas, București, 1996).

- 21 Norman Cohn, *The Pursuit of the Millennium: Revolutionary Messianism in Medieval and Reformation Europe and its Bearing on Modern Totalitarian Movements*, Harper and Row, New York, 1961.
- 22 Jochen Hellbeck, “Fashioning the Stalinist Soul: The Diary of Stepan Podlubnyi, 1931-1938”, em *Jarbücher für Geschichte Osteuropas*, n.º 2 (1997), e “Working, Struggling, Becoming, Stalin-Era autobiographical Texts”, em *Russian Review*, n.º 60 (Junho de 2001), p.; 340-359.
- 23 Alvin W. Gouldner, *Against Fragmentation. The Origins of Marxism and the Sociology of Intellectuals*, Oxford University Press, New York, 1985, p. 260-261.
- 24 Hannah Arendt, *The Life of the Mind*, Harcourt Brace Jovanovich, San Diego, New York, 1978, p. 45.
- 25 James G. Williams (ed.), *The Girard Reader*, Crossroad Publishing, New York, 1996, p. 97-141. O mesmo tipo de mecanismo funciona para a imagem das categorias de “Sabotador” e “kulak” depois de 1929 na URSS.
- 26 Philip Rahv, *Essays on Literature and Politics, 1932-1972*, Houghton Mifflin, Boston, 1978, p. 288
- 27 Kenneth Jowitt, *New World Disorder*, p. 249-284
- 28 Este motivo do *Agitprop* nos campos de concentração soviéticos teve uma variante que exprime o antisemitismo latente do stalinismo do período de depois de 1948, ou seja, “o cosmopolitismo de grupo e nação” (*cosmopolitism of kith and kin*).
- 29 Um elemento importante, raramente discutido na Romênia, é o radicalismo dos comunistas iugoslavos naqueles anos (um tipo de “desvio de esquerda”), seguindo no final dos anos de 1940 uma política de permanente provocação diante do Ocidente. Ver Ivo Banac, *With Stalin against Tito: Cominformist Splits in Yugoslav Communism*, Cornell University Press, Ithaca, 1988, p. 29).
- 30 Zbigniew Brzezinski *The Soviet Bloc*, p. 65.
- 31 *Ibidem*, p. 52.
- 32 Erica Wallach, *Light at Midnight*, Doubleday, New York, 1967, citado por Ivan Margolius, *Reflections of Prague: Journeys through the 20th Century*, Wiley, London, 2006, p. 193. Para uma análise interessante do mecanismo de expurgo pelo processo público e do perfil psicológico de *true believer*, ver Egon Balas, *Will to Freedom: A Perilous Journey Through Fascism and Communism*, Syracuse University Press, Syracuse, 2000, p. 219 (*Voința de libertate*, trad. de Stela Tinney, Editura FCR, 2001). Ver meu ensaio acerca do livro de Balas em Vladimir Tismăneanu, *Scrisori din Washington*, Editura Polimo, Iași, 2002, p. 119-122.
- 33 George H. Hodos, *Show Trials: Stalinist Purges in Eastern Europe, 1948-1954*, Praeger, New York, 1987, p. 11-12.
- 34 William Korey, “The Origins and Development of Soviet Anti-Semitism: in Analysis”, p. 135, em *Slavic Review*, vol. 31, n.º 1 (março de 1972), p. 111-135. Um ano mais tarde, Korey desenvolveu o artigo em um volume; *The Soviet Cage: Anti-Semitism in Russia*, Viking, New York, 1973
- 35 Leszek Kolakowski, *Main Currents of Marxism*, vol. II, *The Golden Age*, Oxford University Press, Oxford, 1978, p. 85.
- 36 Nicolas Werth, “Strategies of Violence in the Stalinist USSR”, p. 75, em Henry Russo (ed.), *Stalinism & Nazism. History and Memory Compared*, University of Nebraska Press, Lincoln/London, 2004, p. 73-95.
- 37 De Nikolai Ostrovsky – NT.

O QUE FOI O STALINISMO NACIONAL?[38]

Como variedade política no quadro do leninismo, diferente do que chamamos, de regra, nacional-comunismo, o stalinismo nacional opôs-se a qualquer forma de libertação e, tanto mais, de democratização. Reacionário e egocêntrico, valorizava a autarquia, a exclusividade, e alinhou-se a uma política de militarização, tanto no plano interno, quanto no plano externo. O stalinismo nacional aderiu a um conjunto de leis supostamente universais da revolução socialista, e qualquer “desvio” desta era considerado uma traição dos princípios de classe. O conceito defendia a instabilidade política e promovia o isolamento nacional, a humilhação e o estado de pânico, representando uma tentação para as elites leninistas dos países onde a esquerda radical pré-stalinista foi fraquíssima ou mesmo inexistente, ou onde a legitimidade do regime vinha de fora do país (por exemplo, os casos da Romênia, Albânia e, de certo modo, da República Democrática Alemã, sob o governo de Erich Honecker). O stalinismo nacional foi um sintoma de degeneração. Narcisista e anacrônico, valorizava a uniformidade, explorava os ressentimentos tribais e as filiações primárias; o seu escopo visava à realização da utopia leninista, mesmo ao preço da pobreza generalizada. Os valores fundamentais de um tal regime são o voluntarismo político, o sectarismo, o radicalismo, o culto à hierarquia e à autoridade, o desprezo pela democracia parlamentar e pelo constitucionalismo. No presente artigo analisarei primeiro o que considero serem as origens do modelo de stalinismo nacional, depois do quê, deter-me-ei nos quatro países da Europa Oriental no período pós-stalinista. A dois desses, Romênia e Albânia, classifico-os como exemplos arquetípicos, ao passo que os dois outros, Bulgária e Polônia, considero-os representativos deste tipo de regime comunista somente em certa medida. Estes últimos, no entanto, apresentam particularidades que os aproximam mais das formas de stalinismo integrável

no nível da nação do que das suas variantes institucionais (o exemplo da República Democrata Alemã, sob o governo de Erich Honecker, ou da Tchecoslováquia, governada por Gustav Husak).

O modelo deste tipo de sistema é representado pela Rússia dirigida por Stálin, desde o meado dos anos de 1930 até a morte do ditador. Assim como escrevia Robert C. Tucker, Stálin era “um bolchevique de extrema direita, que combinou a sua versão acerca do leninismo com o grande nacionalismo russo”. [39] Em sua acepção, o stalinismo era “bolchevismo nacional russo”. [40] Stálin formulou a teoria do socialismo num só país que se tornou a principal justificação da sua ditadura autocrata. Impôs sua vontade de ferro ao partido e a todo o país, interditando e punindo qualquer forma de oposição, e seguiu uma política de industrialização excessiva, coletivização forçada da agricultura e arregimentação completa da cultura. Nos anos de 1930, Stálin desencadeou o terror em massa contra os trabalhadores, os camponeses, os membros do partido, do exército e da inteligentzia. Para assegurar para si o poder absoluto, valeu-se da polícia secreta e de outras instituições de terror, inclusive de campos de trabalho e de concentração (*Gulag*). A política stalinista de extermínio levou à morte de alguns milhões de pessoas inocentes. Depois da vitória soviética sobre Hitler na Segunda Guerra Mundial, Stálin impôs regimes de tipo soviético na Europa Central e Oriental. Quando de sua morte, em março de 1953, Stálin era o condutor supremo do Bloco Soviético e do movimento comunista de todo o mundo.

Ao contrário de Lênin, a visão de Stálin acerca da vitória completa e irreversível do socialismo na Rússia não dependia do sucesso das revoluções proletárias do Ocidente. Ele levou mais adiante a idéia leninista de um partido revolucionário predestinado, sob cuja condução passaria a ser realidade a construção de uma sociedade sem classes sociais. Para a realização deste escopo, nem uma medida era muito áspera e nenhum sacrifício era grande. “Não há cidadela que nós, bolcheviques, não possamos conquistar”, dizia Stálin. No quadro do experimento soviético, o princípio marxista da unidade social transformou-se no que Lênin chamava “unidade de vontade”, que, sob Stálin, passou a ser “a teoria orgânica do partido”, para seguir a fórmula de Erik van Ree. E, se no caso de Lênin, a idéia de unidade representava uma solução contra as facções, para Stálin era um instrumento para a realização da

“*Gleichschaltung* [41] das mentes arregimentadas”. No meio da luta pela supremacia, em dezembro de 1923, Stálin afirmou que “era errado que o partido fosse visto apenas como um conglomerado de instituições com funcionários de nível mais alto ou mais baixo”. O partido era, ao contrário, “um organismo com vida própria [*samodeiatelinii*]” que descreveu como tendo “um pensamento ativo” e “uma vida tumultuosa”. A visão de um organismo revolucionário condutor junto com a imposição do hábito do arrependimento para as idéias políticas incorretas que pertenciam ao passado de uma pessoa (a da 15.^a Conferência do Partido, em 1927) conduziram a campanhas sanguinolentas para o afastamento das ulcerações do organismo de partido, para que este permanecesse forte.[42] Os esforços para a sustentação e a realização do milagre bolchevique transformaram-se numa luta contra a degeneração do organismo político. Assim, Stálin estabeleceu o controle absoluto da burocracia de partido (*nomenklatura*) acerca da sociedade, impôs a planificação e a centralização econômicas, a industrialização em massa, a coletivização da agricultura e esmagou qualquer forma de oposição de dentro ou de fora do partido.

A imposição do primeiro “Plano Quinquenal” desenvolveu-se entre os anos de 1929 e 1934, tendo como resultado a transformação completa da sociedade soviética. Nos anos de 1930, o Partido Comunista perdeu qualquer autonomia e passou a ser um simples instrumento de extensão do poder absoluto de Stálin. Os seus discursos e artigos seus eram tomados como verdades reveladas. Como símbolo do partido, Stálin era considerado infalível e era venerado como o maior gênio da humanidade. Em 1936, proclamou a vitória do socialismo na URSS e promulgou uma nova Constituição, apreciada pelo aparato propagandístico como “a mais democrática do mundo”. Não podia ser maior o contraste entre os ideais declarados e as práticas repressivas. Teoricamente, a URSS era uma comunidade de nações livres, e os seus cidadãos gozavam de direitos e liberdades plenas. Na realidade, a polícia secreta controlava tudo, e os direitos fundamentais não eram respeitados. Teoricamente o estado devia dissolver-se, assim como previa a doutrina marxista. Na prática, o aparato burocrático governamental crescia exponencialmente. No plano internacional, Stálin seguia o Comintern para realizar seus objetivos de política externa. Sustentava que a pedra fundamental

do internacionalismo proletário era a solidariedade incondicionada à União Soviética, e pedia aos comunistas do mundo todo para aprovar todas as mudanças decididas pela política soviética. Os que se recusavam eram etiquetados como traidores e submetidos a um permanente processo de expurgo.

O stalinismo representou a ideologia do partido e da burocracia de estado e marcou uma ruptura clara do conceito inicial de internacionalismo da revolução bolchevique. Assim como já mencionei, ao tempo de seu domínio, Stálin retomou numerosos temas do chauvinismo tradicional, de grande poder, da Rússia. Autores como Terry Martin e David Brandenberger sublinham uma transformação neotradicionalista no processo de construção do socialismo no nível de um país e explicam como “o patriotismo soviético” se tornou uma desculpa para a autenticidade nacional, o orgulho e a lealdade. Ao mesmo tempo, a União Soviética, “um estado sem a ambição de transformar-se numa nação-estado – e, no entanto, demonstrando uma ambição totalmente oposta”, passou a ser um lugar de expurgos étnicos em larga escala.[43] Mais do que isso, a sociedade era hierarquizada na base do stalinismo “soslovnost”, ou seja, à luz da relação das classes sociais com o estado, mais do que à luz da relação entre uma classe social e outra, como no modelo de classes marxista.[44] Esta série de transformações partiu da iniciativa de Stálin de desenvolver uma nova forma de mobilização “popular”, sem diferenças de classe. Assim como observava David Preistland, “a multidão unida, indivisa de classes sociais, encarnava o socialismo e seguia cometendo atos de heroísmo em luta contra os numerosos inimigos externos”.[45] Em consequência, a URSS passava a ser “a vanguarda do movimento internacional comunista e o centro dinâmico da política mundial”.[46] O que indica, no entanto, esta “mutação” é que o escopo final da política stalinista continuava sendo o comunismo. Mesmo o culto à personalidade funcionava como um “mecanismo de unificação”, uma personificação da construção do estado socialista.[47] Em 1941, advertiu os autores da obra *Breve curso de economia política*, reconhecida oficialmente, que “em caso em que procures tudo em Marx, desvias-te da trajetória [...]. Na URSS há um laboratório [...] e crês que Marx deveria ter sabido mais do que tu acerca do socialismo”.[48] Este tratamento “criativo” do pensamento político dos pais fundadores (Marx e Lênin) vai

tornar-se mais tarde aquele *modus operandi* seguido pelos líderes de partido nacional-stalinistas dos países da Europa do Leste.

O stalinismo não pode ser explicado apenas pela referência às condições distintas da construção do socialismo num país isolado, e atrasado economicamente. O sistema bolchevique, ultracentralizado, sectário, militarizado e extremamente autoritário tornou possível a ascensão de Stálin ao cume da pirâmide do poder. Para ele, o princípio *nacionalização*, ou seja, a idéia de consolidação nacional pela construção estatal, era fundamental. A cultura de toda a União Soviética recebeu um molde pela essencialização da hibridização sovieto-russa da política segundo o qual as particularidades dos povos soviéticos se harmonizavam numa metanarração da herança do Grande Poder, que legitimava as realizações da construção do socialismo num país. Ao mesmo tempo, Stálin deixou a marca da sua personalidade sobre a natureza do sistema: obcecado pela traição, pelas subversões e pelos inimigos, criou uma cultura política baseada na suspeição e no terror. Em suma, poderia dizer: “Não existe stalinismo sem Stálin”. A sua herança foi o modelo de um regime isolado, ultrapersonalizado. Stálin considerava-se (e exigia dos seus adeptos apoiar esta idéia) o maior teórico do marxismo-leninismo. De fato, era um pragmático cínico e um mestre da manipulação, que seguia a teoria para legitimar a tomada abusiva do poder.

A ambivalência “da corrente independente” do Partido Comunista Romeno (que se manifestou na época do governo de Gheorghe Gheorghiu-Dej, mas desenvolveu-se e intensificou-se sob Nicolae Ceaușescu) partia da ansiedade terrível da elite comunista romena, em cuja acepção as reformas podiam gerar instabilidade política, periclitando o monopólio do partido acerca do poder. Esta idéia explica o percurso autônomo de Gheorghiu-Dej depois de 1960, de fato uma camuflagem simbólica para justificar o comedimento de engajar-se no processo de desestalinização iniciada por Krushev.[49] Sob a condução de Ceaușescu, o Partido Comunista Romeno reafirmou seu engajamento no desenvolvimento de um “regime de massa” pela infusão constante de zelo e de fervor político.[50] De um lado, Ceaușescu acentuava o monopólio do partido sobre o poder, a necessidade de manter o controle coletivo sobre os meios de produção e a competição histórica com o ocidente capitalista. De outro lado, sua retórica era manifestamente chauvinista, implicitamente anti-

húngaros e anti-semita, marcada pela necessidade de criar uma comunidade étnica perfeitamente “homogênea”.

Há uma tendência crescente de enviar o experimento romeno para a zona da autocracia, como uma anomalia histórica, irrelevante para a evolução geral dos regimes de tipo soviético. A verdade, no entanto, é que Ceaușescu exacerbou e levou ao extremo certas características da cultura política stalinista num contexto especificamente romeno. Em outras palavras, o socialismo de Ceaușescu poderia ser considerado totalitarismo de tipo romeno, uma combinação de stalinismo, influências do Terceiro Mundo e bizantinismo, que em certos momentos penetrou em camadas significativas da população, para além do partido e da burocracia da *Securitate*. O comunismo romeno não pôde nunca ultrapassar completamente a genealogia de pária. Faltando-lhe a camada de base, dominado por estrangeiros, fraturado e quase totalmente sem poder, o Partido Comunista do período interbélico era, de qualquer modo, tratado com desprezo pelo Comintern. O sucesso de Ceaușescu no quadro da elite comunista romena e a vitória sobre alguns rivais poderosos nas lutas pelo poder que se seguiram à morte de Gheorghiu-Dej, em março de 1965, eram previsíveis, predeterminados e foram facilitados pelo anterior envolvimento ilimitado do partido para a lógica exclusiva do stalinismo. Gerações de comunistas romenos trataram sua nação como um peão de manobra. Com exceção da Albânia, governada por Enver Hoxha, a Romênia foi o único estado comunista do Leste Europeu que resistiu com obstinação às ondas de choque do xx Congresso do Partido Comunista da União Soviética e às denúncias do culto stalinista da parte de Krushev.

O “estilo paranóico” dos políticos romenos leninistas tinha sua origem numa mentalidade de vencido, numa reputação nacional problemática, num servilismo prolongado diante de Moscou – a Meca do internacionalismo proletário – e numa profunda descrença diante de qualquer sugestão de liberalização ou de democratização. Este complexo manifestou-se não apenas pelo interesse excessivo do PCR pela autenticidade e genealogia, mas também, no nível mais geral, pela obsessão sem limites pela identidade nacional e predestinação histórica nas fileiras da inteligência romena, seja ela comunista, não comunista ou anticomunista. Esta síndrome de pária (um termo que devo a Ken Jowitt) é provavelmente a explicação principal do comportamento

grotesco de Ceaușescu da última década de seu domínio. Assim teórica, como praticamente, o governo de Ceaușescu foi uma tentativa desesperada de uma elite isolada de obter autoridade interna e reconhecimento internacional, acentuando exatamente as qualidades que lhe faltavam, de modo mais evidente, ao longo de sua história: o prestígio nacional e a influência. O distanciamento de Moscou, a que se acrescentou a liberalização interna limitada de que falei, ofereceu à nova onda da burocracia de partido, cada vez mais crente, o apoio ideológico. Os adeptos de Ceaușescu eram seus protegidos do final dos anos de 1950 e do começo dos anos de 1960, *aparatschki* de meia idade que levavam a sério seu papel de expoentes de uma classe governante nacional em ascensão. A substituição da velha guarda stalinista ofereceu-lhes a oportunidade, de muito esperada, de subir na escala social. Grande parte desses burocratas de partido ou de governo identificou-se com as promessas de autonomia (supostamente antissoviética) do primeiro período, dos governantes ceaușistas e participaram com entusiasmo da consolidação do poder pessoal do novo secretário geral. Entre esses lembremo-nos de Maxim Berghianu, János Fazekas, Ion Iliescu, Ion Ioniță, Paul Niculescu-Mizil, Cornel Onescu, Gheorghe Pană, Vasile Patilineț, Ion Stănescu, Virgil Trofin e Ilie Verdeț. Todos tinham trabalhado nos anos de 1950 e no começo dos anos de 1960 sob o comando de Ceaușescu. Mais tarde, quando Ceaușescu se deu conta de que, sob o seu governo, este grupo do aparato de partido seguia estratégias semi-reformistas, possivelmente desestabilizadoras, delimitou e restabeleceu um modelo de governo envelhecido, extremamente rígido e submetido aos rigores ideológicos.

As explosões xenófobas do líder, a romantização do passado arcaico da Romênia, a aproximação de comandantes mitológicos trácio-dácios e dos príncipes despóticos do feudalismo, a fascinação pelo corporativismo orgânico e reabilitação dos símbolos militarista e étnicos tinham raízes mais profundas do que a psicologia pessoal de Ceaușescu; partiam da relação problemática do PCR com as tradições e os modelos culturais romenos. Seguindo a linha da política de Gheorghiu-Dej, refratária às reformas de Krushev, Ceaușescu repugnou constantemente as mudanças de substância em virtude de uma opção neostalinista, de um isolamento autárquico que incluía elementos de nepotismo, arrivismo e corrupção, característicos do

“neotradicionalismo” promovido por Brejnev. Começando do final dos anos de 1950 e tendo uma evolução complicada, algumas vezes mesmo desorientante, fato que acentuou o isolamento, a política romena interna mostrou ser uma estratégia “conservadora” – quase “reacionária” – destinada a manter e a acentuar exatamente os valores, os símbolos e as instituições colocadas em discussão pelos promotores “do socialismo com face humana”, desde Imre Nagy e Alexander Dubček, até Mihail Gorbachev. Por conseguinte, a ambivalência do comunismo romeno partia do contraste dentre as suas pretensões patrióticas com relação ao Kremlin até a recusa de reexaminar o modelo de socialismo leninista imposto pelos soviéticos.

O IX Congresso do PCR tornou-se um dos mitos fundadores do culto a Ceaușescu. Foi o momento quando se definiram as mais importantes opções ideológicas e políticas, entre as quais a tese da homogeneização social e étnica da nação romena, a importância da industrialização e o emprego dos recursos internos ao máximo, a imagem do líder de partido como símbolo da unidade monolítica entre o partido e o povo, a neutralidade ativa no quadro do movimento comunista mundial, a restabilização das relações cordiais com alguns dos partidos comunistas do Ocidente, em especial com o espanhol e o italiano, no desejo de criar um fronte de oposição comum diante das manobras hegemônicas de Moscou, e a retórica da democracia interna, associada à imagem de Ceaușescu de campeão da legalidade, da justiça, da ética e da equidade socialista. No IX Congresso Ceaușescu formulou um dos princípios definidores do seu regime: “Por muito tempo daqui em diante, a nação e o estado continuarão a representar a base de formação da sociedade socialista. O desenvolvimento da nação, a consolidação do estado socialista estão de acordo com as necessidades objetivas da vida social, não apenas isso não contravém os interesses do internacionalismo socialista, mas, ao contrário, corresponde plenamente, como também à solidariedade da classe trabalhadora e da causa do socialismo e da paz. O desenvolvimento e o florescer de cada nação socialista, de cada estado socialista, os direitos iguais, a soberania e a independência são exigências essenciais de que depende o fortalecimento da unidade e da coesão dos países socialistas, o enriquecimento da influência deles sobre o curso da humanidade em direção ao socialismo e ao comunismo”.[51]

No entanto, 1968 foi talvez um ano crucial na determinação do futuro do stalinismo nacional romeno e da sua evolução em direção ao “socialismo dinástico”. Para Ceaușescu e seus apaniguados, o revés da Primavera de Praga representou uma justificação do dogma da unidade indestrutível do partido, do líder e da nação. O líder do partido era, ao mesmo tempo, o grande estrategista, o gênio visionário e “o arquiteto do destino nacional”. O lema “O Partido, Ceaușescu, Romênia” era onipresente na respectiva época e foi empregado intensamente até a queda do regime. O discurso de Ceaușescu de 21 de agosto, pelo qual condenava a intervenção militar dos países do Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia, sublinhou, antes de tudo, a unidade de condução do partido e a relação simbiótica entre o partido e o povo. Igualmente, reassegurou à velha guarda do partido que, pela crítica à invasão soviética, não se produzirá nenhum afastamento da linha estabelecida: “Estamos diante de vocês na qualidade de comunistas e antifascistas que sobreviveram nas prisões, enfrentaram a morte, mas não traíram nunca os interesses do proletariado, os interesses do nosso povo. Fiquem certos, camaradas, cidadãos da Romênia, de que não trairemos nunca a mãe-pátria, que não trairemos os interesses do povo”.[52] A percepção positiva da população e dos observadores estrangeiros diante da política externa do regime determinou a muitos que ignorassem a verdadeira dinâmica do regime comunista da Romênia: o desenvolvimento do culto da personalidade, a reconsolidação do partido, o controle da *Securitate* e do aparato propagandístico; uma nova ortodoxia cultural (assinalada pela mini revolução cultural segundo o modelo chinês de 1968-1972), a manifestação de um jdanovismo de tipo novo, e não por fim, a predileção por uma atitude independente que passaria a transformar-se logo em autarquia plena. Sob a condução de Ceaușescu, o comunismo romeno não se distanciou nunca das diretrizes despóticas instituídas pelos bolcheviques depois de 1921 e aperfeiçoadas na época do domínio stalinista: a eliminação de qualquer forma de democracia no quadro do partido, a centralização burocrática e a onipotência do secretário geral.

Ceaușescu não podia aceitar as lutas entre os diversos agrupamentos e tinha uma visão militarista que passaria a ser realidade acerca do papel e da estrutura do partido. Porque na sua concepção o partido e o condutor se confundiam. O culto do partido implicava o endeusamento do líder. Os rituais

bizantinos de glorificação intercalavam-se com as reivindicações da ortodoxia marxista-leninista, ao passo que os subordinados humildes entretinham-se com a exaltação da coragem e clarividência do condutor. Com exceção de Enver Hoxha, nenhum outro condutor do leste europeu do período pós-stalinista conseguiu pôr em funcionamento um culto de personalidade tão sistemático e bem regido. A Romênia foi um exemplo da persistência das contradições fundamentais do stalinismo, ou seja, dentre a acumulação de todo o poder político nas mãos do líder e o fracasso (a inabilidade) de assegurar um processo decisional competente. Uma circunstância agravante foi o convencimento de Ceaușescu de que o que se podia chamar magia política ou xamanismo ideológico poderia substituir o bom senso, que tanto a vontade humana, assim como a realidade eram infinitamente flexíveis, prontas a serem modeladas segundo seus planos utópicos.

Assim como mencionei, o caso da Albânia comunista é surpreendentemente semelhante ao da Romênia, a despeito de umas diferenças evidentes. O Partido do Trabalho Albanês (até 1948, o Partido Comunista Albanês) e seu líder Enver Hoxha glorificaram um pedigree psicopolítico e histórico semelhante ao do PCR e do seu condutor, Nicolae Ceaușescu. O PTA chegou ao poder depois de sua vitória militar sobre as outras forças políticas da Albânia e fortaleceu sua posição no tempo do movimento dos partidários da Segunda Guerra Mundial. A despeito disso, o PTA desenvolveu uma síndrome de pária semelhante à do PCR por causa de seu estatuto inicial de partido vassalo das Ligas dos Comunistas da Iugoslávia conduzida por Josef Broz Tito. Toda a carreira política de Enver Hoxha foi fundamentalmente marcada por sua luta permanente pela sobrevivência política. O líder albanês estava sempre em busca de um patrocinador político da Iugoslávia, até na União Soviética e na China. Proclamava incansavelmente o princípio stalinista da fortaleza assediada, dirigindo-se, destarte, a um isolacionismo cada vez mais acentuado ao passo que “a ideologia passava a ser a crosta sempre brilhante de suas marchas de socialismo e perpetuava-se a luta entre as classes sociais”.[\[53 \]](#) Por fim, assim como evidenciava um pesquisador, “o isolamento da Albânia no plano externo e do totalitarismo interno do tempo de Enver Hoxha deviam ser entendidos como uma estratégia política de homogeneização ideológica e reconciliação social (ou, antes, de aproximação forçada) das forças internas

divergentes à vista da obtenção da unidade nacional”.[54] O líder albanês não permitiu nunca que as mutações espetaculosas do PTA nos negócios externos do quadro dos movimentos comunistas levassem a um relaxamento do seu sistema stalinista repressivo. Assim como escrevia Joseph Rothschild, deste ponto de vista, “os objetivos do regime albanês referentes à renúncia do estatuto de país-satélite e à recuperação da autonomia nacional [...]foram] similares aos romenos”.[55]

Como líder, Enver Hoxha era uma combinação entre um líder tradicional e um burocrata bolchevique. Era um dogmático impiedoso, obcecado pelo princípio stalinista do expurgo permanente como meio de consolidação política e da construção de autoridade, um trampolim para os recém-chegados e para os oportunistas. Os expurgos deviam assegurar o fundamento humano para um controle eficiente sobre a sociedade. Zbigniew Brzezinski apresentou sinteticamente, muito tempo antes, os principais objetivos dos expurgos: “a purificação do partido, a recuperação do poder e da sua unidade monolítica, a eliminação dos inimigos, a estabilização da correção da sua linha de ação e da preeminência da condução”.[56] Hoxha refinou seu modo de condução não por uma luta permanente, revolucionária com invasores estrangeiros ou com o “imperialismo”, mas por uma luta contínua, impiedosa, sanguinária no quadro e contra o partido (ou melhor, contra aquelas pessoas ou facções que se opunham ao seu controle total sobre o poder). Segundo Miranda Vickers, Hoxha eliminara até a metade dos anos de 1950 todos os membros do Comitê Central Albanês, assim como fizera Stálin com a velha guarda do Partido Bolchevique.[57] Em sua visão, o stalinismo não reformado era “funcional do ponto de vista político e garantido ideologicamente” (Rothschild). Por consequência, os seus objetivos no período de condução não mudaram nunca: “a manutenção e o fortalecimento da posição do Partido Comunista que estava no poder, sob seu governo, em todo o país e com referência a todos os aspectos da vida; a modernização da Albânia em concordância com o modelo soviético stalinista e a manutenção da independência e integridade territorial da Albânia”.[58]

A Albânia experimentou uma série de ofensivas ideológicas muito semelhantes às campanhas de mobilização da Romênia. Em ambos os casos, as minirrevoluções culturais eram expressões da consolidação ou da reafirmação

do poder do líder. Depois do distanciamento de Moscou e da aproximação da China, Hoxha, por seu sucessor possível e devotado Ramiz Alia, procurou a purificação “da superestrutura da nação”, dos “passos e das influências burguesas” ainda presentes e a vigilância contra a infiltração “de idéias revisionistas” de fora do país. Até 1969, esta campanha foi caracterizada por “uma série de iniciativas para a redução da burocracia, a abolição das patentes militares e a reintrodução dos comissários políticos no quadro das forças armadas, o melhoramento do estatuto das mulheres e a extensão da participação delas no campo de trabalho, a redução das diferenças salariais para todas as categorias de trabalhadores, a realização da coletivização completa da agricultura e a redução do tamanho dos terrenos privados do quadro das fazendas coletivas, a eliminação da igreja como instituição e da prática religiosa. Até 1969, quando terminou a Revolução Cultural e Ideológica, conseguira, ao menos aparentemente, realizar a maioria de seus objetivos. Quase 15.000 ex-burocratas estavam “empregados com sucesso no trabalho de produção”; as “reformas militares” tinham sido implementadas; a versão albanesa do movimento de libertação das mulheres teve logo como resultado um crescimento da representação destas em todos os setores da economia e em todos os níveis de educação, assim como numa campanha de sensibilização da consciência nacional com vista à eliminação das práticas discriminatórias contra as mulheres; a Albânia teve, igualmente o mérito de ser designada oficialmente como o único estado ateu do mundo”. [59] Depois de um curto período de relaxamento limitado e abertura, de 1971 até 1972, ao tempo que Hoxha seguiu uma reaproximação precavida de Tito, em 1974 já reinstituiu a ortodoxia stalinista sobre a sociedade e sobre os seus intelectuais. [60] Em 1979, juntamente com a derrota do “agrupamento de Xangai” (neomaoísta) e a reabilitação de Deng Xiaoping, Hoxha aproximou-se do “irmão maior”, a China. E canalizou a política em duas direções: uma estratégia dual de autonomia econômica, desenvolvida simultaneamente com a intensificação das relações com praticamente todos os estados fora das duas superpotências, e, por conseguinte, a criação de uma forma de Terceiro Mundo.

No final dos anos 60, depois da intervenção soviética na Tchecoslováquia, Hoxha desprezava “a linha independente” de Ceaușescu por causa da sua

obsessão de impressionar os países e os líderes do Ocidente, da “dependência de ajuda capitalista [...], da lealdade diante de Tito [...] e da sua política nacionalista, chauvinista e antistalinista”.[61] No entanto, por volta dos anos de 1980, a Romênia e a Albânia estavam como que na mesma situação. Não é de admirar que Fahri Balliu afirmava que “nem um filme poderia ter tido um impacto e um peso maior do que as sequências da execução de Ceaușescu e de sua esposa Elena. Estas imagens aterraram Nexhimije (a viúva de Enver Hoxha e herdeira do poder e da sua influência depois da morte do líder). A execução dos dois convenceu-a, assim como a Ramiz Alia (o sucessor oficial de Hoxha) a prepararem uma estratégia para resistir aos tempo em mudança”.[62] No último período, ambos os regimes recorreram assim ao apoio dos membros da família (ou de um clã extinto), como também a uma ideologia que servia antes como *simulacrum* repressivo, do que como arma mobilizadora, unificadora. Esses eram os casos de “familiarização do comunismo” (Kenneth Jowitt), que defendiam uma pseudomodernidade pronunciadamente patrimonial.

A liderança de Todos Jivkov na Bulgária (1956-1989) levou à aparição de uma síntese própria de quase nacionalismo e práticas stalinistas duradouras, mas, a despeito da implementação, em alguns períodos, de uma concepção orgânica etnocêntrica da nação socialista, não adicionou nunca a esses esforços uma marca antissoviética. De fato, a tutela do Kremlim assegurou o controle necessário para evitar os extremos a que tinham chegado na Albânia de Hoxha ou na Romênia de Ceaușescu. Antes de tudo, em contraste com esses dois casos apresentados anteriormente, o regime de Jivkov obteve a legitimidade política, imitando a condenação das práticas stalinista do xx Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Em 1956, Jivkov preparara o afastamento do seu antigo protetor, Vulko Cervenkov, veterano do Comintern, do comando do partido. No plenário de abril de 1956, foi criado o mito fundador segundo o qual Jivkov era a encarnação de um novo tipo de comunismo. No entanto, somente depois do xxii Congresso dos Sovietes (1961) e depois do expurgo de Anton Iugov (primeiro-ministro na época respectiva) é que Jivkov conseguiu consolidar sua vitória no quadro do Partido Comunista Búlgaro; era um burocrata comunista hábil, cujo envolvimento na direção da liberação era formal. Quando Krushev foi

afastado em outubro de 1964, Jivkov tentou imediatamente granjear as graças dos novos condutores soviéticos, representados por Leonid Brejnev e Alexei Kosighin. Mas o seu poder era frágil e, na primavera do ano de 1965, uma conspiração preparada pelos veteranos comunistas e por altos oficiais do exército próximo conseguiu tirá-lo do poder. Depois da rejeição deste complô, Jivkov decidiu ligar a sobrevivência de seu regime ao apoio incondicional da União Soviética.

Com tudo isso, Todor Jivkov conseguiu criar uma síntese funcional e durável entre o internacionalismo (previsível, devido à condição de satélite servil) e nacionalismo de tipo novo. Como nos casos de Hoxha e Ceaușescu, o seu discurso identitário baseia-se na glorificação do princípio da construção estatal e na reabilitação gradual, mas extensiva, do que o Partido Comunista Búlgaro percebia como tradições “progressistas” do passado do país e da cultura (política). Segundo o modelo dos seus colégios leste-europeus lembrados mais acima, Jivkov encontrou uma versão própria acerca da etnogênese búlgara (a teoria da tríade trácia, protobúlgara e eslava),[63] que lhe permitiu pretender, em 1981, a validação histórica de não menos de 1.300 anos. Assim como sublinhou um pesquisador, este complemento novo da doutrina comunista oficial era “um nacionalismo sem ambiguidade”. A liderança de partido defendia um patriotismo socialista que se contrapunha ao “nihilismo nacional” dos anos de 1950 e promovia, barulhento, uma “outra apreciação nacional”. Pode-se pressupor que este termo se referia ao “respeito saudável pelas realizações históricas e o orgulho de ter levado sua contribuição para a humanidade”.[64]

Finalmente, graças aos esforços de Liudmila Jivkova (ministra da cultura e eminência parda até a morte dela, em 1981), pode-se observar a persistência do mito leninista do Homem Novo: “A idéia do desenvolvimento do homem em concordância com as leis do Belo passou a ser um alto ideal social. Devemos defender esta idéia, a perspectiva alta e o escopo encontrado diante do homem, criando um meio público e social essencial para o descobrimento contínuo e o desenvolvimento das habilidades criativas inerentes a cada ser humano, assegurando as condições que permitam a cada pessoa a defesa do direito sacro à evolução em vista da formação individual como personalidade completa, o aperfeiçoamento pessoal e a harmonização das suas relações com

os outros indivíduos e com a realidade em que vive, a globalização e a universalização da sua consciência”.[65] Em conclusão, o estatuto comunista búlgaro foi transformado tanto no depositário da “idéia de estado”,[66] quanto da fisionomia da comunidade nacional democrática “autêntica”, com raízes no povo. Sob a pressão da onda de reformas iniciadas por Gorbatchev, a versão de Jivkov de stalinismo nacional limitado passou a ser, evidentemente, xenófoba em meados dos anos de 1980. Em 1984, lançou a política de “renomeação” dos turcos da Bulgária. Por volta de 1989, esta campanha atingiu seu apogeu, mas levando a um resultado oposto ao antevisto pela liderança do partido. A população da Bulgária rechaçou a prática tipicamente stalinista do “bode expiatório”, usada em vista da realização da homogeneização e da mobilização. Assim como na Romênia, Albânia e, como veremos, na Polônia, este método de condução era uma tentativa das elites stalinistas de manter o poder pela manipulação das paixões e das frustrações de ordem étnica; evitava a modernização e as reformas, gerando um estado de perigo nacional, fazendo apelo antes ao fundamentalismo patriótico do que ao universalismo tradicional marxista.[67]

Na Polônia podemos observar uma situação intermediária em que o regime comunista nacional inicial de Wladyslaw Gomulka foi transfigurado num sistema nacional stalinista, por causa das pressões vindas de dentro e de fora do Partido Polonês Unido dos Trabalhadores. Ao tempo da Segunda Guerra Mundial, o partido comunista reafirmou-se como uma força política ativa na resistência antinazista. A essa época, o principal líder do partido era Gomulka, mas em 1949 foi afastado da facção moscovita, mais forte, conduzida por Boleslaw Bierut, Hillary Minc e Jakub Berman. Depois de 1956, quando a desestalinização ganhava terreno na União Soviética, a elite comunista polonesa dividiu-se entre os favoráveis à liberação e os fundamentalistas stalinistas, para os quais não existia nem um motivo de renúncia aos dogmas tradicionais. A ênfase sobre a situação interna ou a tentação de sublinhar as particularidades do caminho polonês para o socialismo colidia com uma versão moribunda do pseudo-internacionalismo stalinista. Gomulka fora libertado do domicílio forçado em 1954, e esqueceram-se as acusações contra seu suposto desvio “nacionalista”. Acentuou-se a ruptura entre os reformadores (“pombos liberais”) e os dogmáticos (“gaviões

conservadores”), do mesmo modo que a volta de Gomulka ao poder passava a ser uma condição para a sobrevivência do partido. Por causa das perseguições sofridas ao tempo do regime de Bierut, gozava ele de popularidade e podia reabilitar a imagem do partido. Edward Ochab, um veterano comunista que, em março de 1956, sucedeu a Bierut na condução do partido, decidiu retirar-se e apoiou, em 19 de outubro, a candidatura de Gomułka no quadro de uma reunião tumultuada do Comitê Central. A despeito da reserva dos soviéticos, Gomułka foi eleito primeiro-secretário do partido e anunciou a construção “do caminho polonês para o socialismo”. O novo líder insistiu quanto à necessidade de autonomia no plano interno, e reassegurou aos Soviéticos que a Polônia permaneceria um aliado leal do Pacto de Varsóvia. No entanto, estava convencido de que a aliança da Polônia com Moscou era indispensável para a integridade do país, principalmente à luz de algumas potenciais reivindicações territoriais da parte da Alemanha Ocidental. Quando Willy Brandt, o chanceler da Alemanha Ocidental, iniciou uma política de reconciliação com a Polônia, Gomułka foi posto diante de uma situação difícil: a ausência de ameaças do país vizinho. Já não podia empregar o pretexto do inimigo externo para consolidar sua posição dentro do país e do partido.

Mais ainda, Gomułka recusou-se a reconhecer a responsabilidade do partido pela economia sem resultados e continuou a apoiar os dogmas da centralização. As inovações permitidas por Gomułka concretizaram-se numa diminuição da repressão interna, na redução dos investimentos na indústria e na maior tolerância pelos experimentos de ordem intelectual e artística. Não seguiu o afastamento claro do stalinismo. Seu sonho era, antes, o melhoramento do sistema, não a sua substituição. No momento em que se consolidou seu poder no quadro da hierarquia comunista, Gomułka acionou no sentido do frear do desenvolvimento espontâneo da base e da recuperação do controle total do partido sobre a sociedade. Em 1957, desencadeou os expurgos dos intelectuais marxistas revisionistas, a quem acusava de tentarem minar a ordem socialista. A liberdade de imprensa, uma realidade do ano precedente, foi fortemente restringida. No final dos anos de 1960 Gomułka começara a apoiar um conservadorismo segundo o modelo de Brejnev. Em 1968, Gomułka fez apelo à manutenção de uma ofensiva ideológica que conduzisse a “uma vitória completa da consciência socialista no pensamento e

sentimento da classe trabalhadora, do povo trabalhador, de toda a nação”. Assim como dizia, em 1966, o conselheiro mais próximo, o ideólogo Zenon Kliszko, “o problema da democracia política em nosso país [...] diz respeito, em grande parte, à luta contínua dentre as forças socialistas e as capitalistas, *kto kogo*.”[68] Entretanto, ao contrário de líderes como Hoxha ou Ceaușescu, Gomułka não se tornou um stalinista antissoviético, porque não procurou nunca contestar a hegemonia do Kremlin.

O líder comunista polonês era atacado no interior do partido por um agrupamento novo, radical-nacionalista, formado principalmente por homens que tinham passado os anos da guerra nos bastidores do movimento comunista: os partidários. O líder deles era o general Mieczysław Moczar, ministro do interior em 1964 e presidente da União dos Lutadores pela Liberdade e Democracia (ZBoWiD). Na tentativa de obter o poder, Moczar apelou aos argumentos xenófobos, acusando Gomułka de falta de firmeza nas suas reações a uma suposta “conspiração imperialista-sionista”. Ao mesmo tempo, os partidários visavam aos que apoiavam reformas políticas e econômicas, que os acusavam de tentarem derrubar a ordem socialista. A ideologia de Moczar constava de uma combinação de antissemitismo fanático e ódio profundo pelo liberalismo e pela democracia. Segundo Andrzej Wroblewski, Moczar representava “um tipo de socialismo populista, baseado na hostilidade primitiva de classe contra os judeus, que conhecera em Lodz, num tempo em que judeu significava capitalista”. [69] Ou, assim como observava, em linhas mais gerais, Zbigniew Brzezinski, em 1965, “a nova elite polonesa comunista que se levanta assemelha-se mais aos grupos de extrema direita de antes da Segunda Guerra Mundial, do que aos predecessores stalinistas apoiados pelo Comintern ou pelos fundadores internacionalista, mais precoces, do Partido Comunista Polonês.” [70]

As turbulências sociais ligadas aos “acontecimentos” de março de 1968 aceleraram o fracasso da estratégia de estabilização de Gomułka. Assim Edward Gierek como Moczar acusaram Gomułka de “comprazer-se no revisionismo” e pediram a repreensão exemplar do movimento estudantil que, em março, irrompera na Universidade de Varsóvia. O fato de que alguns dos líderes dos estudantes fossem de origem hebraica e proviessem de velhas famílias comunistas passou a ser um tema de propaganda para o apoio de

Moczar. A luta entre este e Gomułka continuou também no ano seguinte: ao passo que Gomułka procurava atrair os trabalhadores para o seu lado, Moczar intensificou suas atividades brutais contra os intelectuais e contra os judeus. Um novo espectro foi então inventado na longa tradição do chauvinismo stalinista, sempre obcecado pelo “inimigo de dentro”. Em vez de reconhecer as causas políticas do protesto estudantil, preferiram lançar a culpa sobre um mitológico “complô sionista-revisionista”, que teria alimentado a intranquilidade social. Em 19 de março de 1968, Gomułka fez aos ativistas de partido um discurso em cujo quadro dividia os judeus em três grupos: “judeus patriotas”, “sionistas” e os que não eram nem judeus nem poloneses, mas “cosmopolitas”. Estes últimos deviam “evitar os domínios de atividade em que era indispensável a afirmação da nacionalidade”.[\[71 \]](#) No entanto, acrescentou que “o único critério para a avaliação de um cidadão da nossa nação é a sua atitude diante do socialismo e diante dos interesses do nosso estado e do povo”. Mas nem Gomułka, nem seus adversários (Moczar ou Gierek) podiam oferecer um projeto bem definido de uma “nova pátria natal socialista” na Polônia. Este é o principal motivo pelo qual este caso pode ser interpretado apenas como uma forma intermediária de stalinismo nacional. Apesar do avanço anticosmopolita, antirrevisionista e anti-semita da propaganda oficial, apesar da atmosfera de pogrom, a liderança de partido estava desorganizada. Exatamente estas mudanças eram o resultado de lutas pelo poder entre diversas facções que se encontravam em busca da supremacia. “Os jogos de guerra” do quadro da *nomenklatura* polonesa tiveram fim em 1970, quando Gomułka foi substituído por Gierke, que, depois de moderar suas declarações antissionistas, propôs uma solução tecnocrática à crise estrutural do país cada vez mais profunda.[\[72 \]](#)

Os resultados radicais desta experiência indicam, no entanto, a cultura política fundamentalmente stalinista do comunismo polonês. Uma vez que foi confrontado com uma crise de identidade, criou um inimigo interno para redescobrir sua missão heróica. Seguiu uma forma de ofensiva socialista para reafirmar seu “impersonalismo carismático” (Kenneth Jowitt). O historiador polonês Dariuz Stola oferecia um diagnóstico excelente da situação: “Retratados os estudantes dissidentes e os intelectuais como estrangeiros – como judeus, como stalinistas manchados de sangue ou como filhos destes,

como membros arrogantes da *nomenklatura*, contribuíram igualmente para o isolamento deles das massas. Os comunistas judeus parecem ter sido postos como bodes expiatórios que tinham à disposição, e contra os quais o partido podia direcionar a fúria e a frustração do povo pelos próprios crimes do passado, pelos abusos recentes e pelas absurdidades de cada dia do regime [...]. Apontando com o dedo aos comunistas judeus, (os ex) camaradas poloneses podiam ser absolvidos e davam a entender que, depois do expurgo, viria um socialismo melhor, puramente polonês”.[73] Porque o marxismo-leninismo dera em pantana, o nacionalismo passou a ser a peça de resistência: “origem étnica” era a terceira rubrica dos questionários pessoais da *nomenklatura* de partido, imediatamente depois da data e local de nascimento. O fato de a “origem social” (camada social) ser colocada dois espaços mais abaixo indicava uma nova hierarquia no partido.[74] Na Polônia, os imperativos da unidade política e da tranquilização das intranquilidades sociais trouxeram de novo à atenção, nas condições de uma crise de sucessão, pelo antissemitismo apoiado em nível oficial, dois traços fundamentais do stalinismo nacional: a xenofobia anticomunista e o anti-cosmopolitismo;

A despeito das diferenças, que têm em comum os quatro regimes nacional-stalinistas da Europa Oriental? Em primeiro lugar, são todos produtos do xx Congresso do Partido Comunista da União Soviética. A identidade deles e a evolução futura foram definidas por uma emancipação que não excluía a vassalagem (“Pai Tomismo”) com ênfase na individualidade do regime, e que foi gerada por Krushev. Ao mesmo tempo, o perfil político interno foi fundamentalmente marcado pela incapacidade de tornar definitivo o processo de desestalinização. Uma segunda semelhança consta do fato de que a verdadeira natureza dos quatro regimes saiu à luz sob a pressão da Primavera de Praga, de 1968. Para Hoxha e Ceaușescu, os acontecimentos da Tchecoslováquia representaram uma ocasião de endurecerem o controle interno e a legitimidade, ao passo que se valiam do espectro da intervenção soviética como catalisador da unidade nacional e da mobilização revolucionária. No entanto, na Polônia, a reticência de Gomułka de obter uma melhoria depois dos movimentos reformistas de outubro de 1956 e seu fracasso no que diz respeito ao desenvolvimento de uma política antissoviética (anti-hegemônica) lançaram-no no perigoso jogo político com Moczar e com

Gierek. Procurou obter a estabilidade e a supremacia pela política de exclusão dos judeus (antissemitismo mascarado como antissionismo e desestalinização) [75] e pelos revisionistas existentes. Na Bulgária, o ano de 1968 consagrou a política de partido de Jivkov: o crescimento gradual do nacionalismo integrador, no plano interno, e a lealdade absoluta diante das práticas neocoloniais da URSS. Em terceiro lugar, todos esses regimes basearam-se, em diferentes graus, no culto da personalidade, tanto como suplemento, quanto como personificação do impessoalismo carismático do partido. Na Polônia tomou a forma da imagem de Gomułka como líder reformador nacional-comunista, herói da Segunda Guerra Mundial. A sua supremacia foi atacada, com base em algumas idéias similares, por Moczar. O mito de sua missão demiúrgica foi, por fim, destruído pelo fracasso político, pela crise econômica e pelo apelo à violência contra a população. Jivkov construiu para si o culto graças à imagem de líder iluminado da burocracia comunista, a ponta de lança da ditadura da *nomenklatura*. Apesar da importância do papel de sua filha no apoio ideológico do regime, é difícil de crer que teria querido seguir o caminho do socialismo dinástico.

Na Albânia e na Romênia, o culto da personalidade foi um dos instrumentos fundamentais da reafirmação do papel messiânico do partido. Igualmente como no caso da URSS, quando o estado soviético e o núcleo étnico russo passaram a ser, sob Stálin, os fatores mais importantes do progresso sócio-econômico no mundo, na Romênia e na Albânia, Ceaușescu e Hoxha desencadearam uma espiral embrutecedora de luta política, econômica e cultural para a realização pessoal e o isolamento do sistema na cena mundial. A realização destes escopos era prova do sucesso dos projetos modernos pressupostos pelas versões deles acerca do comunismo. Ao mesmo tempo, nos períodos finais de ambos os regimes, o mito do líder, nas condições de desilusão ideológica das elites e da população, transfigurou-se numa “familiarização do comunismo” (Ken Jowitt falou habilmente de “socialismo no quadro de uma família”).

No final, o que diferenciou fundamentalmente a Albânia e a Romênia, de um lado, da Bulgária e da Polônia, de outro, foi a tentativa de encontrar “um caminho nacional para o socialismo”, fato que pressupunha a reimaginação orgânica e etnocêntrica da comunidade, a manifestação contínua, no plano

externo, de movimentos de rotação “numa trajetória independente” do centro de Moscou e o engajamento permanente diante da planificação econômica iniciada por Stálin. Permaneceu viável o engajamento para a industrialização forçada, para a manutenção da propriedade do estado sobre todos os meios de produção (inclusive os do meio rural) e para a criação do Homem Novo. Concluindo, afirmo que o traço essencial do stalinismo nacional é a manutenção da crença original na validade e importância da implementação do plano civilizador de Stálin. Este foi criado com base em uma escatologia laica (o marxismo-leninismo), de uma visão radical acerca do mundo (o cerco ao capitalismo e a teoria fundamental do internacionalismo socialista) e, por fim, de uma idéia alternativa acerca da modernidade (fundamentada no anticapitalismo, no coletivismo controlado de estado e no princípio de intensificação da luta de classe), considerada absolutamente correta.[76] Hoxha e Ceaușescu não apenas “indigenaram o marxismo” (ou seja, “incorporaram as categorias do marxismo-leninismo nas teorias que davam prioridade às perguntas de ordem étnica ou nacional)”[77] com o escopo de manter seu poder sobre o estado e sobre o partido, mas reconstruíram e mudaram toda a história e o desenvolvimento das suas nações de acordo com os escopos radicais e com os imperativos omniabrangentes do stalinismo.

38 O texto original em língua inglesa começa a ser publicado em *The Oxford Handbook of Postwar European History* (Oxford University Press). Tradução de Iulia Vladimirov.

39 Robert C. Tucker, *Stalin in Power. The Revolution from Above, 1928-1941*, W.W. Norton & Company, New York/London, 1990, p. xv.

40 Ver a entrevista dada por Robert C. Tucker a George Urban, em G. R. Urban (ed.), *Stalinism – Its Impact on Russia and the World*, Maurice Temple Smith, London, 1982, p. 151 e p. 170

41 Sincronização – NT.

42 Para mais pormenores, ver Erik van Ree, “Stalin’s Organic Theory of the Party” (A teoria orgânica stalinista do partido), em *Russian Review*, vo. 52, n.º 1 (janeiro de 1993), p. 43-57.

43 Terry Martin, *The Affirmative Action Empire: Nations and Nationalism in the Soviet Union, 1923-1939* (O Império de Ação Afirmativa: Nações e Nacionalismo na União Soviética entre 1923 e 1939), Cornell University Press, Ithaca, 2001, p. 341.

44 Sheila Fitzpatrick, “Ascribing Class: The Construction of Social Identity in Soviet Russia” (Atribuindo classe: a construção da identidade social na União Soviética), p. 20-47. em Sheila Fitzpatrick (ed.), *Stalinism – New Directions*, [Stalinismo, novas direções], Routledge, London/New York, 2000, p. 39.

45 David Preistland, *Stalinism and the Politics of Mobilization. Ideas, Power, and Terror in Inter-War Russia* [Stalinismo e a Política de mobilização. Idéias, Poder, e Terror na Rússia do entre-guerras. Oxford University Press, Oxford/New York, 2007, p. 249.

46 Erik van Ree, “Stalin as Marxist: the Western Roots of Stalin’s Russification of Marxism” (Stálin como Marxista: as raízes ocidentais da russificação de Stálin do Marxismo), p. 159-180, em Sarah Davies, James Harris (eds), *Stalin: A New History* (Stálin, uma nova história), Cambridge University Press, Cambridge, UK, 2005, p. 172.

47 David Brandenberger, “Stalin as Symbol: A Case Study of the Personality and its Construction” (Stálin como símbolo: um caso clínico do culto à personalidade e sua construção), p. 249-270, em Sarah Daview, James Harris (eds.), *Stalin*, p. 250.

48 Ambas as citações de Stálin são retomadas por Ethan Pollock, “Stalin as the Coryphaues of Science: Ideology and Knowledge in the Post-War Years” (Stálin como o Corifeu da Ciência: Ideologia e Conhecimento nos anos do pós-guerra), p. 271-288, em Sarah

Davies, James Harris (eds0, *Stalin*, p. 283 e p. 280).

49 Ver Vladimir Tismăneanu, “The Ambiguity of Romanian National Communism”, [A ambigüidade do comunismo nacional romeno], em *Telosi*, n.º 60, verão de 1984, p. 65-79. No artigo respectivo, comecei a analisar os principais traços do conceito de stalinismo nacional, assim como o chamarei mais tarde.

50 Desenvolvo aqui o argumento de Robert C. Tucker de “On Revolutionary Mass-Movement Regimes”, [Dos regimes de movimentos de massa revolucionário], em *id.*, *The Soviet Political Mind; Studies in Stalinism and Post-Stalinism Change* [A mente política soviética: estudos do stalinismo e da mudança pós-stalinista], Praeger, New York, 1963, p. 3-19.

51 Nicolae Ceaușescu, *Relatório do IX Congresso do Partido Comunista Romeno*, Editura Politică, București, 1965, p. 60.

52 *Scântea*, 22 de agosto de 1968.

53 Paulin Kola, *The Myth of Greater Albania*, New York University Press, New York, 2003, p. 130

54 Stephanie Schwandner-Sievers, “Narratives of Power. Capacities of Myth in Albania” (Narrativas de Poder. Qualidades de Mito na Albânia), p. 3-25, em Stephanie Schwandner-Sievers, Bernd Jürgen Fischer (eds.), *Albanian Identities. Myth and History*, Indiana University Press, Bloomington, ID, 2002, p. 17; ver também o ensaio relevante de Arshi Pipa, “The Political Culture of Hoxha’s Albania”, em Tariqe Ali (ed.), *The Stalinist Legacy: Its Impact on 20 th Century World Politics*, Penguin Books, Harmondsworth and New York, 1984, p. 435-464.

55 Joseph Rothschild, Nancy M. Wingfield, *A Political History of East-Central Europe Since World War II*, 3.ª edição, Oxford University Press, New York/Oxford, 2000, p. 178.

56 Zbigniew Brzezinski, “The Pattern of Political Purges”, em *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 317, *The Satellites in Eastern Europe* (maio de 1958), p. 79-87.

57 Miranda Vickers, *The Albanians: A Modern History*, I.B. Tauris, London, 2006.

58 Nicholas Pano, “The Process of Democratization in Albania”, p. 285-352, em Karen Dawisha, Bruce Parrott (ed.), *Politics, Power and The Struggle for Democracy in South-East Europe*, Cambridge University Press, Cambridge/New York, 1997, p. 291.

59 *Ibidem*, p. 292-293.

60 Fahri Belliu, *Sinistra Doamnă* [Senhora Sinistra], com um prefácio de Ismail Kadare e argumento de Vladimir Tismăneanu., Editora Humanitas, Bucureste, 2009, p. 181.

61 Paulin Kola, *op. cit.* p. 145.

62 Fahri Balliu. *op. cit.*, p. 230,

63 No caso da Albânia, a liderança de partido, de acordo com a sua ideologia autárquica, defendia a origem ilíria da comunidade nacional, de acordo com as novas gerações revolucionárias de albaneses. Ver Miranda Vickers, *The Albanians*, p. 196.

64 Maria Todorova, “The Course and Discourse of Bulgarian Nationalism”, p. 55-102, em Peter Sugar (ed.), *Eastern European Nationalism in the Twentieth Century*, American University Press, Washington, D.C., 1995, p. 92-95.

65 Discurso de Liudmila Jivkova, “Unity of the Past, the Present, and the Future”, 13 de outubro de 1978, em Peter Sugar (ed.), *op. cit.* p. 66.

66 Segundo o modelo do paradigma historiográfico da nação, proposto pelo Programa Político do PCR de 1974, no XI Congresso do partido, na Bulgária, o partido apoiou e encorajou a comemoração do Renascimento nacional e de sua herança, “mas não antes de traduzi-la primeiro em termos de revolução (social e principalmente nacional). [...] Isso foi defendido com base no preceito stalinista conforme o qual o proletariado e o partido são os sucessores de todas as tradições democráticas do passado, indiferente da origem delas, incluindo-se a herança progressista da burguesia. Em Roumen Daskalov, *The Making of a Nation in the Balkans. Historiography of the Bulgarian Revival*, Central European University Press, Budapest/New York, 2004, p. 244-246.

67 Michael Shafir, “Xenophobic Communism: The Case of Bulgaria and Romania”, *REF*, Rad, Background Report/112 9Eastern Europe), 27 de junho de 1989, p. 3.

68 Citado em Włodzimerz Rozembaum, “The March Events, Targeting the Jews” (Os acontecimentos de março, Mirando os judeus), p. 62-92, em Leszek W. Gluchowski, Antony Polonsky, *Polin. Studies in Polish Jewry, 1968: Forty Years After*. Vol. 21. The Litman Library of Jewish Civilization, Oxford/Portland. Or. 2009, p. 65-66.

69 Citado em Jerzy Eisler, “1968: Jews, Antisemitism, Emigration”, p. 37-61, em *Polin*, vol. 21, p. 48.

70 W. Rozembaum, *op. cit.*, p. 63.

71 Dariusz Atola, “The Hate Campaign of MARCH 1968. How Did It become Anti-Jewish”, (A Campanha de ódio de março de 1968. Como se tornou antijudaica), p. 16-36, em *Polin*, vol. 21. p. 31.

72 Ver o capítulo “The 1968 and 1970 Crises and the Fall of Gomulka, (As crises de 1968 e 1970 e a Queda de Gomulka), no volume *It All Began in Poland [...] 1939-1989* [Tudo começou na Polónia [...] 1939-1989], publicado pelo Instituto de Memória Nacional, Ministério da Cultura da Polónia e Centro Europeu Solidarność, Varsóvia, 2009, p. 108-115.

73 Dariusz Stola, *op. cit.* . p. 35.

74 Marcin Zaremba, citado em Jerzy Eisler, *op. cit.*, p. 61.

75 O anti-semitismo parece ser uma patologia ideológica específica do stalinismo. Desde o final dos anos de 1930 até o Complô dos Médicos (*Delo Vracei-Doctors Plot*) do começo dos anos de 1950, era uma política de estado recorrente no quadro “do primeiro estado operário”, que se manifestara de maneira evidente na época dos processos de expurgo da Europa Oriental (sendo o mais conhecido o caso de Rudolf Slánský). Mais do que isso, a Polônia não é o único país, dos quatro analisados, que seguiu uma política anti-semita formal e informal. Na Romênia, no começo dos anos de 1960, surgiu uma situação estranha: “Um processo contínuo de marginalização (no quadro do partido e nas funções de liderança) que se aceleraram nos anos de 1970 e 1980 e que, paradoxalmente, foi seguido de uma melhoria das condições de vida da comunidade judaica”. O resultado final dessas práticas foi semelhante ao da Polônia: a emigração dos judeus e a homogeneização da nação. Leon Volovici defende que a doutrina nacionalista de Ceaușescu visava à saída voluntária da população alemã e judaica, vista como o modo melhor e mais rentável de afastar os “estrangeiros” de posições importantes e de “melhorar” a mistura étnica do país. “Os judeus romenos obtiveram o estatuto de uma minoria favorecida cujo privilégio principal constava, paradoxalmente, na liberdade de partir”. Ver Leon Volovici, “Romanian Jewry under Rabbi Moses Rosen during Ceaușescu Regime”, p. 181-192, em Ezra Mendelsohn, (ed.), *Jews and the State: Dangerous Alliances and the Perils of Privilege*; Oxford University Press, Oxford, 2003.

76 Stephen Kotkin, *The Magnetic Mountain*, University of California Press, Berkeley, 1995, p. 225-237; Stephen Kotkin, “1991 and the Russian Revolution: Sources, Conceptual Categories, Analytical Frameworks”, em *The Journal of Modern History*, vol. 70, n.º 2 (junho de 1998), p. 384-425, e “The State – Is it Us? Memoirs, Archives, and Kremlinologists”, em *Russian Review*, n.º 61 (janeiro de 2002), p. 35-51. Para mais pormenores acerca desta matéria, ver Astrid Hadin, “Stalinism as a Civilization: New Perspectives on Communist Regimes”, em *Political Studies Review*, 2004, vol. 2, p. 166-184.

77 Katherine Verdery, *National Ideology under Socialism. Identity and Cultural Politics in Ceaușescu's Romania*, University of California Press, Berkeley/Los Angeles, 1991, p. 139.

O FIM DO LENINISMO E O FUTURO DOS VALORES LIBERAIS[78]

Passaram-se mais de dois decênios desde a série extraordinária de acontecimentos que levaram ao desmoronamento dos regimes leninistas na Europa Central e Oriental. Este período foi marcado pelas visões nobres acerca da verdade, da sociedade civil, do direito e das liberdades e das frustrações, neuroses e desilusões dolorosas. A luta entre o leninismo residual e o liberalismo emergente e frequentemente contestado continuava na maioria dos países do antigo Bloco Soviético. Apesar das declarações e procedimentos predominantemente liberal-democráticos, as paixões coletivistas, as visões etnocêntricas e as nostalgias arcaicas continuaram a inspirar e a mobilizar o ativismo político e ideológico. Uma vez aclamada, a anti-política proposta por autores como Václav Havel e George Konrád, vista como uma expressão das aspirações da sociedade civil em desenvolvimento, parece agora quase esquecida. Isto não significa, no entanto, que desapareceram os ideais de 1989: evoluíram para uma prática da política democrática normal com sua banalidade sempre incômoda. Conforme dizia o ex-dissidente político Adam Michnik: “Contudo, apenas a democracia – devido à sua capacidade de auto-interrogar-se – tem, igualmente, a capacidade de corrigir seus próprios erros. As ditaduras, sejam elas vermelhas ou negras, destroem a capacidade humana de criação; matam o gosto pela vida e, em seguida, a própria vida. Apenas a democracia cinzenta, com os direitos do homem e as instituições da sociedade civil pode substituir as armas por argumentos”.[79] O fardo mais difícil no pós-comunismo foi a aquisição de um consenso acerca do que é a sociedade boa. Para parafrasear Ralf Dahrendorf, os cidadãos dos países do leste-europeu estão ainda em busca do significado do papel que têm nas comunidades respectivas.[80] Este artigo ocupa-se das práticas políticas que se desenvolveram na região, após a queda

do leninismo, como resultado dos interrelacionamentos entre os discursos acerca da cidadania e da nação.

Se alguém examinasse a dinâmica política, moral e cultural do pós-1989, seria marcado pela tensão contínua dentre os valores liberais e não liberais. Em muitos dos antigos estados leninistas existem forças influentes que se opõem ainda ao ideal do republicanismo cívico e promovem visões exclusivas, monistas das comunidades políticas fechadas (de modo irônico, tais posições são sustentadas não por populistas etnocêntricos, mas também por pós-fascistas, mas também por alguns partidos pós-comunistas, como é o caso do Partido Comunista da Boêmia e da Morávia: neo-stalinista, contra a União Européia, xenófobo). Assim, a paisagem pós-comunista permanece infestada de espectros ideológicos antiliberais, incluindo o coletivismo tribal, o nacionalismo radical e os populismos etnocêntricos. Desencadeados em nome da sociedade civil, do “viver na verdade” e da “volta à Europa”, as revoluções de 1989-1991 libertaram, ao mesmo tempo as paixões e os envolvimento democráticos e as energias e os ressentimentos isolacionistas, xenófobos.[81] Este sincretismo não se produziu a despeito da herança leninista, mas, ao contrário, como resultado do fato de que o nacionalismo foi incorporado pelo comunismo (hibridização) nas suas bases ideológicas, uma corrente inaugurada por Stálin e seguida pelos seus sucessores (devido à demonstração brilhante de Robert C. Tucker no seu livro *Stalin in Power*, em que escreveu acerca do “bolchevismo de tipo da direita radical”).[82] Mais do que o congelamento do nacionalismo, o stalinismo maduro desenvolveu uma narração da autenticidade nacional e institucionalizou, igualmente pelas políticas referentes às minorias nacionais, o que Terry Martin chamava “a xenofobia soviética”. Este complexo ideológico (neotradicionalismo e primordialismo) estava impregnado no protótipo civilizacional que foi levado para a Europa Oriental pelo processo de sovietação. Não é uma surpresa o fato de certos regimes comunistas da região terem passado por períodos de campanhas intensas de legitimação, baseadas em codificações políticas e culturais da Nação (por exemplo, a Romênia do começo dos anos de 1960, a Albânia, a Bulgária dos anos de 1970-1980, a Polônia nos anos de 1960, a República Democrática Alemã nas duas últimas décadas de existência). A

despeito do pressuposto apetite internacionalista, o comunismo preparou o terreno para os excessos nacionalistas do pós-comunismo.

Na minha visão, o principal sucessor ideológico do leninismo e o principal rival do liberalismo é o nacionalismo etnocêntrico. À exceção da realidade histórica evidente que a política moderna do espaço geográfico do antigo Bloco Soviético fora sempre nacional/nacionalista, um outro elemento que remete ao etno-nacionalismo como herdeiro leninista da hegemonia ideocrática é o fato que este último representa uma “sacralização da política”. Era uma religião política, ou seja, um membro da mesma família ideológica com a idolatria de uma Nação definida orgânica e imutavelmente. Ambos os tipos de movimentos políticos conferem “um estatuto sacro a uma entidade terrena e apresentam-na como princípio absoluto da existência coletiva, consideram-na a fonte principal de valores para o comportamento individual e de massa e glorificam-na como o supremo preceito ético da vida pública.”[83] Em outras palavras, poder-se-ia argumentar que, tomando em consideração a maior parte da tradição do século xx na conceptualização do poder na Europa Oriental, o ideal de instituição de uma sociedade com base em normas de procedimento e num fundo neutro de direitos e obrigações mínimas tinha pouca oportunidade de materialização. Ao contrário, uma noção “consistente” de cidadania, baseada em ideais que procuram a lealdade diante da comunidade como um todo, por causa de uma pressuposta “falta de originalidade pré-política de seus membros” (Ulrich Preuss), parecia que tem chance de delineamento. Na luta entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*,[84] a primeira tinha uma vantagem considerável. Depois de duas décadas de pós-comunismo, no que diz respeito às visões dominantes de pertencimento e identidade na Europa Oriental, são mistos os resultados.

Nenhum mito político se mostrou mais adaptável, mais versátil e mais longo no século xx do que o nacionalismo. Uma constelação gigantesca e potencialmente agressiva de símbolos, emoções e idéias, o nacionalismo pode oferecer igualmente a linguagem salvadora da libertação para os grupos de há muito subjugados ou humilhados. Daí, seria não concludente e simplista reduzirmos o nacionalismo a uma interpretação convencional. O maestro Leonard Bernstein dizia que, indiferentemente do que dissesse alguém acerca da música de Gustav Mahler, a opinião contrária seria igualmente verdadeira.

Esta é a situação do nacionalismo. É descrito muitas vezes como arcaico, anti-moderno, tradicionalista, em suma, reacionário. Outras interpretações o apresentam como força de liberdade que leva à modernização, uma ideologia da emancipação coletiva e uma fonte de dignidade humana e de orgulho. No total, pode-se dizer que o nacionalismo “oferece um tipo de drama de salvação coletiva derivada de modelos religiosos e tradições, mas numa nova forma, ativa, social, e política, pela ação política, mobilização e instituições.”[85] O que quer que creiamos acerca do nacionalismo, sua presença ubíqua no final do século passado e no começo deste século não pode ser posta sob o signo de interrogação. Em seguida, o problema é o de encontrar modos de reconciliação do nacionalismo com a agenda democrática. Uma vez que a Nação passe a ser o símbolo dominante das narrações identitárias, as estruturas de poder e os regimes de conhecimento são determinados por quem define e como são definidos os grupos considerados a representar o berço de cada comunidade em parte. Em outras palavras, como pode alguém amansar este impulso violento que um filósofo político georgiano chamava, com acerto, “a carne não liberal da etnia”?[86] Podem os símbolos nacionais, as aspirações e os sentimentos vir a ser uma parte do ethos da sociedade civil? Como pode alguém reconciliar os valores liberais e o sentimento nacional nas sociedades pós-totalitárias?

As raízes do nacionalismo contemporâneo podem ser reencontradas nos começos da idade ideológica: o mito da nação foi criado pelos historiadores, linguistas, poetas e filósofos num tempo quando as nações pareciam ser as unidades políticas por excelência. Se nos referimos, por exemplo, ao nacionalismo polonês do século XIX, notamos os componentes românticos, salvadores, restauradores: privados de estado, os poloneses abraçaram uma visão idealizada da comunidade nacional unificada por tradições únicas de heroísmo, de martírio e de sacrifício. Ao tempo daquele período romântico, ser polonês era, antes de tudo, um estado de espírito, não uma determinação biológica. Mais tarde, no século XX, esta variedade de nacionalismo romântico foi provocada progressivamente por um novo conceito, *völkisch*,[87] da nação enraizada na herança dos antepassados comuns e ligações étnicas; a idéia foi desenvolvida pela primeira vez por Roman Dmowski, o fundador do nacionalismo polonês, integral.[88] Mas o mito do estado único da Polônia

no quadro da comunidade internacional e a sua missão predestinada continuaram a estar presentes tanto no nível do discurso, quanto nas atividades políticas, de Pilsudski ao Solidarnosc. Os poloneses não são, certamente, os únicos na celebração desta ligação especial entre o destino nacional deles e a salvação da humanidade. Assim como escrevia Fiodor Dostoiévski, o nacionalismo russo tinha uma forte dimensão messiânica, ligada à crença de que uma nação tem um papel predestinado na relação entre Deus e a humanidade: “Se um grande povo não crê que a verdade possa ser encontrada nele mesmo (nele mesmo e somente nele) – escrevia Dostoiévski no seu romance *Os demônios* – se não crê que ele está preparado e predestinado a levantar-se e a salvar tudo pela sua verdade, vai transformar-se numa massa de material etnográfico, e não num grande povo”.[\[89 \]](#)

O mito nacionalista deve seu poder eletrizante a uma mistura única de pretensões científicas e emocionais e representa uma provocação dirigida à ênfase posta pelo marxismo sobre os interesses humanos determinados pela classe. Pretende falar em nome da nação como totalidade transcendente, *omniabrangente*, única, que oferece as motivações para que determine a ação e as visões não menos impressionantes acerca do inimigo. O cerne do problema representa o modo em que a nação está institucionalizada como forma cultural e política. Podem ser identificados dois tipos (ideais) de conceptualização: os liberais sublinham as ligações cívicas, ao passo que os nacionalistas inflexíveis concentram-se na pureza étnica baseada nas origens comuns e num suposto destino comum. A primeira categoria favorece o diálogo, a tolerância e a inclusão, e a segunda defende a assimilação forçada, a segregação ou exclusão dos de origem ou crença religiosas diferentes. A competição entre essas visões transgride cada comunidade política e simboliza uma das contradições mais tenazes da modernidade. Mais do que isso, cada grupo em si não é homogêneo. Nos países pós-leninistas podem ser encontrados, entre nacionalistas não liberais, ex-comunistas, socialistas, neofascistas, conservadores tradicionais e populistas, envolvidos na procura de uma “terceira via”, entre comunismo e capitalismo. Que têm em comum todos esses grupos? O mais provável, compartilham a hostilidade pelos valores democráticos, liberais, modernos (percebidos como decadentes no sentido dilacerador e desvitalizador) e um convencimento comum segundo o qual os

indivíduos deveriam renunciar aos direitos que têm em favor dos sentimentos, das aspirações e dos interesses coletivos. O ethos geral deles é baseado na crença que o político deveria ser experimentado como poder sobrenatural. Em consequência, uma entidade secular (a nação) é percebida pela imposição do fervor de tipo religioso dos membros dela, o qual se fundamenta nas esperanças por um mundo seguro e feliz.[90]

Por exemplo, pensai na fascinação prolongada pela direita nacionalista da Romênia interbélica e no magnetismo intelectual exercitado por personalidades tais como o filósofo antidemocrático, pró-fascista Nae Ionescu e seus discípulos Mircea Eliade, Constantin Noica, Emil Cioran, e mesmo pelo escritor judeu Mihail Sebastian, autor de um diário famoso. Evidentemente cada um desses pensadores merece explorações nuançadas das tortuosidades de seus itinerários intelectuais e seria absurda a condenação em bloco de toda uma geração espiritual por causa de derrapagens reais acontecidas nos anos de 1940. François Furet tinha razão quando afirmava que, naqueles anos, ambas as ideologias revolucionárias, o comunismo e o fascismo tinham um futuro. O jovem Malraux apostou no radicalismo de esquerda, o jovem Cioran, no de direita. Naturalmente, não se pode negar o fato que “nos anos de 1930”, os escritos políticos deles contribuíram para o assalto geral sobre a razão, o pluralismo, a tolerância e a democracia. De fato, o próprio Cioran reconheceu mais tarde que sua juventude intelectual fora intoxicada com sonhos inconsiderados de ruptura apocalíptica com a democracia. A adesão a idéias precoces, de muito abandonadas por aqueles pensadores, depois da queda do comunismo, representa uma forma de regressão da capacidade de julgar e um fracasso no que diz respeito ao reconhecimento da responsabilidade dos intelectuais (de esquerda e de direita), pelas consequências políticas e morais das suas escolhas filosóficas. O nihilismo revolucionário da extrema direita e da extrema esquerda na Romênia (mas também na Polônia ou na Hungria) precisa de um exame sério e de uma reconsideração fundamentada de diferentes correntes em competição na cultura política destes países. Assim, é importante repensarmos a assunção, pelo regime comunista, de alguns temas desenvolvidos pela direita interbélica e gênese de uma versão própria da “ideologia romena” que combina o stalinismo e o fascismo. De outro lado, o tratamento liberal ou cívico do nacionalismo é sustentado pelos conservadores

liberais próximos do Partido Popular Europeu (o Partido Democrata Liberal da Romênia), a democracia cristã (na Eslováquia), os social-democratas tradicionais e mesmo ex-comunistas convertidos aos valores de uma sociedade aberta (como no caso da Hungria, e, de certo modo, da Polônia).

Deve-se sublinhar o fato que estes dois paradigmas estão ligados pelos valores dominantes, pelas tradições e pelo desenvolvimento das instituições e das mentalidades cívicas. Assim se explica por que os valores liberais parecem estar em vantagem na Europa Central, ao passo que os Bálcãs provam uma predisposição por conflitos étnicos, o coletivismo populista e as democracias plebiscitárias. Em todos esses países há versões liberais e não liberais do nacionalismo, mas o impacto deles é diferente na Romênia e na Sérvia, em comparação com a Eslovênia e com a República Tcheca. O problema é o modo em que as elites políticas e culturais seguem o capital simbólico existente e o modo como as formações políticas distintas do ponto de vista ideológico integram a retórica nacionalista para atingir seus escopos táticos. A primeira onda pós-comunista de paixões primordiais e de discursos de exclusão lembra-nos que nem as premissas, nem as consequências da modernidade foram universalmente aceitas. Este aspecto foi corretamente marcado por S. N. Eisenstadt numa análise inovadora das revoluções de 1989: “De qualquer modo, estes problemas não aparecem, pura e simplesmente, depois da queda dos impérios “tradicionais”, da transição de uma sociedade “pré-moderna” a uma plenamente moderna, democrática, ou da passagem de uma modernidade distorcida a um estágio relativamente calmo, que poderia indicar um tipo de “fim da história”. A instabilidade evidente hoje na Europa Oriental representa a prova dos problemas e das tensões inerentes à modernidade como tal, atestando a fragilidade potencial de todo o projeto da modernidade”.[91] Sou de parecer que, nos primeiros dez anos do pós-comunismo, fomos confrontados com uma forma flexível, persistente de barbarismo que, de novo, se situava no coração da modernidade. O nacionalismo radical era a exacerbação absoluta da diferença, a objetivização dela, o rechaçamento da idéia de humanidade padronizada e a proclamação da distinção etno-nacional como fato primordial da existência humana. Assim como se demonstrou, tragicamente, na antiga Iugoslávia, o renascimento desta forma específica de política pode-se provar nociva ao desenvolvimento

cívico-liberal das sociedades pós-comunistas. Na maior parte da Europa Central e do Leste, o etno-nacionalismo distorceu, transformou e alterou fundamentalmente o aspecto ideológico da extrema esquerda.

De regra, os intelectuais são os que produzem discursos que justificam a identificação e a projeção nacionalistas; depois, a seu turno, as massas mobilizadas oferecem a estes discursos a validação das realidades práticas. Ou seja, para seguir no momento a terminologia de Pierre Bourdieu, um processo de naturalização de um habitus centrado em nações, significa um “sistema de disposições duráveis, permutáveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, princípios que geram e organizam as práticas e a representação”. Deste modo, o nacionalismo, entendido tanto como estrutura de poder, como também como regime de conhecimento, é transformado numa realidade que se reproduz e se refere a si mesma. O nacionalismo passa a ser o “modo evidente de fazer e de pensar as coisas”.[\[92 \]](#) A comunidade organizada desta forma será não apenas “conhecida” e imaginada; será, igualmente, sentida em profundidade e expressa”.[\[93 \]](#) Ao passo que, nos anos de 1960, o nacionalismo parecia, ao menos no Ocidente, um mito esgotado, o fim do comunismo e a nova era do conflito étnico internacional que se seguiu à Guerra Fria fizeram do nacionalismo o principal competidor do liberalismo e da sociedade civil. O seu poder vem exatamente da habilidade de substituir-se às perdas de certezas e de oferecer explicações imediatas para o fracasso, a confusão e o desencanto. O nacionalismo oferece uma resposta às ansiedades coletivas dolorosas, acalma as angústias e reduz o indivíduo ao menor denominador comum: o simples fato de pertencimento étnico. O seu cerne é sustentado por um mito revitalizador (ou, para empregar o termo de Roger Griffin, um mito palingenético). Assim como mostraram numerosos pesquisadores, um mito assim, é “um arquétipo da criação dos mitos humanos, que pode exprimir-se tanto na forma laica, como na religiosa, sem “derivar” de uma fonte particular ou da tradição. “A função mais importante é a de oferecer aos grupos que o seguem na prática cultural e política novas fontes de significação e de função social. O principal perigo inerente de sua “ativação” é que pode criar uma nação concebida organicamente que seja limpa de decadência e renovada extensivamente”.[\[94 \]](#)

Norman Manea, escritor romeno de origem judaica, sobrevivente do Holocausto quando era adolescente, para ser mais tarde perseguido por causa de sua origem étnica e pelas idéias não conformistas sob o regime de Ceaușescu, ofereceu uma descrição sugestiva da tentação etnocêntrica do principal rival da visão cívica da comunidade associada com a modernidade e com o liberalismo: “A intensificação do nacionalismo em todo o mundo, os conflitos perigosos entre as minorias da Europa Oriental e a xenofobia crescente da Europa Ocidental acentuam ainda uma vez uma das principais contradições do tempo, dentre a modernidade centrífuga, cosmopolita e a necessidade centrípeta (ou ao menos a nostalgia) do pertencer [...]. O mundo moderno enfrenta sua solidão e responsabilidades sem o artifício de uma dependência protetora ou de uma coerência fictícia, utópica. Os movimentos fundamentalistas e separatistas de todos os tipos, a volta a uma mentalidade tribal em tantas comunidades humanas são expressões da necessidade de restabelecer uma coesão bem estabelecida, para proteger os enclaves contra os assaltos do desconhecido, da diversidade, da heterogeneidade e da alienação”.[[95](#)]

O nacionalismo étnico reporta muitas vezes aos instintos primários de unidade e de identificação com o próprio grupo: os estrangeiros são vistos de regra como destabilizadores viciosos, homens que rompem as tradições, agentes da dissolução. O nacionalismo, na verdade, santifica a tradição, que foi descrita por Gilbert K. Chesterton como “o direito de votar acordado aos mortos”. Principalmente em tempos de frustração social, os estrangeiros tendem a ser demonizados, a se tornarem bodes expiatórios. Um ucraniano nacionalista, por exemplo, veria sempre os russos (e/ou os judeus) conspirando contra a prosperidade e independência da Ucrânia. Um romeno nacionalista veria os membros da comunidade magiar como pertencendo a um grupo unido, sempre implicado em atividades subversivas, irredentistas. Um militante nacionalista croata não terá confiança nos sérvios, ao passo que os fundamentalistas étnicos sérvios invocarão sempre a aliança da Croácia com a Alemanha nazista como argumento contra a confiança e a coexistência étnicas. O nacionalismo da Estônia, Letônia ou Lituânia está impregnado da memória da ocupação soviética (e antes desta, da russa) sobre os estados bálticos. Os discursos nacionais servem não apenas à manutenção do sentido de identidade

étnica, mas também “à reinvenção contínua da tradição”, à regeneração da mitologia histórica, à inserção de uma satisfação infra-razional, transcendental diante do sentido de identidade nacional. Em condições de quedas de impérios, o nacionalismo passa a ser um bálsamo ideológico para acalmar os sentimentos de cólera e desolação.

Com as suas identidades destruídas e com as lealdades flutuantes, o mundo pós-comunista oferece aos fantasmas xenófobos enganadores um terreno fértil para estimularem e cativarem a imaginação de milhões de homens ressentidos. A homogeneização nacional passa a ser o grito de luta das elites políticas para as quais a unidade e a coesão são valores supremos. A lógica da exclusão leninista (‘nós’ contra ‘eles’) foi substituída pela visão nacionalista que santifica o grupo étnico e demoniza os “estrangeiros”. Os que criticam esta corrente são estigmatizados imediatamente como “quinta coluna”, pertencentes aos “inimigos internos”. Para o ex-presidente croata Franjo Tudjman, por exemplo, apenas os intelectuais que apoiavam “o espírito nacional e a auto-determinação” mereciam o nome de *intelligentzia*. Todos os outros, defendia ele, eram apenas “fariseus”. A invenção ininterrupta de inimigos e de ressentimentos agrava o clima de insegurança e determina que muitos homens honestos se desesperem com a vista no futuro da sociedade deles.

O fato de que quase todo o mundo, nos países pós-comunistas, pretende abraçar a democracia não significa que predominam os valores liberais. Ao contrário, os últimos vinte anos levaram a inúmeros apelos e a campanhas para o descobrimento “do cerne da nação” (Ernest Gellner). O liberalismo foi contrabalançado por práticas políticas visando à manutenção dos valores coletivos, percebidos por certas elites como definidores para a comunidade nacional, no tempo e no espaço. O liberalismo foi apresentado, neste contexto, como uma ideologia que suprime as diferenças étnicas e as identidades de grupo, antes do que um esforço institucional e cultural de diminuir e organizar estas distinções “tanto quanto cresçam as oportunidades de uma coexistência tranquila e de uma cooperação reciprocamente benéfica”. [96] Tal política maniqueísta de identidade serviu apenas como legitimação para os novos profetas da Arcádia. Em consequência, sem esquecer os escorregões coletivistas da política em alguns dos países da Europa Oriental, pode-se argumentar que o processo de democratização depende da capacidade dos

cidadãos destas sociedades de transcender as tradições particulares e as identidades de grupo e de construir um sentido de pertencer político que parta das normas derivadas da interação cívica. O problema não é a abolição de qualquer tradição, mas principalmente o redescobrimento das virtudes da tolerância, da inclusão e do diálogo.

As novas constituições adotadas nos estados pós-comunistas colocam a fonte da soberania estatal na nação étnica majoritária, não no cidadão como tal. São orientadas etnicamente e potencialmente discriminatórias diante das minorias. Por causa destas práticas, por exemplo, mais de um terço da população da Estônia não teve direito de participar nas eleições de 1992. O antropólogo Robert Hayden chama esta variedade de objetivação pós-comunista de dominação etno-nacionalista acordada à maioria étnica em detrimento das minorias do nacionalismo constitucional (Robert Hayden). As constituições são empregadas para venerar a soberania e os privilégios da nação dominante, ao passo que as insatisfações das minorias são muitas vezes tomadas como atitude antinacional. Estas ofereceram ainda os padrões de uma identidade pós-convencional.

O nacionalismo étnico contemporâneo é menos um renascimento da política pré-comunista da intolerância e, antes, um avatar do esforço leninista de construir um corpo político perfeitamente unido. O passado é frequentemente empregado para justificar os fantasmas ressentidos dos demagogos nacionalistas. Esta “volta da história” é, antes, uma reconstrução ideológica destinada a responder aos ressentimentos do presente do que um destino aparentemente primordial dessas nações fadadas a lutar sempre e a temerem umas às outras. À medida que estas sociedades se afastam da ordem leninista, o nacionalismo aparece como mito ideológico predominante. É muito cedo para anteciparmos se este nacionalismo pós-comunista se fará cívico ou se se transformará num chauvinismo vicioso.

Por sua visão internacionalista, o marxismo esforçou-se em ultrapassar os limites da consciência nacional. “Os proletários não têm pátria-mãe”, tinham proclamado os pais fundadores da doutrina no *Manifesto Comunista*. Erraram, mas o internacionalismo mostrou ser um programa utópico. Na realidade, segundo provou o desmoronamento da esquerda alemã duas vezes neste século (a primeira vez em 1914, e então depois que Hitler tomou o poder, em 1933),

os proletários têm uma pátria e estão dispostos a morrer por ela com o entusiasmo que compartilham também os membros de qualquer grupo social. Em nome do interesse nacional, grandes massas eram mobilizadas na direção da histeria coletiva, das revoltas suicidas e das guerras catastróficas. Ao tempo da Primeira Guerra Mundial, o culto por *la patrie et les morts* (o país de origem e os mortos) era mais do que uma metáfora poética: milhões de franceses viviam com a crença de que a luta contra os alemães era uma causa sacra. Partindo do mesmo princípio, o nacionalismo pangermânico combinado com o racismo pseudocientífico (a doutrina da comunidade *völkish*) serviu como ingrediente principal da doutrina de expansão imperialista de Hitler.

Ao mesmo tempo, o apelo de Joseph Stalin ao nacionalismo russo e o desprezo de Hitler pela “raça inferior” eslava acentuaram o entusiasmo do Exército Vermelho e do povo russo na luta antifascista (“A Grande Guerra pela Defesa da Pátria”). Segundo seu credo russo nacional bolchevique, Stálin articulou os objetivos de guerra em termos de sobrevivência nacional, e mesmo alguns dos mais decididos anti-bolcheviques cerraram as fileiras atrás do “Papaizinho dos povos” para defender a terra russa.[97] Alguns autores chamaram de revisionismo épico essa prática de representação. O regime, procurando reconstruir o sentido do passado modifica as narrativas identitárias existentes. Este processo ganha dimensões de uma arte de governo (*statecraft*) porque modifica a percepção da própria comunidade.[98] Nessas condições, perde-se “a centralidade do proletariado”, do momento em que a ênfase cai sobre a “unidade moral-política da sociedade soviética. A coletividade socialista passa a ser uma comunidade popular “organizada num estado, a quem se devem dedicar todos os homens, toda a arte e a ciência” e “da qual se espera que opere como unidade autônoma mais ou menos fechada, na paisagem mundial”. A linguagem e a política da revolução permanecem a mesma, mas o político é renacionalizado.[99]

Em 1948, o nacionalismo ajudou Iosip Broz Tito a construir o consenso antistalinista na Iugoslávia e a ideologia “nacional comunista”. Os ideais nacionais democráticos inspiraram os revolucionários poloneses e húngaros nas suas lutas antistalinistas de 1956. O nacionalismo passou a ser a força corrosiva que conduziu ao desmembramento do último império colonial, a

URSS. Não menos significativo, representou a legitimação dos salvadores autodeclarados do Terceiro Mundo, ávidos de poder, que posavam como salvadores nacionais. Alguns ditadores comunistas entenderam que a manutenção deles no poder seria garantida pelo apelo à retórica nacionalista. Nicolae Ceaușescu, o condutor da Romênia, e Enver Hoxha, o condutor da Albânia, souberam apresentar seus regimes autárquicos como reencarnações dos sonhos de independência de milhares de anos. Mesmo o líder búlgaro menos excêntrico, Todor Jivkov, iniciou campanhas nacionalistas destinadas a glorificar a herança trácia. Todo o sistema de propaganda do tempo de Ceaușescu estava perfeitamente pronto para apresentá-lo como a reencarnação dos capitães tribais dácios e trácios que se tinham oposto às invasões romanas. Se esses condutores criam realmente nos mitos que seguiam é menos importante: o que conta é o fato de que tais tipos de discursos ofereciam ao indivíduo o sentimento de orgulho, segurança e unidade tão desejado em tempos de deslocação traumatizante. Portanto, à medida que a crença utópica leninista se dissipava, os discursos nacionalistas (re)entraram em cena, prontos a preencher o evidente vazio ideológico. Exatamente porque o espaço social parecia imprevisível e potencialmente ameaçador, com as sociedades civis fracas e com os partidos políticos no estágio incipiente, os indivíduos investiam suas aspirações de solidariedade e de pertencer a uma nação. A celebração da comunidade como reserva suprema de dignidade humana e a redução ao mínimo dos direitos individuais são normalmente associados à exaltação das virtudes militares, ao culto do estado, ao clericalismo latente ou manifesto e à perseguição do pensamento independente. A história mitologizada passa a ser o álibi das discriminações, das exclusões e da violência gerada pelo estado.

Esta síntese esquisita de ambição nacional e monismo ideológico explica a intensidade das paixões nacionalistas no mundo pós-comunista: a exclusividade étnica é uma continuação da *hybris* leninista, da adversidade a qualquer coisa que indique a idéia de diferença, unicidade, distinção. O anti-liberalismo, o coletivismo e o anti-intelectualismo firme são combinados em novos discursos de autoelevação nacional (deve-se prestar atenção a esta mistura como fonte de inspiração dos ataques dos liberais “de esquerda”, preparados por Viktor Orbán e pelos seus associados conservador-populistas).

Ao mesmo tempo, a lembrança dos tempos opressivos específicos dos regimes comunistas é empregada para manter um sentido de unicidade. O sofrimento é sempre explorado pelo que chamo o estado da nação mais vitimizada. Não menos importante, porque o comunismo foi sempre considerado uma imposição estrangeira, uma ditadura de “estrangeiros”, o nacionalismo radical contemporâneo é, igualmente, profundamente anticomunista. A memória do trauma e da culpabilidade sob o leninismo, junto com o dever de lembrança, no que diz respeito ao passado fascista de alguns dos países, pode, na verdade, oferecer os padrões históricos e morais necessários para apoio de um patriotismo constitucional que represente uma provocação para o reducionismo comunitário. Ele pode dar nascimento a uma solidariedade da memória, baseada em contrastes negativos: “De um lado, com o passado que é repudiado; de outro lado, com os atores políticos antidemocráticos no presente (e/ou potencialmente no futuro).[100] Ao contrário, assistimos a uma etnicização da memória e a uma externalização da culpa. O mal ligado aos regimes comunistas é atribuído àqueles percebidos como estranhos: judeus, minorias nacionais ou outros traidores e inimigos de uma nação definida organicamente. Ora, encontramos também “a não memória do comunismo”, que cria “dois vocabulários morais, dois tipos de raciocínio, dois passados diferentes”: o das coisas que nos fizeram e o das coisas que fizemos aos outros. É algo que Tony Judt chamou “amnésia voluntária”.

De maneira irônica, os fanáticos nacionalistas são muitas vezes ex-comunistas para quem a crosta internacionalista das velhas ideologias fora, de fato, um ritual constrangedor e superficial (O Partido Comunista da Boêmia e da Morávia sempre teve uma atitude fortemente anti-cigana). O Partido Comunista da Federação Russa, liderado por Ghenadi Ziuganov combinou o leninismo nostálgico, a admiração da liderança exercitada por Stálin na Segunda Guerra Mundial e a xenofobia. Daí, não é surpreendente que Ziuganov e outros neoleninistas se tenham oposto veementemente às propostas feitas em outubro de 2005 por alguém próximo a Putin de mudar o cadáver de Lênin do Mausoléu da Praça Vermelha. Quanto a Putin, ele abandonou o anti-leninismo decidido da época de Ieltsin e passou a ser, principalmente depois de 2006, o principal defensor de uma versão cada vez mais agressiva da

restauração neostalinista e neoimperialista. O manual de história para o liceu, referente ao período de 1945 a 1991, aprovado pelo Kremlim e publicado em 2008, simboliza a volta a uma das falsificações stalinistas mais flagrantes e uma ruptura radical com a herança da *glasnost*. A política de Putin é, em consequência, um conglomerado ideológico que traz consigo o grande nacionalismo russo, o autoritarismo imperial e uma tentativa de reconquistar de novo a grandeza perdida da época stalinista.

As minorias, especialmente as étnicas, são o candidato perfeito para o perfil do inimigo. As nações são apresentadas quase todas como vítimas dos estrangeiros, e os regimes comunistas são descritos como sendo criados pelos estrangeiros, para servir aos interesses estrangeiros. Os nacionalistas russos, inclusive alguns dos escritores mais talentosos pertencentes à Escola Siberiana, não se cansaram, acusando os judeus pela destruição bolchevique dos valores e das estruturas tradicionais. Nem é necessário acrescentar que alguns dos propagandistas mais frenéticos de visões assim escurecidas são eles mesmos ex-comunistas, entre os quais também intelectuais. Referindo-se, em primeiro lugar, aos acontecimentos trágicos da sua Iugoslávia natal, o poeta americano Charles Simic atinge uma nota escura e, lamentavelmente, muito verdadeira, quando escreve que “o lado assustador de todos os intelectuais modernos é que mudam sempre seus ídolos. Os fanáticos religiosos ao menos são constantes em sua crença. Todos os nacionalistas fervorosos do Leste Europeu foram ontem marxistas, e na semana passada, stalinistas”.[[101](#)]

Com alguns anos antes do fim do comunismo na Europa, Joseph Rothschild afirmava que “o etno-nacionalismo ou a etnicidade politizada permanece o mais importante fator ideológico mundial de legitimação ou de deslegitimação no que diz respeito aos estados, aos regimes e aos governos”.[[102](#)] Do momento em que o nacionalismo oferece o mito identitário mais dinâmico da modernidade, mais forte e mais vivo do que o socialismo marxista, o universalismo liberal ou o patriotismo constitucional, deve-se ver quais são suas formas principais no mundo pós-comunista. É o nacionalismo uma ameaça fundamental para a aparição de algumas estruturas tolerantes do ponto de vista político? É ele necessariamente uma forma venenosa de chauvinismo, uma nova ideologia totalitária, uma força destrutiva intrínseca adversária dos

valores liberais? Estão essas sociedades cativas do passado, condenadas a retomar sempre as velhas animosidades e conflitos? De fato, temos de fazer distinções entre tipos de nacionalismo: nacionalismo que inclui e nacionalismo que exclui, nacionalismo liberal e nacionalismo radical ou, assim como propõe Yael Tamir, nacionalismo policêntrico e nacionalismo etnocêntrico.

O etnocentrismo é uma forma de nacionalismo que transforma a distinção real entre o grupo-base e os outros num atributo não ultrapassável, um fato do destino que assenta uma nação numa posição superior a todas as outras. No contexto pós-comunista, esta versão etnocêntrica tende a ganhar terreno diante da versão liberal. Os descrentes na análise racional apelam a sentimentos, afetos, emoções. O conteúdo de verdade é praticamente irrelevante neste tipo de narração destinada a cultivar a dignidade e o orgulho de si. As crenças, os valores, os costumes são obrigados a entrar na camisa de força de certo “regime da verdade”, que produz e sustém um arranjo específico de poder. O quadro social do nacionalismo se cristaliza por intermédio da prática cotidiana, provando assim a função da verdade universal. As interpretações idealizadas da história transformam-se em signos da identidade, porque nos oferecem contentamento, satisfação, o sentimento de importância e criam um senso de autenticidade.

Na economia deste ensaio, proponho esta definição para o nacionalismo radical (não liberal): representa uma avaliação superdimensionada, desservindo-se a si, das virtudes, dos méritos, dos azares, da pressuposta missão histórica do grupo e, implicitamente, uma negação dos direitos, dos sofrimentos e das aspirações similares de outros grupos. É evidente que não inclui as versões do nacionalismo liberal ou benigno nos limites desta definição. Remete à visão integral da nação como depositária das virtudes da comunidade, uma entidade sacra que pede devoção ilimitada e sacrifícios desinteressados da parte de seus membros. Segundo essa concepção, alguém ou nasce sérvio (ou húngaro, ou russo), ou não existe de maneira alguma. Em outras palavras, tal visão exclui a possibilidade de um indivíduo passar a ser membro de uma nação, indiferente do que está disposto a fazer para provar o estatuto respectivo: mudança de religião, desempenho literário notável, disponibilidade de envolver-se também na luta pela “pátria-mãe” etc. Proponho, no que se segue, uma tipologia mínima do nacionalismo nas

sociedades pós-comunistas, que não rechaça totalmente as tendências de afirmação nacional, por tanto tempo quanto este não implique exclusivismo e intolerância.

O nacionalismo cívico reconhece os direitos individuais como fundamentais para a construção de uma ordem liberal e coloca a soberania do povo na defesa dos direitos individuais de todos os membros da comunidade política, indiferentemente da origem étnica e de quaisquer outras diferenças. O nacionalismo cívico põe à luz uma identidade pós-tradicional e pós-convencional e a possibilidade dos quadros de referência de uma identidade múltipla (não apenas étnica, mas também cívica). É uma forma “fácil” de nacionalismo, com raízes nas tradições democráticas, sejam elas conservadoras, liberais ou social-democratas. Esta visão permite que a nacionalidade seja conseguida e rechaça a definição “genética” do pertencer étnico. Não é xenófoba e acentua a necessidade de inclusão e tolerância das minorias. Principalmente nos países com uma história assim inquieta, esta tendência deveria ser vista exatamente como um desenvolvimento construtivo mais do que uma ameaça alarmante. Ela oferece ao indivíduo um sentido mínimo da segurança (proteção) e do pertencer a uma comunidade em tempos quando as ilusões empalidecem, e vacilam os valores. Uma característica desta forma de afirmação nacional é a dimensão essencialmente cultural-cívica dela e a recusa de aceitar o jargão do nacionalismo extremo. O nacionalismo liberal (cívico) reconhece a prevalência da pessoa moral, a dimensão eletiva da identidade pessoal e recusa-se a considerar o indivíduo um prisioneiro do seu pertencer à comunidade. Em certo sentido, à medida que não exalta a superioridade do ideal nacional em desfavor de outros ideais e à medida que não santifica a nação como fonte suprema e indiscutível da identidade humana, o nacionalismo liberal pode ser considerado “pós-nacionalista”. Apresenta a reflexão antes da emoção e insiste na autonomia da vontade humana e da eleição. O conceito aproxima-se mais da visão de Jürgen Habermas de *Verfassungspatriotismus* (patriotismo constitucional), fundado numa identidade pós-convencional derivada das formas abstratas, promovendo a inclusão progressiva universalista do pertencer político.

O nacionalismo étnico, menos liberal ou não liberal, compreende diferentes correntes cujo traço comum é a interpretação coletivista da nação, a

exaltação da tradição e das instituições tradicionais. O cultivo das mitologias heróicas do passado e certa descrença nos valores liberais ocidentais como “estranhos” ao ethos local comunal. Postulando a vontade comum do “Povo” como o valor nacional supremo, esta versão do nacionalismo prepara o caminho dos experimentos autoritários. Aparece sempre uma minoria que pretende ter acesso ao conhecimento, ter o direito (ou a missão) de interpretar esta vontade coletiva e de impor sua visão às massas menos “iluminadas”.

- 1.O nacionalismo conservador é frequentemente associado à democracia cristã e ao tradicionalismo popular. Ao passo que seus partidários reconhecem, formalmente, a importância dos direitos individuais, tendem a exagerar o papel do passado, a influência da Igreja e o impacto negativo da cultura ocidental de massa e das instituições liberais. Em muitos casos, estes grupos e partidos aplaudem os valores pré-modernos, e principalmente as ligações de comunidades agrárias, acusando o papel do capital financeiro e da indústria na destruição de comunidades etno-religiosas puras. Explicitamente ou não, os nacionalistas conservadores manifestam uma animosidade pronunciada contra o liberalismo, que consideram sem alma, atomista e mecânico. A soberania do povo como um todo tem prioridade nesta teoria sobre os direitos individuais.
- 2.O populismo etnocêntrico desenvolveu-se primeiro nos Bálcãs, mas está presente também em outros países pós-comunistas (principalmente na Eslováquia, na Hungria, na Ucrânia). Cresceu no pano de fundo da coexistência tensa dentro de uma sociedade civil turbulenta, ainda não articulada, e um sistema institucional proto-pluralista, de um lado, e a sobrevivência e mesmo o desenvolvimento das antigas instituições repressivas, inclusive da política secreta, do outro. O etnocentrismo populista não é nem de esquerda nem de direita: segue lemas políticos sem nenhuma preocupação com o impacto deles a longo prazo e muda as políticas de acordo com os interesses imediatos da elite que se encontra no poder. O líder etnocêntrico populista alia-se com os extremistas, coopta-os em coligação de governo, e depois, quando as pressões do Ocidente se intensificam, se desembaraça dos antigos parceiros que passaram a ser inúteis, aparecendo como um político racional e confiável. Com tudo isso, permanece convencido, em seu foro íntimo, que este capitalismo de tipo ocidental não é nem possível, nem desejável em seu país. O populismo etnocêntrico é chauvinista, obcecado pela idéia de conspiração e pressupõe uma tentativa facilmente mascarada pela reabilitação de um regime comunista.
- 3.O etnocentrismo nostálgico é caracterizado pelo ideal de “democracia nacional” ou *etnocracia* (posta à democracia-liberal) e da tentativa de reabilitar os movimentos interbélicos de extrema direita. É o caso das tentativas de reabilitação da Guarda de Ferro fascista na Romênia ou de movimentos similares na Hungria (A Guarda Magiar ou, mais recente, Jobbik),[103] na Rússia (nacional-bolcheviques liderados por Eduard Limonov) etc. Nos anos 30, as ideologias “guardistas” diziam que apenas os indivíduos nascidos ortodoxos podiam pretender que eram verdadeiramente romenos, atacavam a herança iluminista como “sentimentalismos” e defendiam uma revolução radical contra a modernidade liberal. Os defensores de hoje desta teoria são, de maneira programática, obscuros quanto à forma de governo visada (república, monarquia constitucional) e exprimiram muitas vezes uma descrença acentuada diante dos movimentos e dos partidos políticos existentes (considerados oportunistas corruptos, intelectuais, não romenos por sua falta de interesse pelos verdadeiros problemas dos romenos). Do ponto de vista sociológico, esse renascimento etnocêntrico aparece como um movimento de angústia e insatisfação de uma geração e atrai para si,

em primeiro lugar, os alunos de liceu, os estudantes e os recém-formados. Na mesma ordem de idéias, podem-se observar as tentativas de definição de pertencimento étnico nos termos de filiação religiosa e a interferência crescente da Igreja Católica nos debates políticos da Polônia.[104] De maneira clara, a ascensão do fundamentalismo etno-religioso na Romênia está mais próxima, como programa e como significados, dos movimentos similares da Rússia e da Sérvia (países predominantemente ortodoxos), do que das tendências clericais autoritárias da Polônia. O que compartilham, no entanto, estas correntes religiosas nacionalistas é a desaprovação dos valores liberais, dos direitos individuais, da educação leiga e da competição do mercado.

Para muitos intelectuais da Europa Central e Oriental, o desenvolvimento do nacionalismo, depois da derrocada do comunismo, constituiu uma surpresa. De fato, “as revoluções gloriosas” foram, com exceção da Romênia, bastante pacíficas e calmas. O discurso dominante delas estava impregnado com remissões aos direitos universais do homem e do cidadão. Produziu-se um redescobrimento dos valores iluministas num espaço que foi atingido pela praga da exclusividade étnica e dos fundamentalismos autoritários. Depois, quando a euforia da emancipação se dissipou, as pessoas se deram conta de que tinham necessidade de uma fonte de confiança em si, de um substituto ideológico das certezas desaparecidas da era comunista. À medida que os apelos ao discurso da sociedade civil e dos direitos humanos se enfraqueciam, e cresciam os custos da transição, que atingiam largos grupos sociais, estes países passaram pela experiência da procura de novas idéias para oferecer o cimento intelectual e moral de que têm necessidade todas as sociedades para não se desintegrarem.

De fato, os apelos ao paradigma da sociedade civil assim como foram defendidos e articulados no quadro das subculturas dissidentes do período pós-totalitário, foram em grande medida idealizados no tempo do primeiro estágio pós-revolucionário. Muitos intelectuais compartilharam esses valores, mas havia muitos outros que os achavam muito abstratos e universalistas (entre estes últimos, Václav Klaus, o rival de Havel, seu sucessor na qualidade de presidente da República Tcheca). A maioria da população da Europa Central e Oriental não foi implicada em atividades antissistema e não se arrogaram os valores de resistência moral. Alguns anos antes, o filósofo húngaro e antigo dissidente G.M. Tamás insistiu acerca da relativa marginalidade dos dissidentes como explicação para a falta de influência deles depois de 1989. O caso do Solidariedade foi, seguramente, diferente, mas mesmo aí também o código normativo da oposição cívica naufragou na geração de um conceito positivo da “política da verdade”. Na realidade, na maioria das sociedades da Europa Central e Oriental, a diferença de opinião era uma experiência isolada, arriscada e não necessariamente popular. Os que pertenciam à “zona cinza” entre o governo e a oposição tinham a tendência de ver os dissidentes como competidores no domínio moral, marginais neuróticos, personagens que lembravam Dom Quixote, que entendem pouco ou nada do “verdadeiro jogo”. Os apelos à visão da sociedade civil, com repúdio às estruturas hierárquicas e com o ceticismo diante de qualquer autoridade institucional, mostraram-lhes os limites no período incipiente, fraturado moralmente e fluido do ponto de vista ideológico do pós-comunismo.

Um dos elementos-chave na interpretação da ascensão do nacionalismo como mito político na sociedade pós-comunista representa-o o papel dos intelectuais e a relação deles com o Ocidente. Na Europa Central existiu sempre nos escalões da intelligentsia nacional uma ala forte, próxima dos valores do Ocidente. O fato que, para além de qualquer exceção, os mais importantes intelectuais húngaros não passaram para o lado da direita populista está ligado à aceitação da mais importante lição do século XX, ou seja, que a batalha principal não se dá entre comunismo e fascismo, mas, antes, entre os regimes e as ideologias coletivistas (de direita ou de esquerda) e o individualismo liberal. As consequências tristes da defesa de uma religião política totalitária (o comunismo ou o

fascismo) não passaram despercebidas na Europa Central, ao passo que dificilmente eu poderia dizer a mesma coisa da zona dos Bálcãs, com seus ciclos de concursos de efervescência nacionalista. É verdade que, em cada um desses países, há visões liberais e não liberais acerca da nação. Mas, ao passo que na Polônia, por exemplo, a exploração desmitologizante do passado constituiu uma tentativa notável da parte dos intelectuais, nos Bálcãs a tendência principal foi a camuflagem das páginas vergonhosas da história nacional e a fabricação de novos fantasmas messiânicos, portadores de segurança interior. Esta tendência negativa, autodestrutiva diminuiu de algum modo nos últimos anos, especialmente como resultado do fato de que as elites locais internalizaram os custos catastróficos de promover o ódio institucionalizado. O termo “fantasma” é empregado aqui para designar um conjunto de visões e emoções coletivas destinadas a oferecer explicações para as principais dificuldades da transição. Deste ponto de vista, o nacionalismo radical aparece como um fantasma de evasão, um mito político cujas estruturas sociológicas e psicológicas constam de sentimentos gerais de insegurança, medo e impotência. Não entra em discussão a verdade destes fantasmas, porque, no caso dos mitos, o que conta é antes a credibilidade do que a exatidão: “Acerca dos mitos crê-se que seriam verdadeiros não porque as provas históricas são convincentes, mas porque oferecem um sentido de experiência atual dos homens”. [105] Quando essa experiência é percebida como extremamente dolorosa e a inquietude psicológica atinge seu apogeu, a necessidade dos mitos se torna irresistível. O mito nacionalista oferece consolo, serenidade à comunidade, um modo simples de superar os sentimentos de humilhação e de inferioridade e uma resposta às ameaças reais ou imaginárias. Mais ainda, a explosão nacionalista pode ser vista como um “efeito perverso” das mudanças revolucionárias lançadas pela revolução de 1989-1991. Isto não significa que as revoluções naufragaram ou que criaram situações piores do que aquelas das quais se pressupõe que provieram. “A retórica reacionária” despreza o fato de que o nacionalismo sobreviveu nos anos do comunismo em formas distorcidas e escondidas, que conseguiu infiltrar-se nas doutrinas oficiais e que as revoluções de 1989-1991 criaram apenas o pano de fundo para a sua expressão total e possível transcendência.

O mundo pós-leninista está ferido por causa dos sonhos pulverizados, das ilusões dilaceradas e das aspirações muitas vezes não realizadas. Assim se explica a derrota dos antigos comunistas na Polônia, em setembro de 2005: percebidos como executantes cínicos, ex-*aparatchi* perderam diante dos partidos de centro-direita, que apoiavam a “revolução moral”. Em suma, a luta pela alma do homem, depois da queda do comunismo, não terminou. Em alguns países, prevaleceram a frustração e o desencorajamento. Em outros, os homens parecem alegrar-se com as novas condições, inclusive pela oportunidade de viver sem sonhos utópicos. Para citar Alexander Yakovlev, ex-ideólogo bolchevique que denunciou o absolutismo marxista-leninista: “As utopias sociais não são inofensivas. Deformam a vida diária, determinam um indivíduo, a sociedade, os agentes de estados e os movimentos sociais a impor os tratamentos e concepções delas. Inclusive seguir métodos extremamente violentos. As utopias sociais retiram do indivíduo a habilidade de perceber a realidade assim como é. Reduzem acentuadamente ou mesmo destroem a habilidade dos homens de resistir eficientemente diante das dificuldades reais, das absurdidades, das faltas da vida pública e privada”. [106]

Os moradores do antigo universo social e político dominado pelo comunismo pagaram caro para aprender quais são os custos da aplicação, nas almas e corpos deles, das políticas coercitivas inspiradas pelo híbrido ideológico. Para a maioria deles, as ambições grandiosas de reconstruir a humanidade de acordo com o modelo pressupostamente perfeito (étnico ou social) parecem tanto inúteis, quanto perigosas. A volta à utopia social pode ser evitada se forem ultrapassados dois elementos fundamentais da herança leninista: a alienação (que conduziu à fragmentação, ao

neotradicionalismo, à falta de polidez) e a mentira (que foi a raiz da dissimulação, a desintegração do consenso e que levou à aparição do que o sociólogo Iuri Levada chamava *homo prevaricatus*, o herdeiro do *homo sovieticus*). Já que “avisado significa protegido”, creio que é melhor vermos atentamente os buracos cobertos e desviarmo-nos deles, do que cantarmos a melodia envelhecida, pseudo-hegeliana do “triunfo liberal supremo”. [107] Toda a filosofia de protesto foi a proclamação da estratégia “de penetração” prolongada do sistema existente, a recuperação gradual e a restauração da esfera pública (a vida independente da sociedade) como alternativa à presença *omniabarcante* do partido-estado ideológico. A reconstrução conseguida da vida de uma nação das ruínas da tragédia e do aniquilamento causados por um regime criminoso depende da capacidade da sociedade de construir nos fundamentos da confiança entre os homens livres. No pós-comunismo, a autenticidade da existência pode ser obtida apenas pelo investimento forte no nível cívico e o rechaçamento firme tanto do narcisismo etnocêntrico quanto das idéias de agente escolhido da História.

78 O texto original em inglês foi publicado em Serghei Oushakine, Costică Brădăţan (eds), *In Marx's Shadow: Knowledge, Power, and Intellectuals in Eastern Europe and Russia* [À sombra de Marx: conhecimento, poder e os intelectuais na Europa Oriental e Rússia], Lexington Books, Lanham, 2001. Tradução de Iulia Vladimirov.

79 Adam Michnik, *Letter from Freedom: Post-Cold War Realities and Perspective* (Carta de liberdade: realidades e perspectivas do pós-guerra fria), University of California Press, Berkeley, 1998, p. 326.

80 Ralf Dahrendorf, *After 1989: Morals, Revolution, and Civil Society*, Sat. Martin's Press, New York, 1997.

81 Vladimir Tismăneanu, *Fantasies of Salvation: Nationalism, Democracy, and Myth in Post-Communist Europe*, Princeton University Press, Princeton, 1998.

82 Robert C. Tucker, *Stalin in Power; The Revolution from Above, 1928-1941*, Norton, New York, 1990, p. 591.

83 Emilio Gentile, Robert Mallett, “The Sacralisation of Politics: Definitions, Interpretations and Reflections on the Question of Secular Religion and Totalitarianism”, em *Totalitarian Movements and Political Religions*, vol. 1, n.º 1, 2000, p. 18-19.

84 Gemeinschaft = comunidade; Gesellschaft = sociedade – NT.

85 Citado em Paul Lawrence, *Nationalism: History and Theory*, Pearson Education, Harlow/New York, 2005, p. 170.

86 Ghia Nodia, “Rethinking Nationalism and Democracy in the Light of the Post-Communist Experience”, em N.V. Chavchavadze, Ghia Nodia, aul Peachey, *National Identity as an Issue of Knowledge and Morality: Georgian Philosophical Studies*, Paideia Press and The Council for Research in Values and Philosophy, Washington, D.C., 1994, p. 54.

87 Étnico – NT.

88 Andrzej Walicki, “The Troubling Legacy of Roman Dmowski”, em *East European Politics and Societies*, vo. 14, n.º 1, inverno de 2000, p. 12-46.

89 Fiodor Dostoiévsky, *Os demônios*, citado por Czesław Miłosz, *Beginning with My Streets* [Começando com minhas ruas], Farrar, Straus e Giroux, New York, 1991, p. 85. O ensaio de Miłosz é uma das interpretações mais inteligentes do recrudescimento do nacionalismo no final do século XX.

90 E. Gentile, R. Mallett, “The Sacralisation of Politics [...]”, p. 29.

91 S. N. Eisenstadt, “The Breakdown of Communist Regimes”, em *Daedalus*, vol. 121, n.º 2, primavera de 1992, p. 35, republicada em Vladimir Tismăneanu (coord.), *Revo-luțiile din 1989*.

92 Para uma discussão acerca do conceito de *habitus* de Bourdieu no contexto da análise do nacionalismo, ver Paul Warren James, *Globalism, Nationalism, Tribalism: Bringing Theory Back* (Globalismo, Nacionalismo, Tribalismo: Trazendo de volta a Teoria) SAGE, London, 2006, p. 55-57.

93 Anthony D. Smith, *Nationalism and Modernism: A Critical Survey of Recent Theories of the Nation* (Nacionalismo e Modernismo: um exame crítico de teorias recentes da nação) Routledge, London, 1998.

94 Roger Griffin, “Introduction: God's Counterfeiters? Investigating the Triad of Fascism, Totalitarianism em (Political) Religion, (Contrafactores de Deus? Investigação da tríada fascismo, totalitarismo e religião (política), em *Totalitarian Movements and Political Religions*, vo. 5, n.º 3, jan. 2004, p. 305.

95 Ver a contribuição de Norman Manea em “Intellectuals and Social Change in Central and Eastern Europe” (Intelectuais e Mudança Social na Europa Central e Oriental), em *Partisan Review* (número especial), n.º 4, outono de 1992, p. 573-574.

96 Stephen Holmes, “Liberalism for a World of Ethnic Passions and Decaying States”, em *Social Research*, vol. 61, n.º 3, outono de 1994, p. 601.

- 97 “[...] o bolchevismo nacional russo, assim como apareceu e se desenvolveu sob Stálin nos anos de 1930, avançou numa direção que era de algum modo convergente com o nacional-socialismo alemão. Por mais estranha e odiosa que lhe parecesse – e assim lhe pareceu – esta evolução dos velhos bolcheviques (fato que explica, talvez, também o extermínio deles), a convergências não pode ser negada. Parece-me claro do ponto de vista histórico e bem documentado”. Ver “A Choice of Lenin’s ?” entrevista com Robert C. Tucker, em G. R. Urban (ed.), *Stalinism: Its Impact on Russia and the World*, Harvard University Press, Cambridge, Mass. 1986, p. 170).
- 98 Kevin M. F. Platt, David Branderberger (eds), *Epic Revisionism. Russian History and Literature as Stalinist Propaganda*, University of Wisconsin Press, Madison, 2006.
- 99 Erik van Ree, *The Political Thought of Joseph Stalin – A Study in Twentieth-Century Patriotism*, Routledge Curzon, London/New York, 2002, p. 189.
- 100 Jan-Werner Müller, *Constitutional Patriotism*, Princeton University Press, Princeton/Oxford, 2007, p. 97-119.
- 101 Charles Simic, “The Spider’s Web” [A teia de aranha], em *The New Republic*, 25 de outubro de 1993, p. 19.
- 102 Joseph Rothschild, *Ethnopolitics: A Conceptual Framework* [Etnopolítica. Um quadro conceptual], Columbia University Press, New York, 1981, Op. 14.
- 103 Jobbik, Movimento para uma Hungria melhor (Húngaro: *Jobbik Magyarországért Mozgalom*), conhecido comumente como Jobbik, é um partido político nacionalista radical. <http://en.wikipedia.org/wiki/Jobbik>
- 104 Piotr Ogrodzinski, Henryk Szlajfer, “Is the Catholic Church a Threat to Democracy in Poland” (É a Igreja Católica uma ameaça à democracia na Polônia?), em *East European Reporter*, vol. 5. n.º 3, maio-junho de 1992, p. 17-20
- 105 Henry Tudor, *Political Myth*, Pall Mall, London, 1972, p. 124.
- 106 Alexander Yakovlev, *The Fate of Marxism in Russia* (O destino do marxismo na Rússia), Yale, University Press, New Haven, 1993, p. 165.
- 107 James C. Scott, *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve Human Condition Have Failed* (Vendo como um Estado: como falharam certos planos de melhorar a condição humana), Yale University Press, New Haven, 1998.

AS AGONIAS

Pais e filhos: da predestinação, da assunção e da liberdade [108]

A assunção do passado, inclusive da responsabilidade política de algumas pessoas próximas, é sempre uma operação difícil do ponto de vista psicológico. Não é de maneira nenhuma fácil fazeres a distinção entre a família biológica e a política. Mas não reconhecer as coisas que dizem respeito à ordem da prova, idealizar algumas pessoas apenas porque acontece de serem teus parentes ou conhecidos próximos, situações em que teriam sido quanto possível normais, ou mesmo ternos e generosos, desprezando o papel deles nos movimentos totalitários (mais importantes ou menos importantes, este aspecto avaliam-no os historiadores), depende de um subjetivismo incurável. Svetlana Allilueva escreveu “20 cartas a um amigo” em que contou coisas horríveis acerca de seu pai, Iosif Vissarionovici Djughashvili-Stálin. O testemunho dela permanece a prova irrefutável da implicação de Stálin no assassinio do grande ator Solomon Mikhoels. O filho do governador nazista da Polônia, Frank, agonizou em seus textos, vendo a responsabilidade de sua família. O livro do historiador de Berkeley Yuri Slezkine, *The Jewish Century* explora precisamente estas relações conflituais, as tensões que ele assenta sob o signo do parricídio simbólico. Certamente Sergo Beria romantizou o monstro sociopata que foi Lavrenti Pavlocivi Beria, mas outros filhos dos magnatas stalinistas estiveram menos dispostos a envolver-se na tendência das distorções flagrantes. O neto do ministro do exterior stalinista dos anos de 1930 passou a ser o conhecido dissidente Pavel Litvinov. No livro *Whisperers* de Orlando Figes descobrimos que papel importante tem hoje, no movimento “memorial”, o filho de Konstantin Simonov, um escritor que serviu com zelo ao comunismo.

O filho de Zygmunt Modzelewski, o ministro das relações exteriores da Polônia do stalinista Bolesław Bierut, o historiador Karol Modzelewski escreveu, em 1964, juntamente com Jacek Kuroń, um dos primeiros manifestos anti-totalitários da Europa Oriental pós-stalinista, sendo preso e condenado pelo regime Gomułka. Ulteriormente, foi um dos conselheiros de Lech Wałęsa e senador na lista do Solidariedade. O arquiteto László Rajk, o filho do protagonista do processo-espetáculo de Budapeste de 1949, foi um líder da oposição democrática da Hungria, depois parlamentar da parte dos Democratas livres. Em maio de 2000, em Varsóvia, estive com ele muito tempo em conversa a respeito de seus pais, de Imre Nagy, János Kádár e Noel Field, da relação entre biografia, opções políticas e liberdade. O filho de Rudolf Slánský, um stalinista morto pelos seus colegas stalinistas na grande encenação anti-semita chamada “o Processo de Praga”, de outubro de 1952, foi membro da Carta 77 e foi nomeado por Václav Havel o primeiro embaixador da Tchecoslováquia livre e democrática em Moscou (pouco tempo depois da Revolução de Veludo), sendo depois embaixador da República Tcheca na Bratislava. O genro de Ana Pauker, doutor Gheorghe Brătescu, escreveu obras excelentes de análise do terror stalinista. O filho de Matei Socor, o autor da música do hino de estado da RPR (República Popular Romena), o historiador Vladimir Socor, trabalhou na seção de pesquisa do canal de rádio Europa Livre, escreveu estudos notáveis acerca do comunismo romeno, leste-europeu e soviético, e é no presente um analista respeitado do espaço pós-soviético. O pai do poeta dissidente lituano Tomas Venclova escreveu o hino de estado do RSS (República Soviética Socialista) da Lituânia, seu filho desafiou a burocracia profitocrática. A mãe de Adam Michnik foi autora de um manual stalinista de história para a juventude polonesa.

Analisei largamente minha própria relação com meus pais, com outros parentes próximos, no volume de diálogos *Ghilotina de scrum* (Guilhotina de cinzas) publicado numa edição revista da Editora Polirom há alguns anos (o tema é analisado em profundidade no diálogo com Adriana Babeți). Apresso-me em acrescentar duas coisas: primeiro, o fato de que meu pai nunca fez parte do Comitê Central, não foi membro do aparato supremo, não foi ministro, nem ministro adjunto, não trabalhou nem na *Securitate* nem para ela. Acreditou no comunismo, propagou a ideologia comunista, foi um idealista,

um *true believer*. Mas não negarei nunca que fez parte das estruturas que impuseram a doutrinação comunista. Em segundo lugar, considere os abusos comunistas abomináveis, não tive propriedades na Romênia comunista, não detenho tais propriedades nem na pós-comunista. A análise que faço dos totalitarismos do século xx é inspirada por razões profissionais e morais. Se existisse um tipo de predestinação, ou uma maldição que impedisse diferenças de visão entre gerações, a humanidade seria eternamente condenada a repetir o gesto de Caim diante de seu irmão Abel. Escrevia Victor Hugo: “Un éternel Cain tue à jamais Abel”.[109] E Ivã Turgenev não teria escrito *Pais e filhos*.

Muitos poucos dos filhos da *nomenklatura* da Romênia seguiram este caminho; e pergunto-me por quê. Uma exceção acerca da qual escrevi representa a romancista Celia Varlam, filha de um importante membro de governo comunista. Gostaria de dar mais um exemplo revelador. Nascido numa família de ilegalistas famosos, o diplomata Mircea Răceanu rompeu com o sistema, foi preso sob as acusações mais absurdas, foi condenando à morte, sobreviveu e escreveu livros extremamente necessários acerca do terror, abusos e mentiras na Romênia comunista. A um preço imenso, Mircea Răceanu escolheu ser livre. Por volta de 1991, o filho de Virgil Trofin, Mircea, escreveu um texto em *Dreptatea* (e não em *Azi* ou em *Dimineața*) em que falava do final trágico de seu pai. Não sei se voltou com outras contribuições para o entendimento do que foi o regime comunista. No mais, silêncio ou mesmo romantização.

Em alguns casos, existia mesmo um tipo de reação ultrajada quando falavam do papel de alguns nomenklaturistas proeminentes. O exemplo mais claro é o de Valter Roman. Impingindo a devoção filial na direção da mistificação histórica, Petre Roman continua a vê-lo como um “anti-stalinista”. Mas os documentos nos revelam que Valter Roman foi de fato o instrumento dos soviéticos e de Gheorghiu Dej nos esforços de destruir a vontade de resistência de Imre Nagy ao tempo de sua deportação na Romênia, em Snagov. De maneira similar, a filha de Pantiușa e de Ana Toma concede entrevistas de Israel, transmitidas em Bucareste, em que fala da “humanidade” do torcionário supremo da época do stalinismo desencadeado na Romênia. Serghei Niculescu-Mizil e Oana Mizil, filho e neta do antigo propagandista de frente do regime comunista, são ofuscados quando se diz quem foi, respectivamente,

o pai e avô deles, um ativista que esteve até o final ao lado de Ceaușescu e votou tudo o que lhe pediu o ditador.

Ao lado destes, há ainda os habitantes subterrâneos, prontos a lançar lama nos que ousam iluminar as páginas tenebrosas do passado. Não se trata de homens que expressem suas opiniões de maneira informada, racional e coerente. Penso naqueles indivíduos imorais autodesignados procuradores coléricos que poluem a opinião pública com produções sempre indignadas, perorando em nome de uma estranha correção histórica, que (des)considera o anticomunismo como sendo, em quaisquer de suas hipóstases, inclusive a civil-liberal, um álibi para a extrema direita. Assim como o fato de Stálin ter manipulado e instrumentalizado cinicamente o antifascismo comprometesse a oposição democrática diante de ambos os totalitarismos. Seria extremamente instrutiva e benéfica uma sintomatologia e uma taxonomia dessas reações.

¹⁰⁸ Texto publicado inicialmente, com o mesmo título, na plataforma online contributors.ro (hotnews.ro), em 30 de janeiro de 2011.

¹⁰⁹ Um eterno Caim que sempre mata Abel – NT.

A DESFIGURAÇÃO DA HISTÓRIA DO SÉCULO XX[110]

Cresci numa família para quem a lembrança da Guerra Civil Espanhola era viva e dolorosa. Meu pai perdeu o braço direito na batalha do rio Ebro, em 1938. Tinha 25 anos, os franquistas atiraram com balas *dum-dum* (proibidas por convenções internacionais), foi ferido e correu o risco de explodir.[111] O braço dele foi amputado no fronte, numa enfermaria, sem anestesia. Minha mãe, estudante de medicina do terceiro ano, era enfermeira no Hospital Internacional onde depois meu pai foi tratado. O médico, de fato o diretor do hospital, um social democrata alemão, chamava-se Glaser. Sua filha, Erika (cujos pais morreram durante os bombardeios de Londres pelos nazistas) viria a ser posteriormente adotada por Noel Field, personagem enigmática implicada nos grandes processos dos anos de 1950. Com o nome de Erika Wallach, haveria de escrever ela mesma um livro tremendo acerca da própria experiência carcerária na República Democrática Alemã. Minha mãe foi íntima de Erika e esperou revê-la algum dia na vida. Não aconteceu. A grande jornalista Flora Lewis do *Internacional Herald Tribune* conheceu bem Erika, com quem conversou para o livro dela acerca de Noel Field. Conversei com Flora Lewis acerca de Erika e da guerra da Espanha, em Budapeste, em março de 1999, quando ela veio para a conferência “Between Past and Future: The Revolutions of 1989 and their Aftermath” (organizada na Comunidade Econômica Européia, juntamente com Sorin Antohi). Nesse estranho século xx, tudo se liga, seguindo quase uma lógica borgesiana...

Como grande mutilado de guerra, meu pai fez parte, juntamente com minha mãe, do grupo que chegou à URSS em setembro (ou talvez outubro) de 1939, depois da derrota do grupo republicano e o período passado em Gurs, no campo de refugiados da França. Acerca desses campos e desses refugiados não queridos por ninguém, “scum of the Earth”, escreveu Koestler. Num campo semelhante, o grande escritor compôs a primeira versão do que viria a ser

Darkness at Noon. No mesmo vapor encontravam-se alguns membros do governo republicano, entre os quais Juan Comorera (outros tinham partido para o México). Em Leningrado, Dimitrov e a liderança da III Internacional (o tesouro espanhol fora desde então açambarcado pelo Kremlin) esperaram os dignitários invictos. Da parte do PCdR veio o secretário geral, Boris Stefanov, que embora antitabagista fanático, ofereceu a meu pai um maço de cigarros. Nos anos da guerra, meus pais fizeram amizade com o comunista espanhol Ramón Mendezona, posteriormente membro do Birô Político. Estavam em Moscou quando morreu (se suicidou?) José Diaz, o secretário geral do PC espanhol nos anos da Guerra Civil. Mendezona participou, tanto quanto lembro, do sepultamento de meu pai. Eu mesmo fui colega de classe e amigo próximo, nos começos dos anos de 1960, de Alejandro Pujolar, o filho de Federico Melchior, outra personagem importante na hierarquia do comunismo espanhol, o diretor do mensário teórico *Nuestra Bandera*. A família de Alex (assim o chamávamos nós) viera da França, creio que em 1961, quando o general de Gaulle decidira expulsar os militantes comunistas espanhóis. Sua mãe era pintora, um irmão, Carlos, haveria de estudar direção de cinema em Moscou. Moravam num apartamento do bloco em que se encontrava a representante da firma aérea Sabena. Voltaram à França depois de 1966. Revi uma única vez Alex, creio que em 1970, quando ele estava numa breve visita a Bucareste.

Nos anos de 1970 li, graças a meu amigo Radu Stern, o livro de Semprún, *Autobiografia de Federico Sánchez*. Estava traduzido em romeno “apenas para uso interno”, como se dizia nessa época. Circulava clandestinamente, liam-no alguns *aficionados* da literatura de desilusão e despertar. O último livro que minha mãe lia no momento quando se foi da vida era *L’écriture et la vie*, também de Semprún. Fala ele ali de Buchenwald e da maneira como rememora, como exercício de sobrevivência, as passagens de *Geschichte und Klassenbewusstsein*, o livro messiânico-marxista do jovem Lukács. Um livro sem o qual não podes conhecer nada da aventura intelectual do século XX (Žižek considera-o um de seus livros mais importantes, o que pode ser uma razão para que seus admiradores o leiam).

Faço essas digressões biográficas para mostrar a complexidade dos mundos que gravitam ao redor da Guerra Civil Espanhola. Aos interessados

em saber mais dessa matéria (dos interbrigadistas, por exemplo), recomendo-lhes as memórias do doutor Davi Iancu (lançadas em 2009 pela Editora Vitruviu). Dr. Iancu foi voluntário nas Brigadas Internacionais, depois médico na China, no exército de Mao. Ao longo dos anos conversei frequentemente com Ágnes Heller e com Ferenc Fehér, com G. M. Tamás, com Adam Michnik, com László Rajk Jr. Mereceria ser lido também o volume de documentos acerca do papel dos soviéticos na Guerra Civil Espanhola, editado por Ronald Radosh e publicado pela Yale University Press. Não invoco esse nome em vão. A narrativa da Guerra Civil está no coração do caminho žižekiano de recuperação das “causas perdidas”. Não por acaso se fazem referências aos cantos de Ernst Busch (*Genossen im Graben, singt alle mit / Lasst schweigen die anderen Lieder. / Mit Panz und mit Fliegern, so griffen sie an, / Wir hatten nur Mut und Gewehre...*).[112]

Sendo menino, chorava escutando um cântico famoso acerca da batalha do vale Jarama. Ou escutando Ernst Busch, Paul Robeson e Pete Seeger cantando “los quatro generales.” Passaram os anos, e eu também tirei dali as imagens maniqueístas congeladas que demonizavam a direita e inocentavam a esquerda (ou vice-versa).

Sei que estas linhas podem irritar muitos. O mito da Guerra Civil Espanhola é de uma tenacidade única. Estava eu em Postdam, em 2005, numa conferência acerca do fascismo e comunismo. Entre os participantes, o historiador marxista Eric Hobsbawm, para quem, tudo o que aconteceu no que ele chamou, corretamente, creio eu, “the age of extremes”, a Guerra Civil da Espanha permanece um ponto imaculado, uma região imaculada, sendo a causa republicana também hoje a absolutamente correta. Nenhuma dúvida, nenhuma reserva. Defendeu-a com entusiasmo o antigo mega espião Markus (Mischa) Wolf. Interveio então Tony Judt, que procurou matizar as coisas...

Cuidou-se do folclore romântico de uma esquerda em que as ilusões cândidas se encontraram com os cálculos cínicos dos comissários stalinistas e com a crueza maníaca dos franquistas. Uma confrontação de vida e morte em que ambos os acampamentos recorreram à violência extrema. Em que nenhum podia invocar a justiça absoluta. Em que um dos acampamentos invocava Deus de sua parte, e o outro se proclamava o noivado com a História. De uma parte, intoxicado com o mito da fraternidade internacionalista, acontecia o massacre

de Paracuellos, com as covas comuns em que foram lançados os cadáveres de milhares de homens, mulheres e crianças mortos pelas forças republicanas (o futuro secretário geral do PCS, Santiago Carrilo, ainda vivo, quando escrevo estas linhas, dando entrevistas e dando conferências, aos 95 anos, com “a ordem” de Madri, naquele novembro terrível de 1936), eram profanadas igrejas e assassinados padres e monjas; de outro lado, ligada aos símbolos da autoridade e de uma ordem militar, era bombardeada Guernica e era assassinado Federico Garcia Lorca. Dito de maneira simples, também aqui Orwell nos ajuda enormemente, não há uma verdade única acerca da Guerra Civil da Espanha. Nem hoje sabemos exatamente o número de vítimas (de ambos os partidos). As feridas estão longe de cicatrizar-se.

Mas permanece um fato incontestável que a esquerda libertária foi um alvo principal para as ações criminal-repressivas dos homens de Stalin conduzidos pela linha NKVD por Aleksandr Orlov, o organizador dos massacres contra os suspeitos de inimigos “de maneira objetiva” (Orlov haveria de “desertar” a tempo, consciente de que arriscava ser liquidado por um comando do tipo daqueles que ele próprio organizara em Barcelona). “Inimigo objetivo” – eis a aplicação “original” por Stalin de uma dialética “enfeitiçada e virada do avesso” (Marx). Punha-se em prática “a democracia de tipo novo”, teorizada por Togliatti, um dos corifeus do Comintern stalinizado (*Stalintern*, como se dizia na época). Não esqueçamos que A Guerra Civil desenrolou-se no pano de fundo da exacerbação do clima de histeria da URSS e do movimento comunista internacional dos anos do Grande Terror. *Acerca da hipocrisia da autocrítica* é o título de um dos últimos escritos de Gramsci, esforço tardio e sem efeito de delimitar-se do delírio dos processos espetáculos de Moscou. O antifascismo tornou-se aquele princípio legitimador, de fato um instrumento propagandístico de uma eficiência terrível, em cuja base nada do que mandava ou fazia Stálin podia ser colocado sob o signo da pergunta para “não levar água ao moinho” de Hitler e Mussolini. Houve anos em que a Razão se encontrou sob ataque, tanto da extrema direita como da extrema esquerda.

Ouvi pela primeira vez falando-se de Mihail Koltsov (o jornalista favorito de Stálin, havia de ser chamado de volta da Espanha em 1938, preso, condenado e executado como “espião terrorista” em 1940 ou em 1942) e André Marty o comissário supremo das Brigadas Internacionais, excluído do

PCF como “agente provocador” em 1952) quando eu tinha 10 anos (ambos são personagens em *Por quem os sinos dobram*). Viera então em visita à Romênia Renato Bertolini, o presidente da Federação Internacional dos Resistentes (FIR), cuja filial da Romênia se denominou FIAP (segundo o nome francês, Federation Internationale des Anciens Politiques). Daqui também a palavra fiapista, com suas múltiplas conotações da época. Minha mãe cuidou de Bertolini na Espanha, no hospital de Barcelona (era depois da liquidação POUM). Dizia-se Sarpi, seu *nom de guerre*. Eu não podia saber, não sei de fato nem agora o papel que Sarpi teve na época da Guerra Civil. Foi amigo íntimo de Vittorio Vidali (o comandante Carlos do destacamento de choque comunista “El Quinto Regimiento”, com seus oficiais transformados em lendas, Líster, El Campesino, Galán, Modesto), porque Vidali, o encarregado direto, juntamente com o stalinista húngaro Ernő Gerő (depois da guerra, a mão direita de Mátyás Rákosi), de assassinar Andrés Nin, o líder POUM (depois de ser diretamente implicado, em 1929, parece que juntamente com sua amante, a fotógrafa italiana Tina Modotti, aliás, María Ruíz, e também com Diego Rivera, no assassinato do militante comunista cubano Julio Antonio Mella, exilado no México e suspeito de trotskismo). Do casal Vidali e Tina Modotti, eis o que escreve Claudio Albertani num artigo publicado em 2005 pela Fundação Andrés Nin: “La trayectoria de ambos resume de alguna manera las pasiones, las contradicciones y también los crímenes cometidos por una generación de comunistas adictos a Stalin”. O texto tem como mote as palavras de Raul Vaneigem: “Hacer El presente implica corregir el pasado.”

Vidali era um dos íntimos de Luigi Longo (*nom de guerre* Gallo), o comissário político das Brigadas Internacionais, o mais próximo colaborador de Palmiro Togliatti (*nom de guerre* Ercoli), o herdeiro deste na frente do Partido Comunista Italiano. Chegado ao México, Vidali, sob o nome de Carlos Contreras, foi (juntamente com os militantes stalinistas, chegados também ali, Juan Comorera e Antonio Mije) um dos organizadores dos atentados contra Trotski que culminaram em agosto de 1940 com o assassinio do fundador do Exército Vermelho por um agente soviético, o jovem comunista espanhol infiltrado nos círculos trotskista, Ramón Mecerder (lembro aqui o romance de Semprún, *La deuxième mort de Ramón Mecerder*). Tina Modotti morreu em 1942, no México, ao sofrer um enfarte num táxi, mas muitos desconfiam que

se tratou de uma morte suspeita, de fato de um crime da NKVD (sabia muito, e parece que começara a nutrir dúvidas). Em 1995, O Museu de Arte da Filadélfia organizou uma exposição de fotografias dela com um *grant* generoso oferecido por Madonna (uma grande admiradora).

Li depois de um fôlego as memórias (nem sempre honestas) de Ilya Ehenburg. Recomendo-as a quem quer que esteja desejoso de ver como a esquerda pós-stalinista sabia agarrar-se a mentiras ou a meias verdades, mas também pelos capítulos soberbos acerca de Babel, Pasternak, Mandelstam, Ahmatova e Tsetaieva. Depois, ao longo dos anos, li quase tudo que se podia sobre a Guerra Civil: Hugh Thomas, Franz Borkenau, Pierre Broué, Guy Hermet, Anthony Beevor, Bennett Bolloten, Gerald Brenan, Stanley Payne, Paul Preston. A lista bibliográfica é, agora, sem fim (teria de acrescentar dezenas, talvez centenas de obras espanholas). Li Hemingway e Malraux. Li os apóstatas comunistas Valentín Gonzáles (célebre El Campesino), Jesús Hernández, Fernando Claudin e Jorge Semprún. Aproximei-me também dos livros que sobreviveram ao POUM, Julián Gorkin. Percorri Manuel Vásquez Montalbán (*La Pasionaria y los siete enanitos*), *leio em* Stalinismo para eternidade (o livro eu o dei de presente a Tony Judt, relator editorial de minhas obras acerca do comunismo romeno, com quem conversei muitas horas do que conto aqui). Procurei entender quanto foi revolução e quanto contrarrevolução nesse fratricídio nacional.

Georges Bernanos entendera que cada acampamento tinha sua verdade, que estas verdades eram incompatíveis. Fora para a Espanha como monarquista, mas descobriu ali o idealismo e na parte oposta. Escreveu *Les Grands Cimetières sous La Lune*, um livro que o jovem Camus comentava assim, em *Alger républicain*:

Bernanos est un écrivain deux fois trahi. Si les hommes de droite le répudient pour avoir écrit que les assassins de Franco lui soulèvent le coeur, les partis de gauche l'acclament quand il ne veut pas l'être par eux. Il faut respecter l'homme tout entier et ne pas tenter de l'annexer".[113]

Nada foi simples nesse imbróglio histórico total. Alistada pela parte republicana (legalista, como se dizia na época), Simone Weil lê o livro de Bernanos e lhe escreve isto:

On part en volontaire, avec des idées de sacrifice, et on tombe dans une guerre qui ressemble à une guerre de mercenaires, avec beaucoup de cruautés en plus et le sens des égards dus à l'ennemi en moins. Je pourrais prolonger indéfiniment de telles réflexions, mais il faut se limiter.

Depuis que j'ai été en Espagne, que j'entends, que je lis toutes sorte de considérations sur l'Espagne, je ne puis citer personne, hors vous seul, que, à ma connaissance, ait baigné dans l'atmosphère de la guerre espagnole et y ait résisté. Vous êtes royaliste, disciple de Drumont – que m'importe? Vous m'êtes plus proche, sans comparaison, que mes camarades de milices d'Aragon – ces camarades que, pourtant, j'aimais. Ce que vous dites du nationalisme, de la guerre, de la politique extérieure française après la guerre m'est également allé au coeur. J'avais dix ans lors du traité de Versailles. Jusque-là j'avais été patriote avec toute l'exaltation des enfants em période de guerre. La volonté d'humilier l'ennemi vaincu, qui déborda partout à ce moment (et dans les années qui suivirent) d'une manière si repugnante, me guérit une fois pour toutes de ce patriotisme naïf.[114]

Ao escrever estas linhas, deixando a memória seguir seu curso, olho uma fotografia em que meus pais se encontram ao lado de Dolores Ibárruri, então quando aquela que se chamada La Pasionaria completou 80 anos. Estão nessa foto, juntamente com os meus, Valter Roman e Mihail Florescu. Depois de 1949, quando os voluntários da Espanha se tornaram suspeitos (o cisma iugoslavo, o Processo Rajk), passaram todos pelas inquirições aterradoras do partido. Li as memórias de Valter Roman, *Sob o céu da Espanha*. Não apenas Roman, mas também meus pais podiam ainda pronunciar, juntamente com Unamuno, *me duele España...*

Aconselho aos interessados ler qualquer biografia de Orwell, para saber que naquele microcosmo da Catalunha, no laboratório da ditadura stalinista de Barcelona em que foram mortos os críticos da esquerda do cominternismo, descobriu Orwell a natureza totalitária do soviétismo. Igualmente Koestler. Orwell foi um socialista *sui-generis*, anticomunista e antifascista. Isto não lhe pode negar nenhum intelectual de boa-fé. Criticou as hipocrisias do seu tempo e teve um desprezo total pelos cúmplices do totalitarismo. Não creio que se podem apresentar sempre as preleções escritas “a frio” principalmente então quando se tenta o entendimento de uma miragem, em que teias de aranha das ilusões e das intrigas se prenderam a meus pais, e, de fato, a toda uma geração (à direita e à esquerda). Quem leu *Guilhotina de cinzas* pode lembrar-se do final, o da carta a Julien (personagem real, ele mesmo ex-voluntário na Espanha, desperto do sono stalinista mais cedo do que os outros), mas, como observava Monica Lovinescu, também dirigida a meu pai, que o intitulou “Do frenesi da submissão”.

110 Texto publicado, sob o título “Lecția de ignoranță. Desfigurarea istoriei secolului al XX-lea”, (Lição de ignorância. Desfiguração da história do século XX), na revista timișoreană *Orizont*, n.º 11, ano XXII, 24 de novembro de 2010.

111 Tismăneanu refere-se à crença popular de que as balas dum-dum explodiriam dentro do alvo – NT.

112 Comidos nas sepulturas, cantai todos/ Fazei calar todos os outros cantos; / Com tanques e aviões, assim eles atacam. / Tivemos apenas coragem e carabinas... – NT.

113 Bernanos é um escritor duas vezes traído. Se os homens de direita o repudiam por haver escrito que os assassinos de Franco lhe animam o coração, os partidos de esquerda o aclamam quando ele não quer estar entre eles. É necessário respeitar o homem totalmente, e não tentar anexá-lo – NT.

114 Parte-se como voluntário, com ideias de sacrifício e tomba-se numa guerra que se assemelha a uma guerra de mercenários, com crueldades demais e o senso de respeito devido ao inimigo de menos. Poderia prolongar indefinidamente tais reflexões, mas é necessário conter-me. Desde que estive na Espanha que escuto, que leio toda sorte de considerações acerca da Espanha, não posso citar ninguém, com exceção do senhor, que, ao que eu saiba, se banhou na atmosfera da guerra espanhola e resistiu. O senhor é realista, discípulo de Drumont – que me importa? O senhor está mais próximo de mim, sem comparação, do que meus camaradas de milícia de Aragon - esses camaradas que, no entanto, eu amava. O que o senhor diz do nacionalismo, da guerra, da política exterior francesa depois da guerra entrou-me diretamente no coração. Eu tinha 10 anos quando do tratado de Versalhes. Mesmo então, era patriota com toda a exaltação das crianças nos períodos de guerra. A vontade de humilhar o inimigo vencido, que se extravasava por toda parte nesse momento (e nos anos que se seguiriam) de uma maneira tão repugnante, curou-me de uma vez por todas de tal patriotismo cândido.

O LABIRINTO DA GUERRA CIVIL DA ESPANHA[115]

Em 2006 comemoraram-se os 70 anos do começo da Guerra Civil da Espanha, considerada por muitos intelectuais de esquerda, inclusive pelo influente historiador Eric Hobsbawn, como um momento crucial na história política e moral do século xx. O título desta série remete igualmente a um livro acerca da história da Espanha contemporânea, mas também ao filme de Guillermo de Toro coroado em 2006 com alguns oscars.

É cada vez mais disputado o mito maniqueísta que opõe um acampamento que se situa categoricamente da parte do progresso e outro irremediavelmente obscurantista. Já não falo da glorificação das Brigadas Internacionais, das quais sabemos hoje que foram o instrumento do Comintern, criadas com o escopo principal de controlar o exército republicano. Entre outras, merece lembrada aqui a obra de Antony Beevor *The Battle for Spain*, surgida inicialmente em 1982 e publicada pela Penguin Books numa nova edição, totalmente reescrita, em 2006. Recomendam-na não apenas Petre Roman, ainda prisioneiro de uma imagem idílico-romanceada da Guerra Civil, mas também alguns historiadores que perpetuam a idéia de que na Espanha se confrontou o fascismo com a democracia, esquecendo ou minimizando o papel nefasto de Stálin, e de seus meios. De fato, na Espanha testou-se pela primeira vez a exportação do stalinismo sob a forma de uma “democracia popular” *in statu nascendi*.

A conclusão de Beevor merece citada: “A Guerra Civil Espanhola foi muitas vezes apresentada como um embate entre a esquerda e a direita, mas esta é uma simplificação distorciva. Dois outros eixos de conflito apareceram então: o centralismo estatal contra a independência regional e o autoritarismo contra a liberdade individual. As forças nacionalistas de direita eram muito mais coerentes, ao passo que, com pequenas exceções, combinaram três extremos coesivos. Eram, ao mesmo tempo, de direita, centralistas e

autoritárias. A república, por outro lado, representou um cadinho de incompatibilidades e suspeições mútuas com os centralistas e partidários do autoritarismo, em especial os comunistas, em conflito com os regionalistas e os partidários do espírito libertário”.

Também nota Beevor, num ensaio em *Times Literary Supplement* de 11 de março de 2005: “O conflito da Espanha não foi nunca uma opção entre a democracia liberal e o fascismo [...]. Havia apenas dois possíveis desencadeamentos: uma ditadura stalinista que conseguiu derrubar os rivais da esquerda ou o regime cru – reacionário, militarista e clerical, com as suas vestimentas superficialmente fascistas – que conseguiu impor a vitória de Franco. O grito de liberdade, para não falar do sacrifício dos participantes, não foi nunca traído com tal falta de vergonha. A verdade foi verdadeiramente a primeira vítima”.

Quanto aos assim chamados “voluntários internacionais da liberdade”, como batizou a propaganda stalinista aos membros das Brigadas Internacionais, a literatura recente permite ao historiador britânico concluir que “todos os que foram lutar da parte da República pela causa da liberdade foram completamente embaídos (*duped*)”. Entre os historiadores preocupados com o que aconteceu na Espanha lembro-me de Florin Constantiniu, para o qual Stálin e seus homens não queriam de fato a vitória da esquerda, porque ela teria criado um socialismo “diferente” – e eventualmente, concorrente – com o da URSS e teria permitido aos trotskistas espanhóis – poderosos na Espanha – exercer um papel importante na República vitoriosa [...]. Andrés Nin, o líder trotskista dos espanhóis, foi assassinado pelos homens de Moscou” (ver *Lettre Internationale*, outono de 2006).

Não há necessidade de ir além do livro de Orwell *Homenagem à Catalunha* (Editora Univers, 1997), para saber que o “trotskismo” de Andrés Nin e do Partido Trabalhador da Unificação Marxista (POUM) era uma invenção da propaganda comunista. Nessa época, as relações entre Nin e Trotski estavam praticamente congeladas. POUM foi um partido de esquerda anti-stalinista, e seus militantes pagaram por isso, sendo assassinados pela polícia secreta controlada pelos homens de Stálin, entre os quais Ernó Geró, o que haveria de tornar-se o número dois na Hungria de Rákosi.

Deve-se reconhecer que poucos termos se prestam a tantas confusões semânticas como os de direita e de esquerda. As propagandas totalitárias conseguiram dilapidar os registros de valores e anexar a eles auréolas em nada justificadas. Estes esclarecimentos são tanto mais necessários, porque a história do século xx foi desfigurada em função de interesses partidários mesquinhos. Nesse sentido, a Guerra Civil da Espanha, ocorrida entre 1936 e 1939, talvez seja o exemplo mais surpreendente de violação da verdade histórica em nome da perpetuação de alguns mitos há muito esgotados.

Assim, a lenda tende a substituir os conhecimentos racionais dos fatos do passado. Os romantismos tardios vêm caucionar as empresas hagiográficas constrangedoras. Os extremismos dos decênios inter-bélicos, vermelhos ou marrons, estendem seus tentáculos até o presente, gerando novos enganos e entretenendo, de maneira artificial, velhos ressentimentos. Escrevia Orwell: “Um dos mais tristes resultados desta guerra é que me ensinou que a imprensa de esquerda é tão mentirosa e desonesta quanto a imprensa de direita”.

É o caso, exatamente para prevenir desentendimentos eventuais, de dizer que na hora atual os conceitos de esquerda e de direita modificaram fundamentalmente seu conteúdo. Mais ainda, na reconsideração destas noções, é indispensável a meditação acerca da experiência revolucionária da Espanha. Em outras palavras, os termos de stalinismo e fascismo remetem a outra direção do que às noções tradicionais de esquerda e de direita, ou seja, ao universo leviatânico do totalitarismo moderno. Stálin e Hitler usurparam e perverteram de maneira criminosa as ideologias revolucionárias de esquerda e de direita, de que se serviram com cinismo para a legitimação da ordem política totalitária. Não resta dúvida de que estes ditadores, assim como os movimentos políticos associados a seus nomes, souberam explorar um capital imenso idealista da juventude européia interbélica.

Qual era de fato o plano de Stálin? O escopo soviético era chegar a um controle cada vez maior dos recursos e do aparato estatal da República. Convém lermos, neste contexto, o discurso do líder do Comintern, G. Dimitrov, na reunião do Comitê Executivo de julho de 1936. Defendia que ainda não chegara o momento de instauração da ditadura do proletariado: “Em outras palavras, camaradas, consideramos que na situação internacional atual nos é vantajoso e necessário seguir uma política que vai manter nossas

chances de organizar, educar, unificar as massas, e de fortalecer as posições em certos países – na Espanha, na França, na Bélgica e assim por diante – onde os governos dependem do Fronte Popular e onde o Partido Comunista tem uma grande margem de manobra. Então, quando nossas posições se fortalecerem, poderemos ir mais adiante.” Não é necessário um grande esforço de imaginação para entender a que se referia Dimitrov quando dizia “ir mais adiante”. Uma obra de referência acerca da matéria é o livro de Stanley Payne, intitulado *A Guerra Civil Espanhola, a União Soviética e o comunismo* (Yale University Press, 2004).

Em 17 de julho de 1936, unidades do exército espanhol, que se encontravam sob o comando do general Francisco Franco, começaram a rebelião contra o governo republicano. Era uma época de perturbação na Europa, quando os nazistas faziam o que queriam na Alemanha, e o Comintern lançara, no VII Congresso de 1935, a tática enganadora do Fronte Popular. Em fevereiro de 1934, os grupos de extrema direita francesa tinham tentado a derrubada do governo legal. Mussolini começava a reavaliar sua posição em relação a Hitler, namorando a idéia de uma aliança estreita. Em maio de 1936, O Fronte Popular ganha as eleições parlamentares na França, e Léon Blum passava a ser o chefe de um governo de coligação com o apoio comunista. Depois de anos de retórica veemente contra os socialistas, denunciados como “social-fascistas”, o PC francês apresentava-se como a “unidade de ação da classe trabalhadora”, abraçando um patriotismo de bombeiros. Oficialmente, ao menos, o antifascismo era a doutrina do comunismo mundial. De fato Stálin manteve sempre aberta a opção de uma aliança com o salteador totalitário de Berlim (ver o relatório de Stálin no XVII Congresso dos PCUS de 1934). Inicialmente, a rebelião militar da Espanha parecia destinada ao fracasso, principalmente como consequência da reação pró-governamental dos trabalhadores armados.

Os trabalhadores espanhóis, encontrados predominantemente sob a influência socialista e anarquista, ignoravam totalmente os planos urdidos pelo Comintern e pelos agentes stalinistas da Espanha. A oposição diante do golpe de estado militar vinha, portanto, de uma recusa instintiva ao autoritarismo e de maneira nenhuma da simpatia pelos ideais comunistas. Ademais, o PC espanhol estava longe de representar uma grande força política. Sua única

vantagem, em comparação com outros grupos políticos, era a estrutura organizacional semimilitar, de natureza que lhe permitisse a mobilização rápida de todos os recursos disponíveis. As evoluções antecipavam o que haveria de acontecer na Europa Oriental depois da Segunda Guerra Mundial. Todas as técnicas de manipulação foram colocadas em ação para transformar o partido comunista num partido com base de massa. De 28 mil membros na primavera do ano de 1936, o PC espanhol chegava a 300 mil em março de 1937. Os inimigos reais e imaginários eram criminalizados, e os discursos dos líderes comunistas abundavam em invectivas e em tentativas de liquidação dos trotskistas e de outros “hipócritas”. Ibárruri e Dias não faziam senão repetir e potencializar os temas da propaganda cominternista. A histeria da vigilância revolucionária encontrava-se com a obsessão paranoica da conspiração trotskista-zinovievista.

O principal alvo da agressão comunista (verbal, e principalmente física) representaram-no o POUM e a Confederação Nacional (CNT), de orientação anarco-sindicalista. Por exemplo, em novembro de 1936, o diário do POUM, *La Batalla*, oferecia uma análise excelente da política soviética: “A preocupação de Stálin não é realmente o destino do proletariado espanhol e internacional, mas a proteção do governo soviético em conformidade com a política de acordos de certos poderes”. Imediatamente após, os conselheiros soviéticos acusavam a redação do jornal, e implicitamente a POUM, como “vendidos ao fascismo internacional”.

No seu livro *Homenagem à Catalunha*, Orwell desmistifica exemplarmente os escopos e os métodos do aparato comunista na luta contra o que foi o socialismo libertário. Para aquele que haveria de escrever o romance 1984, “a polícia secreta espanhola (SIM – Serviço de investigação Militar – controlado cada vez mais pelos comunistas, *n. n*) tinha algo do caráter da Gestapo, mas não muito de sua competência”. Uma das missões-chave dos “instrutores” do Comintern na Espanha (camuflados como oficiais ou intérpretes das Brigadas Internacionais) era exatamente a “detecção” e “desmascaramento” dos supostos traidores. Os principais centros sindicais encontravam-se sob o controle imediato dos anarquistas e socialistas. Os líderes anarquistas, perfeitamente informados acerca das repressões da União Soviética contra seus camaradas de ideias, viam com suspeita a infiltração comunista em

posições governamentais-chaves. Nutriam-se sentimentos similares na condução POUM, com prioridade influente na Catalunha.

As milícias trabalhadoras, organizadas pela esquerda não comunista em 1936 foram a base da resistência antifranquista e o mais importante apoio do governo legal. Orwell, que lutou nas fileiras das milícias anarquistas, descrevia a psicologia místico-cândida desses amantes da liberdade: “Para a grande maioria desses homens, o socialismo ou significa uma sociedade sem classes, ou não significa nada [...]. As milícias espanholas, tanto quanto duraram, foram um tipo de microcosmo de uma sociedade sem classes”. Na visão de Orwell, dificilmente suspeita de credulidade, podiam existir faltas nesses grupos, mas não privilégios ou carreirismo servil: “Era uma comunidade em que a esperança era mais normal do que a apatia e o cinismo, em que a palavra “camarada” significava camaradagem e não, como na maior parte dos países, uma mistificação”. Para o escritor britânico, o estrangulamento que os comunistas fizeram da esperança anarco-libertária significava também o final de uma oportunidade real de fundar o poder da classe operária na Espanha. Orwell via a tendência política geral, que resultou da infração da esquerda libertária, de uma forma de fascismo, “mais humano e menos eficiente do que o alemão ou o italiano”. O que aconteceu na Espanha foi de fato o prolongamento da repressão bolchevique da revolta antiautoritária de esquerda de Kronstadt, de março de 1921. Os marinheiros rebeldes, massacrados por ordem de Lenin e de Trotsky, queriam “soviets sem comunistas”. Em 30 de julho de 1937, o chefe do Comintern, Gheorghe Dimitrov, informava Kliment Voroshilov comissário do povo nos problemas de defesa; “A revolução popular não pode terminar em sucesso se o Partido Comunista não tomar nas mãos o poder”. Os anarquistas e os POUMistas queriam uma revolução sem corselete burocrático-doutrinário. Ao contrário, os comunistas detestavam qualquer forma de espontaneidade revolucionária. Nota Orwell: “O que os comunistas almejavam não era preparar uma revolução espanhola para um momento melhor, mas estarem seguros de que não acontecesse nunca”. Mais precisamente, a revolução real era estrangulada para preparar-se o caminho para um golpe de estado de tipo bolchevique.

A efervescência da resistência não comunista anti-franquista não poderia durar infinitamente. Os rebeldes militares, chocados pela barreira de oposição

popular espontânea, obtinham apoio maciço da parte das ditaduras totalitárias da Itália e da Alemanha. A política de não intervenção do governo Blum, que a esquerda comunista não vai cessar de criticar nos decênios futuros, chocava-se com a impertinência das solidariedades ideológicas. O general Franco aceitava temporariamente a aliança com Hitler e Mussolini. A falange, o partido/movimento fascista fundado por José Antonio Primo de Rivera, passava a ser a coluna vertebral da rebelião antirrepublicana.

Os afastamentos políticos e ideológicos sucediam-se num ritmo galopante. Com sua incontestável intuição política, Stálin percebera o fato de que na Espanha se mostrava a oportunidade de exportar sua própria visão acerca do socialismo. Em outubro de 1946, os conselheiros soviéticos começaram a chegar à Espanha juntamente com os primeiros transportes de armamento para a causa republicana. Um novo ato estreava na história da revolução espanhola, juntamente com a penetração dos soviéticos na polícia política e no exército. Passara a época da revolta febril e das experiências dos conselhos operários. Chegara o tempo dos comissários sombrios, dos especialistas em dossiês de quadro. Para estes nada podia ser mais odioso do que a constituição de um centro revolucionário paralelo na Europa, a tentativa de humanizar a ideia e a prática do socialismo. Vinte anos antes da supressão da Revolução Magiar, os *cominternistas* consagraram-se à extirpação dos germes de democracia operária da Espanha da guerra civil. Em março de 1937, os comunistas dirigidos por Antonio Cerdón (o chefe do Secretário Técnico do Ministério da Defesa) conseguiram a hegemonia no exército republicano. O sentido da ação soviética na Espanha foi, mais do que qualquer coisa, fundar o primeiro experimento de “democracia popular”. Nessa ação, desenrolada segundo regras aplicadas ulteriormente também na Europa Central e Oriental, o partido comunista local haveria de desempenhar um papel de primeiro plano.

Inicialmente, o Partido Comunista manifestou seu apoio ao governo conduzido pelo socialista de esquerda Largo Caballero, depois do qual, no verão de 1937, obteve a substituição do primeiro-ministro, acusado de... anticomunismo. Num intervalo de um ano, o “Lênin” espanhol (apelido de Caballero) transfigurara-se num “inimigo da revolução”. Métodos, como se vê, utilizados depois de 1944 contra os que se opunham à sovietação total da Europa Oriental. Sob o governo do “companheiro de viagem” Juan Negrín

(um Petru Groza *avant la lettre*), os comunistas açambarcaram o controle do exército e da polícia secreta e planejaram repressões sanguinolentas contra seus adversários políticos. O principal oponente deles, POUM (dirigido por Andrés Nin), foi dizimado em Barcelona depois de uma verdadeira Noite de São Bartolomeu, carnificina macabra imaginada pelos conselheiros soviéticos e pelos homens das Brigadas Internacionais, levando ao fim terrível dos subordinados de Diaz, Ibárruri, Líster e Carrilo (cerca de 500 mortos, cerca de 1.000 feridos). O processo-espetáculo dos líderes POUM (Gorkin, Arquer, Andrade, Adroher, Bonet) começou em 11 de outubro de 1938 diante do Tribunal de Alta Traição e Espionagem de Barcelona, a 15 meses do assassinato em segredo de Andrés Nin e a 8 meses do megaproceto moscovita de Nikolai Bukarin, Alexei Rikov, Rakovski, Iagoda etc. Estas são páginas infames da história do comunismo espanhol pelas quais os historiadores relativistas preferem passar calados. Para uma análise pormenorizada, ver o subcapítulo “A sombra da NKVD na Espanha”, de *O livro negro do comunismo*. Acerca dos comunistas espanhóis, lembro-me do livro do falecido Jesús Hernández, documento tremendo pelas datas oferecidas acerca das trevas do stalinismo mundial.

Nesse período, os comunistas afirmam-se como o partido da ordem terrorista-burocrática, do monólogo absoluto. Eis o que se escrevia num documento do PC espanhol de 1937: “Nosso Partido insiste nestes três pontos: a realização de uma depuração do aparato militar e a promoção ao topo dos comandantes que provêm do povo, assim como a neutralização da companhia anticomunista; a realização de uma depuração contínua dos elementos trostkistas de trás do fronte; o fechamento uma vez e para sempre da tolerância diante dos jornais, grupos e indivíduos que desenvolvem uma campanha caluniosa contra a URSS”. O calcanhar de aço do stalinismo impõe um silêncio sepulcral à esquerda espanhola. “A democracia popular” significa o monolitismo, a arregimentação fanática, a obediência incondicionada de ordens supostamente sacrossantas. Qualquer expressão de diversidade era, portanto, denunciada a priori como serviço para os franquistas, assim como, mais tarde, na Europa Oriental sovieta, a mordida marxista-leninista procurará suprimir as vozes de protesto. Organizado à semelhança de uma ordem religiosa, com um Escritório Político ligado diretamente à Embaixada

Soviética, o Partido Comunista instituiu, na zona republicana, um regime terrorista de pura fonte stalinista. Ulteriormente, depois da stalinização da Europa Oriental e Central, Julián Gorkin, o número dois do POUM, escreveu no exílio uma obra com o título – *Espanha: a primeira tentativa de democracia popular*. Outro veterano do POUM, Wilebaldo Solano, sustentava que “o primeiro experimento de democracia popular aplicou-se em nosso país”. Entre as táticas empregadas enumeravam-se “a infiltração do aparato de estado; a conquista de posições-chave no governo, no exército, na polícia, nos serviços secretos; um monopólio crescente sobre as informações (imprensa, rádio, filmes); a censura ou a reprimenda de qualquer ação que pudesse colocar em perigo a política estabelecida pelo Kremlin”. Nesse mesmo sentido, Walter Krivitski, um dos “desertores” do topo da NKVD, liquidado posteriormente por agentes stalinistas, o autor do livro de memórias *No serviço secreto de Stálin* (1939), escrevia que o objetivo de Stálin era “incluir a Espanha na esfera de influência do Kremlin” e impor um regime totalmente controlado pelos soviéticos. A coisa foi confirmada mais recentemente, em 1996, por dois historiadores militares russos que chegaram à conclusão “julgando pelos numerosos documentos que analisamos, Stálin chegou a ver o governo espanhol como um ramo do governo soviético, obrigado a obedecer ao ditado de Moscou”.

O problema central da Guerra Civil da Espanha foi exatamente a vulnerabilidade do projeto democrático, a incapacidade das forças republicanas de constituir o que representa o centro do tabuleiro político oposto a qualquer extremismo polarizador. Escreve o historiador Stanley Payne: “A democracia é incapaz de provocar uma guerra civil feroz, mas uma violência pré-revolucionária, uma desordem maior persistente, assim como a recusa de pôr em prática a lei, se forem levadas suficientemente longe, podem fazê-lo”. O que aconteceu na Espanha, pela rivalidade desesperada e ao mesmo tempo absurda dos diversos atores políticos, cada um com sua própria agenda, cada um com sua própria irresponsabilidade, foi a criação de uma estrutura de oportunidade para os cenários ditatoriais de tipo fascista ou stalinóide.

A propaganda antifascista foi de fato o veículo para a manipulação do idealismo daqueles que detestavam, por várias razões, a barbárie das ditaduras de extrema direita. Um dos maiores enganos urdidos pela propaganda “do

stalintern” era a apresentação da URSS como o bastião do “humanismo antifascista”. A esse jogo ignóbil foi acrescentada a contribuição de muitos escritores e artistas ligados ao aparato agitador conduzido pelo comunista alemão Willy Müzenberg (Ilya Ehrenburg, Pablo Neruda, Louis Aragon, Egon Erwin Kisch, Bertold Brecht, Ludwig Renn, Johannes Becher). Não nego que o antifascismo era uma obrigação moral. Em igual medida também com o anticomunismo. O que quero acentuar é que esses intelectuais decidiram calar-se (ou até mais gravemente, mentir) com relação ao universo concentracionário comunista. Essas poucas verdades factuais negligenciadas escapam à vista dos que continuam a sustentar que os membros do aparato político e militar republicano, para não falar das Brigadas Internacionais, situavam-se da parte da esquerda antifascista verdadeira. Em realidade, mesmo aqueles intelectuais que estavam longe de subscrever a causa dos rebeldes viam com desespero a gênese de um totalitarismo de sentido oposto. Os partidários da democracia, entre os quais lembraria Miguel de Unamuno, assistiam impotentes a essa competição dos intolerantes.

A participação direta das tropas ítalo-germânicas da parte dos rebeldes fez, é claro, que o franquismo fosse muito tempo equiparado a uma ditadura fascista. Longe de mim o pensamento de absolver de algum modo os rebeldes espanhóis de suas atrocidades abomináveis – entre elas, Guernica –, mas não vejo como alguém pudesse fechar os olhos diante da seguinte verdade: a Falange foi rapidamente castrada, e depois do desaparecimento de Franco, a Espanha monarquista passou a ser um exemplo de transição democrática baseada no pacto entre os expoentes das forças moderadas de direita e de esquerda. Então, não esqueçamos que a internacionalização da guerra da Espanha foi levada a cabo simultaneamente por Hitler, Mussolini e Stálin, que este último suscitou tempestades propagandísticas destinadas a apresentar a União Soviética exatamente como o mais esperançoso “esteio da democracia”. Malraux, Gide, Romain Rolland, Hemingway, Ehrenburg, Heinrich Mann, Feuchtwanger, Bogza, todo esse almanaque de Gotha da esquerda intelectual, viram, ou quiseram ver, na guerra da Espanha, o teste vital de resistência antifascista. Pouco se lhes deu aos corifeus da esquerda da sorte do amigo deles, o supervisor da imprensa republicana espanhola, o célebre repórter do *Pravda*, Mihai Koltsov, executado em 1940.

Semelhantes a eles, e pode-se dizer com uma dose mais reduzida de ingenuidade, muitos militantes comunistas se envolveram nas campanhas de apoio à República Espanhola. As Brigadas Internacionais, criadas pela iniciativa do *Comintern*, cooperaram com os comunistas espanhóis em operações de depuração interna e conheceram, a seu turno, as consequências do regime totalitário. Seria injusto e doloroso para mim negar a coragem pessoal de muitos dos voluntários das Brigadas Internacionais, e me faltaria honestidade se não verificasse que, de modo mais ou menos deliberado, serviram como ponta de lança do expansionismo stalinista. Trata-se de uma matéria complicada e com muitas consequências no plano histórico e humano. Ao tempo da Guerra Civil não poucos foram os voluntários que também exprimiram dúvidas ligadas às encenações judiciais monstruosas da URSS. O volume *Espanha traída* (Yale University Press, 2001) compreende documentos impressionantes acerca das formas de controle e de punições empregadas pelos comissários: do confisco e da utilização em escopos de espionagem pela NKVD dos passaportes dos brigadistas internacionais, ao desmascaramento e à execução. Limitar-me-ei aqui a dizer que as operações de recrutamento eram efetuadas pelos agentes do *Comintern*, que Tito, na época o líder do Partido Comunista da Iugoslávia, liderava o Centro organizador de Paris, em colaboração direta com Palmiro Togliatti, conhecido então sob o pseudônimo Ercoli. Muitos dos sobreviventes das Brigadas Internacionais fizeram carreira espetacular nos partidos comunistas. Depois da ruptura com a Iugoslávia, alguns destes foram perseguidos, na época do stalinismo veemente, nos estados satélites da Europa Central e Oriental. É suficiente mencionar aqui o nome de László Rajk, executado em 1949, na Hungria de Rákosi, como agente titoísta, e cuja reabilitação *post-mortem*, em 1956, catalisou a revolta anti-stalinista.

Em março de 1939, a resistência anti-franquista estava completamente exaurida, o operariado estava afastado do governo republicano, a intelectualidade aterrorizada com os horrores cometidos por ambos os lados. Então quando as tropas de Franco penetraram em Madri, em 28 de março, poucos eram os que se davam conta de que dali a poucos meses o ministro das relações exteriores de Hitler, Joachim von Ribbentrop, se encontraria com Stálin em Moscou e assinaria o pacto funesto de não agressão. Obcecada por

seus arquétipos ideológicos, enfeitiçada pelos fantasmas doutrinários, a esquerda já não era capaz de ao menos articular um grito de protesto na hora em que as hienas totalitárias se abraçavam de maneira obscena.

¹¹⁵ Texto publicado com o mesmo título em *Evenimentul Zilei*, em cinco episódios, nos números de 25 de abril, 9 de maio, 13 de junho, 21 de junho e 27 de junho de 2007.

ANA PAUKER E A RELIGIÃO POLÍTICA STALINISTA[116]

Cognominada “A passionária dos Bálcãs”, Ana Pauker (nascida Hanna Rabinsohn em 1893) foi uma comunista convicta, uma iluminada da religião política bolchevique, militou no *Comintern* (A III Internacional, 1919-1943) com paixão, serviu sem reservas os escopos do stalinismo. “O desvio de direita” juntamente com sua eliminação, a de Vasile Luca e de Teohari Georgescu do cume da pirâmide foi de fato a expressão de algumas diferenças de opções táticas, e não de um conflito de estratégia. Nunca, sob forma alguma, Ana Pauker exprimiu qualquer traço de arrependimento, ou remorso pela usurpação violenta do poder, pela liquidação da oposição política democrática, pela instituição de um regime terrorista fundado nas quimeras stalinistas, pela política de eliminação da intelectualidade que se recusava a registrar-se (o que o professor Virgil Nemoianu definiu corretamente como eliticídio). O escopo era santificado, e a sua obtenção justificava absolutamente quaisquer meios.

Perguntaram-me em dado momento se Ana Pauker foi uma “boa judia” ou uma sionista. Acerca do “sionismo” dos comunistas devotados não posso dizer senão que era uma ficção nascida da mania conspiracionista de Stálin. Como tantos outros comunistas europeus centrais e orientais de origem hebraica, de Rudolf Slánský a Jakub Berman, de Mátyás Rákosi a József Révai, de Iosif Kishinevski a Roman Zambrowski, Ana Pauker aderiu à visão transnacional do bolchevismo, abraçou a tese de Stálin conforme a qual “a pedra de toque do internacionalismo proletário é a atitude diante da União Soviética”. O alinhamento total a esta posição quase mística (política, mas também psicológica) significou a saída da condição original, o abandono deliberado da identidade hebraica (não necessariamente apenas a religiosa), a identificação passional com a “pátria do socialismo”. Eram, seguindo a

fórmula do historiador Isaac Deutscher, *non-Jewish Jews*.[\[117 \]](#) Atribuir aspirações sionistas secretas a Ana Pauker significaria projetarmos sobre ela a luz enganadora do mito. Não, não foi uma sionista, foi uma stalinista (mesmo se, em alguns aspectos, principalmente depois de 1950, mostrou certa moderação – refiro-me ao que provou o historiador americano Robert Levy, com base nos documentos de arquivo, em relação à posição reservada a Ana Pauker, a número dois no PMR[\[118 \]](#) até junho de 1952, diante do ritmo de coletivização da agricultura e do julgamento do lote Pătrășcanu).

Para ser sincero, não sei o que significa “uma boa judia”. Num dado momento, no Birô Político, Ana Pauker insistiu no tratamento diferenciado dos judeus no malaxador “da luta de classe”. Dizia ela que não se deve esquecer que, ao tempo da guerra, os judeus foram vítimas coletivas, sem um regime especial para a burguesia hebraica. Ulteriormente, esta posição foi invocada por Gheorghiu-Dej principal cabeça de acusação contra Ana Pauker, estigmatizada por “nacionalismo hebraico”. Igualmente, Ana Pauker encorajou, em 1949-1950, as tendências de emigração para Israel. Mas fê-lo, indubitavelmente, em consenso com a linha do Kremlin. Estava muito próxima do embaixador soviético em Bucareste, Kavtaradze, seguia com muita atenção os meandros da política soviética.

Estava evidentemente a par das suspeitas de Stálin, depois de 1948, contra Polina Jemciujina, esposa de Molotov (Expulsa do PCUS, presa e deportada). Não creio que Ana Pauker tenha sido animada de algum patriotismo hebreu. Mas não escondeu sua origem e não fez segredo do fato de ter dois parentes em Israel (o irmão dela, voltando de Israel, morava com ela). Não disse palavras venenosas ao endereçar-se aos institutos hebraicos, assim como Kishinevski, Ofelia Manole ou Ghizela Vass. A sua eliminação da liderança do PMR esteve diretamente ligada à intensificação do antissemitismo de Stálin, da exacerbação dos complexos paranóicos deste. Foi presa em fevereiro de 1953, interrogada pelo oficial de segurança Vasile Negrea (ulteriormente general e adjunto de Alexandru Drăghici no fronte MAI).[\[119 \]](#) Recusou-se a reconhecer os pecados que lhe foram imputados, premissas de um megaprocesso-espetáculo urdido por Dej e pelos conselheiros soviéticos (entre os quais o general Alexander Mihailovici Sakarovski, posteriormente chefe da divisão externa da KGB). Apenas a morte de Stálin, em 5 de março de 1953, a salvou. O

que não a impediu de cair no choro quando soube, por boca do emissário de condução do partido, Alexandru Moghioros, da morte daquele que cometera os mais horríveis massacres e ilegalidades imagináveis, entre os quais o assassinio do próprio marido dela, Marcel Pauker, ao tempo do Grande Terror. Menos fanatizado do que Ana Pauker (com quem esteve junto no processo de Craiova de 1936), seu antigo protegido Moghioros lhe disse: “Se ele não morresse, já não estarias com vida”. Estas palavras, ouvidas por Robert Levy dos descendentes da família de Ana Pauker, sintetizam uma biografia marcada pelo devotamento, cegueira, intransigência, ilusões e muitos, muitíssimos crimes.

Depois de 1953, expulsa do PMR (mas sem lhe ser confirmado alguma vez isso), Ana Pauker foi mantida numa espécie de domicílio obrigatório na residência de Cotroceni, onde vivia ao lado de sua filha, Tania, do marido desta, Dr. Gheorghe Brătescu (este publicou, pela Editora Humanitas, um livro interessante de memórias) e dos filhos destes. Não a visitava quase ninguém, com exceção de seu advogado da ilegalidade, Radu Olteanu, e de muito poucos ilegalistas. Era semelhante aos condenados ao tempo dela, uma pestiferada. O anátema do partido era total e indisputado.

Em 1956, depois do Relatório Secreto de Nikita Krushev no xx Congresso do PCUS, dirigiu-se com memorandos e apelos ao Escritório Político. Não reconheceu sua culpa de ter feito complô contra a liderança do partido, não se penitenciou, não se confessou, seu tom era, antes, um tom reivindicatório e furioso. Tinha orgulho de seu passado comunista e não entendia como esses pigmeus procuravam negar-lho. Assim falou com os emissários de Dej nas discussões mantidas ao longo do ano de 1956 (Gh. Apostol, Petre Borilă, Alexandru Moghioros, C. Pârvulescu e Ianosh Vincze).

A que fora acusada de “desvio de direita” ocupava-se de traduções do russo, do francês e do alemão na Editora Politică (meu pai, então diretor adjunto, era aquele que, por encargo do Escritório Político, a visitava com propostas de livros e recuperava os manuscritos das traduções). Em 1951 foi diagnosticada com câncer. Tratou-se na URSS até a queda política de 1952 (visitas prolongadas que a isolaram, de fato, do que acontecia em seu país). Então foi tratada no Hospital “Elias”. Morreu em 1960 e foi incinerada no Crematório “Cenușa”. Não se publicou nenhum tipo de comunicado oficial,

nem ao menos algumas linhas assinadas por “um grupo de camaradas”; num dia qualquer a militante tão celebrada desaparecia como uma anônima. Em 1968, depois da reabilitação póstuma, a urna foi conduzida ao monumento do antigo Parque da Liberdade (Parque Carol). Depois da queda do comunismo, a urna voltou para a “Cenușa” ...

Foi reabilitada *post-mortem* em 1968, e o comunicado do Plenário de abril, que falava de outras vítimas de Dej (Pătrășcanu, Foriș), e de outras vítimas do Grande Terror da URSS, não a mencionou. O nome dela apareceu ainda esporadicamente, sempre num contexto negativo, em romances permitidos pelo comunismo que deploravam os excessos “do decênio obsedante”. A singularização de Ana Pauker como a principal responsável pelos horrores do stalinismo desenfreado fazia parte da estratégia de desincriminação da equipe Dej (da qual Ceaușescu fizera parte, ainda que ulteriormente tenha preferido minimizá-lo ou até mesmo negá-lo). De outra parte, sob o nome de Anca Vogel, achamo-la convertida em personagem da novela fabulosa *Pe strada Mântuleasa* (Na rua Mântuleasa), de Mircea Eliade (nos anos de 1970 o historiador das religiões encontrou-se em Paris com Tania e Gh. Brătescu e lhes ofereceu um exemplar com dedicatória). A neta dela, Stela (assim chamada em homenagem à comunista búlgara Stela Blagoieva, amiga de juventude de Ana Pauker) hoje mora em Barcelona, o neto de Ana, Tudor Brătescu mora na França. O mesmo doutor Brătescu publicou nos anos de 1990 um livro fascinante acerca da liquidação de Marcel Pauker (*nom de guerre* Luximin) em Moscou. De quanto sei, Ana Pauker não deixou nenhum manuscrito, não expressou nunca arrependimento por sua opção política.

Nos anos de 1930, sob o pseudônimo Marina, foi parte do grupo de instrutores do *Comintern* na França, liderado pelo militante eslovaco Eugen Fried (*nom de guerre* Clément). Este foi pai da segunda filha de Ana Pauker, Marie, que foi criada pela primeira esposa de Maurice Thorez, a amiga de Ana, Aurore. Parece que Fried expressou, em 1939-1940, reservas ao pacto soviético-alemão. Morreu ao tempo da guerra, em circunstâncias estranhas, em Bruxelas.[120] Marie (Maşa) chegou à Romênia imediatamente depois da guerra, e depois, nos anos de 1960 voltou, por casamento, para a França. A amizade de Ana Pauker com Thorez, consolidada nos anos da guerra de Moscou, contou talvez com o adiamento do começo de um processo em

Bucareste, imediatamente depois da denúncia de “desvio de direita” em junho de 1952. De qualquer modo, sob Dej, as relações entre o PCR e o PCF foram frias, sendo diretamente atingidas pela queda política de Ana Pauker (o que, em várias ocasiões, foi mencionado até mesmo pelo primeiro secretário do CC do PMR no Escritório Político).

Semelhante a uma Dolores Ibárruri, Ana Pauker viveu e morreu como uma revolucionária de tipo bolchevique, convencida de que a vitória final será do comunismo, para além de recuos, ramificações e zigue-zagues da história, para além das derrotas temporárias. Ana foi um ser daquela categoria para a qual a crença absoluta na URSS, em Lênin e em Stálin, no partido, foi a verdadeira estrela polar da própria existência.

¹¹⁶ Uma versão breve do texto apareceu, com o mesmo título, em *Evenimentul Zilei* de 6 de outubro de 2010.

¹¹⁷ Judeus não judeus – NT.

¹¹⁸ Partidul Muncitoresc Român [Partido Trabalhista Romeno] nome sob o qual funcionava o Partido Comunista Romeno de 1948 a 1956 – NT.

¹¹⁹ MAI – Ministeriul Afacerilor Interne: Ministério dos Negócios Internos – NT.

¹²⁰ A saudosa Annie Kriegel, e Stéphane Courtois escreveram uma biografia de Fried com o título *Le grand secret du PCF*, Seuil, Paris, 1997, coleção “Archives du communisme”, coordenada por Stéphane Courtois e Nicolas Werth.

SUICÍDIOS NA ALTA *NOMENKLATURA* COMUNISTA: O CASO MIREL COSTEA[[121](#)]

É fascinante a história dos suicídios no movimento comunista, e a bibliografia do tema passa a ser cada vez mais extensa. Guillermo Cabrera Infante escreveu um ensaio excepcional acerca dos suicídios do cume da pirâmide castrista[[122](#)] de Haydée Santamaria (ex-participante do assalto de 1953 sobre a guarnição Moncada e esposa de Armando Hart, um dos mais próximos colaboradores dos irmãos Castro), até o presidente fidelista Osvaldo Dorticós Torrado.

O romance *O Sucessor* de Ismail Kadara explora o suicídio de Mehmet Shehu, o camarada mais próximo de Enver Hoxha, acusado de complô e traição.[[123](#)] O historiador britânico Simon Sebag Montefiore começa seu livro sobre o círculo íntimo de I. V. Stálin com o momento do suicídio, em novembro de 1932, de Nadejda Allilueva, a esposa do tirano.[[124](#)] Vladimir Maiakovski, o autor de *Nuens de calças* (o poema “em quatro gritos”), mas também do poema *Vladimir Ilitch Lênin*, suicidou-se em 1930 quando já não pôde suportar a mentira universalizada. Mihail Tomski, ex-membro do Escritório Político do tempo de V. I. Lênin e condutor dos sindicatos bolchevizados, suicidou-se em 1937 antes de ser preso ao lado de Bukarin e obrigado a “confessar” culpas imaginárias. O ex-secretário geral do PC da Tchecoslováquia, acusado de conspiração sionista, Rudolf Slánský, tentou suicidar-se na prisão, esmagando o crânio na parede da cela antes da encenação monstruosa de outubro de 1952. A morte suspeita de Jan Masaryk, ministro das relações exteriores e filho do fundador da Tchecoslováquia, Tomáš G. Masaryk, em 10 de março de 1948, foi apresentada como suicídio (foi encontrado jazendo no pijama no pátio interior do ministério; disse-se que se jogara da janela de seu escritório). No ano de 1956, imediatamente depois do XX Congresso do PCUS, Alexander Fadeyev, o autor dos romances *Derrota* e

Jovem guarda, presidente da União dos Escritores nos anos de Stálin, também se suicidou com um tiro na cabeça. Não pôde suportar o grande desencanto? Teve medo de ter de responder pelo seu papel na liquidação de tantos escritores? O escritor se notabilizara pelas formas vitriólicas ao dirigir-se a qualquer intelectual que tivesse tentado pôr em discussão, mesmo timidamente, o *status quo* stalinista. Num congresso de intelectuais “progressistas” do final do quinto decênio, A. Fadeyev atacou até mesmo Jean-Paul Sartre (aliás um patrocinador ardente da URSS), lançando o sintagma, de uma abjeção inegável, *hiena datilógrafa*.

Morreu em 1958, muito provavelmente por suicídio, Mihail Roller (n. 1908), o principal politruc[125] stalinista encarregado da sovietação/falsificação da história da Romênia. Os colegas da Academia da RPR[126] diziam “Kontroller”. Acreditava cegamente no princípio de “partidarismo (*partiinost*) e desprezava a “historiografia burguesa”, com sua “ilusão de objetividade”. Anos a fio o ajudante do ditador ideológico Leonte Răutu, Roller foi acusado de falta de vigilância na plenária sinistra do CC do PMR de junho de 1958. O mouro contraíra dívidas, o mouro podia desaparecer. O que lhe deu o golpe de misericórdia foi exatamente Răutu, com quem entretivera relações de amizade pessoal por decênios. De qualquer modo, Roller estava extremamente deprimido depois da morte de sua filha caçula, Sonia, num acidente no Sanatório Otopeni. Estigmatizado por aqueles a quem servira com infinito servilismo e com um fanatismo maníaco, Roller perdera qualquer razão para permanecer com vida. Fora cem por cento o homem do Partido, não podia conceber que sua missão se encerrasse. Vivera como um ideólogo exaltado, morrera do mesmo modo.

No mês de junho de 2010, na série de conferências “Monica Lovinescu” – organizada no ICCMER[127] – falei do comunismo como religião política. Referi-me, entre outras coisas, à última carta, enviada em 10 de dezembro de 1937, da prisão, por Nikolai Bukharin, àquele a quem Lênin chamara “o filho preferido de todo o partido”; a carta era endereçada a *Koba* (Stálin) e é um texto perturbador, uma declaração de amor da vítima ao carrasco. N. Bukharin foi executado em março de 1938 depois do terceiro processo-espetáculo de Moscou. Stálin guardou a carta de Bukharin na gaveta de seu escritório do Kremlin, ao lado de outros pouquíssimos documentos.[128] Somente a

adesão incandescente, quase mística a uma crença pode explicar a prostração final de Bukharin. O comunismo substituiu as religiões tradicionais, foi uma religião-ersatz, assim como o intuiu Simone Weil e como o demonstrou Raymond Aron. Depois da conferência no IICCMER, um amigo me chamou a atenção para as similitudes entre o devotamento místico de Nikolai Bukharin e o de um ativista extremamente importante do PCR-PMR, Mirel Costea (1907-1951). Provocado por essa sugestão de leitura, fui aos documentos, li e relei obras perturbadoras acerca das lutas intestinas do Olimpo comunista (reproduzo em anexos a este artigo três cartas de Mirel Costea redigidas antes de suicidar-se, identificadas em arquivo pessoal). Também nessa ocasião, lembrei-me da dedicatória dada outrora por Petre Pandrea à velha ilegalista Ilca Melinescu (Wassermann) em seu volume acerca de Constantin Brâncuși:[129] “À tigresa Ilca Melinescu, em lembrança dos nossos amigos comuns, Ana Pauker e Lucrețiu Pătrășcanu, irmãos inimigos entredevorados”.

Como em outras formações de tipo bolchevique, na seita messiânica chamada PCR houve suicídios, reais ou orquestrados. O ex-primeiro ministro e presidente do Conselho de Estado, Chivu Stoica, suicidou-se com um rifle de caça. Suicidou-se, no começo dos anos de 1960 ou antes, a esposa do ministro da saúde, Voinea Marinescu (mãe do Dr. Bogdan Marinescu). Ouvi muitas vezes em casa discussões sussurradas acerca de uma personagem misteriosa chamada Mirel Costea, que se suicidara anos antes. Meus pais eram amigos do doutor Gabriel Barbu, conhecido historiador da medicina,[130] e de sua esposa, Cora. Também sussurrando me foi dito que a senhora Cora Barbu era irmã de Emil Calmanovici, ou seja, a irmã da esposa daquele enigmático Mirel Costea. As ramificações de parentesco do partido explicam muitas das alianças e vendetas que marcaram a história desta formação. A história do comunismo é uma história de acertos de conta infundáveis. Eu haveria de descobrir, no quadro de minhas pesquisas para escrever *Stalinismul pentru eternitate*, que esse alto funcionário do partido, um ilegalista extremamente popular entre os veteranos comunistas, fora cunhado de Emil Calmanovici. O nome real de Mirel Costea era Natan Zeider; mudara de nome para assim como outros o fizeram, a pedido do partido, para aquele que passou a ser seu *nom de guerre*. Acerca de E. Calmanovici escreveu Robert Levy, o autor da biografia de Ana Pauker; seu estudo notável, publicado no ano de 2002, apresenta uma imagem

tão verídica quanto perturbadora de um destino de intelectual atraído e devorado pela miragem comunista.[131] Para retomar um sintagma de Belu Zilber,[132] Calmanovici “apaixonou-se pelo Partido”, acreditou cegamente nas promessas utópicas do stalinismo, identificou-se com uma disciplina própria de uma ordem militar-religiosa. No final, provavelmente entendeu que errara, que o partido era de fato uma organização de tipo mafioso, com normas secretas e com vinganças sórdidas, não uma fraternidade de abnegação, de altruísmo e de solidariedade. Morreu em consequência de uma greve de fome, feita em sinal de protesto, considerando que era sem motivo o seu encarceramento. Seu decesso se deu na madrugada de 11 para 12 de março de 1956, ou seja, pouco tempo depois do *Relatório secreto* de Nikita Krushev, o catalisador das maiores perturbações que haveria de levar à Revolução Magiar, e, a final, ao colapso do Bloco Soviético. Em 1968, a comissão de partido nomeada para examinar o caso Lucrețiu Pătrășcanu e outros abuso da época Dej qualificou a morte de Calmanovici exatamente como “um ato de assassinio”. Há alguns anos, Lavinia Betea disse-me que também estava trabalhando numa biografia de Calmanovici, que poderia iluminar também outros aspectos obscuros que envolviam o inquérito e o processo do lote Pătrășcanu.

Eis o que escreve Robert Levy acerca de Mirel Costea, o chefe do Setor de Verificação de Quadros do quadro do CC do PMR,[133] ex-íntimo de Emil Bodnarăș no quadro de formações paramilitares de depois de 23 de agosto de 1944, casado com a irmã do engenheiro Calmanovici: “Um idealista excepcionalmente amável e uma das figuras mais populares da hierarquia do partido, Mirel Costea granjeou a simpatia de muitos ativistas comunistas pela maneira afetuosa em que, na condição de membro de frente da Comissão de Quadro do Partido, ajudou aos que, depois da guerra, voltavam do estrangeiro. Segundo relatavam muitíssimos colegas seus, era “extraordinariamente humano”. Seu assistente, Jean Coler, observou remorsos profundos de Costea com relação ao modo como eram tratados os não comunistas ao tempo das prisões arbitrárias que começaram em 1947 e em especial sua aflição profunda e persistente diante do modo como os membros de Partido Nacional Camponês [PNT, Partidul Național Țărănesc] foram enganados com falsas promessas de indulgência, a confessar a culpa deles. Costea confessou muitas

vezes a Coler, com tristeza, que não poderia nunca desembaraçar-se das “tendências pequeno-burguesas” (ou seja, de seus escrúpulos) e que estas os prejudicariam para sempre”. [134] Do relato de Coler, assim como de outras recordações, Mirel Costea aparece como uma espécie de “menina dos olhos” dos militantes da clandestinidade. Evidentemente idealizante, o relato de Jean Coler (ex-interbrigadista, ex-exilado político na URSS, lançado de pára-quedas em 1944 na Romênia, ex-ativista da Seção de Quadros) não menciona nada quanto aos “escrúpulos” de Mirel Costea de março de 1945, quando foi imposto o governo – marionete de Petru Groza, ou de novembro de 1946, quando os comunistas descaradamente falsificaram as eleições.

Em 1949, ao tempo das terríveis verificações dos membros do PMR, Mirel Costea colaborou com Iosif Rangheț e com a equipe deste de inquiridores (em que se “evidenciava” Ghizela Vass). O fato de no momento de seu suicídio, em junho de 1951, ele ser o chefe do Setor de Verificação de Quadros, uma instância extremamente sensível ao Comitê Central, diz muito da sua influência extraordinária no aparato de partido. E, no entanto, quanto mais influente tivesse sido, Mirel Costea era o cunhado de um militante considerado “inimigo do povo” (Emil Calmanovici). Em seu íntimo, Mirel Costea sabia que era impossível que Emil Calmanovici tivesse sido um espião, traidor, agente da segurança. Entrechova-se nele a lógica “pequeno-burguesa” com a do Partido, a fidelidade diante da família com a de diante da comunidade transindividual chamada Partido. Era, pois, uma colisão entre “a verdade subjetiva” (o que ele sabia de Calmanovici) e “a verdade objetiva” (o que o Partido sustentava). Para Mirel Costea não existia salvação fora do Partido. Esta foi a sua tragédia e a de tantos milhares de militantes comunistas fanatizados.

Em 1996, numa longa discussão com minha mãe – Hermina Tismăneanu – acerca desta matéria (conservei algumas notas), ela me disse que, de quanto se sabia na época, o último que entrou no escritório de Mirel Costea do Comitê Central [135] foi seu adjunto, o temido e sombrio Alexandru Rogojinski. Dificilmente se poderiam imaginar homens mais diferentes. Este Rogojinski era um militante bessarabiano de origem russa, um stalinista da categoria mais dura, preso nos anos de 1930 como espião soviético, membro do grupo cultivado de Gheorghiu Dej na prisão (assim como Pintilie Bodnarenko, dito Pantiușa, Vania Didenko, dita Vidrașcu, Simion Babenco, Serghei Nikonov,

dito Nicolau, Semion Postanski, dito Posteucă etc, agentes próximos de Gheorghiu-Dej, acerca do qual escrevi em outra ocasião).[136] Depois de 1960, Rogojinschi foi transferido do Comitê Central do Conselho de Ministros, onde se aposentou nos anos de 1970, tendo o grau de conselheiro de estado.

Em data de 7 de setembro de 2010, recebi um e-mail da parte da filha caçula de Mirel Costea, Dana Silvan, que mora desde 1973 em Israel. Dizia-me que nem ela, nem sua irmã, Rodica, que mora nos Estados Unidos, tiveram alguma vez acesso aos documentos ligados ao fim trágico de seu pai. Não tinham nenhuma idéia de que o pai delas, nos últimos instantes da vida, lhes tivesse escrito uma mensagem de adeus. Por que tiveram de esconder estes documentos? Quem ficou com medo de descobrir a verdade acerca da morte de Mirel Costea? Dej? Bodnăraș? Ceaușescu? Em 2004, o Colegiado CNSAS[137] informou às filhas que nos arquivos da instituição não havia nenhum dossiê Mirel Costea. Hoje, em 2010, posso afirmar quanto se pode categoricamente que o dossiê existe (faz parte provavelmente dos documentos apresentados nos últimos anos, depois da decisão do CSAT[138] do verão do ano de 2006). Mandeí uma primeira variante do artigo preparado para *Studii și Materiale de Istorie Contemporană*, com os textos completos das últimas cartas, pedindo-lhe que o compartilhasse com a irmã dela. Respondeu-me depois de algumas horas que ficara aterrorizada e me deu alguns pormenores pavorosos acerca do que aconteceu então, em junho de 1951, baseados nas lembranças de sua mãe e da irmã desta, Cora Barbu. Do que me escreveu Dana Silvan, resulta que Mirel Costea suicidou-se em casa (pois voltou do seu escritório da sede do CC (Comitê Central), depois da última discussão com Al. Rogojinschi). Rodica Costea estava com uma colega e pediu licença a ele para levá-la até o ponto de ônibus. Quando voltou, a ambulância de emergência já estava lá (moravam no bulevar A. A. Jdanov, hoje Primavera). Ana Costea, esposa de Mirel, soube pela doméstica, que lhe telefonou para o escritório e disse: “O camarada Mirel se matou com um tiro”. O corpo inanimado do ex-chefe de quadros do partido foi levado ao Hospital “Elias”, onde afinal se permitiu à viúva estar ao lado daquele que fora seu camarada de vida. Os corpos dos mortos do partido eram propriedade daquela entidade sagrada. Imediatamente depois da morte de Mirel Costea, sua família foi retirada de

casa. A viúva e suas filhas foram tratadas com pestiferadas. Muitos “amigos” passavam pela calçada do outro lado da rua, para não falarem com a irmã de um “inimigo do povo”.

Mirel Costea foi cremado na data de 9 de junho de 1951, no Crematório “Cenușa”. Depuseram-se coroas de flores da parte dos colegas do CC do PMR e dos ilegalistas. A *Securitate* seguiu atentamente quem foi ao crematório para levar-lhe uma última homenagem, anotaram-se os nomes, hora de chegada e de saída. Entre os presentes, naquele junho de 1951, Nicolae Goldberger (naquele momento adjunto de Leonte Răutu da Seção de Propaganda) e a sua esposa, Fani (então chefe da Chancelaria CC do PMR), Ida Felix (chefe de quadros no Ministério das Relações Exteriores), Petre Lupu e sua esposa Nesia, Gheorghe Gaston Marin e sua esposa, Mihail Florescu, Tina Chivu (esposa de Chivu Stoica, então membro do Escritório Político), Gheorghe Filip, outro conhecido lutador clandestino, o politruc Gheorghe Gonda,[\[139 \]](#) Charlotta (Șari) Gruia, uma das interrogadoras da Comissão de Controle de Partido, Leon Naș (Naș Littman, assim aparece ele naquele documento), adjunto então da Administração Doméstica do Partido, Simion Zeiger (Țaigăr) – muitíssimo próximo de Dej, ex-colega de cela com este em Doftana, dizia-se dele também *Zeiger-Dej* – Lenuța Păsculescu (esposa de Teohari Georgescu, chefe de gabinete de Ana Pauker), o coronel Andrei (Bandi) Roman, cunhado de Petre Borilă. A lista é longa, merece analisada com atenção. Notou-se a presença de meu pai, Leonte Tismăneanu (então redator-chefe da Editura PMR), e da irmã de minha mãe, Cristina Luca (diretora da Direção de Cultura do Ministério das Relações Exteriores).

Observo, outrossim, a presença de um grupo significativo de ex-voluntários da Espanha, e da Resistência francesa (M. Florescu, Gh., Gaston Marin, Cristina, Luca o esposo dela, o general de fronteira Mihail Boico, Leonte Tismăneanu, Jean Coler, Gheorghe-Georges Filip, Șari Gruia, Andrei Roman). Procuro imaginar o que se lhes passou na alma, em que pensavam. Era a algumas semanas antes de eu chegar ao mundo. E que mundo... Provavelmente que a ausência de minha mãe se explicava pelo fato de estar no último mês de gravidez. Depois de anos, minha tia, Cristina Luca-Boico, disse-me que um dos colaboradores de Mirel Costea, Eugen Szabo, lhe dissera que fora chamado por Gheorghiu-Dej, que o encarregou de preparar os autos para

um processo dos que tinham lutado clandestinamente, inclusive o dela. Eugen Szabo sustentou que não deu seguimento a esse pedido. Merece verificado este testemunho, em especial recorrendo-se aos arquivos. No mês de agosto de 2010, depois da aparição em meu blog pessoal de uma primeira versão deste artigo, recebi uma mensagem extremamente cordial da parte de Robert Levy, em que me dizia, entre outras coisas, que nas discussões com ele Eugen Szabo sustentou que a ordem de Dej de preparação de algumas prisões nas fileiras dos “espanhóis” e dos “franceses” veio de fato em 1955, ou seja, depois da morte de Stálin. Ele (Szabo) teria tergiversado até quando, depois do XX Congresso do PCUS de fevereiro de 1956, o assunto ficou caduco. Pessoalmente, lembro-me perfeitamente o fato de que, em conversas comigo, Cristina Luca e Sanda Sauvard (farmacêutica, ex-membro das Brigadas Internacionais e lutadora clandestina, a amiga mais próxima de minha mãe) disse-me que o ponto máximo de pavor de ser presa foi em 1952, principalmente no outono, quando em Praga houve o processo-espetáculo de Rudolf Slánský, Vladimír Clementis, Bedřich Geminder, Artur London e de outros militantes conhecidos. Eu mesmo entrevistei duas vezes Eugen Szabo em Nova Iorque, uma vez até mesmo na presença de minha mãe. Nos anos de 1950, Szabo fez parte do Colegiado do MAI,[140] sendo muito próximo, parece, de Alexandru Drăghici e da esposa deste, Marta Cziko. No final dos anos de 1950 e começo dos anos de 1960, com o codinome de “Pascu”, foi residente da Direção I de Informações Externas no quadro da Embaixada RPR de Paris. Foi retirado dos quadros MAI na fase de “etnização” radical. Trabalhou depois no Ministério de Agricultura, onde se aposentou. Sua esposa, Eva Szabo, foi jornalista na *Scânteia*. Emigraram ambos, nos anos de 1980, para Israel.[141]

Gheorghe-Georges Filip deteve altas funções nos ministérios econômicos e esteve entre os primeiros que saíram da Romênia imediatamente depois da morte de Dej, creio que em 1967, juntamente com sua esposa, francesa, Annie, e com a filha deles, Jacqueline (Jackie). Participara, assim com Gh. Gaston Marin e M. Florescu, da resistência da França, zona Sul. É estranha a ausência de Gheorghe Vasilichi, ex-líder FTP-MOI,[142] membro do CC do PMR,[143] e de sua esposa, originária da França, Betka. Pode ser que Mirel Costea até mesmo defendesse esses militantes nas condições de intensificação às

repressões contra os “internacionalistas” nas outras “democracias populares”, e mesmo também no PC Francês (o caso André Marty). De outro lado, exatamente nesse período, o ex-voluntário das Brigadas Internacionais e clandestino, Mihai Patriciu, era o chefe da Direção Regional da Securitate, de Cluj (posto que deteve, num dado momento, outro interbrigadista, Wilhelm Einhorn, tornado ulteriormente um dos fundamentos do DIE).[144] Também no MAI/Securitate trabalhavam outros ex-voluntários da Espanha, o general Grigore Naum, o coronel Gheorghe Adorian (o genro do ex-líder regional comunista de Ardeal do Norte, Hiller Kohn) e o coronel Coloman Ambruș. Evoquei fartamente o papel de Petre Borilă, ex-ativista cominternista na Espanha, na liderança suprema.

Estudante na Sorbonne, na Faculdade de Biologia, Cristina Luca foi, começando em 1940, chefe do serviço secreto de informações (*reseignements*) da formação de resistência que se chamou FTP-MOI (Francs-Tireurs et Partisans-Mains d’Oeuvre Immigrée). Charlotta (Şari) Gruia foi a esposa de Francis Wolf-Boczor, militante comunista originário da Transilvânia, ex-interbrigadista, capturado pela Gestapo e executado, ao lado de outros 22 participantes, pelo quadro do grupo de resistência conduzido por Misak Manuchian. Os alemães espalharam por Paris cartazes vermelhos destinados a sugerir, pela ênfase dos nomes estrangeiros difíceis de pronunciar, que os participantes antifascistas eram terroristas sem ligação com *La France profonde (l’armée du crime)*. Louis Aragon escreveu um poema célebre “L’Affiche Rouge”, que viria a ser o texto de um cântico famoso de Léo Ferré. No ano de 1993, Cristina Luca veio a Washington, D.C. – de Paris, onde morava desde 1987, quando decidira não voltar à Romênia de Ceaușescu –, como convidada na abertura oficial do United States Holocaust Memorial Museum (Museu Memorial do Holocausto). Trouxe um exemplar original daquele pôster alemão e uma arma utilizada pelos resistentes. Ambos estão agora expostos no museu. Hospedou-se conosco; lembro-me de um jantar com minha esposa, Mary Sladek, com Gail Kligman e com G.M. Tamás. Em 2004, convidado pela professora Gail Kligman, falei na UCLA acerca do filme de Mosco Boucault *Des terroristes à la retraite (Terroristas aposentados)*. [145] Falei então da resistência e colaboracionismo com o professor Eugen Weber, o grande historiador da França moderna, nascido na Bucovina. Eu assistira

pela primeira vez, em Nova Iorque, a este documentário acerca do grupo Manuchian, numa sala de cinema de Greenwich Village, juntamente com Irena Grudzinska-Gross e Sever Voinescu. Discuti a matéria repetidas vezes com o saudoso Tony Judt. Escrevi algumas vezes ao longo dos anos acerca de Cristina Luca e acerca de outros clandestinos. Quando morreu Boris Holban, o homem do aparato de FTP-MOI, o necrológio de *Le Monde* escreveu-o Stéphane Courtois. Quando do decesso de Cristina Luca, também em *Le Monde*, escreveu um necrológio Michel Trébitsch, historiador do Institut d'Histoire de Temps Présent e marido de minha prima, Olga. Chefes FTP-MOI foram Gheorghe Vasilichi, Artur London, Adam Rayski. London foi um dos três sobreviventes do Processo Slánský. Seu livro de memórias, *L'Aveu*,[\[146 \]](#) transformou-se em filme, com roteiro de Jorge Semprún; Yves Montand fez o papel de London, e Simone Signoret interpretou o papel da esposa de London, Lise Ricol, cuja irmã era casada com Raymond Guyot, antigo secretário da KIM (Internacional Comunista da Juventude), membro do Escritório Político do CC do Partido Comunista Francês. O genro de A. London, Pierre Daix, foi um stalinista inflamado nos anos de 1950, o que disparou a ação na justiça contra Viktor Kravtsenko, uma daquelas *causes célèbres* da Guerra Fria. Escreveu o prefácio da edição francesa do livro de Alexander Soljenitzin, *Um dia na vida de Ivan Denisovich*.

Em 19 de agosto de 2010 postei em meu blogue uma versão reduzida do texto acerca do suicídio de Mirel Costea. Uma estranha coincidência fez-me ler no dia seguinte, no *The New York Times*, a crônica de Stephen Holden sobre um filme acerca daqueles lutadores desesperados e heróicos, *Army of Crime*.[\[147 \]](#) Manouchian, Rayman, Elek, Boczov (assim escrevia seu nome na França), capturados, liquidados, por muito tempo esquecidos... em Bucareste, em Praga, em Budapeste, em 1951, as seções de quadros ocupavam-se dos que não tinham morrido. O suicídio de Mirel Costea não esteve desligado daquelas inquições, com a (i)lógica pedagogia diabólica.[\[148 \]](#) As últimas cartas de Mirel Costea, antes de dar um tiro na cabeça, foram para seu adjunto, A. Rogojinschi (o documento n.º 1), para suas filhinhas (o documento n.º 2) e para sua esposa, Ana (o documento n.º 3). Reproduzo-os mais abaixo

(guardaram-se tanto em forma datilografada, quanto na versão ológrafa no Setor de Verificação de Quadros e da *Securitate*). O caso Mirel Costea é emblemático pela dinâmica das relações de poder do PMR no período do stalinismo desenfreado. É possível que Mirel Costea tenha escrito estes textos de um devotamento total também para proteger a família (conhece-se o caso de um Lev Kamenev, cujo filho sobreviveu depois da aceitação do velho bolchevique da confissão pública de crimes imaginários).

Reproduzi o texto das cartas conforme as normas ortográficas que se acham hoje em vigor, suprimindo tacitamente os erros de ortografia e de pontuação. Assinalei as intervenções no texto pelos colchetes.[149]

O documento n.º 1

Carta de Mirel Costea a Alexandru Rogojinski

Querido cam[arada] Rogojinski.

Um comunista deve ter sempre confiança no Partido e deve ser o homem mais feliz do mundo quando sente que o Partido tem confiança nele. Fui feliz, alegrei-me pela confiança do Partido, e digo que a mereci, não enganei o Partido. Desde 1939 não vivi outra vida senão para o Partido. Quando me pareceu certa vez que minha esposa temia que minha atividade pudesse levar à minha prisão, falei com ela delicadamente e mostrei o que é o Partido. Também ela começou a ser ativista de corpo e alma. Até 23 de agosto de 1944 não tivemos filho, sempre pensando no Partido, para não termos dificuldade no trabalho. Até 23 de agosto creio que há suficientes testemunhos que dei de que fui um homem honesto, ou, nas condições difíceis de ilegalidade, pude ser assim, tanto mais vigoroso depois da libertação de nosso país pelo Exército Soviético e depois pela luta conduzida pelo nosso Partido adiante da classe operária. Alegrei-me sempre que de algum modo – é certo, muito pequeno –, contribuí também para a vida nova em nosso país. Odiei e odeio os inimigos da classe operária, os traidores dela, Foriş, Kofler, Pătrăşcanu, Şraer, Melinte[150] etc. Há quase duas semanas foi preso Calmanovici, que é meu cunhado, procurei insuflar em suas irmãs, entre as quais minha esposa, que nós, como m.d.p. [membros de partido], temos de ter confiança no Partido; se não é culpado, vai ser solto, se é culpado, nem em pensamento ficarei a seu lado,

mas [ficarei] ao lado do Partido, sendo o pensamento do partido o nosso pensamento. Tenho a satisfação de ter contribuído para o descobrimento, o desmascaramento de muitos traidores da classe operária e contribuí para o envio deles para o lugar merecido. É certo que me escaparam alguns.

Tenho a satisfação de que, onde trabalhei, trabalhei e consegui] fazer crescer ao meu redor elementos honestos, operários, devotados ao Partido. Minhas preocupações eram o que mais poderia fazer pelo Partido. Se alguém era meu parente e eu percebia que ele era hostil, eu já não era seu parente, mas mandava-o para o diabo. Mesmo acerca de Calmanovici, que sabia que era homem do Partido, comecei a ter reserva, quando senti que o Partido tem reserva quanto a ele. Não quis nunca examinar o dossiê dele. Duas vezes veio para a verificação até nós, duas vezes eu disse aos camaradas com quem trabalhava diretamente (uma vez a Stan Eduard, outra vez Sabo [Szabo] Eugen) que a verificação se faria sem mim, e o resultado deveria ser apresentado diretamente ao camarada Rogojinschi. Se alguma vez eu tivesse por acaso encontrado na *Securitate* meu dossiê pessoal, teria feito a mesma coisa.

Depois da questão Calmanovici pode ainda o Partido ter confiança em mim? Honesta e sinceramente digo que tem todos os motivos para ter confiança, porque nem ao menos por tagarelice ou tarelice falei com alguém, nem acerca de meu trabalho, nem acerca das questões de Partido ou de outras que conheço. No entanto, o nosso Partido não terá confiança, porque tem a triste experiência de bandidos infiltrados nos trabalhos de responsabilidade no Partido, com os partidos comunistas fraternos. Com que e por que ter em mim mais confiança e não desconfiar que [*sic!*] que sou um intruso que dormiu na vigilância. Como poderei convencer e através de que poderia convencer o Partido de que não mereço nem ao menos desconfiança, em pensamento, de ser colocado ao lado de bandidos e traidores, que odiei e odeio?

Por que não ter confiança em mim o nosso Partido? Foi de maneira fingida que coloquei minha vida à disposição do Partido antes de 23 de agosto de 1944? Por que ser eu o homem dos bandidos imperialistas americanos e ingleses? Foi-me tomada a fazenda? Foi-me nacionalizada a fábrica? (Se os tivesse tido, eu lhós teria dado com grande alegria). Que espero dos bandidos? E que eles podem oferecer-me? Dinheiro? Situação? Que permaneçam todos na garganta de Truman e dos outros aticadores de guerra. Com os camaradas

Bodnăraș e Florea Bodnăraș condenados à morte, alguma vez me encontrei? Traí? Há um homem honesto que não vibre pelo camarada Stálin? Não se lhe arrepie a pele quando ouve falar do camarada Stálin a alguém que o viu pessoalmente? Há um homem honesto, mesmo se não é m.d.p., que pense no futuro e não lhe venha à mente o camarada Stálin? Há um homem com cabeça que não permaneça admirador da ciência marxista-leninista-stalinista? Pela aplicação dela na vida? Pelo desenvolvimento dela cada vez maior? Se não tivesse sido m.d.p., se tivesse sido um cidadão comum, desejoso de trabalho para poder viver, ainda toda o meu olhar se dirigiria ao camarada Stálin, para a URSS, para o PCR-PMR. Que posso querer mais do que tive? Fui um mimado da nossa liderança, que me deu confiança e me deu trabalhos de responsabilidade. Trabalhei sem relógio na mesa... Pelo Partido que me deu a vida, os olhos, a cabeça, a tranquilidade, a satisfação, tudo, tudo, tudo me deu o Partido.

E então por que teria traído? Por que ser eu o homem de Foriș? Leonin? [151] Não fui sancionado em 1943, pelo fracionamento, porque não quis dar as autobiografias para cerca de 200 homens, dizendo: *que acontecerá se se perderem ou se acima houver um informante?* Foriș acredita que sonho com ele. O camarada Rangheț conhece essas questões já desde 1943, porque se opôs à minha sanção. Por que estar ao lado de Foriș, ou Leonin, que mandaram para processo ou morte dezenas de homens bons no tempo da ilegalidade com a desculpa de que devido à não obediência às regras de segurança produziram-se essas quedas? Por que tomar partido de Kofler, quando não me sai da cabeça como pôde um membro de liderança visitar tão frequentemente e em tais condições a Lili Weigl na prisão ao tempo de Antonescu e da sua Segurança. Será difícil eu ser acreditado, embora seja esta a verdade. Mas se, no entanto, fui uma ferramenta de bandidos através de Calmanovici, se este será considerado culpado? Como? Como provo o contrário?

Não pude suportar o pensamento de que o Partido perdeu a confiança em mim. Por isso, beijo minha carteira de partido, que não sujei nem mesmo antes de tê-la, desta forma, nem quando a tenho. Deponho-a no Partido. Agradeço-lhes pela confiança mantida até certo momento. Não é um gesto de comunista, não aprendi do Partido este gesto, mas é ainda um resquício da educação e da

moral burguesa. Teria suportado as torturas nos porões da Segurança, mas não posso suportar o tormento de já não gozar da confiança de meu Partido.

Meu último pensamento para o camarada Stálin, para o CC do PMR, para o camarada Gheorghiu-Dej.

Costea Mirel

[P.S.] Camarada Rogojinski,

Dirão muitos: *em vão se suicidou*. Absolutamente em vão. Sei que ficarás desgostoso com meu gesto, com razão. Mas como posso suportar o pensamento que tantos que verifiquei e de que tive de lhes dizer apenas isto: *na época da guerra antissoviética acreditou na vitória do Exército Soviético e encontram-se homens de confiança, mas eu já não mereço confiança*.

Que faço para crer nisso? Uma camarada que falou comigo hoje disse-me coisas terríveis. Assim, acerca de um que foi informante ou espião disse-me: *que dizes do teu amigo?* São esses meus amigos? Disse-me ainda que o dossiê de Foriş está limpo e outras coisas. Penso na questão acerca da qual se pergunte a Jean Coler[152] do Comitê [para] Esporte e Manea Dorel (Tudor Manea) que trabalha onde está o camarada Ganea Petre, se Foriş pode estar nessa situação, se não me engano. Com que escopo foram postos de lado os documentos de muitos, não com o escopo de não serem retirados alguns elementos interessados? Onde se encontram eles? Numa caixa de madeira no armário de ferro do camarada Pârvulescu ou [d]o camarada Emil Popa, cuja chave lhe entreguei. Saí da C[omissão de] Controle [Comissão de Controle de Partido] em novembro de 1948. Ninguém acreditará nisso. Essa questão foi mantida secreta? De maneira nenhuma. Foram entregues e se encontram numa caixa de madeira no cofre há cerca de pelos menos 9 anos. Quem não é homem honesto e é interesseiro, por que os deixou lá por tantos anos, por que agora está sob suspeita? A camarada Tina soube disso? O camarada Borilă soube disso? O camarada Rangheţ? O camarada Pârvulescu? Não manteve segredo e não tive por que manter segredo. Mas se os camaradas Pârvulescu, Rangheţ, Borilă, Tina não se lembrarem: E eles não se lembrarem, quem acreditará em mim que estão assim as coisas? Aconteceu-me também no ano passado, quando não se achava o dossiê de Bibi [Barbu] Zaharescu, em que se

encontra o ensaio original assinado por mim e por o acima mencionado *Rangheț*. O camarada *Rangheț* não se lembrava de tê-lo assinado e dizia que sabe que se resolveu negativamente. E então passei pelas crises que passo agora e então tinha intenção de proceder da mesma forma. Não me lembro por que não o fiz. Há alguns meses o dossiê com o ensaio original assinado pelo camarada *Rangheț* foi encontrado no Departamento dos dossiês da Seção dos Ór[gãos] Condutores pela camarada *Simona*. E então (antes de se encontrar) pensava que ninguém já podia crer em mim, caso o camarada *Rangheț* não se lembrasse.

Por que não tenho agora também a mesma paciência de dar a possibilidade ao Partido de pesquisar e convencer-se da verdade dos meus ditos? Porque o Partido pode verificar que não tive nenhuma ligação e nem um interesse por *Kofler*, nem por *Foriș*, a quem considere e considero bandidos. A *Kofler*, vi-o uma única vez em minha vida, por volta de 25-27 de agosto de 1944, quando veio à *Aleea Alexandru 23* para falar com o camarada *Bodnăraș*, e o camarada *Bodnăraș* não o recebeu e me pediu para ver o que ele queria, ocasião em que me disse que, se o Partido tivesse necessidade de gasolina, soubéssemos que havia no depósito na rua *Tutunari*. Quanto a *Foriș*, vi-o uma única vez em minha vida por volta de 1937 ou 1938 quando *Sighelboim* [153] marcou um encontro com ele em minha casa depois do que eu soube quem é. Vi-o ainda uma vez, mas depois de 23 de agosto de 1944, nos primeiros dias, quando veio acompanhado de *Manole Tudorache* (por certos motivos, estava acompanhado). Portanto o Partido poderia conhecer essas coisas e ver que não tenho ninguém para defender nem por quê. Se não tivesse estado no meio *Calmanovici*. Caso se verifique que *Calmanovici* tem também culpa, quem poderá crer que não me influenciou a dar ajuda aos bandidos?

Meus atos, minhas atitudes podem provar que, que se me tivessem feito tal tipo de proposta, não apenas da parte de *Calmanovici*, mas da parte de meu pai, eu o teria delatado do mesmo jeito. Quem pode garantir-me entre os camaradas que conhecem bem minhas atitudes, como o camarada *Bodnăraș*, a camarada *Rangheț*, o camarada *Pârvulescu*, a camarada *Tina*, o camarada *Borilă*, o camarada *Rogojinschi* [*sic!*]; esqueci-me de acrescentar o camarada *Chișinevschi*, que tudo que fiz não foi por dormir na vigiância. Esqueci-me de acrescentar entre os de acima os camaradas *Pantiușa*, *Dulgheru* etc. Já não se

viram casos assim? Se tivesse sido o bandido de Şraer, não teria fugido nem do país para os bandidos imperialistas americanos e ingleses nem teria fugido do mundo, teria dito: *camaradas, minhas porcarias são estas e estas, espero vosso castigo, tanto e tanto prisão e depois faço-me outro homem.*

Mas que direi eu? Que porcarias reconheço que fiz? Se não as fiz!!! Isso poderá entender o órgão de partido. Mas um órgão inquiridor, um órgão da *Securitate* (falo de um órgão inferior) não pode senão rir e estar seguro que minto. Nem eu acreditaria em alguém se me dissesse isso. Considero que cometi um erro, mas este apenas porque, baseando[-me] em minha honra e tendo confiança em mim, tendo confiança que o Partido tem confiança em mim [sic!], estava convencido que cometi atos de desonra. Lembro-me ainda de algo que fiz, de que me louvei sempre; hoje, dou-me conta que não fiz bem. Quando o fiz, soube que o Partido tinha confiança em mim e não consideraria que eu o fiz de má fé, de maneira inimiga. Do que se trata? Quando fui o presidente da Comissão de verificação Braşov, achei nos dossiês das pessoas uma autobiografia ou referência ou adesão ou referência, em cerca de 4-5 exemplares, 16 adesões, etc. Quando encadernei o dossiê, abri um exemplar e destruí os demais. Porque estes dossiês não estão inflados de modo inútil. E louvava-me por ter feito tal coisa. Quem me deu direito de fazê-lo? Fi-lo por minha própria iniciativa, estando convencido de que o Partido não acreditaria que tive alguma intenção com isso. Se tivesse sido indagado hoje ou desconfiado que destruí, com intenção inimiga, os papéis desses dossiês, que poderia eu responder? Quem acreditaria em mim? Mas ao menos não existe um Calmanovici ali e não se pode pressupor algum interesse. Mas aqui quem acreditará em mim?

De outro lado, penso que os camaradas com quem trabalhei não poderão entender nada, temo que perderão a confiança nas pessoas e se esclarecerão uns aos outros e pensarão: *em vão vejo este que trabalha bem e com dedicação, quem sabe se não finge, porque já tivemos um Mirel Costea que igualmente trabalhava e tinha atitudes boas, e, no entanto, olha, ele era dissimulado.* Isso se considerardes que sou ou fui um homem desonesto. Não creio que se vá crer [sic!] de mim que fui um desonesto, nem é possível tal coisa. Fui [honesto] até a medula dos ossos. Os camaradas que me conhecem do trabalho não terão de fazer autocrítica que [sic!] não foram vigilantes; por mais vigilantes que

tivessem sido, não teriam podido descobrir senão que fui honesto e trabalhei honestamente – não servi senão os interesses do Partido, tudo o que se me pediu não me pareceu difícil.

Agora que o nosso Partido criou tais condições de vida em nosso país, para todos os trabalhadores honestos, lamento que não poderei alegrar-me com elas. Agora que o nosso Partido tem necessidade de tantos homens em seu gigantesco trabalho, lamento que não poderei contribuir. Lamento que não estarei presente para alegrar-me com a vitória do Congresso da Paz sobre as forças negras imperialistas – estou convencido da vitória. Quando o camarada Stálin diz uma palavra, ela é lei. Lamento que não poderei fazer nada pelo Partido. Reconstruir-se-á a necessidade de aguçar a vigilância, assim como tantas vezes nos chamaram a atenção os nossos líderes e principalmente o camarada Gheorghiu-Dej; tive muitas lacunas a esse respeito, mas nunca com intenção de empurrar alguém para frente ou de esconder ou proteger alguém.

De novo o último pensamento para o camarada Stálin, para o CC do nosso Partido, para o camarada Gheorghiu-Dej, camarada Ana, camarada Luca, camarada Teohari, camarada Chişinevschi, camarada Moghioroş.

C[ostea] Mirel

O documento n.º 2

A carta de Mirel Costea a suas filhas Rodica e Dana Costea

Minhas queridas filhinhas Rodica e Dana.

O vosso paizinho, que amastes e que vos amou, pede-vos desculpas por partir, quando ficardes adultas entenderéis que o maior bem de um homem honesto é gozar da confiança do Partido. Gozei todo o tempo dessa confiança; até recentemente, o que não posso suportar. Minha vida foi para o Partido, sem a confiança dele, ela não tem sentido.

Peço-vos que vivais bem e que vos ameis assim como vos amei e a mãe. Sabei que vosso pai foi um homem honesto e devotado ao Partido. Mas se algum dia souberdes que o Partido tem outra opinião do que a minha, então crede no que diz o Partido. Vossa mãe cuidará de vós e vos educará no espírito de amor pelo camarada Stálin, pela URSS, pelo nosso Partido, pelos líderes

amados do nosso Partido, assim como vos eduquei também eu. Não fiquéis pesarosas porque sempre e sempre morre um paizinho. Ele não pode viver tanto tempo quanto seus filhos gostariam. De qualquer modo, já não tenho muito que viver por causa de minha úlcera. Tende saúde, cresci bem, sede cidadãs boas da RPR. Não causeis nunca pesar em vossa mamãe. Beija-vos com louco amor,

Papai

[P.S.] Olhei muito para vós ontem noite e caíam-me lágrimas dos olhos.

O documento n.º 3

A carta de Mirel Costea a sua esposa, Ana Costea

Querida Aninha.

A ti não tenho necessidade de te convencer que minha vida foi o Partido, porque o soubeste e o sentiste todo tempo e nas mais diversas ocasiões.

O Partido não pode perdoar o gesto que faço, és a única pessoa no mundo que podes entendê-lo. O Partido também tem direito de não estar de acordo com isso.

Peço-te que não fiques zangada e me compreendas. Beijo-te com louco amor.

Mirel

[P.S.] Dá a Rodica o relógio. A Danuța, a caneta. A ti, desejo que vivas e cuides das crianças. Gozas de confiança do Partido, podes viver e tens de viver. É o último pedido que te faço.

¹²¹ Texto publicado em SMIC (Studii și Materiale de Istori Contemporană, Estudos e Materiais de História contemporânea) n.º 9, 2010, p. 138-153 – NT.

¹²² Guillermo Cabrera Infante, *Mea Cuba*, traduzida do espanhol por Kenneth Hall com o autor, Farrar, Straus e Giroux, New York, 1994.

¹²³ Ismail Kadare, *The Successor. A novel*, traduzida do francês de Tedi Papavrami por David Bellos, Arcade Pub, New York, 2005. Ver também a edição romena: *Fiica lui Agamemnon, Succesorul*, tradução do albanês, posfácio e notas de Marius Dobrescu, Editura Polirom, Iași, 2005.

¹²⁴ Simon Sebag Montefiore, *Stalin. The Court of the Red Tsar*, Vintage Books- Random House, New York, 2004, p. 3

¹²⁵ Instrutor policial, palavra russa – NT.

¹²⁶ Republica Populară Română, de 1947 a 1965, quando passou a chamar-se Republica Socialistă România (RSP) – NT.

- 127 Institutul de Investigare a Crimelor Comunismului și Memoria Exilului Românesc (IICCMER) Instituto de Investigação dos crimes do comunismo e memória do exílio romeno, da qual o autor foi presidente de 2010 a 2012 – NT.
- 128 J. Arch Getty, Oleg V. Naumov, *The Road to Terror. Stalin and the Self-Destruction of the Bolsheviks, 1932-1939*, Yale University Press, New Haven/London, 1999, p. 556-560
- 129 Petre Pandrea, *Brâncuși. Amintiri și exegeze*, Editura Meridiane, București, 1967.
- 130 Gabriel Barbu, *Arta vindecării în București de odinioară (A arte da cura na Bucareste de outrora)*, Editura Științifică, București, 1967. Colaborou também no volume *Din istoria medicinei românești și universale (Da história da medicina romena e universal)*, Editura Academiei RPR, București, 1962 Acerca de Gabriel Barbu conta também o Dr. G. Brătescu: “É de pressupor que sua rápida promoção em diversos postos e dignidades devia-se ao parentesco de sua esposa com Mirel Costea, um dos mais influentes “quadristas” do Comitê Central”; *Ce-a fost să fie. Notății autobiografice (O que tinha de ser. Notas autobiográficas)*, Editura Humanistas, București, 2003, p. 265.
- 131 Robert Levy, “Naivitate fatală. Tragedia lui Emil Calmanovici”, em *Anuarul Intitutului Român de Istorie Recentă*, vol. 1, 2002.
- 132 Ver também o livro dele quanto ao processo do lote Pătrășcanu: Herbert Zilber, *Actor in procesul Pătrășcanu. Memorii*,ediție îngrijită de G. Brătescu, Editura Humanitas, București, 1997.
- 133 Em 1950 o Setor estava colocado no mesmo plano das Seções do Comitê Central do PMR.
- 134 Robert Levy, *op. cit.*, p. 274-275.
- 135 Então o edifício onde funcionava o Comitê Central do PMR estava situado na Aleea Alexandru, na sede atual do Ministério das Relações Exteriores.
- 136 Vladimir Tismăneanu, “Agenții sovietici din anturajul lui Gheorghiu-Dej (Cazul Pantiușa)” (Agentes soviéticos da *entourage* de Gheorghiu-Dej (caso Pantiușa)”, em *Arheologia terorii*, 3.^a edição, revista e acrescida, com um posfácio de Cristian Vasile, Editura Curtea Veche, București, 2008, p. 96-102. Nos anos de 1950, Pantiușa foi o chefe da *Securitate*, Babenco foi o chefe da Seção de Administração Doméstica do Partido, Nikonov-Nicolau conduziu o Serviço de Informação do Exército, Posteuca reino no Canal do Danúbio – Mar Negro. A esposa de Nicolau, Nina, era secretária pessoal de Gheorghiu-Dej. Não sei em que outra “democracia popular” a presença de agentes soviéticos no topo tenha sido tão visível e ostensiva.
- 137 Consiliul Național pentru Studierea Arhivelor Securității (Conselho Nacional de estudo dos arquivos da *Securitate*) – NT.
- 138 Consiliul Suprem de Apararii a Țării (Conselho Supremo de Defesa do País) – NT.
- 139 No começo dos anos de 1950 era instrutor no Setor de Literatura e Arte do quadro da Seção de Propaganda e Agitação.
- 140 MAI (Ministerul Afacerilor Interne) Ministério dos Negócios Internos – NT.
- 141 De quanto sei, o ex-coronel da MAI, Eugen Szabo morreu em Israel, em 2009.
- 142 Francs-tireurs et partisans – main-d’œuvre immigrée (FTP-MOI) eram um subgrupo da organização Francs-tireurs er partisans (FTP), um componente da Resistência Francesa. Uma parte composta principalmente por estrangeiros, o MOI mantinha um exército armado para opor-se à ocupação alemã da França durante a II Guerra Mundial – NT.
- 143 Gh. Vasilichi fora titular do Ministério de Educação Pública (1948-1949), depois ministro das Minas (1949-1951) e presidente da UCECOM – UNIUNEA NATIONALA A COOPERATIEI MESTESUGARESTI – (União Nacional da cooperativa de artesanato)– NT.
- 144 Direcția de Informații Externe (DIE) do Departamentul Securității Statului (DSS) foi o serviço secreto externo da romênia no período comunista. Ion Mihai Pacepa, ex-oficial de espionagem ceaușista, declarava sobre o DIE o seguinte: *A estrutura do DIE não se dedicou à coleta de informações. O DIE foi uma imensa oficina para os projetos ceaușistas: influência política, econômica e militar, espionagem industrial, furto de moeda estrangeira, neutrazliação de emigração, desinformação, assassinatos externos, operações disfarçadas sob bandeira estrangeira*. Apud http://ro.wikipedia.org/wiki/Direc%C8%9Bia_de_Informa%C8%9Bii_Externe – NT.
- 145 Vladimir Tismăneanu, “Epilog la mitul internaționalist”, [Epílogo do mito internacionalista], em *Arheologia terorii*, Ed. Cit. p. 199.
- 146 Artur London, *L’ Aveu. Dans l’ engrenage du procès de Prague*, version française d’ Artur London et Lise London., Éditions Gallimard, Paris, 1986.
- 147 Stephen Holden, “Outsiders in French Society, Battling Occupier and Collaborators”, em *The New York Times*, 19 de Agosto de 2010; disponível online: <http://movies.nytimes.com/2010/08/20/movies/20army.html>. Acessado em 20 de agosto de 2010. Stéphane Courtois e Sylvain Bouloque polemizaram com o diretor do filme, formulando muitíssimas objeções - ver *Le Monde*, 15 de novembro de 2009, http://www.lemonde.fr/cgi-bin/ACHATS/acheter.cgi?offre=ARCHIVES&type_item=ART-ARCH-30j&objet_id=1106500&clef=ARC-TRK-NC_01. Acessado em 20 de agosto de 2010.
- 148 Desenvolvi esses conceitos no estudo “Diabolical Pedagogy and the (I)logic of Stalinism in Eastern Europe”, em Vladimir Tismăneanu (Ed), *Stalinism Revisited. The Establishment of Communist Regimes in East-Central Europe*, Central European University Press, Budapest/New York, 2009, p 25-50.
- 149 Agradeço a Cristian Vasile tanto pela ajuda dada na redação da forma final deste artigo quanto também pelas sugestões bibliográficas extremamente úteis.
- 150 Trata-se de Ștefan Foriș, Remus Kofler, Lucrețiu Pătrășcanu, Iosif Șraer, Petre Melinte.

[151](#) Marcel Leonin; *cf.* Dan Cătănuș, Ioan Chiper (coordonadores), *Cazul Ștefan Foriș, Lupta pentru putere in PCR de la Gheorghiu-Dej la Ceaușescu. Documente 1940-1968*, Editura Vremea, București, 1999, p . 70-71

[152](#) Jean Coller, no texto.

[153](#) Provavelmente Strul Zighelboim; *cf.* Dan Cătănuș, Ioan Chiper (coordonadores) *op. cit.*, p. 160-162.

AS BIOGRAFIAS DA NOMENKLATURA COMUNISTA[154]

O sistema comunista não foi imposto e dirigido por seres extraterrestres. As instituições comunistas (o partido, a segurança interna e externa, o governo, a censura, a planificação, a ideologia, os “sindicatos”, o tribunal supremo, os tribunais militares, o exército com sua Direção Política Superior, UTC (Uniunii Tineretului Comunist – União da Juventude Comunista), UASCR (Uniunea Asociațiilor Studenților Comuniști din România – União das Associações de estudantes comunistas da Romênia), a milícia e setoristas, o Ministério da Agricultura, da Saúde, o Ministério de Educação, o Departamento dos Cultos) tinham líderes que com nomes precisos e com atribuições claramente definidas na direção da consolidação e reprodução do regime totalitário. Alguns se ocupavam da intimidação, deportações, prisões, calabouços, liquidações físicas. Outros se especializaram em encarceramento (“reeducação”) de mentes. As seções CC (inclusive a que durante anos foi a Seção Administrativo-Política, a Seção de Administração ou Seção Internacional) eram conduzidas por chefes de seção “orientados” pelos secretários do CC. Que, a seu turno, tinham adjuntos. Seguiam “rodinhas burocráticas”, instrutores. No nível distrital, reproduzia-se a estrutura do aparato central. E igualmente assim, no nível municipal, comunal etc. Um formigueiro da vigilância, doutrinação e condicionamento repressivo. A Comissão de Controle de Partido (que passou a ser, sob Ceaușescu, o Colégio Central de Partido) foi uma instituição aterrorizante, com presidentes, vice-presidentes, membros, ativistas-inquiridores. O jornal *Scânteia* [Faísca] teve redatores-chefes e redatores-chefes adjuntos, secretários gerais de redação e chefes de seção. Igualmente também *Lupta de clasă*, “o órgão teórico e político do CC”, tornada, nos anos de 1970, *Era socialistă*. A escola de partido “Stefan Gheorghiu” (chamada de maneira pomposa e totalmente inadequada

“Academia”) teve reitores, pró-reitores, chefes de cátedra. Todos velavam pela “pureza doutrinária” e lutavam contra qualquer sombra de independência do espírito.

Os centros universitários de partido eram instrumentos de arregimentação, mobilização, incitamento e brigas. Por exemplo, durante anos o Centro Universitário de Bucareste foi conduzido por Cornel Pacoste [Desgraça], posteriormente promovido a ministro adjunto das relações exteriores, primeiro-secretário de distrito, membro suplente do Comitê Político Executivo, vice-primeiro ministro. O seu adjunto era Ion Rebedeu, formado em filosofia em Moscou, professor de marxismo no Instituto de Arquitetura, uma personagem famosa e universalmente detestada por seu fanatismo. Também no CUB trabalhou Olivia Clătici, conferencista de “socialismo científico” no Instituto de Construções, instrumento balizado, obediente e funesto da política de intimidação e emudecimento dos estudantes dos quadros didáticos não conformistas. Os instrutores tinham nomes predestinados: Cenușă (Cinzas, de mortos) e Pârjol (Devastação). Imaginais como soava a chegada de uma “brigada de controle” formada pelos camaradas Pacoste (Desgraça), Cenușă (Cinzas, de mortos) e Pârjol (Devastação)! Diretamente subordinado ao CUB era um setor similar da UASCR, [155] (durante um tempo, o chefe do Centro Universitário da ASC foi Ion Sasu, posteriormente chefe de gabinete de Elena Ceaușescu, então, depois de 1990, juntamente com Tudor Mohora, um dos líderes do Partido Socialista de Trabalhadores, organização abertamente neocomunista). Enfatizo que todos esses ativistas detinham funções pagas e se beneficiavam de privilégios. Devem-se saber essas coisas para poder opor-se aos transbordamentos mistificadores dos antigos “repórteres da atualidade socialista”, apologetas do Canal do Danúbio–Mar Negro e de outras “grandes realizações”, envolvidos em revistas comunistas, pagos com salários e com privilégios para escreverem mentiras. Não os estudantes ou os recém-formados que colaboravam nas revistas com títulos ineptos, impostos pelos centros universitários foram os propagandistas profissionais, bem remunerados, cínicos, sem sinal de senso moral, e redatores-chefes, adjuntos deles, instrutores (PCR, UTC, UASCR), que davam o tom, compunham os sumários, mudavam os títulos, admoestavam, “chamavam a atenção” no espírito “das indicações da seção”, acrescentavam citações.

A literatura científica ocidental e dos países pós-comunistas consagrou obras excelentes quanto aos temas ligados pela prosopografia dos regimes comunistas e fascistas. Temos agora inúmeras biografias de Lênin (Dmitri Volkogonov, Robert Service), Trotski (Isaac Deutscher, Service, Bertrand Patenaude), Stálin (Volkogonov, Robert Conquest, Adam Ulam, Robert C. Tucker, Simon Sebag Montefiore). Temos livros de Ian Kershaw acerca de Hitler (nem falo da abundante bibliografia alemã acerca do tema, por exemplo, as contribuições de Karl-Dietrich Bracher, Sebastian Haffner e Joachim Fest). Temos biografias paralelas Hitler-Stálin (Allan Bullock, Richard Overy, Robert Gellately). Há ao menos duas excelentes histórias recentes do comunismo no século xx (Robert Service e Archie Brown). Temos três volumes coletivos essenciais que analisam comparativamente esses dois totalitarismos: *Stalinism and Nazism: Dictatorship in Comparison* (Editores Ian Kershaw e Moshe Lewin), *Stalinisme et nazisme: histoire et mémoire comparées* (editada por Henry Rousso) e *Beyond Totalitarianism: Stalinism and Nazism Compared* (editores Michael Geyer e Sheila Fitzpatrick).

Há *Le livre noir e o Dicionário* coordenados por Stéphane Courtois. Há revistas assim como *Journal of Cold War History*, editada por Mark Kramer de Harvard (editor do Livro negro do comunismo na edição anglo-americana) e publicações do projeto *Cold War International History* do Woodrow Wilson Center (conduzida por Christian Ostermann e por Mircea Munteanu). Há National Security Archives e Holocaust Memorial Museum, ambos com publicações de referência. Temos histórias dos partidos comunistas dos estados soviéticos, como seriam os do PC da Tchecoslováquia, de Jacques Rupnik, os da experiência do comunismo polonês, pela saudosa Krystyna Kersten e os livros de Andrzej Packwski (acrescentaria aqui também minha própria história do comunismo romeno, *Stalinism pentru eternitate = Stalinismo por toda a eternidade*). Há o portal *Global Museum on Communism* (para cuja gênese, juntamente com o iniciador do Projeto, Lee Edwards, desempenhou um papel essencial o professor Paul Hollander). Há as histórias da subjetividade nos regimes comunistas (Orlando Figes, Jochen Hellbeck, Igal Halfin).

A literatura biográfico-histórica desenvolveu-se nos últimos dois decênios na Romênia de uma maneira dinâmica e com sucessos indubitáveis. Temos,

porém, necessidade de biografias dos líderes comunistas. Não há ainda biografias exaustivas de G. Gheorghiu-Dej, Nicolae e Elena Ceaușescu, Ion Gh. Maurer, Iosif Chișinevski, Emil Bodnăraș, Petre Borilă, Dumitru Popescu, Florin Dănilache (o sátrapa da Capital), Ion Iliescu. Não há ainda uma biografia de Valter Roman, ex-oficial nas Brigadas Internacionais da Espanha, personagem implicada, juntamente com Ana Pauker e com P. Borilă, na atividade do Comintern (a estação de rádio România Liberă que transmitiu de Moscou nos anos de guerra), então na sovietação do Exército Romeno, na inquirição do grupo Imre Nagy (depois de novembro de 1956, no período de domicílio forçado em Snagov), diretor da Editora Politice, o membro do CC do PCR e alguns outros... Não existe ainda uma biografia de Ghizela Vass, a quadrista temida, pessoa de confiança do casal Ceaușescu, chefe das relações internacionais do PMR/PCR por décadas (inclusive na linha de relações com o PC da Grécia, com o PC espanhol, com a emigração cominformista, com os movimentos radicais do Terceiro Mundo). Temos a biografia de Ana Pauker (devida ao historiador Robert Levy), a de Petru Groza (por Dorin Bățoi), a de Lucrețiu Pătrășcanu (por Lavinia Betea), a de Leonte Răutu (por Cristian Vasile e este que vos fala). Há estudos notáveis acerca de alguns dos magnatas comunistas (lembro-me aqui de Ștefan Bosomitu, de fato uma protomonografia, acerca de Miron Constantinescu do *Anuarul IICCMER*, vol. IV, 2009, tomo lançado pela Editora Polirom, consagrado à relação entre os intelectuais e o regime comunista). Lembro-me dos livros de Dennis Deletant acerca do regime Dej e da *Securitate*. Há obras de tipo dicionário acerca dos membros mais altos dos nomenklaturistas, publicadas por Alexandru Crișab e pela equipe coordenada por Nicoleta Ionescu-Gură. Sob a égide da Academia Cívica e do Memorial Sighet apareceram volumes meritórios. Igualmente, os livros publicados pelo CNSAS e pelo IICCMER. Foram publicadas contribuições significativas em *Arhivele totalitarismului* (Os arquivos do totalitarismo).

No site do IICCMER podem-se encontrar agora biografias da *nomenklatura* inclusive no *Raportul Final al Comisiei Prezidențiale pentru Analiza Dictaturii Comuniste* (Relatório Final da Comissão Presidencial para a análise das ditaduras comunistas). É um projeto em desenvolvimento, os pesquisadores do IICCMER estão abertos a sugestões e informações que ajudarão a fazer possível

o alargamento e aprofundamento das análises relacionadas aos que fizeram possíveis os crimes e os abusos do regime comunista.

Imagino um volume com o título *Miniștrii de interne ai României comuniste* (Os ministros do Interior da Romênia comunista). Com as biografias de Teohari Georgescu, Alexandru Drăghici, Cornel Onescu, Ion Stănescu, Teodor Coman, Gheorghe Homoștean, Emil Bobu, Tudor Postelnicu. No qual entrariam também os adjuntos deles: o general Gheorghe Pintilie (Pantiușa), Alexandru Nicolski, Vladimir Mazuru, Mihai Gavriliuc, Marin Jianu, Vasile Negrea, Aurel Stancu, Nicolae Doicaru, Tănase Evghenie, Ionel Gal, Nicolae Pleșiță, Aristotel Stamatoiu, Iulian Vlad. Assim como alguns generais menos conhecidos, mas terrivelmente influentes: Grigore Naum, Gogu Popescu, Pavel Cristescu, Hristache Zambetti, Emil Macri, Neagu Cosma. Ou um Romus Dima, ex-instrutor da Seção de Propaganda do CC do PCR, com nome de fachada de CIE/DIE depois da “deserção” de Ion Mihai Pacepa. Stálin disse certa vez e não se enganava: “os quadros decidem tudo”. É necessário sabermos quem foram os “quadros de confiança” do regime ilegítimo e criminoso.

¹⁵⁴ Texto publicado em dois episódios, sob o mesmo título, na revista 22, números de 22 de abril e 27 de abril de 2010.

¹⁵⁵ Uniunea Asociațiilor Studenților Comuniști din România – União das Associações de estudantes comunistas da Romênia.

UM MÍSTICO DA REVOLUÇÃO COMUNISTA: NICOLAE CEAUȘESCU ENTRE O INTERNACIONALISMO E O CHAUVINISMO[156]

Perguntado em 1988, em sua última entrevista importante concedida a uma revista ocidental (*Newsweek International*), qual era seu hobby, o secretário geral do PCR respondeu laconicamente, sem humor e sem equívoco: “A construção do socialismo na Romênia”. Os mitos políticos têm ainda uma duração de vida, diria mesmo uma teimosia e uma persistência perturbadoras. Há ainda muitos que se ludibriam com a crença de que Nicolae Ceaușescu, o patrono de um sistema fundado no desprezo absoluto pelas leis e pela dignidade humana, teria sido um verdadeiro patriota, um comunista antissoviético, um cavaleiro da resistência contra o imperialismo russo.

“O Partido, Ceaușescu, Romênia” eram as palavras do hino não oficial do regime comunista que desabou em dezembro de 1989. Ceaușescu foi um militante da categoria dura, um espírito inflexível, rígido, obstinado e sombrio. De fato, o partido que Ceaușescu venerou não teria chegado ao poder nos anos pós-bélicos sem o apoio militar e político de Stálin. A des-satelitização, tal como foi, fez-se por uma contínua restalinização. O comunismo romeno interiorizou com frenesi as fixações cominternistas e cominformistas, mesmo quando pretendia desembaraçar-se delas. A idéia de uma luta intestina entre uma facção pró-moscovita (supostamente dominada pelos “minoritários”) e uma “patriótica” foi e ainda é sustentada pelos que se recusam a ver as estruturas profundas do sistema. De fato, Ceaușescu não foi mais “patriota” do que um Enver Hoxha.

Sacralização do Partido, o culto do líder

Ceaușescu fizera parte do grupo da prisão, conduzido por Dej. Igualmente Moghioroș, que, além disso, representava, juntamente com János Fazekas, o

grupo poderoso de pressão magiar do aparelho. Petre Borilă era o cominternista paradigmático, fora oficial político na Espanha, nas Brigadas Internacionais, em Moscou trabalhara, nos anos da guerra, no aparato da III Internacional, era conhecido como extremamente devotado a Ana Pauker, tinha ligações poderosas com Dimitrov e Kolarov, mas também com Rákosi e Gottwald. Semelhante a Dumitru Coliu, outro militante de origem búlgara que se encontrava em Moscou nos anos da guerra, foi stalinista da categoria mais dura.

Voltando ao país com a Divisão “Tudor Vladimirescu”, o sombrio “general” político Borilă, que passou a ser membro do Escritório Político e vice-presidente do Conselho de Ministros, foi um dos membros mais influentes da *entourage* de Dej. Sua filha, Iordana, foi casada com o primogênito de Ceaușescu, Valentin, e eles têm um filho, Daniel Valentin.

O ditador romeno foi, no percurso de toda a sua vida política, ou seja, dos 15 aos 71 anos de idade, um stalinista convicto. Acreditou na justificação histórica do socialismo de tipo bolchevique, na mitologia do partido de vanguarda, uma falange de ascetas revolucionários devotados de corpo e alma a uma causa definida de maneira quase religiosa, detestou a propriedade privada, os valores liberais, o multipartidarismo, o fraccionismo, os intelectuais críticos e qualquer forma de dissidência. Para Ceaușescu, o partido era uma entidade transcendente, instituição dotada de um carisma hipnotizante, misterioso, que tinha o direito de ditar o sentido da vida dos homens. Ornado de vestimentas de um humanismo apócrifo, este corpo político pretendia ser o possuidor de fórmulas precisas (“legidade”) de explicação da história, da natureza, do próprio universo. Ceaușescu se identificara com a ideologia que pregava, era possuído por ela, chegara a crer-se o garantidor da pureza doutrinal e da realização final de um projeto utópico destinado a transformar não apenas a sociedade, não apenas a economia, mas até mesmo a alma humana. O escopo desta ação permanente de propaganda própria de setores de tipo bolchevique ou fascista é a destruição do homem interior (para retomar a fórmula do poeta polonês Alexander Wat). O comunismo não foi a ideologia política tradicional, uma doutrina como outra qualquer, mas uma escatologia revolucionária.

No momento em que “a pátria do socialismo”, ou seja, a URSS, partiu, nos anos de Krushev, pelo caminho da desestalinização, de reformas relativamente tímidas, mas intoleráveis no universo mental do dogmatismo, Gheorghiu-Dej adotou a estratégia do stalinismo nacional. Apostou nos reflexos de uma marginalidade ofendida, ou seja, nos complexos e neuroses da *nomenklatura*. Como também no caso da Coréia do Norte, a seita comunista da Romênia (que passou a ser formalmente “partido de massa”) viveu sempre sob o signo de um complexo de inferioridade terrível, devorador e devorante. É o que o politólogo Ken Jowitt identificava corretamente como o comunismo de tipo pária, uma forma de autarquia política cuja principal “legitimação” é um fundamentalismo chauvinista, fundado em quimeras, ritos, mitos e ansiedades coletivas.

Lembro-me do mês de maio de 1966, quando o líder totalitário de Bucareste fazia um dos mais importantes discursos de sua carreira política quanto ao tema PCR como o continuador legítimo “das tradições progressistas da classe operária, do povo”. Abria-se em Bucareste, na presença dos líderes do PCR, o novo Museu de História do Partido, do movimento revolucionário da Romênia, na sede do antigo Museu “Lênin-Stálin”, no prédio em que se encontra hoje o Museu do Camponês Romeno. A entrada na primeira sala do museu era vigiada pelos bustos de Decebal e Trajano. Nas salas ligadas pela luta do PCdR na ilegalidade eram expostas fotografias de alguns militantes lançados por Dej a um esquecimento pleno, então quando não eram estigmatizados publicamente: Gheorghe Cristescu (Plăpumar), Boris Ștefanov, Ana Pauker, Vasile Luca, Constantin Doncea, Dumitru Petrescu, Miron Constantinescu, Iosif Chișineveschi, Alexandru Iliescu, Constantin Pârvulescu. Não chegara ainda a vez de Lucrețiu Pătrășcanu, o que só viria a acontecer depois da Plenária de abril de 1968. Também então apareceram nos painéis da fama revolucionária os militantes mortos na URSS nos anos do Grande Terror: Elena Filipovici, Marcel Pauker, Alexandru Dobrogeanu-Gherea, Imre Aladar, David Fabian, Eugen Rozvany, Elek Köblös, Timotei Mari e tantos outros.

Eram apresentadas no discurso de Ceaușescu as teses fundamentais do reescrever a história do comunismo da Romênia como desenvolvimento teleológico dos tempos turvos dos dácios e trácios, passando por Mircea, o

Velho (Mircea cel Bătrân), Estêvão, o Grande (Ștefan cel Mare), e Miguel, o bravo (Mihai Viteazul), e até o momento do stalinismo nacional inaugurado por Gheorghiu-Dej e abraçado passionadamente pelo seu sucessor. Ao mesmo tempo, era diminuído, até o desaparecimento, o papel de Dej e da equipe deste. Não menos importante, o líder comunista atacava abertamente os dogmas cominternistas ligados à Romênia interbélica de “estado imperialista, multinacional, baseado na exploração das minorias étnicas”. As teses do Comintern de 1940, pelas quais os partidos comunistas eram instigados a renunciar ao antifascismo (era no período do Pacto Molotov-Ribbentrop), eram criticadas veementemente.

Ruptura com Moscou?

Humilhados assim no *Comintern*, como no *Cominform* (Escritório informativo dos partidos comunistas e operários), os comunistas romenos se vingaram simbolicamente principalmente depois de 1956. Estiveram totalmente ao lado dos soviéticos na supressão violenta da Revolução Magiar, sendo recompensados pela retirada das tropas soviéticas em 1958. Simultaneamente, o partido se “eticizava”, livrava-se de seus quadros de base dos anos de clandestinidade, invocando, para orientação ainda mais chauvinista, o critério “da justa proporção” na política de quadros” (ou seja, um tipo de *numerus clausus* na versão comunista). Como secretário do CC designado com os problemas de quadros, Ceaușescu organizou verdadeiras caças a bruxas no período de 1958-1960 contra os suspeitos de serem “inimigos objetivos” do líder supremo (evidentemente, não se tratava apenas de quadros provenientes das minorias, mas também de ex-ferroviários que tinham contestado a mitologia oficial ligada ao papel crucial de Gheorghiu-Dej na ilegalidade).

A “declaração” de abril de 1964 (concebida por Maurer, Bârlădeanu, mas também por Ceaușescu, redigida por Răutu Niculescu-Mizil, Ștefan Voicu, etc) codificou a posição do PMR nas relações entre os gigantes comunistas. Tratava-se de uma neutralidade ativa, da obtenção de algumas vantagens pela navegação hábil entre a *Cila* do apoio incondicionado de Moscou e a *Caríbdis* da solidariedade ao stalinismo combatente e intransigente de Mao. Semelhante ao khmernismo na Coreia do Norte, o nacionalismo foi instrumentalizado por

Ceaușescu e por seus acólitos para inventar uma nova base de legitimidade do regime.

Nicolae Ceaușescu foi um dos mais virulentos críticos do imperialismo soviético, mas manteve-se um partidário fiel das formas de dominação totalitária de tipo stalinista. Burebista, Decebal, Trajano, Mihai Viteazul etc eram anexados a este discurso encomiástico destinado a aureolar o Líder como salvador do país nas condições de suposto complô externo. Ademais, depois de 1965, o PCR é glorificado como o garantidor do destino mesmo das nações vistas como um castelo (também Ken Jowitt examinou de maneira convincente esse modelo). Ceaușescu é o demiurgo, o arquiteto, o estrategista visionário, o gênio entre os gênios, sua época é comparada àquela de Péricles.

Uma vez chegado ao poder, em março de 1965, continuou, e mesmo radicalizou a linha internacional inaugurada por Dej, muito mais prudente. Manteve um regime ortodoxo stalinista no interior, aceitando, porém, entre 1965 e 1971, certas concessões na linha de um vago degelo político, cultural e econômico. A nova radicalização do regime aconteceu principalmente depois da eliminação completa de Ion Gh. Maurer e o triunfo da equipe “aceleradora” liderada por Manea Mănescu.

Portanto, a liberalização de Bucareste terminou de maneira abrupta depois da visita à China e à Coreia do Norte de 1971. O que preocupava a um Maurer (banhos histéricos de multidões, o culto desenfreado da personalidade, o grotesco de uma ditadura hiper-repressiva), estimulava a Nicolae e Elena Ceaușescu. A política externa, com ênfase autônoma (com alguns momentos incômodos para Moscou, não se pode negar) assegurou a Ceaușescu a simpatia de alguns círculos influentes do Ocidente, assim como de alguns partidos comunistas que procuravam promover o que se denominou o eurocomunismo (em especial o PC italiano, o PC da Espanha, o PC japonês, o PC da Grécia-Interior).

No plano interno, seguiram-se as mesmas obsessões stalinistas: o crescimento do papel de líder do partido (ou seja, de Ceaușescu e de sua camarilha); o fortalecimento do poder da *Securitate*; a aceleração da industrialização, principalmente na linha da indústria pesada; a intolerância diante de qualquer iniciativa privada na economia, uma fobia em relação a qualquer traço de um mecanismo de mercado. A tão trombeteada “democracia

socialista” era apenas uma camuflagem para o monopólio do poder exercitado sem limites por uma claqué sedenta de privilégios.

Cada vez mais narcisista, cada vez mais convencido de que detinha uma missão divina, Ceaușescu chegou a crer-se o apóstolo de um nacionalismo renascido, cultivou o mito de uma nação socialista homogênea. As minorias étnicas ou intelectuais eram vistas como agentes de uma dissolução perigosa. A ideologia protocronista sintetizou essas fixações xenófobas em várias aproximações hiperbólicas com ambições de verdades universais. Já não contava nem um pouco o risco do ridículo, Ceaușescu tinha um cetro presidencial, e Elena era a “cientista de renome mundial”.

A dinasticização do comunismo romeno passou a ser uma perspectiva real sombria. Os assim ditos representantes das minorias nos vários comitês e conselhos eram uns figurantes deploráveis no grande espetáculo que se representava para a grande glória do Condutor. Mas igualmente marionetes deploráveis eram também os ativistas recrutados pela maioria étnica romena. A “nação socialista” era, para Ceaușescu, uma plasticina ideológica, uma massa amorfa de manobra, não uma comunidade de indivíduos autônomos.

Nicolae Ceaușescu não foi um tirano de tipo comum. Com o apoio do aparato de partido e da segurança, fundou um culto da personalidade que não se limitava, assim como na Albânia, à sua pessoa, mas estendia-se à de sua esposa, Elena Ceaușescu, e à de outros membros da família. É o que o politólogo Ken Jowitt chamou “socialismo numa única família”, e eu conceptualizei sob a denominação de comunismo dinástico. A sorte do ditador estava, destarte, inextricavelmente ligada à de sua esposa, elevada à posição de número dois do partido e do Estado. Deve-se retomar aqui a idéia do sociólogo Daniel Chirot, que mostra que havia dois tipos de tiranias modernas: as de corrupção (Batista, Somoza, Marcos) e as de certeza, ou seja, ideocráticas, simbolizadas por personagens como Stálin, Mao, Pol Pot, Ceaușescu, Castro, Mengistu. A mente coletiva era assediada continuamente por imagens obsedantes de procissões adúladoras, pela imagem do condutor como guia, cabeça, mentor, comandante supremo. A ideologia oficial perorava infundavelmente acerca do Homem Novo (tema comum com o nazismo e com o legionarismo), agredia o ser interior, condenava a arte “decadente” de proveniência ocidental, negava os valores autênticos e impunha a duplicidade

como norma de comportamento. Em nome de um pressuposto escopo final humanista, aceitavam-se e praticavam-se os métodos mais abjetos de constrangimento e de humilhação do ser humano. O torcionário securista era, em realidade, o Homem Novo.

Renunciou Ceaușescu alguma vez ao internacionalismo de fonte cominternista? De certo modo, sim, pois que interiorizou e decidiu apelar a uma temática chauvinista própria do extremismo de direita (ainda um reflexo stalinista). De outro lado, apostou nos movimentos revolucionários do Terceiro Mundo, acreditou até o final que o socialismo de tipo leninista venceria no plano mundial, denunciou Gorbachev como um renegado, um “oportunista de direita”. Morreu cantando, diante do pelotão de execução, a *Internacional*, não *As três cores*.[\[157 \]](#) Nicolae Ceaușescu foi um fanático, não um cabotino.

Nicolae Ceaușescu foi um fanático comunista, ou seja, um *true believer*. Seria errôneo o vermos apenas como uma espécie de manequim histórico. Embriagado das idéias do *Breve curso de história do PC da URSS* e dos *Problemas do leninismo*, o catecismo stalinista, mas marcado pelo espírito do xx Congresso e pela admiração pelo comunismo nacional de Josip Broz Tito, estava convencido de que promovia um novo modelo de socialismo. Interessado e atraído pelo movimento não alinhado, desejou ser mais do que tudo “um militante de frente dos movimentos comunistas e operários internacionais”. Tendo de escolher entre albanização e iugoslavização, entre o stalinismo nacional e o despotismo iluminado, escolheu a via mais destrutiva, mais funesta para a Romênia. Acreditou com obstinação num conjunto de dogmas rudimentares, mas em igual medida persistentes e autossuficientes. Desde o começo de seu governo, afastou-se de Dej pela ênfase colocada no espetáculo, na propaganda personalizada, no falso, e no ubíquo cenário dos banhos de multidões. Continuou, de fato, a linha de Dej de stalinismo antissoviético, construindo uma miragem de reformas, uma ficção da inovação permanente. A coreografia e a dramaturgia do culto à personalidade eram a contraparte simbólica de manutenção do controle total da *nomenklatura* sobre os recursos econômicos do país.

Nunca, sob nenhuma forma, Ceaușescu seguiu a redução “do papel de líder do partido”. Ao contrário, defendeu o oposto, a idéia de que este papel deve

crescer sempre, como o resultado de uma “legidade objetiva”. Esta visão foi a base que podemos chamar o socialismo de Ceaușescu. A unidade monolítica do partido significava a submissão incondicionada diante das decisões do líder supremo, proclamado pessoa providencial. Todo um aparato propagandístico funcionou por decênios para plasmar e consolidar o pseudocarisma de Ceaușescu.

¹⁵⁶ Texto publicado, com o mesmo título, na plataforma online de contributor.ro (hotnews.ro), em 2 de fevereiro de 2011.

¹⁵⁷ Trei culori (Três cores) foi o hino nacional da Romênia do ano de 1977 até a revolução de 1989. Foi substituído por Deșteaptă-te, române! (Desperta, romeno!). É baseado no cântico patriótico de mesmo nome e música (composta por Ciprian Porumbescu), mas com um texto modificado. O hino refere-se ao pendão da Romênia, ou seja, uma bandeira com três cores em repartição proporcional: vermelho, amarelo e azul. *Apud* http://ro.wikipedia.org/wiki/Trei_culori – NT.

COMO FOI POSSÍVEL CEAUȘESCU? A NARRATIVA DA GRANDE ILUSÃO NACIONAL[158]

Assisti, há alguns dias, ao filme de Andrei Ujică *Autobiografia lui Nicolae Ceaușescu*. Três horas em que estive com os olhos colados na tela. Três horas de retorno a um passado cheio de lembranças, de inquietações, de esperanças, daquelas cenas de março de 1965, sombras que também o governo daquele que morrera sem completar ao menos 64 anos, o primeiro-secretário do CC do PMR, presidente do Conselho de Estado, Gh. Gheorghiu-Dej, no instante final, quando Ceaușescu se dirigia ameaçador e desdenhoso a seus acusadores, em dezembro de 1989: “Responderei apenas diante da Grande Assembleia Nacional!”. Lembrei-me, vendo essas sequências de 1965, de Ghiță Gheorghiu, o filho de Lica (está ali, ao lado de sua mãe, de suas irmãs Sanda e Mandra, recebendo o adeus de seu avô, que o adotara). O verdadeiro pai deles foi Marcel Popescu, ex-ajudante de Bodnăraș, ministro do comércio exterior, demitido no momento em que Lica decidiu divorciar-se. Até 1965, não pôde ver os filhos, sendo o lugar de pai reservado ao avô e ao segundo marido, o engenheiro Gh. Rădoi (propulsado de diretor de “Steagul Roșu” de Brașov para as funções de ministro da indústria de construções de máquinas e de vice-presidente do Conselho de Ministros). Conversei muito com Ghiță entre 1974-1975 acerca de Dej, Luca, Ana Pauker, Miron Constantinescu, Ceaușescu. Tinha seus próprios tormentos, ligados principalmente ao assassinio de Pătrășcanu, entendera muitas coisas. Na casa da rua Atena (então, Aléia Zoé) para onde se mudara da vila do lago, imediatamente após a morte de Dej, mora hoje o embaixador da Holanda. Eis Nicu Ceaușescu, provavelmente em 1966, no posto de predecessor numa excursão às montanhas, juntamente com seus pais.

Fui colega de classe de Ghiță e de Nicu, tinham nascido em 1951. O liceu n.º 24 (o atual “Jean Monnet”) se formara em setembro de 1963, com alunos

provindos de “Caragiale” da Praça Dorobanți, “Petru Groza” da rua Arquiteto Mincu (o atual colégio “Tudor Vianu”) e de uma escola da zona Floreasca (creio que se chamava “Rosetti”). Por mais que se diga hoje, não era o caso de uma seleção exclusivista. Evidentemente que, em virtude da instalação, havia uma presença visível dos “filhos de pessoas socialmente bem colocadas”. Não me enumerava entre esses: em 1963, meu pai era um pária, tendo sido excluído do PMR sob a acusação de fracionismo, e trabalhava na seção cultural do bairro “Tudor Vladimirescu”, respondendo pelas bibliotecas. Minha mãe era médica no Sanepid[159] “30 de Dezembro” e conferencista de higiene escolar no IMF. Os uniformes de comando assinalavam as diferenças de estatuto social. Ghiță (chamado até então Popescu) foi desde o nascimento o favorito do número um do partido. Nicu, assim como seus irmãos, Valentin e Zoia, mal começavam a sentir o que significa o acesso ao poder absoluto, irrestrito, do líder máximo. Como membro do Escritório Político e secretário do CC do PMR, Nicolae Ceaușescu foi um instrumento obediente das ordens de Dej. Participara plenamente na construção do culto deste, adulara também Lica Gheorghiu como vedete de filme, especializada, para retomar a fórmula de Mihnea Gheorghiu, “representação interiorizada”. Nos anos de 1970, Lica sofria de obesidade, estava deprimida e praticamente já não saía de casa. Ghiță foi casado com Alina Popescu, campeã de tetratlon, filha de um jogador de futebol célebre, que, num dado momento, passou a ser o presidente da Federação Romena de Futebol. Depois do jogo com a Suíça, creio que em 1967, quando a Romênia perdeu humilhantemente (de 7 a 1), o pai de Alina foi chutado dessa função. Ulteriormente, fiquei sabendo que Ghiță e Alina se separaram. Se não me falha a memória, a irmã de Alina, Simona, foi casada com outra vedete futebolística, Sandu Boc. Nesse ínterim, foram-se também Ghiță, e Nicu, e o bom amigo deles Zazone (Radu Ioanid, por muitos anos operador na televisão). Foi-se também Florin Cleper, morreu o primeiro dos nossos, era arquiteto em Israel, pereceu durante uma campanha no Líbano. Era aquele com quem Nicu discutia acerca dos imperadores romanos e acerca de Napoleão.

Exatamente há 45 anos, em 19 de julho de 1965, abria-se o IX Congresso do PCR (a cena aparece no filme). Estavam presentes em Bucareste Leonid Brejnev, Deng Xiaoping, Todor Jivkov, Walter Ulbricht. Tinham vindo

também Dipa Nusantara Aiddit, o presidente do PC da Indonésia. Depois de apenas três meses ocorria a tentativa de golpe de estado organizado pelos oficiais pró-maoístas ligados ao Partido Comunista, seguindo-se uma repressão de uma dureza terrível. Aiddit morria também, ao lado de outras centenas de milhares, ou pode-se dizer um milhão de indonésios. Um filme célebre com Mel Gibson e Sigourney Weaver tem como tema esse *year of living dangerously*.[\[160 \]](#) A história do comunismo romeno entra em uma nova era: o PMR rebatiza-se PCR, depois de alguns meses a RPR passava a ser a República Socialista Romena. Embora fosse líder de partido, não (ainda) de estado, semelhante a Stálin, em 1936, Nicolae Ceaușescu proferia o discurso acerca da nova Constituição em agosto de 1965, afirmando-se assim, inequivocamente, como o verdadeiro detentor do poder. Mas jogava com habilidade a carta do respeito aos colegas de “condução coletiva”. Evitava pôr-se em antagonismo com eles, acumulava meticulosamente o poder e a glória. Elena, pesquisadora e secretária de partido no ICEHIM,[\[161 \]](#) passaria as férias, no verão de 1965, juntamente com Marta Drăghici, em Karlovy Vary. Alexandru Drăghici (liberado, depois de 13 anos, da função de ministro de negócios internos, ou seja, chefe da *Securitate*, “promovido” secretário do CC, membro do Comitê Executivo e do Presidium Permanente) construía para si uma residência suntuosa próxima daquela da família Ceaușescu, prestes a ser finalizada, (nos meses respectivos viviam no hotel especial de partido da rua Tolstói). Dizia-me Nicu então que a máxima favorita de seu pai era: “Corta o rabo do gato e deixa-o crer que é gato”.[\[162 \]](#) Nos cumes da dialética...

O filme de Andrei Ujică é formidável tanto artística como politicamente. Esteticamente, porque consegue reconstituir os mecanismos da ditadura sem recorrer a um narrador onisciente, possuidor presuntivo do que se chama a ciência imaginária do determinismo retrospectivo. Desconstrói-se o que o sociólogo Daniel Chirot chamou a tirania da certeza, ou, para retomar a fórmula apenas aparentemente irônica de Ken Jowitt, “o socialismo numa única família”. Não tínhamos como saber, em março de 1965, com base nos documentos oficiais ou não oficiais, para onde se dirigia o novo líder. O futuro é incerto. Tudo parecia possível, ao menos em aparência. Ou, dito de maneira mais exata, tudo, menos a democracia. Um relaxamento dos velhos métodos terroristas, uma reabilitação de algumas das vítimas do stalinismo

autóctone, uma continuação da linha equidistante na polêmica entre Moscou e Beijing, uma aproximação com o Ocidente pela linha da Declaração de abril de 1964, tudo isso eram hipóteses plausíveis. Uma renúncia ao monopólio do poder e encorajamento de um pluralismo real não eram, no entanto, as opções críveis em nome de Ceașescu. Politicamente, o filme de Ujicã é uma autópsia da ditadura comunista exercida por aquele que Fernando Arrabal chamou num dia qualquer *le tyrraneau grotesque de Roumanis* (numa carta aberta ao líder do PC espanhol Santiago Carrillo, um dos principais patrocinadores de Ceașescu no movimento comunista mundial). Dos momentos de promessas grandiloquentes de liberalização do período de 1965-1968 e até a nova glaciação após 1971, catalisada, mas não causada, pela fascinação pela Revolução Cultural da China e pelo comunismo soviético chauvinista e autárquico (*juche*) de Kim Il Sung, o filme surpreende a narrativa de uma grande ilusão nacional.

Uma ilusão em que o manequim supremo, o secretário geral, “o herói entre heróis”, o campeão “do marxismo criador” e sua esposa (no começo uma sombra pálida, depois cada vez mais agressiva, uma Messalina com pretensões de Newton) estavam cercados de uma corte de palhaços, menos dignos do que os soldados de chumbo de nossa infância. Entre estes, diversos ilegalistas que, desde Leonte Răutu, Gheorghe Stoica e Alexandru Sencovici, até Ion Popescu Puțuri, Ghizela Vass e George Macovescu, Miron Constantinescu e Valter Roman, cantaram hosanas àquele de quem sabiam muito bem que não fora senão um militante fanático da UTC clandestina, de maneira nenhuma o líder de um movimento fictício antifascista nacional. Vemos a cena do XII Congresso, de 1979, quando, procurando lavar-se ainda da vergonha de um partido culpado de tantos crimes, o velho bolchevique Constantin Pârvulescu levantou a voz contra a reeleição (predeterminada pelas técnicas plebiscitárias) de Nicolae Ceașescu como secretário geral. Primeiro muda, depois histérica, a sala reagiu em conformidade com a disciplina de partido, aquela disciplina funesta que o próprio Pârvulescu promovera outrora como presidente da sinistra Comissão de Controle de Partido. Nem falo dos barões de Dej, que participaram com ardor dos rituais de glorificação de Ceașescu. Vemo-los no filme: Maurer e Chivu Stoica, Bârlădeanu, Apostol e Drăghici. Cada um eliminado, emasculado, depois de ter cumprido o dever de soldado fiel da seita

leninista. Sem eles, a catástrofe teria sido menos devastadora, mesmo que o delírio dependesse do sistema totalitário. Eis Emil Bodnăraș, propondo Ceaușescu como primeiro presidente da República da Romênia. Eis o colaboracionista servil ex-social-democrata Ștefan Voitec, o presidente do MAN, entregando-lhe as insígnias da função, inclusive o famoso cetro presidencial, ocasião para um telegrama de felicitação enviado por Salvador Dalí ...

“Somos 22 milhões de homens que vivemos na imaginação de um doido”, dizia o escritor Alexandru Ivăsiuc. Encorajado pelos valetes ao redor, especializados em ditirambos e hosanas, Ceaușescu foi o prisioneiro de sua própria lenda, cria-se realmente a reencarnação dos temíveis príncipes medievais, mas também de Decebal e Trajano. Seguiu a fusão entre o materialismo histórico e a histeria patrioteira. Como conseguiu camuflar essas propensões megalômanas no período Dej permanece um mistério. Mas fê-lo, foi bem sucedido em convencer Maurer, Chivu Stoica e Bodnăraș que era um apparatchik disciplinado e cinzento a quem poderiam, sem problemas, ter sob controle.

A paranoia de Nicolae Ceaușescu foi assim clínica como ideológica (o mesmo poderia afirmar-se de Stálin, Kim Il Sung ou Enver Hoxha, e mesmo de Slobodan Milošević). A despeito da fanfarronada da política externa, o regime era autocentrado, autárquico, convencido de que estava cercado de inimigos. No plano interno, os momentos de onda liberalizadora foram sempre seguidos de novas glaciações stalinistas. Ceaușescu não chegou ao poder, em março de 1965, por um golpe de palácio. A sua “predestinação” era uma predestinação burocrática. Chegou a primeiro-secretário do CC do PMR porque foi, começando de 1954, o chefe dos quadros do partido.

Engana-se quem afirma que Nicolae Ceaușescu rompeu o cordão umbilical com o comunismo de tipo moscovita.

Seu escopo foi autonomista, passou a consolidar sua própria área de manobra, para não ser mais tutelado pelos soviéticos. Seguiu, de fato, com fidelidade, a linha do último Dej (embora este não praticasse as mascaradas principescas). Ceaușescu era de fato mais stalinista do que Krushev e os epígonos deste. Igualmente os seus acólitos. Não me sai da memória o rosto de Gogu Rădulescu numa festa em Snagov (era provavelmente em maio de

1965), os ares de jovialidade molhada de álcool (Petru Dumitriu retrata-o sem piedade em *Incognito*, cito de memória: “com o nariz ou de boxeador, ou de sífilítico hereditário”). O mesmo Gogu Rădulescu, que ficou até o fim ao lado do ditador tragicômico, estando petrificado, com uma face flácida de divindade asiática perto de um Ceaușescu decrépito, no momento da leitura da última “proclamação” a um povo fantasma. Aceitando sem murmúrio as represálias sanguinolentas. Igualmente, é emblemática a cena quando todos os lacaios, todos os sicofantas da máfia do topo pronunciam (lemos pelos lábios deles, a cena não tem som) a palavra que exprime plenamente a capitulação deles, toda a sua covardia servil: “juro”. Juravam também Mizil, e Trofin, e Dăscălescu, e Verdeț, e Ștefan Andrei, e Răutu, e Burtică, e János Fazekas, e Lina Ciobanu, e Virgil Cazacu, e Popescu-Dumnezeu, e Ion Dincă, e Ion Ioniță. Juravam passionadamente, como pioneiros exaltados, Manea Mănescu e Emil Bobu. Jurará também Ion Iliescu...

As personagens deste filme são todas as que levantaram a estátua a um indivíduo, no fundo, minável, de uma grande perfídia e de uma incultura igualmente vasta. Eis Charles de Gaulle, lendo em Bucareste, Eminescu, na primavera do ano de 1968, em plena revolta estudantil parisiense, sem se dar conta de que caixa de Pandora de fato abre: “Queremos o estado nacional, não o cosmopolita”. Que música divina para o ouvido dos nacional-stalinistas da Romênia... Eis Ceaușescu em Praga, duas semanas antes da invasão das tropas do Tratado de Varsóvia. Uma conferência de imprensa eletrizante, com muita fumaça de cigarro e perguntas incômodas. Em Praga fora abolida a censura, havia liberdade de imprensa, configurava-se um sistema político pluralista, renascera a sociedade civil. Um encontro de amizade, com operários sorridentes sentados à vontade, sem agitadores e lemas estúpidos. Alexander Dubček proibindo os que queriam escandir lemas. Ceaușescu algo derrotado, não sabendo como poderia haver uma reunião assim espontânea, mas pronto, porém, em apoiar os comunistas reformadores. Não porque compartilhasse dos escopos deles, mas porque não podia suportar a idéia de que alguma força estranha se misturasse em seus próprios negócios (políticos, econômicos etc). Não creio que exista sintagma mais frequentemente repetido por Ceaușescu do que “o não misturar-se em assuntos internos”. Com tal gênero de retórica conseguiu hipnotizar não apenas o Ocidente, mas também a muitos dentre os

intelectuais romenos. O stalinismo antissoviético, este foi o segredo do sucesso interno e externo do regime consubstanciado por Nicolae Ceaușescu. A que se acrescenta o apoio dos movimentos terceiro-mundistas, as relações cordiais com ZANU, SWAPO e FRELIMO,[163] todos acrônimos que não diziam absolutamente nada aos romenos, mas asseguravam ao ditador a imagem de apoiador fervente das causas da esquerda global. Além dos jogos de movimento comunista internacional, o apoio (formal, é certo, e vocal) do eurocomunismo, os encontros frequentes com Luigi Longo, Enrico Berlinguer, Giancarlo Pajetta (PC italiano), Georges Marchais (PC francês), Dolores Ibárruri Santiago Carrillo (PC espanhol), Mitsos Partsalidis, Haralambos Drakopoulos (PC Greco-interior).

Não esqueçamos a ligação especial com Iosip Broz Tito, as consultas periódicas com Edvard Kardelj, Stane Dolanc, Vladimir Bakarić e outros líderes iugoslavos.

A ditadura de Ceaușescu, vemo-lo claramente no filme de Ujică, teve, sem dúvida, um período em que se fundou em certo consenso etnocêntrico, em um entusiasmo popular efêmero, mas real e na cumplicidade em massa. A ideologia era a de voltar aos discursos primordialistas: as visitas de trabalho em que Ceaușescu, Maurer e Chivu Stoica apertavam a mão de Decebal e Mihai Vitezul. Tratava-se, evidentemente, de espetáculos com implicações simbólicas incontestáveis, uma dramaturgia que não tinha medo do ridículo. Quanto maiores as fabricações pseudo-históricas, tanto mais feliz parecia o beneficiário delas. A esse respeito não diferia de outros sultões do marxismo balcânico: Todor Jivkov ou Enver Hoxha. É divertido que por dois decênios, o mesmo Ceaușescu, exasperado pelas reformas de Gorbatchev, negará o papel dos símbolos na política: “O simbolismo pode ser bom na arte, na economia e na política não vale dois caracóis”. E, no entanto, obstina-se em organizar potemkiníades, agarra-se com desespero ao projeto megalomaniaco da Casa do Povo, megassarcófago destinado a eternizar “o símbolo do comunismo triunfante”. Bucareste transformada em Paranópolis, ou Ceushima. O romancista Alexandru Ivăsiuc captou, nestas palavras, toda a degradingolada: “Somos 22 milhões de pessoas que vivemos na imaginação de um doido”. Mas tratava-se de demência sistêmica, que Ceaușescu explorou e exacerbou em função de seus próprios apetites narcisistas. Elena Ceaușescu costumava dizer

acerca do Líder: “Um homem assim nasce uma vez a cada 500 anos”. Por que não em mil? O stalinismo de Ceaușescu levou ao paroxismo o que o historiador americano Robert C. Tucker, o biógrafo de Stálin, chama a filosofia do transformismo permanente. Nada podia ficar sem mudança. Do leito do Danúbio à própria condição humana. Vede no filme como Ceaușescu olha para Mao, assim como o discípulo ao mestre onisciente. Assim como Mao, Ceaușescu visa a uma ruptura radical com o mundo velho, qualquer que fosse o preço para este despedaçamento cataclísmico. O salto no império da liberdade...

Em fevereiro de 1983, transmiti na Rádio Europa Livre a série “Nicu Ceaușescu e a ascensão do socialismo dinástico na Romênia”. Em 1985, publiquei na revista *Problems of Communism* um estudo intitulado “Ceaușescu’s socialism”. Em 1986, no trimensal *ORBIS* (aparece agora também na Filadélfia, sob a égide do Foreign Policy Research Institute) escrevi outro estudo com o título “Byzantine Rites, Stalinist Follies: The Twilight of Dynastic Communism in Romania” (está incluído, na tradução de Bogdan Cristian Iacob, na segunda edição de meu livro *Fantoma lui Gheorghiu-Dej*, Editora Humanitas, 2008). Graças às revelações do General Ion Mihai Pacepa, o mito de Ceaușescu levou, nos anos de 1980, um golpe mortal. Há obras notáveis sobre o tema da vida e morte de Ceaușescu (Mary Ellen Fischer, Pavel Câmpeanu, Edward Behr, Catherine Durandin, para nomear algumas contribuições). Segundo meu parecer, o filme de Andrei Ujică é a investigação mais completa e profunda efetuada acerca do universo mental daquele que conduziu a Romênia entre 1965 e 1989. É na verdade a autobiografia de Nicolae Ceaușescu. É o que ele teria dito se tivesse chegado a falar diante da Grande Assembléia Nacional: quanto de corajoso foi, quanto de sábio, quanto de clarividente. Como foi traído pelas felonias da guarda pretoriana, *hooligans*, bandidos e espiões que se encontravam a serviço dos agentes inimigos. Como lutou “sem barganha” e “fez tudo” pela causa do socialismo e do comunismo. Mas o veredito da história não foi diferente do dos revolucionários de dezembro de 1989: a grande ilusão se desfizera lamentavelmente, restava uma personagem descarnada, um ancião senil, sanguinolento e monomaniaco, petrificado na miragem de uma predestinação apócrifa.

Anos depois, o dissidente polonês Jacek Kuroń notava que as doenças psicológicas dos líderes comunistas são o correspondente das fórmulas agressivo-autoritárias do sistema em que fizeram carreira. O totalitarismo, marrom ou vermelho, tem como núcleo irreduzível o horror de pluralismo, de diversidade, de alteridade, de heterogeneidade. Existem, é claro, diferenças significativas entre os potentados comunistas de diferentes países e períodos, mas a natureza do sistema, o papel monopolista do partido, a onipresença da polícia secreta, a proibição da oposição e a supremacia de uma ideologia utópica constrangedora são elementos comuns a todos os experimentos inspirados pelo bolchevismo.

A autobiografia de Nicolae Ceaușescu fala da magia, mito e milagre, da estetização do político pelo espetáculo interminável, da sacralização do partido-estado, dos traços definidores do totalitarismo, da armadilha do stalinismo nacional. Espero que este filme gere discussões bem pormenorizadas dos mecanismos do poder na Romênia comunista, das estruturas de intimidação, cooptação, cumplicidade e resistência, assim como dos efeitos de longa duração de um sistema antipodamente oposto ao estado de direito.

158 Texto publicado com o mesmo título na revista timișoreană *Orizont*, n.º 8, ano XXII, 18 de agosto de 2010.

159 Instituição sanitária que se ocupa de diferentes domínios de higiene pública, assim como do combate às doenças contagiosas – Do russ. San[itarnaia] epid[emiologhiceskaia] *Apud* <http://dexonline.ro/definitie/sanepid>.

160 Em inglês, no original, ano de viver perigosamente – NT.

161 Institutul Național de Cercetare - Dezvoltare pentru Chimie și Petrochimie (Instituto Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Química e Petroquímica) – NT.

162 Um adágio romeno, com o significado de que podemos tirar algo importante de alguém sem que ele perceba. No caso do gato, o rabo é imprescindível para o seu equilíbrio. A idéia é de que uma pessoa é ludibriada e não percebe – NT.

163 Respectivamente: Zimbabwe African National Union, South West African People's Organization, Frente de Libertação de Moçambique – NT.

O TAMBOR DA “ÉPOCA DE OURO”: DE ADRIAN PĂUNESCU[164]

Dos mortos, como dos vivos, deve-se dizer a verdade. A partida desta vida de uma personalidade pública obriga-nos a analisar, com argumentos precisos, os meandros e as implicações de uma biografia. Quem lê o livro de conversas com Petru Dumitriu *Pactul cu Diavolul* (O pacto com o diabo), de George Pruteanu sabe que o autor da *Cronica de familie* arrependeu-se com dor e humildade pelo seu exaltado romance stalinista *Pasărea furtunii* (O pássaro da tempestade) e *Drum fără pulbere* (Estrada sem pó). Os anos de exílio foram anos de dilaceramento interior incontido, em que o aproximar-se de Deus foi uma tentativa de resgatar, de expiar um passado culpável. O grande poeta que foi A. E. Baconsky arrependeu-se abertamente dos versos comunistas da juventude, e recuperou a honra e passou a ser um crítico impiedoso da utopia totalitária. Minha geração aprendeu dos escritos de A. E. Baconsky o que significa a poesia autêntica no plano mundial (Sandburg, Frost, Tsvetaieva, Ahmatova, Pasternak, St. John Perse, René Char, Gottfried Benn, T.S. Eliot etc). Dan Deşliu, depois de escrever baladas proletário-revolucionárias do gênero “Lazar de a Rusca da Colina” e “Minerii din Maramureş”, afastou-se do realismo socialista, depois do “socialismo científico”, do marxismo, do PCR, do seu passado stalinista, e passou a ser, nos anos de 1980, um verdadeiro dissidente e um poeta notável. Colaborou, estando no país, com todos os riscos sabidos, com a revista alternativa de cultura *Agora*, conduzida nos EUA pelo poeta e jornalista dissidente Dorin Tudoran. Enviou uma epístola flageladora a Ceauşescu, lida na Europa Liberă. Partiu desta vida tragicamente nos anos de 1990, sem que Ion Iliescu, Răzvan Theodorescu, Sergiu Nicolaescu, Fănuş Neagu, C.V. Tudor ou Adrian Năstase o homenageassem piedosamente. Sem que as televisões transmitissem vinte e quatro horas programas em que fosse comparado com Eminescu e com

Bălcescu.

Observo, no caso do desaparecimento de Adrian Păunescu, uma quase unanimidade encomiástica bizarra, um consenso da lamentação proveniente não da piedade (algo natural quando alguém parte desta vida), mas da admiração (real ou contrafeita) pelos méritos culturais, tantos quantos foram, da pessoa defunta. Não precisas fazer pesquisas extenuantes de arquivo para descobrir quanto o defunto contribuiu para a idiotização da juventude, e não apenas sua, através de emissões mamutes do gênero *Antena vă aparține*,[165] como comprometeu os valores patrióticos que jurou servir. O eco da dramaturgia cínica (e kitsch) de tipo păunesciano, as televisões dominantes construíram neste dia um psicodrama da grande tragédia nacional.

De fato, o comportamento não conformista do jovem poeta Păunescu, real nos anos de 1960, desapareceu sem deixar rastro. Chegou a condotiero[166] dos hosanas logorréicos, o maestro de uma fanfarra ensurdecidora de mentira. Assemelhava-se a seu ídolo, tinha uma necessidade insaciável de ser visto, ouvido, aplaudido, adulado. A um passo de ser linchado, escapando do castigo da multidão, passou a ser a mão direita do ex-primeiro ministro ceaușista Ilie Verdeț no quadro do que se denominou Partido Socialista dos Trabalhadores. Em agosto de 1991, este partido saudava o golpe de estado em Moscou. Agora, o euro-parlamentar Gigi Becali deu testemunho da grande alma de seu glorioso amigo: “Para mim era o homem que me defendia a toda hora, que a toda hora falava de mim e também quando eu tinha problemas. Saiu em público em minha defesa”. O candidato presidencial do PSD nas eleições do ano passado, Mircea Geoană, anunciou que não perdeu apenas um colega de partido, mas também um bom amigo. O ex-ministro ceușista da juventude, o presidente de honra do PSD, Ion Iliescu, o homenageia, embora estivesse entre os indignados de outrora com as mascaradas megalômanas do bardo de serviço. Outro ex-candidato presidencial, Adrian Năstase, excedeu-se também com hipérboles de inspiração păunesciana: “Se os deuses do Olimpo punham para viver entre os homens também gênios – provavelmente fazem isso de vez em quando –, Adrian Păunescu veio estar um tempo conosco. Não soubemos valorizá-lo, lamentavelmente, assim como se devia, aprendemos agora, parece, a ler na alma dele, através das poesias que escreveu. Perdi um amigo, mas estou convencido que permanece a nosso lado e saberemos

escolher entre as coisas que fez na vida as que podem ajudar-nos, para nos dar coragem, para nos fortalecer e para nos ensinar o que significa amares a tua pátria e as pessoas”. Entre os poucos que dizem a verdade está Corneliu Vadim Tudor então quando se declarava irmão siamês de Păunescu. Chegaram a ser siameses na capitulação diante do nacional-stalinismo... o bardo e o tribuno. Falando literariamente, Adrian Păunescu partiu da vida decênios antes. Moralmente também. Foi um instrumento benévolo e perigoso de um regime criminoso em todo o percurso de sua existência. Sua rebelião moral efêmera dos anos de 1960 foi uma revolta de joelhos. Castrou-se eticamente e capotou esteticamente.

Os poucos que ousam lembrar-se nesses dias de quem foi Păunescu são taxados de “estrangeiros do povo” e “faltos de respeito pelos mortos”. Quase a mesma coisa se disse quando se foi para o outro mundo um Mihai Ungheanu ou um Paul Niculescu-Mizil. Com exceções discretas, por razões que se procuram examinar atentamente, parece dominar um luto universal que proíbe o equilíbrio avaliador e abole as referências a seu papel político. A contribuição de Păunescu para a reprodução do regime comunista na Romênia não foi nem um pouco negligenciável, assim como demonstrou claramente o *Relatório Final da Comissão Presidencial para Análise da Ditadura Comunista da Romênia*. O que acontece nesses dias com a idolatria de Păunescu é um novo exemplo da série daqueles que fizeram outrora Paul Goma escrever, com desgosto e desespero, o livro *Amnezia la români* (Amnésia nos romenos).

De Adrian Păunescu há muito que dizer. Entrou triunfalmente na literatura, beneficiou-se de louvores da parte de alguns críticos ameaçadores. Mas durante anos, Păunescu acompanhou e justificou em seus versos a ideologia oficial do regime comunista. Foi um sacerdote entusiasta da religião política do ceaușismo (para retomar a fórmula do professor Eugen Negrici). Expressiu não apenas o passadismo tribal do regime, as pretensões neofeudais, mas também contribuiu a toda a pressa com a fabricação de sua vulgata xenófoba. Um leitor encontrou uma caracterização excelente para a obra de Păunescu dos últimos decênios: “Os versos dele são, para a nação romena, uma espécie de semente de girassol/abóbora: algo bem nacional, que se consome em massa, nos estádios, um hábito que os intelectuais de raça não têm, mas que é muito

espalhado no meio das classes baixas e médias (estas últimas com pretensões muito claras de intelectualismo)”.

É, portanto, normal que se lamentem hoje os ex-politrucos e securistas, os membros da profitocracia do regime totalitário e seus herdeiros, todos os que se obstinam em crer que Nicolae Ceaușescu, o homem que esfomeou e ofendeu todo um povo, foi um verdadeiro patriota. Não lhe foi suficiente quanto cantou Ceaușescu, quanto venerou e rimou Elena, na morte de Nicu Ceaușescu produziu um poema interminável destinado a imortalizar o “príncipezinho”. A Santíssima Trindade do comunismo dinástico encontrou em Adrian Păunescu o seu corneta privilegiado. Em 1978, depois que o general Ion Mihai Pacepa permaneceu no Ocidente, Păunescu publicou em *Flacăra* (seu feudo cultural) um poema de uma rara veemência, intitulado “Maldição ao traidor do país”.

Adrian Păunescu foi o tambor incansável da “Época de Ouro”. Um talento real afogou-se no abismo da servidão voluntária. Eis um fragmento do *Relatório Final* diretamente ligado ao papel de Adrian Păunescu nos anos de desonra, pavor e infâmia; em pouco tempo o “Cenáculo Flacăra[167]” começou a assemelhar-se, pelo ritual e gestos, à realização de um ritual: o modelo religioso parece ser indispensável à propaganda totalitária quando quer ter sucesso. Mas o poeta não se esquece nunca de lembrar a todos aqueles encantados com o que vêem e sentem que devem ao Líder supremo – que fala pela boca dele – submissão e amor, porque apenas Ele pode assegurar-lhes, naqueles tempos turvos e naquele canto do mundo, a tranquilidade e a estabilidade. Ninguém prestou um maior serviço à propaganda do regime de Ceaușescu. Não podemos esquecer que atraiu numa armadilha propagandística as almas cândidas dos adolescentes, tendo sucesso em verter a energia explosiva deles em nome da sobrevivência de um regime odioso”. Essas linhas são completadas pelo excelente comentário de Ioana Munteanu: “o estado de espírito que Păunescu criou, aquele misto pérfido de exaltação juvenil, transe de uma religiosidade ateia, amoralidade crônica, sensação de sair das amarras de impotências velhíssimas, necessidade desesperada de compartilhar alegrias coletivas por muito tempo esperadas numa história mais do que frustrante, falta de balizas morais e políticas, nacionalismo ladrador, confusão gregária etc. – o estado de espírito do Cenáculo Flacăra é muito mais durável do que eu

creria”. Adrian Păunescu trepou febril e entusiasta na escada do poder, obteve um estatuto único na România miserável daqueles anos. Envolveu uma realidade sórdida e humilhante em vestimentas de imagens inicialmente sedutoras, ulteriormente gongóricas e espetaculosas. Seu talento extinguiu-se porque ele também o abandonou. Em vez da dissidência, escolheu servir Nicolae Ceaușescu nas metáforas quanto mais grandiloquentes tanto mais perturbadoras. Păunescu não teve limites no desejo de ser o trovador da “Época de Ouro”. Arquiteto impenitente da utopia ceaușista, foi ele mesmo uma instituição dessa ditadura. O culto póstumo a Păunescu é de fato um fantasma da salvação, uma identificação ritualística, uma fetichização de uma mensagem que repudia o real em nome de um orgulho apócrifo e autodestrutivo, isolacionista, um travestido nacionalista que mistifica e camufla os complexos e neuroses devastadores.

Em 1971, Adrian Păunescu visitou Mircea Eliade em Chicago. Dirigiu uma entrevista com o grande historiador das religiões (cuja obra científica era então proibida no país) e prometeu a publicação integral do texto, ou a renúncia à sua publicação se a censura de algum modo interviesse. A história tornou-se terrivelmente sórdida quando Păunescu pisou a promessa. Em 16 de abril de 1972, Monica Lovinescu transmitia no quadro da emissão *Teze și antiteze la Paris* o artigo “Os avatares da censura: Mircea Eliade entrevistado por Adrian Păunescu. Leio: “Adrian Păunescu compromete-se. Dá sua palavra de honra. Neste mundo, a que ele chega, a palavra de honra significa algo. Significa tudo. E, no entanto, depois de mais de um ano, a entrevista aparece como aparece quase tudo na Romênia: censurada, mudada, colocada completamente a outra luz de uma introdução, de fato uma “reconsideração”, e da qual desaparece Mircea Eliade para deixar o lugar para os arranjos de Adrian Păunescu”.

Nesse mesmo artigo, Monica Lovinescu cita o desmentido de Mircea Eliade escrito em 27 de março de 1972, em Chicago. Escrevia assim Mircea Eliade acerca do encontro com Păunescu e da mistificação que se seguiu: “No que diz respeito às lembranças das noites passadas juntos no inverno de 1971, são evocadas pelo poeta e gazetista Adrian Păunescu, e lhe pertencem integralmente. Quando estávamos conversando, eu acreditava que falávamos a

mesma língua: a velha, honrada língua romena que aprendi desde criança e que falo ainda hoje, na velhice. Reconheço, com imensa tristeza, que me enganei”.

Este era Adrian Păunescu no ano da graça de 1971: oportunista, falador, gongórico, de um bovarismo doentio, disposto a calcar nos pés as promessas, a fazer qualquer coisa para chegar como novato ao universo do “socialismo multilateral desenvolvido”. Nada do idealismo dos reformadores de Praga. Nada em comum com Havel, Švprecký, Vaculík, Kohout, Klíma. Não o comunismo com face humana o atraía, mas a sua própria ascensão no quadro do sistema de stalinismo nacional. Perguntemos ainda que teria dito Monica Lovinescu acerca da mascarada grotesca das semanas posteriores ao decesso deste? Duvidaria alguém que ela teria reiterado a posição afirmada ainda em 1972 e retomada ulteriormente tantas e tantas vezes?

Não esqueçamos que a abjeção absoluta contra Virgil Ierunca (“a entrevista” feita pelo ativista ideológico com pretensões de romancista, Dinu Săraru com a mãe do autor do *Fenomenul Pitești*) apareceu na *Flacăra* de Păunescu.

Os que hoje fabricam retroativamente “dois períodos” na biografia de Păunescu, os que peroram acerca do civismo vulcânico e do espírito social tempestuoso do “bardo” parecem ter esquecido estas infâmias abissais, sinistras. A expressão “lambe-botas da nova corte” foi criada por Monica Lovinescu exatamente em relação a personagens do gênero de Păunescu (nomeado explicitamente como epítome da categoria em causa). Em dezenas de emissões transmitidas de Paris, Monica Lovinescu fez murchar as infâmias cometidas pelo “grupo dos vinte e tantos” dirigido por Adrian Păunescu, Eugen Barbu, Dinu Săraru, Dan Zamfirescu, Ion Lăncrănjan, Ilie Purcaru, Paul Anghel e Mihai Ungheanu. O patrono destes era Dumitru Popescu –“Deus”, tendo como ajudante zeloso a Eugen Florescu.

O que aconteceu nas semanas após o decesso do ceaușismo, a conversão póstuma de Păunescu em herói nacional, mostra quanto maleável pode ser a memória cultural coletiva, principalmente quando é sujeita a manipulações desordenadas, descaradas. Procura-se, assim, que se forje uma contra-história, de ocultação/negação pela minimalização, pela bagatelização e falsificação do colaboracionismo nas suas formas mais virulentas, mais exaltadas e mais abjetas.

164 Texto publicado com o mesmo título, em dois episódios, em *Evenimentul Zilei*, de 10 de novembro e 11 de novembro de 2010.

165 A Antena vos pertence – NT.

166 Do italiano *condottiere*, um mercenário que tem o controle ilimitado de uma milícia.

167 Cenuclul Flacăra (“A flama do círculo literário”) era um movimento cultural e artístico na República Socialista da Romênia, liderado pelo poeta Adrian Păunescu. Entre 1973 e 1985, organizou espetáculos e concertos que, embora rebeldes em comparação com o entretenimento oficial, promoviam o culto da personalidade de Nicolae Ceaușescu e a ideologia do Comunismo Nacional. Organizou 1615 espetáculos de música, poesia e diálogo, por todo o país, tendo mais de 6 milhões de espectadores. Os espetáculos tinham uma forte influência sobre os romenos, especialmente a juventude romena e espalhavam sua própria ideologia, uma mistura de idéias de esquerda influenciadas pelo Ocidente com o nacionalismo romeno. http://en.wikipedia.org/wiki/Cenuclul_Flac%C4%83ra

O BOLCHEVISMO GNÓSTICO: ANTONIO GRAMSCI E GEORG LUKÁCS[168]

Antonio Gramsci foi um pensador venerado pela esquerda ocidental, admirado pelo tom e estilo diferentes do leninismo convencional (o mesmo se pode dizer também de Georg Lukács). As diatribes tonitruantes de Lênin passaram a ser em Gramsci racionalizações requintadas e eruditas. Pode-se afirmar que, ao lado de Tocqueville, Gramsci influenciou as perspectivas da dissidência centro-europeia acerca da sociedade civil. Ademais, a gênese do Solidariedade como movimento autônomo e autogovernado confirmou as posições de um Michnik, um Kurón e um Havel, acerca do poder dos sem poder como estratégia da revolta política inspirada pelo idealismo da sociedade civil. Ora, tais pensadores encontraram-se com o tema da sociedade civil na linha hegeliano-gramsciana (não esquecer que Gramsci foi, a seu modo, um discípulo rebelde de Benedetto Croce). Em igual medida, Gramsci justificou uma “noocracia” (“sofocracia”) revolucionária cujo escopo final se identificou com a “ditadura pedagógica” de uma seita de militantes iluminados (possessos).

De modo similar, Georg Lukács afirma em *Geschichte und Klassenbewusstsein* (História e consciência de classe, 1923), o livro fundamental do marxismo do século xx, que não pode existir um conhecimento total do mundo na ausência de um sujeito total. E, como o proletário não pode pensar revolucionariamente por conta própria, a revolução não deve apenas ser procurada, mas pensada e escrita para ser assim provocada. Portanto, o revolucionário profissional do partido de tipo novo é o verdadeiro agente/sujeito da história, porque cumpre este mandato sacro pedagógico. No caso de Lukács, creio que o melhor diagnóstico, encontrou-o sua ex-aluna, Ágnes Heller: “Lukács escolheu a si mesmo como marxista”. No que diz respeito a este pensador, temos que ver com uma conversão. Lukács

passou a ser um dialético *en titre* do marxismo revolucionário, o fundador de fato do que haveria de coagular-se como marxismo ocidental, o oposto do marxismo soviético. Era o marxismo (ou, dito mais exatamente, o hegeliano-marxismo) dos heréticos, dos perdulários, dos apaixonados pela utopia (como oposto da ideologia), de um radicalismo que não esquecia o homem, e se importava com os suplícios da subjetividade.

Contudo, não se deve esquecer que tanto Gramsci quanto Lukács acreditaram na idéia de predestinação revolucionária e sobre ela teorizaram. Ambos apostaram numa escatologia imanentista. Lukács estava convencido de que, uma vez atingido certo nível epistêmico ligado à realidade histórica, o grupo que gozava deste privilégio é escolhido para chegar à verdade. Para ele, do ponto de vista ontológico, a condição proletária era sinônima da condição humana. Em Gramsci e em Lukács, a fatalidade e a vontade histórica conjugam-se sob o signo de uma teleologia redentora. Ambos os filósofos foram profundamente influenciados pelo fervor romântico anticapitalista exacerbado pelo trauma da Primeira Guerra Mundial. O momento da revolução bolchevique convenceu-o de que a humanidade se encontra no limiar de um salto milenarista, de um quiliasmo revolucionário. Ambos, mas principalmente Lukács, adotaram o que chamaria uma “dialética expressionista”.

Para entender melhor este *ethos* filosófico, temos de voltar a *A Montanha Mágica*, de Thomas Mann, àqueles debates soberbos e memoráveis entre Naphta e Settembrini. Como disse em outra ocasião, a personagem Naphta foi construída tendo por modelo Lukács. Este ex-jesuíta convertido à causa da revolução oferece-nos uma radiografia excelente do momento de cegamento totalitário-teocrático próprio das religiões políticas: “O proletariado mundial afirma hoje os ideais da *Civitas Dei* em contraposição aos valores decadentes e desacreditados da burguesia capitalista. A ditadura do proletariado, a solução econômica e política para nossa época obter a salvação, não significa o domínio ininterrupto do amor ao poder. É mais uma absolvição temporal, assim como se fizesses o sinal da cruz. É o supedâneo da contradição entre o espírito e o poder, ou seja, vencer o mundo passando a ser dono dele, transcendê-lo no verdadeiro sentido da palavra, o de entrar no Reino dos Céus. O proletariado assumiu para si o fardo de São Gregório, o Grande. O seu

fervor religioso consome o proletariado igualmente forte, e tampouco hesitará em derramar sangue. O fardo dele é de aterrorizar o mundo para curá-lo, para que o homem seja salvo e livre. Livrar-se-á igualmente do domínio da lei e da segregação de classe, voltando à sua condição originária de filho de Deus”.

Em sua recente biografia dedicada a Ignazio Silone, o historiador Stanilao Pugliese (*Bitter Spring*, Farrar, Straus and Giroux, 2009) cita a opinião do autor do romance *Fontamara* acerca daquele que, juntamente com Palmiro Togliatti, fundou o Partido Comunista da Itália (seção da Internacional Comunista). Silone, que rompeu desde o final dos anos de 1920 com a formação que entrou na história como PCI, lembra-se de Gramsci como personagem cortante, um filósofo para o qual a polêmica poderia passar a ser um exercício feroz (como muitas vezes acontece, nota Silone, com os tímidos). Começou como socialista libertário, colaborou com Mussolini no cotidiano socialista *Avanti* nos anos de 1913-1915, depois do que se apaixonou pelo bolchevismo e apoiou incondicionadamente, mesmo tendo bastantes reservas pessoais, a causa soviética (da democracia direta baseada nos soviets). Para além de qualquer reticência, Gramsci não rompeu com a eclesiologia dialética, não passou a ser, assim como Silone, “um cristão sem igreja, um socialista sem partido”. Há certas indicações de que nos últimos anos, estando preso na Itália de Mussolini, se afastou do stalinismo abjeto da condução do PCI, mas não se conhece nenhum texto que afirme explicitamente uma separação do bolchevismo.

Em sua trilogia acerca das principais correntes do marxismo, Leszek Kołakowski estava inclinado a ver a doutrina do partido em Gramsci como sendo essencialmente diferente da sectário-gnóstica, de Lênin. A esquerda neomarxista procurou construir a imagem de um Gramsci como apóstolo de um “comunismo alternativo”. De fato, Gramsci idolatrou o partido comunista como o “Príncipe Moderno”, pregou um neo-maquiavelismo político (ou, quiçá, como defendem alguns exegetas, um neo-hobbesianismo), destinado a manter a hegemonia de um grupo de intelectuais autodesignados como possuidores de uma verdade esotérica, inacessível às massas. Fez distinção entre uma “aristocracia de conhecimento revolucionário” (a quem pertencia, ao lado de Lukács ou de Lênin) e a religião popular” da plebe proletária.

A posição relativamente indulgente de Kołakowski (diferente da extremamente crítica com relação a Georg Lukács, de Marcuse ou Sartre) foi emendada por Luciano Pellicani no volume *Gramsci. An Alternative Communism?* publicado na versão americana da Hoover Institution Press, em 1981, com o prefácio de Giovanni Sartori. Pellicani, um politólogo de orientação socialista-liberal, escreve: “Gramsci não colocou nunca sob o sinal de interrogação o caráter hierocrático e totalitário do partido revolucionário”. Para ele, o Bem e o Mal não existem senão em relação a um plano político preciso, não são valores autônomos. A obsessão de Gramsci foi a criação da comunidade total, de um espaço de que fossem eliminadas quaisquer desarmonias, quaisquer fraturas, quaisquer tensões imanentes. Afirmava num dado momento: “o cisma da espécie humana não pode continuar até o infinito. A humanidade aspira à unificação interna e externa; procura organizar-se num sistema social pacífico que permitirá a reconstrução do mundo”. Uma utopia para a qual estava pronta a justificar quaisquer sacrifícios.

Na mesma direção interpretativa caminha o conhecido historiador de idéias, Andrzej Walicki em sua síntese magistral *Marxism and the Leap into the Kingdom of Freedom: The Rise and Fall of the Communist Utopia* (Stanford University Press, 1995). Assim como Kołakowski, Walicki vê Gramsci como um doutrinário com intuições filosóficas autênticas. Mas para ele, o militante comunista era de fato um espírito jacobino, buscando a instituição de um universo de unidade completamente homogênea, sem fissuras e heresias, pela guerra contínua de posições (diferente da frontal, de manobra). O milenarismo voluntarista específico do pensamento gramsciano teve por escopo “estabelecer a ordem social perfeita – perfeita no sentido de exclusão do egoísmo, do pluralismo particularista e da falta de unanimidade. A visão de Gramsci acerca desta salvação suprema imanente combinou o ideal prometeico do controle consciente sobre o destino coletivo da humanidade com a nostalgia pelas relações comunitárias pré-modernas (a noção de Ferdinand Tönnies acerca da *Gemeinschaft* com antípoda da “sociedade aberta pluralista” baseada na economia de mercado)”.

A gnose marxista cultivada por Gramsci e por Lukács foi uma gnose de radicalismo absolutista, da partolatria elevada à qualidade de religião secular, dos mitos soteriológicos acerca do proletariado como instrumento

predestinado de uma razão fictícia histórica. Uma volta às teorias deles (ou de Lênin), assim como aconselha Alain Badiou ou Slavoj Žižek, parece de fato uma retomada de um cenário apocalíptico que o século xx mostrou ser desastroso.

¹⁶⁸ Texto publicado com o mesmo título na revista clujeana *Verso*, n.º 73, 16-30 de novembro de 2009.

REFERÊNCIAS

DO ANTIFASCISMO E ANTICOMUNISMO COMO PAIXÕES POLÍTICAS[169]

A atração do radicalismo de esquerda, do universalismo marxista, inclusive na sua versão stalinista, sobre os intelectuais do século xx permanece uma matéria fascinante. Igualmente, o tema da apostasia, do acordar do que Kant chamava “o sono dogmático”, gerou testemunhos dilacerantes: lembremo-nos de Panait Istrati, de Koestler, Silone, Ruth Fischer, Charles Tillon, Ernst Fischer e tantos outros. Retomo aqui, com algumas especificações e modificações necessárias, um ensaio mais antigo, escrito no momento da despedida de uma pessoa que exerceu um papel significativo não apenas na aventura do internacionalismo comunista (principalmente nos anos de Resistência francesa contra o nazismo), mas também em minha própria biografia. Procuro evitar a tentação de qualquer romantização, reconhecendo, no entanto, a existência de um capital genuíno de emoções e aspirações, daquela “matriz paleossimbólica” de que falava o sociólogo Alvin Gouldner, no apego de alguns intelectuais de esquerda por uma causa que se mostrou essencialmente errônea.

No dia 15 de abril de 2002 partiu desta vida, em Paris, Cristina Luca-Boico, intelectual de marca, heroína da Resistência francesa, figura significativa do comunismo europeu na sua fase antifascista, eliminada da *nomenklatura* no período Dej, símbolo igualmente das ilusões e desilusões da esquerda radical. Escrevi estas linhas com imensa tristeza, na esperança de que conseguirei evitar uma simples apologia nascida da devoção familiar: Cristina foi a irmã de minha mãe, uma personalidade fascinante, diretamente implicada nos grandes dramas políticos e morais do século xx. Fui muito íntimo dela, devolhe não apenas a orientação de minhas leituras já desde os anos de adolescência, mas também a formação e o cultivo de um ceticismo político e intelectual que me pôs sempre em guarda contra qualquer extremismo ou

radicalismo fanático. Da biblioteca dela li em francês os escritos filosóficos da juventude de Marx (na famosa edição aos cuidados de Auguste Cornu), mas também o tratado de história das idéias políticas coordenado por Jean Touchard. Principalmente depois de 1968, quando recomeçou a visitar a França, li, graças a ela, as muito cobiçadas revistas e livros do Ocidente, inclusive *Le Nouvel Observateur*.

Sempre tive em Cristina uma parceira de discussão acerca do comunismo, do fascismo, da esquerda, da direita, das paixões morais do século, dos subterrâneos políticos stalinistas, os mitos políticos que magnetizaram tantos envolvimento e geraram tantas ilusões e desilusões. Cristina Luca, de quem se pode dizer que foi uma das personalidades mais importantes da Resistência parisiense (ou de toda a zona do norte), não foi convidada pelos “amigos”, ex-resistentes, a escrever no volume coletivo *România in Rezistența franceză*, lançado pela Editora Política, nos anos de 1970. Era simples o motivo: se ela tivesse falado, teria aparecido claramente certa hierarquia de méritos, algo diferente da consagrada pelo partido. Para os que construíram o volume (o coronel de reserva Gh. Adorian, com suas ligações conhecidas na *Securitate*), mas também Gh. Gaston Marin e outros que passariam a primeiro plano), as ações do grupo de resistência dos internacionalistas predominantemente judeus da zona Norte, de que Cristina participara decisivamente, simbolizavam uma “competição” inaceitável. Além disso, sabia coisas demais do papel duvidoso do PC francês no período do pacto soviético-alemão, quando os únicos empenhados numa resistência desesperada na Paris ocupada e muito disposta ao colaboracionismo eram os emigrantes do leste-europeu – judeus, alguns armênios, assim como os refugiados espanhóis e italianos.

Cristina foi enterrada no cemitério Père-Lachaise, ao lado de sua filha, a doutora Olga Boico-Trébitsch, passada desta para melhor com apenas 46 anos, deixando dois filhos maravilhosos (Maxime e Emma), assim como um esposo inconsolado, o excepcional especialista em Henri Lefebvre e na história dos intelectuais, Michel Trébitsch, pesquisador no Institut d’ Histoire du Temps Present (IHTP). Michel haveria de morrer pouco tempo depois, em 2004. Nos últimos anos, a conselho do filho dela, Andrei, Cristina começara o ditado de suas memórias. Li as primeiras duzentas páginas de um só fôlego e parecem-me extremamente reveladoras para a compreensão dos meandros políticos e

biográficos que marcaram a geração antifascista, acordada cruamente à realidade nos anos de 1930, aquele período chamado por W.H. Auden *the low and dishonest decade*. De fato, foram os anos de ascensão do fascismo, mas também da barbárie stalinista. Era difícil te manteres equidistante, neutro, calmo, nas condições em que o século parecia que entrava em transe. Parecida com minha mãe, mais velha do que ela apenas um ano, Cristina optou pelo antifascismo. Quase fatalmente, esta paixão levou-a para o acampamento stalinista, o que não a transformou numa militante da categoria “pura e dura”. Era muito bem educada, muito irônica de seu ser, muito rebelde para aceitar o ditado dos comissários ideológicos sombrios. Embora não tenha sido ligada por uma relação cordial com meu pai, posso dizer que compartilhavam, ao menos na juventude, a mesma paixão anti-fascista devoradora.

Quanto a meu pai, lembro-me de um artigo vibrante de Pavel Câmpeanu, publicado, se não me engano, em 2002, na revista 22. Para além de pequenas imprecisões, absolutamente normais em casos assim, o retrato feito de Lionea Tismăneanu é, creio eu, verídico e quanto se pode de honesto. Vindo da parte de P. Câmpeanu, que não foi um dos amigos próximos de meu pai, este retrato ganha uma importância especial a meus olhos. Lembrei-me deste assunto porque dentre as publicações nacional-comunistas apareceram ao longo dos tempos ataques absolutamente detestáveis dirigidos a meu pai. Menciono apenas um texto ignóbil assinado em *Flacăra de Adrian Păunescu*, pelo ex-chefe da seção de imprensa do CC, Eugen Florescu, em que este pretendo homem de esquerda se referia a um grande mutilado da Guerra Civil da Espanha como “o maneta que até mesmo Gheorghiu-Dej expulsou do partido, de tão estúpido que era”. Deixando de lado que não era a inteligência o critério de promoção ou de exclusão sob Dej, é estupefaciente ler tal aberração com a assinatura de um homem que foi um dos politrucos do regime comunista. Ouso afirmar que nenhum adversário ideológico de meus pais, mesmo os das hostes de extrema direita, produziu tal grosseria. As coisas agravaram-se no período depois de 2006, quando, na minha condição de presidente da Comissão para Análise da Ditadura Comunista, passei a ser vítima de insultos obscenos e de encenações midiáticas da mais baixa espécie. Afirmou-se acerca de meu pai que fora um pilar da ideologia comunista, igual em nocividade a Kichinevski e Răutu, embora nunca tenha feito parte do CC nem de outros

órgãos condutores. Foi dito que minha família chegou ao país em tanques do Exército Vermelho, embora eles tenham chegado somente em fevereiro de 1948, ou seja, depois da tomada de poder pelos comunistas. Na realidade, não fosse Cristina, com sua insistência para com Ana Pauker e Miron Constantiescu, que obtiveram a remessa de uma carta oficial de chamamento da parte do CC do PCR, meus pais não teriam conseguido obter a aprovação dos órgãos soviéticos para voltarem ao país.

Nascida em Botoșani em agosto de 1916, Bianca Marcusohn foi uma aluna brilhante. O nome Cristina Luca ela o havia de adotar nos anos da Resistência francesa, o que não significa que teria escondido ou renegado alguma vez sua identidade étnica. A despeito dos diversos rumores, lançados ainda nos anos de 1950 e retomados na imprensa extremista nos últimos anos, não era de maneira nenhuma aparentada com Vasile Luca. Em Bucareste, como estudante de medicina, continuou a ser extremamente íntima de sua irmã, Hermina. Nesses anos, entre 1934-1938, Cristina começou a ser ativa na imprensa do PCR, passando a ser amiga íntima de Mircea Bălănescu, Grigore Preoteasa e Sorin Toma. Manteve uma relação cordial com seu ex-colega de liceu de Botoșani, Lucien (Gică) Goldmann, a despeito da marginalização deste em consequência da recusa de apoiar as monstruosas encenações judiciais stalinistas dos anos de 1936-1938. Colaborou de perto com Alexandru Sahia, Petre Năvodaru, Matei Socor, Leonte Răutu, Mihail Dragomirescu, Miron Constantinescu, Ștefan Voicu. Conheceu muito bem Ștefan Foriș, o coordenador do *Agitprop*, Lucrețiu Pătrășcanu e a mulher deste, Hertha (Elena). Publicou, sob diversos pseudônimos, os artigos na revista de esquerda com temas de política internacional. Depois da partida de minha mãe para a Espanha, no começo do ano de 1937, Cristina continuou a ser ativa no PCR, na linha de propaganda antifascista (na época, era extremamente íntima de Mircea Bălănescu). Partiu para a França em 1938, onde se matriculou na Faculdade de Biologia da Sorbonne. Foi colega de Francis Cohen (ulteriormente diretor do mensário teórico do PCF, *La Nouvelle Critique*), mas também de Jacques Monod, o futuro laureado do Prêmio Nobel. Igualmente, nos anos de 1970, traduziu na coleção “Idéias contemporâneas” o livro de François Jacob, o colega de Monod, *La logique du vivant* (Lógica do vivente).

Nos anos da guerra, Cristina trabalhou clandestinamente como chefe do serviço de informação da organização Francs-Tireurs et Partisan – Main d’Oeuvre Immigrée (FTP-MOI), conduzida por Gheorghe Vasilichi, Bruno Kowalski e Artur London. Exerceu um papel essencial no desmascaramento do traidor cuja colaboração com a Gestapo levou à queda do grupo Misak Manuchian. A liquidação por alguns nazistas do grupo Manuchian foi imortalizada pelo pôster colocado pelos nazistas nos muros de Paris (“L’Affiche Rouge”), pelos versos de Aragon e pelo célebre canto de Léo Ferré: “*Ils étaient vingt et trois quand les fusils fleurirent/ Vingt et trois étrangers et nos frères pourtant / Vingt et trois qui criaient la France en s’abattant...*” (Aragon, “*Strophes pour se souvenir*”). Esses 23 antifascistas acusados de nazistas pelo terrorismo foram mortos, estando entre eles também o ex-voluntário da Espanha, originário da Romênia, Francisc Wolf-Boczor.

Única mulher do grupo, Olga Bancic, responsável pelo depósito de armamento, foi decapitada, deixando uma carta perturbadora dirigida a sua filha, Dolores, de três anos de idade. Por seus méritos na Resistência, Cristina recebeu o grau de lugar-tenente na FFI (*Forces Françaises de l’Interieur*), a *Médaille de la Résistance*, extremamente prestigiosa e raramente concedida, assim como a cruz de Cavaler da Ordem Polônia Restituída. A ligação com o aparato ilegal do PCF era extremamente precária. Os resistentes espontâneos da FTP-MOI tinham desafiado a disciplina de partido, organizando as ações antinazistas na maior parte das vezes por conta própria. Eram de fato um grupo de *desesperados*, mas o heroísmo deles, algo cândido, não podia senão fazê-los suspeitos aos olhos de Jacques Duclos, o líder supremo da resistência comunista. A supervisão política do grupo era assegurada por Boris Holban, ulteriormente general na Romênia, ao lado de Dej sob a suspeita de que espionava para os serviços militares soviéticos. Personagem controversa, rígida e de um dogmatismo chocante, Holban partiu desta vida há alguns anos em Paris, e o necrológio dele em *Le Monde* foi escrito por Stéphane Courtois.

Depois da guerra, Cristina voltou para o país, trabalhando por um breve tempo em *Scânteia*. Foi correspondente do cotidiano comunista na Conferência de Paz de Paris. Contava-me, alegre, como se achou certa vez em oposição com seu velho amigo da Resistência, Miklós Vászárhelu, o correspondente do diário comunista magiar *Népszabadság*, que apoiava a

posição da delegação magiar na questão da Transilvânia. Diretor no Ministério de Informações entre 1946-1947, colaborou especialmente com Grigore Preoteasa. Dela fiquei sabendo como, ao tempo da conferência de paz, em 1946, Preoteasa estava obcecado em comprar livros acerca dos jacobinos procurando especialmente um volume com os discursos de Saint-Just. Também acerca de Paris, contava-me como Maurer lhe chamou a atenção para que Ghiță (Gheorghiu-Dej) não via com bons olhos a amizade dela e de Preoteasa com Andrei (nome de ilegalidade de Pătrășcanu). Acrescentaria ainda um elemento, creio, extremamente importante: antes de voltar ao país, ou seja, no final de 1944, Cristina trabalhava no quadro do serviço romeno da Radio France Internationale. Por recomendação de Ilarie Voronca, foi a que insistiu para se lhe oferecer um contrato de colaborador externo de Eugen Ionescu. Sabia do período passado deste em Vichy, assim como sabia que se tratava de uma tentativa de sobrevivência em tempos de perseguição anti-semitas. Relatou-me este episódio em nossa última conversa telefônica, em março de 2002.

Em 1947 partiu para Belgrado, onde foi adida de imprensa e conselheira cultural. O embaixador foi primeiro Tudor Vianu, depois, se não me engano, o ex-espião soviético e ilegalista Teodor Rudenco, mas a eminência parda era o velho cominternista Alexandru Buican. Este último tinha ligação direta com o Escritório informativo, de pouco criado, dos partidos comunistas e de trabalhadores (*Cominform*), cuja primeira reunião foi em Belgrado, onde se publicava a revista do novo *Comintern*, *Para a paz duradoura, para a democracia popular*. Depois de anos, encontrando em Washington o célebre dissidente iugoslavo Milovan Djilas, este falou-me com muito calor de Cristina, a quem conhecera bem nos anos de antes da excomunhão da Iugoslávia do Bloco Soviético. Nessa época, Djilas era membro do Escritório Político e vice-presidente do país. Voltando ao país depois da ruptura com a Iugoslávia, passou a ser diretora do departamento de imprensa e cultura do Ministério das Relações Exteriores.

Foi amiga íntima de Ana Toma (adjunta de Ana Pauker), mas manteve relações estreitas também com Preoteasa, com Eduard Mezincescu e com outros amigos do período interbélico. Casou-se com Mihail Boico (nascido Rosner) em 1949: coronel, depois general-maior, comandante das tropas de

fronteiras, este lutara na Espanha e voltara ao país com a Divisão “*Horia, Cloșca și Crișan*”, ou seja, com as tropas soviéticas. Cristina viveu como um trauma pessoal a campanha anti-iugoslava e os processos-espetáculo das “democracias populares”. Foi inquirida permanentemente na Comissão de Controle do Partido: lembrava-se com horror das discussões noturnas com Constantin Pârvulescu, Iosif Pangheț e Ghizela Vass, “especialistas” do partido em questões de dossiês.

A simpatia que lhe dedicou Ana Pauker explica o fato de não ter sido presa no começo dos anos de 1950, principalmente tendo em conta a amizade com algumas figuras importantes condenadas nos processos de Budapeste (Péter Mód, Miklós Vásárhely) e de Praga (Artur London, Otto Katz, aliás André Simone). Quando da queda do grupo Pauker-Luca, Cristina “voou” para o posto de pesquisadora no Museu Antipa.[170] Agradava-lhe dizer, sorrindo, que foi mandada, vis à vis do Ministério das Relações Exteriores, então situado no palácio da Piața Victorie direto para “os dinossauros”. Robert Levy, quando preparou sua tese de doutorado e depois o livro acerca de Ana Pauker, manteve discussões minuciosas com Cristina acerca das lutas políticas e as relações psicológicas da liderança do PCR. Foi acusada, entre outras coisas, de falta de vigilância, pecado mortal no léxico de depurações stalinistas. De fato, o erro dela constava no fato de que, diretora da Direção Cultural, aprovara a publicação no boletim da Legação Romena de Washington, em abril de 1952, de um artigo de Vasile Luca. Recebera nesse sentido “sinal verde” da parte de Aninha Toma. Esta, especialista em manobras de bastidores, íntima de Gheorghiu-Dej, e jogando o jogo de fiel a Ana Pauker apenas para tornar-se confidente desta, negou os fatos e a censura recaiu sobre os ombros de Cristina Luca. Eis um fragmento da autocrítica dela na sessão do ativo do partido do Ministério das Relações Exteriores de 12, 13, e 16 de junho (a reunião foi conduzida por Constantin Pârvulescu, membro do Escritório Político do CC do PMR): “quanto às manifestações de conciliação, é algo em que todos pensamos e não conseguimos descobrir... Percebo que aqui é falta de combatividade combinada com familiarismo. Trata-se do relatório de Washington em que vi que, em 21 de abril estava planejado o aparecimento de um artigo de V. Luca. Neste momento não tivera conhecimento da carta (trata-se da Carta fechada do CC do PMR ligada ao “desvio de direita”), mas com base

na Decisão do governo de retirada de V. Luca do Ministério das Finanças e com base na consulta de *Scânteia* era claro para mim que não podia aparecer. Dirigi-me até a camarada Ana Toma, recebi a resposta de que retomara a sua reconciliação. Percebo que foi uma atitude conciliatória, sem procurar discutir o problema, submetendo-o a meu superior, o camarada Preoteasa. Parece-me notavelmente grave, mas mais grave para a camarada Ana Toma que conhecia a carta e a quem não era permitida a atitude conciliatória” (ver *Diplomații români și devierea de dreapta* (Diplomatas romenos e o desvio de direita), edição preparada por Florin Constantiniu, Editura Tritonic, București, 2003, p. 87-88).

O que não parece claro é que Ana Toma, Grigore Preoteasa e Avram Bunaciu faziam parte do agrupamento Dej, o que foi provado pela intervenção direta de Kishinevshi (o emissário de Dej) em favor de Ana Toma, depois que esta fora estigmatizada por Pârvulescu (seu ex-“camarada de vida”). Criticada pelo “orgulho” (era de fato uma pessoa digna, algo intolerável na seita comunista), Cristina Luca desaparecia da cena política depois de uma presença meteórica no cosmo bizarro da diplomacia do stalinismo romeno. Por informações recebidas de Eugen Szabo, ex-membro do Colégio Diretor do Ministério das Relações Internas, soubera que Dej se interessava pela possibilidade de incluí-la num eventual lote de “espiões e traidores” que viriam a ser julgados da mesma forma que os da Hungria e da Tchecoslováquia. Poderiam ter figurado em tal encenação ex-membros das Brigadas Internacionais (provavelmente Valter Roman) e dos lutadores clandestinos.

Depois da morte de Stálin, ela voltou a uma posição periférica na vida ideológica, no cargo de conferencista de marxismo na Politécnica. Depois de 1960 trabalhou como redatora da Editora Científica, editando livros de biologia e traduzindo, entre outros, *A vida de Gracchus Babeuf*, de Ilya Ehrenburg. Nesse ínterim, depois da Plenária sinistra de maio de 1958, meu pai foi excluído do partido (fevereiro de 1960) e remetido ao “trabalho baixo” (na seção cultural do Conselho Popular do bairro “Tudor Vladimirescu”). Mihail Boico, funcionário no Ministério da Indústria de Construções de Máquina, recebia, a seu turno, como advertência, um voto de censura. Hermina e Cristina, juntamente com seus esposos, encontravam-se toda noite,

discutindo, aos sussurros, sobre o que acontecia no país e no partido. No começo de 1960, essas duas irmãs discutiam mesmo a estratégia que seria seguida se meu pai fosse encarcerado (sabe-se que Grigore Răceanu, pai adotivo de Mircea Răceanu, foi para a prisão nesse período). Hoje aparece claramente que Gheorghiu-Dej estivera implicado pessoalmente nas campanhas de eliminação política dos ex-interbrigadistas e resistentes da França, e a família Boico e Tismăneanu representavam alvos perfeitos para esses expurgos.

Depois da morte de Dej, em 1965, graças ao apoio de Ilie Murgulescu e de Miron Constantinescu, Cristina voltou a lecionar. Escreveu alguns artigos acerca de temas ligados à emancipação do Terceiro Mundo, lecionou o socialismo científico no Instituto de Construção até sua aposentadoria forçada em 1975, provocada pela partida de seu filho, Andrei, para Israel. Mihail Boico partira desta vida em 1971. Nesse ínterim, Cristina retomara as relações com os amigos da França e continuava a entreter ligações com os velhos amigos da Resistência e da ilegalidade interbélica. Encontrava-se com Alexandru Bârlădeanu (depois da aposentadoria deste), com Ana Toma, Alexandra Buican, Ilca Melinescu, Boris Holban, esporadicamente com Geo Bogza, Mihai Șora, o doutor David Salzberg, o casal Tania e Gheorghe Brătescu, muito raramente com Valter Roman. Eram frias as relações com Corneliu Mănescu e com George Macovescu, que ela conhecia já desde os anos interbélicos. Aproximara-se de alguns colegas de cátedra, entre os quais me lembro de Maria Marian, atualmente diretora da Editora Universal Dalsi. Decidiu permanecer na França no outono de 1987, exatamente no momento em que minha mãe decidia não voltar ao país da viagem que fizera à Filadélfia.

Ambas as irmãs, que, depois da morte de meu pai, em fevereiro de 1981, moravam juntas na rua Zambaccian, 14, tinham sido submetidas a inúmeras “conversas” com os oficiais da segurança que trabalhavam no “caso Vladimir Tismăneanu” (ligado às minhas contribuições à Europa Livre, mas também na imprensa ocidental). Passando por momentos terríveis ao longo dos anos, chegaram ao limite dos nervos.

A miséria moral e material do país, as leituras referentes ao Gulag, as revelações acerca da enormidade dos crimes stalinistas, as próprias experiências da época Dej (inquirições, sanções, ameaças), o culto absurdo da

família Ceaușescu (pelo qual não tinham senão desprezo), o fio interminável de humilhações tinham levado ao fechamento do envolvimento comunista delas. Deprimidas psicologicamente, estavam perfeitamente esclarecidas politicamente. Entenderam que a doutrina em que acreditaram se mostrou falsa, que as promessas liberadoras do marxismo tinham sido desde muito abandonadas pelos velhos, poltrões e politrucos que formavam a nova classe. Foram excluídas do partido em ausência, num ajuntamento lamentável de bairro, sem que nenhum dos ex-amigos dissesse uma só palavra. Terminava um capítulo da vida delas: tinham entrado no movimento comunista, assim como um Kloester ou Margarete Buber-Neumann, com as aspirações mais nobres. Deixavam-no com amargura e não sem remorsos. Como me escrevia Cristina alguns anos atrás, citando um verso de Aragon: “*On sourira de nous/ D ‘avoir aimé la rose*”.

Refletindo há alguns anos no itinerário extraordinário de Mihai Șora, ousa crer que há algo em comum entre o destino de minha tia, Cristina Luca-Boico, e o do grande erudito antifascista. Penso naquela paixão, naquela crença fervente na bondade do ser humano, e, principalmente, no direito do indivíduo à dignidade. Indiferentemente das sinuosidades de uma biografia em que não só uma vez existiu o risco de morte, ou pode ser que exatamente por essas rupturas e fragmentações, a vida de minha tia, como a de minha mãe, parecem-me hoje sintomáticas do que chamei outrora o século das revoluções e das ideologias.

Cristina Luca partiu desta vida profundamente magoada pela perda de sua amada filha, desgostosa de qualquer dogmatismo e chocada pela ressurreição de um antissemitismo pestilencial camuflado como antissionismo ou antiamericanismo, nos meios da esquerda radical ocidental. Permaneceu, até o último instante, uma antifascista consequente, capaz de entender que o movimento a que serviu num certo período da vida dela partilhava, com seus inimigos jurados, as mesmas superstições tribais, as mesmas aversões pelos valores da tolerância e do diálogo. Entendeu, assim como sua irmã, minha mãe, que as promessas leninistas não foram senão uma miragem estranha, e o romantismo antifascista foi maculado pelas manipulações stalinistas abjetas. Devo a ela, entre tantos livros dados ao longo dos anos, a formidável análise do antifascismo feita por François Furet em *Le passé d’une illusion*. Não sei se

ela subscrevia totalmente a tese central do livro de Furet, mas estou certo de que meditou intensa e ininterruptamente na questão da ligação entre os escopos e os meios no esforço de resistir ao totalitarismo, seja ele de direita ou de esquerda. Estou convencido de que teria aprovado a conclusão da Comissão Presidencial, adotada por Traian Băsescu no discurso de 18 de dezembro de 2006 e que passou, assim, a ser a posição oficial, quanto ao caráter ilegítimo e criminoso do regime comunista da Romênia. Exatamente porque foi uma antifascista autêntica, Cristina entendeu a legitimidade moral do liberalismo anticomunista.

¹⁶⁹ Texto publicado em SMIC [Studii și Materiale de Istorie Contemporană], n.º 6, 2007, p. 237-245

¹⁷⁰ Museu de zoologia e paleologia em Bucareste – NT.

TOTALITARISMO E ANTI-SEMITISMO: DE HEDA MARGOLIUS KOVÁLY (1919-2010)[[171](#)]

Há destinos emblemáticos para os tempos sombrios dos totalitarismos. Pensemos em Margarete Buber-Neumann, em Alexander Soljenitzin ou em Nadejda Mandelstam. Passada para o mundo dos justos em dezembro de 2010, Heda Margolius Kovály viveu ambos os pesadelos absolutos do século xx: o nazismo e o comunismo. Nascida numa família hebraica de Praga, Heda foi deportada, juntamente com seu esposo, Rudolf Margolius, e com toda a família, primeiro para o gueto de Lodz, depois para Auschwitz. Seus pais morreram nas câmaras de gás. Heda sobreviveu; e imaginou que, de volta à Tchecoslováquia pós-bélica, viveria num mundo democrático. Assim como muitos intelectuais da Europa Central, Rudolf, que foi deportado para Auschwitz e Dachau, aderiu, em 1945, ao Partido Comunista, visando também ele a um mundo novo, sem racismo e sem injustiça. Mas havia os planos de Stálin de incorporação da Tchecoslováquia no novo bloco. Qualquer reserva, qualquer oposição era intolerável. O filho do fundador da Tchecoslováquia, o ministro das relações exteriores Jan Masaryk, haveria de ser liquidado (simulacro de suicídio), a Cortina de Ferro descia de maneira asfixiante em toda a zona controlada por Stálin e pelos seus criados. Rudolf Margolius, especialista em questões econômicas, passava a ser ministro adjunto do comércio exterior, uma posição política extremamente exposta a suspeições maníacas dos stalinistas. Era a época das caças às bruxas, da competição entre os dois “campos de concentração” (termo lançado por Jdanov na deliberação da fundação do *Cominform* de 1947), procuravam-se bodes expiatórios pelos fracassos econômicos das “democracias populares”.

Stálin exportara para a Europa Oriental não só uma propaganda descarada, mas também um modelo de perseguição dos “inimigos do povo”. Escrevi longamente acerca da pedagogia infernal e ilógica do stalinismo no estudo do

volume *Stalinism Revisited: The Establishment of Communist Regimes in East-Central Europe* (Stalinismo revisitado: o estabelecimento dos regimes comunistas na Europa Oriental e Central), do qual sou coordenador. Primeiro os líderes dos partidos de oposição, depois mesmo alguns dignitários comunistas (especialmente os com experiência biográfica ocidental) foram identificados como elementos subversivos. Organizaram-se processos-espetáculo, a pedagogia infernal (para retomar o conceito da saudosa historiadora Annie Kriegel) passava a ser uma dimensão essencial no novo sistema. A ruptura com a Iugoslávia de 1948, a denúncia de Tito e do líder do PC da Iugoslávia como “um bando de assassinos espíões” exacerbaram este clima de suspeição generalizada. A histeria passaria a ser contagiosa, ninguém era protegido das suspeitas onipresentes de traição. Nessas condições foram inventadas acusações contra algumas figuras marcantes do comunismo tchecoslovaco. Primeiro, as ações investigativas (ou seja, de inventar o inimigo interno) foram lançadas pelo próprio Rudolf Slánský, secretário geral do PC da Tchecoslováquia, mão direita do líder supremo, o alcoólatra abúlico que era Klement Gottwald. No espírito dos lemas obsessivos “Com a União Soviética pela eternidade”, os conselheiros soviéticos passaram a ser os verdadeiros autores das cenas demonológicas.

No final do ano de 1951 chegou a vez de Slánský, o que patrocinara (quicá iniciara) as prisões dos que haveriam de ser os seus colegas no banco dos acusados. Não havia imunidade perfeita em relação ao mecanismo do terror universalizado, a distinção dentre a vítima e os algozes era precária, maleável. Dentre os 14 culpados na monstruosa encenação judiciária do outono do ano de 1952, 11 eram judeus. Lembro aqui Bedřich Geminder, ex-funcionário do topo do *Comintern*, o chefe da Seção Externa do PC da Tchecoslováquia, casado com Irene Falcón, a secretária particular de Dolores Ibárruri (La Pasionaria); e Karel Šváb, ex-ministro adjunto da Segurança; e Josef Frank, ex-secretário geral adjunto do PC da Tchecoslováquia; e Otto Fischl, ex-ministro adjunto das finanças. Foi preso e afinal condenado à prisão perpétua Artur London, ex-voluntário nas Brigadas Internacionais da Espanha, membro de condução da FTP-MOI (parte da Resistência antinazista) da França. Ulteriormente, London haveria de escrever um livro aterrorizante, *L’Aveu*, [172] em que analisa os mecanismos de obtenção de confissões nesses cenários

lúgubres. No filme de Costa-Gavras baseado no livro de London, o roteiro foi escrito por Jorge Semprún, e os papéis principais representaram-nos Yves Montand e sua esposa, Simone Signoret. Lembraria aqui também o livro de memórias de outro sobrevivente do Processo Slánský, Evžen Löbl (Eugen Loebls, *My Mind on Trial*, Harcourt Brace Jovanovich, 1976). Depois do quê, tem de ser lembrada também a obra desmistificadora de Karel Bartošek acerca do dossiê (Dossiês) de London e suas ligações, antes de ser preso, com os serviços secretos, *Le Aveux des archives, Prague-Paris-Prague, 1948-1968* (Éditions du Seuil, 1996).

Outra personagem principal desse processo foi André Simone, o chefe do departamento internacional do diário comunista *Rude Pravo*.[\[173 \]](#) Com o nome real de Otto Katz, nascido em 1895 na Boêmia, foi, nos anos de 1930, o braço direito do célebre propagandista *en titre*[\[174 \]](#) do Comitern, Willy Münzenberg. Foi, parece, o primeiro marido de Marlene Dietrich, teve um papel decisivo na escrita do *Livro negro do incêndio do Parlamento*, documento capital da propaganda stalinista nos mesmos anos que W.H. Auden chamou *a low and dishonest decade*. Depois do pacto soviético-alemão de agosto de 1939, Münzenberg rompeu com Moscou e iniciou diversas ações de denúncia simultânea do nazismo e do stalinismo. Foi por fim eliminado sob a forma de um estranho suicídio (ver Jonathan Miles, *The Dangerous Otto Kats: The Many Lives of a Soviet Spy*, Bloomsbury, 2010). Otto Katz permaneceu até o fim leal a Stálin. Exerceu um papel chave em Hollywood, ao lado dos emigrantes alemães, foi o protótipo para a personagem Vitor Laszlo, de *Casablanca*, foi amigo de Fritz Lang, agiu em Nova Iorque (cooptações, vendetas, represálias) e na Cidade do México, nas campanhas da NKVD contra Victor Serge e de outros militantes antistalinistas. Inebriado de ilusões, o dialético apaixonado pela utopia, assemelhava-se a um Belu Zilber, passara a ser ele mesmo um ilusionista, um fanático preso na teia de aranha das guerras de sombra. Falou-me dele algumas vezes a irmã de minha mãe, Cristina Luca-Boico, que foi correspondente da *Scânteia* na Conferência de Paz de Paris em 1946. André Simone foi o correspondente de *Rude Pravo*. No processo de 1952 reconheceu as mais delirantes acusações. Fora outrora próximo de Noel Field, personagem central naqueles jogos em cima do fio da navalha. Foi enforcado também, em dezembro. Os corpos foram incinerados, e as cinzas

foram jogadas numa estrada congelada. Enforcado também foi Vladimír Clementis, o comunista eslovaco que substituiu Jean Masaryk como ministro das relações exteriores. Permaneceu-nos a anedota memorável de Kundera acerca da trucagem de uma fotografia histórica, quando de Clementis, que se achava ao lado de Gottwald, já não aparece senão o chapéu.

Na verdade, ríamos e esquecíamos. Depois vêm os anticomunistas, que, a seu turno, riem, das caricaturas de caricaturas, sem nenhum arrepio, de empatia, de compreensão de dramas existenciais terríveis. A ideologia como neurose, como procura persistente de salvação. Depois de anos, Louis Aragon lembrava-se com dor de Clementis. O mesmo Aragon que aprovava, em 1952, assim como Paul Éluard, a farsa sinistra de Praga. Nesse período, em Bucareste, na Comissão do Controle de Partido, urdiam-se fios de dossiês destinados a incriminar alguns dos antigos voluntários da Espanha e da resistência. Nos anos da Guerra, encontrando-se na URSS como refugiado político, Slánský foi o diretor do Departamento da Europa do Leste e Central da Rádio de Moscou. Meus pais trabalharam no quadro do serviço romeno, diretamente subordinado a Slánský. Minha tia foi colaboradora próxima de London, na Resistência francesa. Certamente, este tipo de passado os fazia candidatos às versões romenas das depurações sanguinolentas que faziam parte da (i)lógica do sistema.

Rudolf Margolius foi condenado à morte sob acusações absolutamente alucinantes: conspiração sionista, destinada a destruir a economia tcheca, traição da pátria, complô para a derrubada do regime. O requisitório e os artigos da imprensa tcheca daquele mês soavam como editoriais da folha hooligan, *Der Stürmer*, liderada por Julius Streicher, o anti-semita patológico executado em Nuremberg. No seu livro *Reflections of Prague: Journeys through the 20th Century* (Wiley, 2006), o filho de Heda e de Rudolf, o arquiteto Ivan Margolius, cita numerosos documentos que provavam um antissemitismo visceral que passou a ser a política oficial na Tchecoslováquia. Para Hitler e os nazistas, o antissemitismo era a pedra angular da sua cosmologia destrutiva. No caso dos comunistas, este antissemitismo foi muito tempo camuflado pela retórica antifascista. Agora explodia com uma virulência inimaginável apenas alguns anos antes. O mito extremista do “judeo-bolchevismo” encontrava-se na nova teoria da conspiração sionista,

colocada a “serviço do imperialismo anglo-americano”, uma contraparte mórbida. Na sua obra-prima *The origins of Totalitarianism*, Hannah Arendt consagra uma das três partes do livro ao problema do antissemitismo (como substrato ideológico irreduzível do nazismo). Eis que agora, graças a Timothy Snyder, o autor do livro *Bloodlands*, temos uma análise pertinente e persuasiva do componente anti-semita do stalinismo.

Heda Margolius e seu filho foram tratados como párias nos anos que se seguiram ao Processo Slánský. Somente em 1963 é que houve uma reabilitação parcial e tácita dos mortos. O líder stalinista Antonin Novotný não podia permitir-se abrir a caixa de Pandora de um debate honesto quanto às atrocidades dos anos de 1950, já que ele próprio se tinha implicado profundamente nelas. No necrológio aparecido em *The New York Times* de 9 de dezembro de 2010, William Grimes lembra que, no questionário que completou em 1963 para o Ministério da Justiça, a viúva de Margolius (nesse ínterim casada com o filósofo Pavel Kovály) indicava as seguintes perdas: “a perda da honra”, “a perda da saúde” e a “perda da fé no partido e na justiça”. Somente em último lugar figurava “a perda das propriedades”. Seguiram-se os anos em que Heda Kovály Margolius traduziu maciçamente de autoras como Heinrich Böll, Saul Bellow, Muriel Spark, Philip Roth e William Golding. Mas o mais importante para ela foi escrever suas memórias. Produziu um dos livros mais fundamentais da literatura dos campos de concentração e do terror do século dos totalitarismos desenfreados. Lançado em inglês com o título *Under a Cruel Star*, o livro de Heda Kovály ofereceu ao exigente crítico cultural Clive James a ocasião desta formulação superlativa: “Se me fossem dados apenas 30 segundos para pensar e decidir-me acerca de um único livro para recomendar a um estudante sobre do tema do caminho difícil, necessário de seguir para a compreensão das tragédias do século xx, escolheria o volume de Heda Margolius”.

Em 1967, Heda Kovály emigrou para os Estados Unidos, juntamente com seu esposo, que lecionou na Northwestern University. No momento do lançamento das suas memórias, o influente crítico Alfred Kazin, um dos mais conhecidos entre os intelectuais de Nova Iorque, afirmou: “O volume de memórias é um volume extraordinário, tão impressionante, que o reli por meses, incapaz de preparar-me para a revisão desse livro, porque é um

testemunho de uma vida que foi repetidamente virada de cabeça para baixo pelos efeitos maléficos dos totalitarismos da Europa do século passado”. Acerca da vida dessa mulher podemos dizer que foi mutilada, estropiada, destruída no sentido de que falava outrora Adorno. Há um filme documentário que apresentei algumas vezes, ao longo dos anos, a meus alunos, procurando propor-lhes uma explicação do mistério dos processos-espetáculo. Intitula-se *A Trial in Prague* e reconstitui o Processo Slánský. Ao tempo quando foi feito o filme, era, creio eu, em 1997, a televisão tcheca decidiu não transmiti-lo porque insistia demais no tema judaico. Digo aos alunos, e digo-o aqui: não é o filme que insistiu nesse problema, mas a história real de um século em que os monstros totalitários desenharam categorias humanas inteiras de liquidação apenas porque eram quem eram.

171 Texto publicado com o mesmo título na revista 22, no número de 4 de janeiro de 2011.

172 A confissão – NT.

173 *Rudé právo* (tcheco para *A Direita Vermelha* ou *o Direito vermelho*) era o jornal oficial do Partido Comunista da Tchecoslováquia. http://en.wikipedia.org/wiki/Rud%C3%A9_pr%C3%A1vo

174 Titular; efetivo; oficial *titre*; In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-12-24]. Disponível na www.infopedia.pt/frances-portugues/titre Em francês, no original.

FOLHAS VERDES E CÃES PERIGOSOS: A VIDA E OS TEMPOS DE EUGEN JEBELEANU[175]

“Que possas viver em tempos interessantes”, diz um velho provérbio, ou antes, uma maldição, chinês (real ou apócrifo). Eugen Jebelanu (1911-1991) foi um poeta antifascista, um homem de esquerda, um intelectual que fez muitos compromissos na época do stalinismo desenfreado, arrependeu-se amargamente dos anos de cegueira, soube renascer, mediante uma alquimia torturante da expiação como poeta autêntico, confirmando as expectativas de E. Lovinescu dos anos de 1930. Susteve, igualmente, os esforços de Ilena Vrancea, de Eugen Simion e de Ion Negoitescu de reabilitação de Eugen Lovinescu, a despeito da oposição dos velhos e dos novos guardas ideológicos. Numa época em que parecia ser condenado ao anacronismo, deixar apenas a lembrança de um dos arquitetos da utopia, os padres do que Eugen Negrici desconstruiu exemplarmente como religião política do comunismo romeno (assim como Mihai Beniuc, Marcel Breslașu, Veronica Porumbacu ou Cicerone Theodorescu), Jebeleanu escreveu os seus poemas mais perturbadores, os mais duráveis e os mais honestos. Alguns desses, em minha opinião, resgatam os erros dos anos de 1950 e permanecerão entre os poemas mais límpidos e nobres da literatura romena dos últimos decênios do trágico século xx.

O despertar começou mais cedo. No Congresso dos Escritores de 1956, Jebelenau e A. E. Baconsky foram os que abjuraram publicamente “as produções” literárias dos anos anteriores, e colocaram cinza na cabeça pela compactuação com o obscurantismo jdnovista. “Melhor que tivessem secado meus dedos do que ter escrito essas estultícias”, declarava Jebeleanu. Pode ser que então pusesse em andamento o conflito cada vez mais agudo com Mihai Beniuc, a quem Miron Radu Paraschivescu chamava “o anão da União dos Escritores”. Sabia que Beniuc não era um ator autônomo, que era de fato o

instrumento do “perfeito acrobata”, de Malvolio Leonte (como o chamou Petru Dumitriu), o chefe da Direção de Propaganda e Cultura do CC do PMR, o sátrapa ideológico supremo, Leonte Răutu. Compreendeu que tinha sido seguido, que fora o brinquedo de grandes manipuladores, de comissário da “Nova Crença” (Miłosz); acreditara num ideal, assim como o seu favorito, Attila József (de quem traduziu soberbamente), chocara com a mácula cínica desses sonhos. Cito de memória: “Muitos quiseram estar bem / Não para nós, ma para todos / Mas outros pensaram melhor / Nas quatro rodas douradas”. Contou-nos certa vez das reuniões memoráveis do verão do ano de 1958, quando, acusado de pecados terríveis, entre os quais “falta de vigilância”, recebera um voto de censura na linha do partido. Choviam sanções naquele verão das represálias. Ao tempo em que fazia a si mesmo a autocritica formal, Ema Beniuc começou a bradar histérica: “não creiais nele, mente, quer enganar o Partido!”. Já não contava que tinha escrito tudo o que escrevera, passara a ser um “inimigo objetivo”.

As poesias de depois de 1968 do ex-colaborador do periódico *Zburatorul* reencontravam não apenas o hermetismo trêmulo, diria condensado, dos começos, mas também a solenidade quase sacra do ato cívico. Passavam a ser cada vez mais explícitas as críticas a um regime alienante, abundavam as referências bíblicas, as parábolas acerca da imortalidade e salvação da alma. “O galo trombeteou na aurora / Avermelhou-se o mar em cantos / Ainda não é dia, mas podes começar / Podes, Pedro, começar tua venda”. Fábulas com significados subversivos, alusões diáfanas, em metáforas abrupto-parcimoniosas, a um estado de fato tanto mais revoltante: “No tempo do Rei Davi / Veio a ele um indivíduo / Dizendo: escuta, meu, / Por que não há passas no país / Pois elas me provêm da uvas / E quando as beliscas, tu te alegras / Respondeu Davi: Ehehe / Que boas seriam, mas já não há / Do que já não há para colocar, o pobre fez o panetone...”

Eugen Jebeleanu, a quem conheci, assim como o conheci, estava agora enojado com os jogos cínicos e perversos da *nomenklatura*: “Pobre de nossa alma / Quando ser grande / Nos encorcunda como o tolo / Dos tolos, dando-nos atenção”. É certo, poder-se-ia replicar-me, mas então por que aceitou ser membro suplente do CC do PCR no X Congresso? Dito de maneira simples, Jebeleanu não tinha o estofo de herói, não era feito para o martírio, era um

homem extremamente vulnerável, imaginava que, estando ali, na *entourage* imediata dos “deuses”, poderia encorajar algumas tendências liberalizantes. Apostava, creio, numa relação especial com Ceaușescu, a cerca do qual escrevera já desde 1936, quando o jovem jornalista Jebeleanu visitou a prisão de Brașov, onde se achava o detento político que tinha então 18 anos. Durante um tempo, Ceaușescu o tratou com certo respeito.

Depois de 1971, quando na Plenária do CC de novembro, consagrada ao novo congelamento ideológico, Jebeleanu desafiou a linha agressiva lançada com as “Teses de julho”, Ceaușescu e sua equipe decidiram que é um “Intratável”. Assim o descreve Popescu, o Deus, em suas memórias: um profeta irascível, um leão indignado que fazia sair de si os *culturnici*[176] do dia (e em primeiro lugar a ele, ao sacerdote da cultura neofeudal). Defender que Nijinski era um revolucionário verdadeiro, que os versos de Eminescu: “*Mai departe, mai departe, / Mai încet, tot mai încet, / Sufletu-mi nemângâiet / îndulcind cu dor de moarte*” (Mais longe, mais longe / Mais devagar, ainda mais devagar, / Minha alma inconsalada / adoçando com dor de morte) são o verdadeiro modelo poético, não as versificações otimistas dos poemas em série, eram tantas expressões de uma oposição imperdoável e intolerável.

Como tantos outros, como Aragon, Ehrenburg, Simonov, Neruda, Adam Ważyk, Éluard, Brecht, Pierre Daix, Ritsosne Nâzim Hikmet, Jebeleanu identificou-se emocional, sentimental, passionadamente com a esquerda revolucionária do século xx. O admirador de Bacóvia acreditou também na utopia socialista. Enganou-se, mas não foi um poltrão, um charlatão, não cantou hosanas a Ceaușescu. Seus tablóides, primeiro no *Contemporanul*, depois no *România literară*, eram também setas arremessadas contra um poder cada vez mais absurdo, cada vez mais irracional, cada vez mais aberrante. A restalinização de depois de 1971 encontrou em Jebeleanu um adversário irreduzível, irreconciliável. Lembro-me da publicação do tabloide acerca do “Doutor I.A.”. Todo o mundo cria que se tratava de Iosif Ardeleanu, durante anos o chefe da censura. Descobri que era de fato um panfleto dirigido ao doutor em estética marxista, o temido Gh. Stroia, o chefe de gabinete de Poescu, o Deus. Pedia a esse carcereiro do espírito para tirar-lhe da boca as mordanças e deixá-lo falar livremente... Sei, no seu *Jurnalul*, Ioan Caraion foi muito duro com Jebeleanu. Não lhe podia perdoar, então quando ele, Caraion,

e tantos outros intelectuais gemiam nas prisões, Jebeleanu foi um mimado pelo regime (não discuto aqui a biografia de Caraion). E, no entanto, nos anos e 1970, as coisas se tinham mudado, o papel de Jebeleanu era predominantemente benéfico, principalmente pelo apoio aos jovens escritores e pelo afastamento da importura, o que também reconhecia Monica Lovinescu em seu *Jurnalul*.

A história da literatura romena sob o comunismo não poderia fazer abstração do papel de Jebeleanu na resistência contra o novo proletcultismo (batizado “protocronismo”), pela sua coragem provada em algumas situações extremamente complicadas, quando disse um *não* categórico à linha oficial. Não me refiro apenas ao tomar a palavra com implicações dramáticas, mas principalmente aos seus poemas não conformistas. Mais ainda, ao lado de Geo Bogza (e ao contrário do ultraconciliador Virgil Teodorescu), Jebeleanu peitou a ofensiva stalinista-fascista apoiada por Dumitru Popescu e por Eugen Florescu, por ordem de Nicolae Ceaușescu.

Depois de 1965, Jebeleanu renunciou definitivamente ao triunfalismo oficial, escreveu *Elegie pentru floarea secerată* (Elegia para a flor ceifada), um volume dilacerante, um *cri de coeur* [177] em memória da amada desaparecida, daquela que fora a maravilhosa pintora Florica Cordescu. A sorte me fez amigo íntimo, desde a infância até hoje, de Tudor e Florica, o filho e a filha de Eugen Jebeleanu. Morávamos na mesma rua (Grigore Mora), eles no número 36 (uma casa projetada por Marcel Iancu), nós, no 22. Fui colega de classe de Florica no Liceu “Petru Groza” desde a primeira série até a sexta, quando, a conselho do diretor, o professor de geografia Burcescu, mudei-me para o Liceu, recém-construído, n.º 24, (o atual “Jean Monnet”) da rua Grădina Bordei, atrás da Săla Floreasca, ao lado da velha televisão. Sabia, evidentemente, quem era Jebeleanu, ouvira em casa acerca dele, *O sorriso de Hiroshima* era um dos livros mais louvados daqueles tempos. Mais tarde escrevi uma composição acerca desse poema, vêm-me agora à mente os versos: “Que noite densa, ai, que noite densa, / Onde está o caminho que leva para casa? / Que longa noite, ai, que longa noite / Onde está o caminho, senhora professora?”.[178] Nem falo de “Lidice”, a peça de resistência, provavelmente a mais sincera, das poesias antifascistas romenas.

Tenho perto de mim agora, quando escrevo esta evocação, o volume *Hanibal*, lançado pela Editora Cartea Românească em 1972, com capa e ilustrações de Tudor Jebeleanu. Na primeira página, um desenho do poeta, a quem, por Florica, eu pedira para dar-me um exemplar autografado: um ramo de árvore com muitas folhas, embaixo um cão maior, em cujo abdômen está escrito “Cuidado”, seguido por um cãozinho que não sabe muito bem ao lado de quem se encontra e que perigo corre... E as palavras inscritas pelo poeta, um aviso, uma lição de vida e uma exortação que me ficou até hoje na memória: “A Volodea,[179] com o conselho de aprender algo da linguagem das folhas verdes cortadas para os cães perigosos[180] (Fevereiro de 1973)”. Nesse volume, nas páginas 257 e 258, pode-se ler o poema publicado inicialmente em *Contemporarul*, imediatamente depois da supressão da Primavera de Praga, em agosto de 1968, pelos tanques do Pacto de Varsóvia. Intitulado “Fontes”, o poema pode ser lido no acróstico que compreende as palavras “Lumina Cehoslovaciei” (Luz da Tchecoslováquia). Para Jebeleanu, assim como para Bogza, Miron Radu Paraschivescu ou Geo Dumitrescu, o experimento de Praga significou a ressurreição de uma grande esperança. O círculo principesco de Bucareste parecia-lhe de um ridículo ilimitado. Acreditava, no entanto, que a verdadeira poesia salva o mundo, que pela arte se pode transcender a infâmia policialesca. Uma aposta que, pesando agora as coisas, creio que ele ganhou.

Termino com o poema “Măști” [Máscaras], dedicado “a uns amigos: “Se me amardes, amai-me cortado/ e não inteiro, porque os dentes vão doer-vos/ e o conselho, de tão bom vos protege/ é esfarinhades meus ossinhos, limpo/ Jogai-me não num lago, à noite, porque sei nadar, e escapo e é pena/ mas de costas jogai-me imediatamente num / niágara de bÍlis, suja / O, não me aperteis, se me amais, / tanto assim ao peito, mas direito, fraternalmente / vinde e apertai-me o pescoço, com calma / mas não escondais vosso pensamento” Que sei o que devo fazer enquanto vivo / com vosso cadáver que ainda vive”. [181]

¹⁷⁵ Texto publicado, com o título “Viața și timpurile lui Eugen Jebeleanu [A vida e os tempos de Eugen Jebeleanu], na revista 22, no número de 17 de maio de 2011.

¹⁷⁶ *Cultúrnic* s.m. (palavra russa), ativista comunista responsável pela cultura.

¹⁷⁷ Em francês, no original. “Um grito do coração” – NT.

178 “*Ce noapte deasă, vai, ce noapte deasă, / Unde-i cărararea care duce casă? / Ce noapte mare, vai, ce noapte mare, / Unde-I cărarea, doamnă ’nvățătoare?*” [Original].

179 Vadlimizinho, forma carinhosa em russo – NT.

180 A tăi frunze la câini (Chover no molhado) – NT.

181 De mă iubiți, iubiți-mă tocat / și nu întreg, căci dinții-or să vă doară / și sfatul, de bun o să vă pară / e să-mi sfărâmați oscioarele, curat / Nu între-um lac svârliți-mă-ntr-o doară / căci știu să-not, și scap și e păcat / ci-n cârcă aruncați-mi ne-ncetat / o niagara de venin, murdară / O, nu mă strângeți, saca mă iubiți, / atât de mult la piept, ci drept, frățește, / veniți și gātu-mi strângeți liniștiți / Dar nu v ‘ascundeți gândul! Ca să știu /ce trebuie să fac cât încă-s viu / cu leșul vostru care mai trăiește.”

ISAIAH BERLIN OU O SENTIDO AGUDO DA REALIDADE

Não creio que exagere de maneira nenhuma, afirmando que Isaiah Berlin foi, ao lado de Raymond Aron, o mais importante representante do pensamento liberal do século xx. O destino deste espírito extraordinário, adversário irreconciliável de qualquer forma de tirania, seja ela política ou mental, dá-nos ocasião para meditarmos no destino do liberalismo político no mundo de hoje, assim como nas tensões imanentes do projeto das Luzes. O último volume de ensaios de Isaiah Berlin (publicado ainda em vida), tendo o título significativo de *The Sense of Reality* (Farrar, Straus and Giroux, New York, 1997) compreende as contribuições em temas fundamentais para o procedimento deste pensador fascinante: a filosofia e a repressão governamental; o marxismo e a Internacional no século xix; a revolução romântica e a crise do pensamento moderno; Immanuel Kant como fonte menos conhecida do nacionalismo; Rabindranath Tagore e a consciência de nacionalidade. O elogio da realidade e a recusa dos espetáculos nebuloso-românticos, das abstrações utópicas são os temas essenciais, que definem o pensamento de Berlin. Dedicado ao grande pianista Alfred Brendel, a quem foi ligado por uma sólida amizade, o livro é típico do estilo de Berlin: uma elegância do discurso juntamente com uma erudição imensa e não ostentatória, mas também uma curiosidade pelos territórios menos visitados do mundo das idéias e uma coragem de estabelecer as associações de que poucos filósofos contemporâneos dão prova. Essas características da reflexão de Isaiah Berlin são igualmente luminosas e num belo ensaio escrito acerca de Alfred Brendel, publicado no grupo dedicado, em 1997, pelo *New York Times Review of Books* ao falecido.

Isaiah Berlin foi um humanista enciclopédico, uma presença intelectual de uma vivacidade imensa. São testemunhos nesse sentido o entusiasmo com que

escreveu acerca da música de Verdi, e também de Schubert e Schumann, os soberbos ensaios acerca de Vico, Herder, Joseph de Maistre (em que cita com admiração a Cioran), assim como os estudos excepcionais acerca da *intelighenzia* russa, do populismo, de Herzen, Turgheniev, as lembranças de Anna Akhmatova (parece que o encontro deles de 1945 foi o motivo da fúria de Andrei Jdanov, o *culturnic* supremo stalinista, conta a grande poetisa russa, acusada, num discurso macabro de 1946, de ser “metade puta, metade monja”). São coisas de que escrevem longamente György Dalos em *The Guest from the Future: Anna Akhmatova and Isaiah Berlin* (Farrar, Straus and Giroux, New York, 1988) e Michael Ignatieff em sua maravilhosa biografia *Isaiah Berlin: A Life* (Henry Holt/ Metropolitan Books, New York, 1998).

Isaiah Berlin não criou um sistema filosófico. Anos atrás, num célebre ensaio publicado no volume *Russian Thinkers*, propõe uma distinção essencial para a história das idéias: partindo de uma fábula antiga, discernia entre os pensadores da família do ouriço e os da família da raposa. Os primeiros são obcecados por uma idéia grandiosa, ao passo que os da segunda categoria aceitam reconhecer a legitimidade de processos menos ambiciosos, por muitas direções e planos. O ouriço é o que sabe *uma* coisa, mas dessa posição epistêmica decorre um monismo e mesmo um absolutismo radical. A raposa sabe *mais* coisas e teima em vê-las na sua complexidade e relatividade. Alguns dos críticos de Berlin viram na identificação do pensador britânico com a orientação da raposa um apoio às direções relativizantes da filosofia contemporânea. Creio que se trata antes de reconhecer o polimorfismo inevitável da vida social e espiritual, do que de uma atitude deliberadamente reticente em relação às pretensões oniscientes dos arquitetos de sistemas metafísicos.

Berlin esteve sempre convencido de que o homem é um ser falível, que o erro está inscrito como possibilidade já na natureza do ato de pensar e que a ilusão da sociedade perfeita é uma armadilha de que se tem de desviar com cuidado. Mencionaria entre as contribuições significativas de Isaiah Berlin os seus artigos com o tema do nacionalismo e o sentimento nacional. Numa época em que não eram poucos os que tinham escrito o necrológio das idéias e movimentos nacionalistas, Berlin insistiu quanto às fontes e aos significados menos visíveis da busca de identidade de grupo. Igualmente importantes

permanecem os seus escritos acerca da liberdade. Penso em primeiro lugar na disjunção entre liberdade *positiva* e *negativa*. Esta última refere-se à defesa do direito da subjetividade de não ser dominado por forças exteriores, ou seja, à oportunidade do indivíduo de subtrair-se às condições institucionais (estado, partido, nação etc.). Esses escritos de Berlin, republicados numa edição revista e aumentada, pela Editora Humanitas na coleção “Zeitgeist”, fazem parte do tesouro mais precioso do pensamento desespartilhado da modernidade. Oferecendo um aviso sóbrio a qualquer projeto de engenharia social, colocam Berlin na companhia dos críticos mais influentes do comunismo e do fascismo. Não devemos esquecer que a trajetória da vida dele foi atingida de modo fundamental pela aparição do espectro totalitário na Europa. Na infância foi testemunha do delírio revolucionário bolchevique de 1917, quando estava em São Petesburgo juntamente com seus pais, e do antissemitismo político moderno (nos anos em que morou em Riga) que alimentou a extrema direita europeia do século xx. Parafraseando uma caracterização feita por Tony Judt acerca de Leszek Kołakowski (estendida pelo autor a todos os intelectuais centro-europeus), considero que Isaiah Berlin se formou à sombra da experiência histórica da ditadura, da guerra, da devastação e do genocídio que teve como epicentro o que Timothy Snyder chamou “Europa do Leste, especialmente Belarrúsia, Ucrânia, Polônia e os países bálticos” (Holocaust: The Ignored Reality”, em *New York Times of Books*, 16 de julho de 2009).

Tal chave-interpretativa para o destino e a obra do filósofo britânico ajuda-nos a decifrar a ênfase colocada sobre a importância das liberdades negativas, ou seja, as que nos permitem manter sob controle as tentações do positivismo autoritário. Nesse sentido, podemos considerar que o tratamento de Berlin está próximo do do liberalismo frio. Partindo de observações da pensadora Judith Shklar (também ela nascida em Riga), Judt considera que este tipo de liberalismo “protege mais do que tudo a razão e a moderação. É o resultado da experiência direta dos excessos ideológicos, provêm da consciência sempre desperta da possibilidade de uma catástrofe, da tentação exercida pelo pensamento totalizante em qualquer de suas múltiplas formas (principalmente nos caso em que este último é erroneamente percebido como uma oportunidade ou renascimento)” – *New York Review of Books*, 24 de setembro de 2009.

Berlin, juntamente com Kołakowski e Shklar, associaram as idéias de liberdade a um elemento fundamental: a dúvida com relação a qualquer promessa ou tentação utópica. O século da guerra civil européia (e não apenas) demonstrou o perigo mortal do universalismo intrínseco da idéia de modernidade pressuposta pelo projeto iluminista. O antídoto proposto por Berlin é a defesa e o encorajamento do pluralismo. No ensaio “*Alleged Relativism in Eighteenth-Century European Thought*” (1980), Berlin formulou de maneira memorável este princípio: “Na casa da história da humanidade existem muitas moradas”. Manteve a convicção de que a experiência humana implica muitíssimos espaços comuns para nos permitir entendermos e apreciarmos a diversidade cultural tão necessária ao liberalismo. Berlin e Shklar argumentaram em favor da necessidade de um horizonte moral numa sociedade decente. Somente assim a diversidade está protegida do perigo da uniformização violenta do espaço público. Deste ponto de vista, o liberalismo é uma doutrina extraordinariamente difícil de adotar: “A recusa mesma de impor a unanimidade de uma crença e a homogeneidade das normas de comportamento pressupõem uma imensa capacidade de auto-controle. A adoção perseverante da tolerância é muito mais difícil e mais complicada do ponto de vista moral do que a repressão” (Judith Shklar, *Ordinary Vices*, Belknap Press of Harvard University Press, 1984, pp. 4-5). Em conclusão, podemos afirmar que, graças a Berlin, entendemos o fato de que as ideias têm igualmente força e consequências, que existe, o que quer que digam alguns solipsistas amorais, uma responsabilidade do ato intelectual. O liberalismo sem ilusões de Berlin, Kołakowski, Havel ou Shklar é de fato uma lição triste e dolorosa que a outra Europa deixou à civilização ocidental contemporânea. A leitura deste volume e a exposição da obra de Isaiah Berlin são modalidades de aprender esta lição, de interiorizar o trauma, as complexidades, mas também a esperança de que o século XXI trouxe consigo do século passado. Berlin deixou como herança uma obra aberta, uma metodologia da dúvida e, principalmente, uma justificação profunda, crível e durável da aposta na liberdade do ser humano.

IN MEMORIAM ROBERT C. TUCKER:
MENTOR, MODELO, AMIGO[[182](#)]

Partiu desta vida, aos 92 anos de idade, Robert C. Tucker, personalidade marcante das ciências políticas, da marxologia e da soviétologia. Suas antologias de Marx e Lênin, o livro acerca da filosofia e mito em Karl Marx, os estudos reunidos no volume clássico *The Soviet Political Mind*, os dois volumes monumentais da biografia de Stálin (inacabada, lamentavelmente, mas suficientemente rica e analítica e conceptual para manter-se uma das contribuições mais brilhantes nessa matéria inesgotável) constitui referência fundamental no pensamento político do século xx. Ao lado de Raymond Aron, Leonard Shapiro, Adam Ulam, Alain Besançon, Richard Pipes, Zbigniew Brzinski, Ghiță Ionescu, Martin Malia e Robert Service, Robert C. Tucker construiu um aparato interpretativo, rigoroso, matizado e soberbamente documentado, que não deixa lugar para ilusões provenientes da natureza essencialmente ilegítima do soviétismo. Quando a noção de totalitarismo se encontrava sob o assédio da parte da direção revisionista da soviétologia, Robert C. Tucker ofereceu os argumentos imbatíveis em favor da relevância deste conceito (reconhecendo, ao lado de Hannah Arendt, a importância de evitar visões petrificadas, pelas quais o totalitarismo aparecia como um bloco imutável). Escreveu um livro excepcional *The Marxian Revolutionary Idea*, onde desenvolveu o tema da desradicalização dos regimes marxistas, antecipando em muitos anos o momento Gorbatchev. A escola de soviétologia de Princeton, de Stephen Cohen (hoje professor da New York University) de Stephen Kotkin, reivindicava para si a herança politológica e historiográfica de Robert C. Tucker. A obra de Tucker trouxe de volta para o centro da análise politológica o conceito de cultura política e iluminou o papel das personalidades na dinâmica da ação política. Os seus livros acerca de Stálin e stalinismo têm como parêntese nos estudos acerca de Hitler e o nazismo

as obras essenciais de Ian Kershaw.

Fui íntimo dele, de sua família, inclusive de Robert English, seu genro, hoje professor de relações internacionais da Universidade Southern California, o autor de uma obra marcante acerca dos intelectuais de partido da *entourage* de Gorbatchev e o papel destes na desintegração do sistema leninista. O primeiro livro de Robert C. Tucker, acerca da filosofia e mito em Marx, eu o li em francês quando era estudante em Bucareste. O curso oficial da história do marxismo, mantido pelo político Gh. A. Cazan, vituperava contra a posição de Tucker. O mote do livro, tirado do jovem Marx, surpreendia a natureza dilacerada, alienada, do processo do radicalismo hegeliano-marxista: “O filósofo, ele mesmo uma parte estranha a esse mundo, assenta-se em si como medida do mundo”. Depois, em Caracas, em 1982, li absolutamente fascinado, da biblioteca de Sofia Imber e de Carlos Rangel, *Stalin as Revolutionary*. Depois de 1982, encontrei-o em diversas conferências e simpósios, mas aproximei-me de Robert Tucker em 1995, em Princeton. Participou de preleções que fiz acerca dos mitos políticos segundo o comunismo. De noite estive na casa dele juntamente com Ana Seleny, que lecionava então em Princeton. Conversei algumas horas com ele e com Evghenia (Jenia), sua esposa, a quem tinha um amor que se iniciara em Moscou, nos anos de guerra. Um amor que se confrontou com os aparatos repressivos do regime e com as suspeições paranoicas do próprio Stálin. Revimo-nos depois muitas vezes, corripondi-me com ele, falávamos muitas vezes pelo telefone. Ligou-me para parabenizar-me pela minha recensão, publicada no *Times Literary Supplement*, do livro de Alexander Iakovlev, *A Century of Violence in Soviet Russia*.

Sua posição quanto ao bolchevismo era diferente da de muitos colegas, inclusive de alguns lembrados mais acima (de ver-se a entrevista com George Urban que apareceu inicialmente em *Encounter* e transmitida pela Rádio Free Europe e na Rádio Liberty). Robert C. Tucker considerou que o stalinismo é definido por um transformismo radical. Em *The Soviet Political Mind*, afirma que “o pensamento transformista é um modo fundamentalmente oposto a qualquer concepção conforme a qual o objeto que passa a ser transformado detém uma capacidade de um desenvolvimento autônomo. Este último não tem um potencial de evolução ou de mudança do interior, de modo espontâneo, do qual, então, o que inicia a transformação do exterior tenha necessidade de

levar em conta. Tal autonomia não pode ser aceita porque imporia limites no nível de transformação de fora a que o sujeito será submetido” (p. 145). Não é de surpreender, portanto, que, nos momentos em que o stalinismo se encontrou em situação de crise, naqueles instantes de indecisão no plano interno, ele lançou os projetos grandiosos de transformação do Homem e do meio ao redor, desafiando e condenando a genética como uma pseudociência reacionária, burguesa. Ao mesmo tempo, este projeto de remodelação radical da realidade não é um processo arbitrário. É fundamentado “em leis científicas objetivas”. E Tucker demonstrou em suas obras como Stálin, por um processo de externalização, chegou a estar convencido de “que as próprias idéias são necessidades naturais que governam o desenvolvimento da sociedade”. Era de fato um “desenvolvimento” perverso da ambição determinista do marxismo originário.

De outro lado, Robert C. Tucker recusou a teleologia histórica absolutista. Acreditava que existiu uma pluralidade de caminhos partindo de Lênin, que Stálin não fora inevitável. Assim de Marx se podia chegar a Bernstein, não apenas a Lênin. Na entrevista com G. Urban, afirma: “não estou de acordo com a idéia de que o totalitarismo stalinista foi o resultado *lógico* da doutrina leninista” (p. 168). Em sua opinião, a evolução dos escritos de Lênin justifica uma derivação igualmente “lógica” para outros “discípulos” seus assim como Rikov, Bukarin, Krupskaja, Tomski. Mas também ele escreveu acerca da cultura política do bolchevismo e demonstrou a natureza intrinsecamente antidemocrática, despótica do voluntarismo messiânico leninista. Participou de um simpósio que organizei, juntamente com Ferenc Fehér, na New School for Social Research, a quatro décadas da primeira Resolução do *Cominform* contra Tito e o titoísmo. Encontrava-se ali também o historiador Aleksa Djilas, o filho do maior dissidente iugoslavo, Milovan Djilas, a quem o professor Tucker era ligado por uma amizade ardente.

As gerações de politólogos e historiadores do Ocidente, mas também dos estados soviéticos, foram inspiradas pelas idéias de Robert C. Tucker. Minhas próprias contribuições estão diretamente ligadas pela sua visão acerca do stalinismo e totalitarismo em geral. Numa carta do final dos anos de 1990 dizia-me que, se fosse lecionar de novo (era então *professor emeritus* em Princeton), usaria meu livro, *Reinventing Politics* como bibliografia

obrigatória. Foi a coisa mais bela que ouvi de um intelectual de tal estatura. Deu-me depois a honra de escrever algumas linhas de uma grande generosidade para a capa de meu livro *Stalinism for All Seasons: A political History of Romanian Communism*, lançado em 2003 pela University of California Press e traduzida por Cristina Petrescu e Dragoș Petrescu pela Editora Polirom (2005). Chamou o meu volume “obra fundamental acerca do comunismo romeno, uma história profundamente documentada e fácil de ler”.

Robert C. Tucker foi um amigo querido, um modelo e um mentor. Dele, de Ghiță Ionescu, de Alvin Z. Rubinstein e de Ken Jowitt herdei a ênfase na análise do ethos, da matriz simbólico-emocional, própria de formação política que me esforcei por explorar. Seus livros deveriam ser traduzidos o quanto antes para o romeno. No segundo volume da biografia de Stálin (*Stalin in Power: The Revolution from Above, 1928-1941*), Tucker analisou o bolchevismo de extrema direita. Em sua interpretação, esta metamorfose (alguns chamariam pseudomorfose) produziu-se no momento em que Stálin “combinou a versão própria do revolucionarismo leninista com o nacionalismo velico-russo” (p. xv). Na base deste fenômeno encontra-se um processo de identificação dupla: a de feitiço étnico e implicação total no processo de transformação, de recriação do mundo. Já desde o começo dos anos de 1920, Stálin era uma das figuras mais proeminentes do assim dito grupo “dos patriotas russos, vermelhos”. Em outro lugar, o soviétólogo seguiu também a fórmula “bolchevismo nacional russo”. Essas observações de Tucker e sua teorização do processo de *reversion* (a reaparição de fenômenos históricos do passado no comunismo) são, em minha opinião, o ponto de partida do entendimento do fenômeno de hibridização fascista do comunismo, que, na Romênia, tomou a forma do stalinismo nacional. Mais do que isso, nesses dias quando nos confrontamos com múltiplas nostalgias ligadas ao período comunista, o estudo das obras de Robert C. Tucker pode oferecer uma chave necessária para o entendimento do papel da psicologia e da personalidade na explicação do momento Ceaușescu da história romena recente.

O FIM DA IDEOLOGIA *IN MEMORIAM* DANIEL BELL (1919-2011)[[183](#)]

Vivemos, dizemos muitas vezes, numa era pós-utópica, pós-ideológica, pós-histórica, pós-industrial, pós-moderna. Mas não nos lembramos que esses conceitos não nasceram espontaneamente, que existiram numerosos grandes pensadores que os construíram na base de estudos profundos e de intuições notáveis. O professor Daniel Bell, que morreu aos 91 anos, foi um dos gigantes cientistas sociais, um intelectual crítico que ilustrou com paixão a vocação do liberalismo anticomunista no século dos grandes sismos ideológicos. Assim como Raymond Aron, seu pensamento esteve sob o signo de um confronto incontido com o marxismo e com os avatares deste no mundo de hoje. Seus livros permanecem fontes incontornáveis para o entendimento do passado, a análise do presente e a antecipação do futuro. Lembro aqui o volume clássico, de fato uma coleção de ensaios filosófico-sociológicos, *The End of Ideology*, um livro destinado a surpreender a extinção das escatologias, das teleologias e das teologias políticas nos anos de 1960. O sintagma fez uma carreira espetaculosa, a que determinou o professor que lecionava então na Columbia University a lamentar em repetidas linhas o fato que teria sido entendido de maneira errada, que não defendeu sob forma alguma o desaparecimento da ideologia em geral, mas dos projetos grandiosos de reestruturação absoluta da realidade. Tratava-se, em seu modo de ver, das grandes mutações sociais ignoradas pelos marxistas, da transformação do proletariado industrial investido outrora por Marx com o nimbo (missão) do sujeito histórico total, como estatuto social, pela dinâmica das novas formas de consumismo, entre as quais, escrevia Bell, a aparição de cartões de crédito representou ela mesma uma revolução, mudou decisivamente as mentalidades e os comportamentos. Lembro-me que li pela primeira vez *The End of Ideology* quando ainda estava na Romênia, por volta

de 1975; o livro circulava clandestino, sendo mencionado pelos ideólogos de plantão da *Era socialista* apenas para ser anatematizado. Do momento em que comecei a lecionar na University of Pennsylvania da Filadélfia, na primavera do ano de 1985, recomendei constantemente os livros de Daniel Bell. Escrevi naqueles anos ensaios a seu respeito que foram transmitidos na Europa Liberă.

Quando *Partisan Review* publicou em 1998 um artigo meu acerca das relações entre os ideólogos revolucionários e os mitos políticos da modernidade, referi-me também ao livro de Bell, dizendo que o grande pensador estaria enganado, ao colocar o declínio das ideologias nos anos de 1960 (o livro apareceu exatamente em 1960). O meu argumento era que exatamente então, ou seja, em 1968, produziu-se uma ressurreição das ideologias revolucionárias (maio de 1968, com a exaltação dos três Ms: Marx, Mao, Marcuse –, a revolta antitotalitária dos estudantes da Universidade de Varsóvia, mas também o ideal do socialismo com face humana dos reformadores da Tchecoslováquia, a Nova Esquerda da Itália, Alemanha, Estados Unidos, a revolta estudantil do México). De fato, eu sustentava (e ainda me mantenho nesta posição) que o exaurimento das teorias sociais radicais coincidiu com os movimentos revolucionários de 1989 da Europa Oriental e Central: anti-ideológicos, antiutópicos, não quiliásticos, não violentos, não messiânicos. Nas páginas de *Partisan Review*, fui honrado de poder dialogar com uma personalidade de tamanha envergadura. Em meus cursos acerca de radicalismo, utopias e mitos políticos vali-me da 2.^a edição de *The End of Ideology*, como leitura obrigatória. Considero que também as outras obras de Bell fazem parte do tesouro imperecível do pensamento social: *The Coming of the Post-Industrial Society* (1973) e *The Cultural Contradictions of Capitalism* (1978). Orientei agora um trabalho de doutorado de um estudante notável da Universidade de Maryland, Benli Schechter, acerca dos pensadores de *Partisan Review*, a ruptura com o stalinismo e a crítica aos totalitarismos (fascista e comunista). Em novembro de 2010, Benli esteve em Boston, foi a Cambridge, Mass., para visitar Daniel Bell e fez provavelmente a última entrevista com o ilustre sociólogo. Espero publicá-la o quanto antes.

Nascido numa família de emigrantes hebreus da Europa Oriental, o que até os 13 anos teve o nome de Daniel Bolofsky simbolizou paradigmaticamente esse grupo de intelectuais de Nova Iorque denominado muitas vezes *The*

Family (Mary McCarthy escreveu um romance à clef acerca desta comunidade espiritual fascinante e extremamente influente). Seus amigos mais íntimos, estudantes também eles nos anos de 1930 no City College de Nova Iorque, foram Irving Kristol, Irving Howe e Nathan Glazer. Esses quatro pensadores (críticos sociais, intelectuais públicos) haveriam de refletir por decênios, ora consensualmente, ora de maneira polêmica, acerca dos grandes dilemas da América da segunda metade do século xx. Os artigos deles foram publicados em revistas que entraram na história, entre as quais *Partisan Review*, *The New Leader*, *Commentary*, *Encounter*, *The New Republic* e *Dissent*. Irving Howe permaneceu até o final da vida um socialista democrático, opôs-se à Guerra do Vietnã, colaborou intensamente com Michael Harrington e com Michael Walzer para a articulação de algumas estratégias de reforma social diferentes do revolucionarismo de tipo marxista, leninista, trotskista, ou anarquistas (Howe foi um dos críticos mais drásticos da Nova Esquerda e da contracultura). Um documentário extraordinário, um filme cativante acerca da biografia das ideias da América do século xx, realizado em 1998 por Joseph Dorman, intitula-se *Arguing the World* e tem como protagonistas Bell, Howe, Glazer e Kristol.

Em 1965, Daniel Bell e Irving Kristol fundaram *The Public Interest*, uma revista que haveria de influenciar decisivamente as opções de política pública de várias administrações dos anos que se seguiram. Por definição um cético quanto a qualquer ideologia “forte”, por formação um socialista democrata, por vocação um espírito liberal inspirado pelas idéias de Max Weber e Karl Mannheim, Bell recusou o alinhamento ideológico no movimento neoconservador. Era um espírito livre, não podia deixar-se prender por nenhuma fórmula ideológica limitadora, fosse ela o marxismo ou o estruturalismo funcionalista. No mundo das ciências sociais esteve próximo de Daniel Patrick Moynihan, e de Nathan Glazer (de quem foi colega de cátedra, em Harvard, depois de 1969). De maneira não convencional, o doutorado obtido em Columbia lhe foi oferecido por *The End of Ideology*, pelos seus livros em geral (assim com Barrington Moore Jr., não defendeu formalmente um doutorado).

Foi um adversário de qualquer apriorismo congelado, das especulações oraculares tão queridas a diversos radicais. Repugnou-lhe qualquer forma de

sectarismo: político, ideológico, religioso. Defendeu os valores democráticos na luta antitotalitária (em consenso com Albert Camus, George Orwell, Carlo Rosselli, Hannah Arendt, Dwight Macdonald, Ignazio Silone, Edmund Wilson, Raymond Aron, Isaiah Berlin, Robert Conquest ou, mais próximos de nós, na mesma direção, Monica Lovinescu, Virgil Ierunda, Mihail Fărcășanu, Nicolae Carandino e Petre Pandrea). Quando Kristol passou a ser explicitamente o profeta do neoconservadorismo, Bell demitiu-se de *The Public Interest*. Não suportava rótulos, não se deixava pregar no leito de Procusto de fórmulas simplificadoras (daí, mesmo em *Partisan Review*, o sociólogo Amitai Etzioni, o que haveria de estar entre os fundadores do comunitarismo, o ter chamado de “um neoconservador pragmático”). Considerava-se um social-democrata de direita, tinha um fraco pela tradição antidespótica do menchevismo (não esqueçamos que dessa direção nasceram os primeiros pesquisadores soviéticos). Assim como Leszek Kołakowski (um pensador a quem prezou e de cuja apreciação ardente também gozou), Daniel Bell cultivou um ecletismo benéfico, declarou-se “socialista em economia, liberal em política e conservador em cultura”. Quando escrevi há alguns anos um ensaio intitulado *In Praise of Eclectism*, pensei exatamente nesses intelectuais admiráveis cujas biografias são testemunhos do que chamamos a liberdade do espírito (uma espécie da qual fizeram parte, juntamente com os lembrados acima, personalidades como Leopold Labedz, François Furet, Jean-Françoise Revel, Ghiță Ionescu, Claude Lefort, Cornelius Castoriadis, George Lichtheim, Annie Kriegel, Franz Borkenau, François Fejt, Sidney Hook, Dam Ulam, Jacek Kurón, Ferenc Fehér, Robert C. Tucker ou Tony Judt). Dois dos livros seus foram incluídos entre as 100 obras de máxima influência do século xx pelo *Times Literary Supplement*. Daniel Bell foi igualmente um erudito e um *intellectual*. Encarnou brilhantemente ambas as hipóstases, e creio que o segredo da viabilidade da sua obra provém mais da coragem de não renunciar a seu chamado intelectual: “O intelectual começa com sua própria experiência, com suas percepções acerca do mundo, com seus próprios privilégios e privações, e julga o mundo por intermédio dessas sensibilidades”.

IN MEMORIAM TONY JUDT:
UM GRANDE CIDADÃO DA
REPÚBLICA DAS LETRAS[184]

A notícia inevitável, a notícia que temia que chegasse: na sexta-feira, 6 de agosto (de 2010), faleceu, aos 62 anos de idade, Tony Judt, o historiador que encarnou exemplarmente a vocação do intelectual público. Foi um pensador para o qual a moralidade e a política não são domínios incompatíveis. Espírito polêmico, hostil às certezas cômodas, Tony Judt provocou, por seus escritos, reações poderosas e frequentemente agressivas. Exasperava-o qualquer forma de fundamentalismo. Seus livros (alguns traduzidos em romeno pela Editora Polirom) dão testemunho de uma atitude de rechaçamento consequente de quaisquer fixações ideológicas. O que escreveu, principalmente depois de 2002, referente a temas ligados ao Oriente Médio foi frequentemente chocante para alguns de seus leitores. Ninguém pôde, no entanto, acusá-lo alguma vez de cinismo, de hipocrisia ou de conformismo. Detestava as idéias pré-concebidas e os fanatismos de qualquer natureza.

Past Imperfect desconstruiu a fascinação dos intelectuais franceses pelas utopias marxizantes, inclusive o totalitarismo stalinista. Foi um dos primeiros que escreveram acerca do papel dos intelectuais críticos da Europa Oriental na desagregação dos sistemas comunistas. Também ele escreveu depois acerca do declínio desse papel, da conversão de alguns destes ex-dissidentes no oposto do que tinham prometido e tinham parecido ser. Polemizei com Tony Judt num artigo publicado em *Common Knowledge*, e retomado em meu livro *Fantasies of Salvation*. Eu preferia não ver que alguns ex-dissidentes tinham passado a ser, assim como escrevia ele, caricaturas de seu próprio passado heroico. Eu fechava os olhos quando me eram mostrados os textos que apoiavam alguns negacionistas do Holocausto. Longe de considerar minha crítica uma ofensa,

Tony Judt referiu-se favoravelmente a esse livro num artigo de *New York Review of Books* acerca da Romênia, que escandalizou e ulcerou a muitos filisteus.

Rebobinando o filme, temo que o professor da New York University, o diretor do Instituto Remarque de Estudos Europeus, autor da excepcional história da *Europa dos Anos da Guerra Fria (Postwar)* teve razão em grande medida. Tributário do paradigma da sociedade civil e de um universalismo ético quicá cândido, eu não via as coisas que haveriam de aparecer cada vez mais claras com o tempo. Eu idealizava os dissidentes, crendo que eram todos iguais a Sakarov, Michnik, Kurón, Kis e Havel, capazes, portanto, de articular e sustentar um conceito viável de liberdade. Eu construía um arquétipo moral e não percebia que algumas estátuas tinham começado a degradar-se. O sinal mais duro e dolorido veio da ex-Iugoslávia, quando alguns membros do círculo Praxis se transformaram em ideólogos do regime Milošević. Falei muito desse tema com aquele que foi meu amigo mais íntimo. Em Postdam, em 2005, consegui discutir à vontade o problema do Mal radical. Lembro-me de sua intervenção nessa conferência organizada por ele e por Susan Neiman, quando relembrou o fato de que o stalinismo funcionou não apenas no Leste, mas também nos partidos comunistas do ocidente e que, se esses tivessem estado no poder nos anos de 1950, teriam montado processos-espetáculo similares ao de Sofia, Tirana, Praga, Budapeste ou Bucareste. Nos últimos anos discuti muitas vezes as questões ligadas à história, à memória, ao esquecimento, à comparação dos regimes comunistas e fascistas, às cicatrizes abertas da consciência européia. Mantive-o à corrente dos esforços de adoção do passado traumático da Romênia e do processo da Comissão Presidencial que coordenei. Nesse sentido, Judt oferecia um diagnóstico judicioso: “Uma sociedade bem organizada é aquela em que sabemos a verdade de nós mesmos, no nível de toda a comunidade, não aquela em que dizemos mentiras quentinhas acerca do que somos”. Mantive sempre a ligação com seus amigos da Romênia e, em primeiro lugar, com Mircea Mihăieș, ex-fellow no Instituto Remarque, o que editou o volume com o texto mencionado no *New York Review* e as reações do país. A doutoranda de Tony Judt, Georgiana Perlea escreve uma tese acerca do grupo Socialismo e Barbárie e publicou um ensaio acerca de Castoriadis em *Idei în dialog*.

Lembremos aqui que Tony Judt foi uma das duas referências acadêmicas para a University of California Press de meu volume *Stalinism for All Seasons*. Em *Postwar*, tomará meu conceito de stalinismo nacional, aplicando-o à análise comparativa do comunismo da Romênia e da Albânia. Há um livro importante de Tony Judt que foi publicado apenas em romeno. Trata-se do volume *Europa iluziilor* (A Europa das ilusões), publicado pela editora Polirom em 2000, que contém a transcrição do diálogo entre Judt e os membros do grupo *A Treia Europă* din Timișoara,[185] além de um conjunto de ensaios aparecidos em inglês. O volume, que mereceria ser republicado, foi coordenado por Daciana Branea e Ioana Copil-Popovici, tendo um prefácio meu e um posfácio de Dorian Branea. Lembraria aqui as visitas de Tony Judt à Romênia, as preleções em Timișoara, em Iași e em Bucareste (na NEC),[186] a visita à República da Moldávia. Lembraria a abertura que ele tinha sempre diante dos intelectuais da Romênia. Mencionaria aquele mês inesquecível que passamos em 2002 em Nova Iorque, como *fellow* no Instituto Remarque, e as discussões havidas no seminário consagrado às minhas preleções “The Devil in History”, o ponto de partida de um livro hoje em fim terminado, que dedicarei a Tony Judt.

Escrevendo acerca de Leszek Kołakowski, Tony Judt chamou-o “o último grande cidadão da República Européia das Letras”. Essas palavras são apropriadas também em seu caso. O livro *The Burden of Responsibility* propõe as linhas de força de uma visão trágica e lúcida acerca do universo político de um século massacrado pela paixão ideológica e pela *hybris* radical. Os heróis de Tony Judt chamaram-se Camus, Aron, Hannah Arendt, Léon Blum, Kołakowski, Koestler. As virtudes em que acreditou foram a moderação, a firmeza, a honra, a responsabilidade. Londrino de nascença e formação, passou a ser o que se chama um *intellectual nova-iorquino* (semelhante a Hannah Arendt, Irving Howe, Dwight Macdonald ou Daniel Bell). Os seus ensaios histórico-políticos apareceram em *New York Review of Books*, *Tikkun*, *Times Literary Supplement*, *The New Republic*, *London Review of Books*. Foi um membro extremamente ativo da comissão editorial do trimensário *East European Politics and Societies*. Praticou a história das idéias e a análise política de uma maneira exaustiva, oposta a qualquer provincialismo reducionista.

Numa intervenção citada no necrológio de *New York Times* (assinado por William Grimes), dizia Tony Judt: “Um historiador é ao mesmo tempo antropólogo, filósofo, moralista, e, igualmente, tem de entender a situação econômica do período acerca do qual escreve. Nesse mesmo artigo, Mark Lila ofereceu uma caracterização excelente da atividade de Tony Judt: “Tinha a capacidade incomum de apresentar a imagem do conjunto, simultaneamente com a análise do cerne das coisas”. As linhas acima foram os primeiros pensamentos que me vieram à mente, quando da despedida de um pensador excepcional, um amigo de grande generosidade e um humanista como poucos permaneceram em nosso mundo cada vez mais empobrecido espiritualmente.

¹⁸⁴ Texto publicado, com o título “O lume fără Tony Judt” [Um mundo sem Tony Judt], na revista 22, no número de 24 de agosto de 2010.

¹⁸⁵ A Terceira Europa de Timișoara – NT.

¹⁸⁶ New Europe College – NT. *New Europe College (NEC)* é um instituto romeno independente para estudo avançado das humanidades e ciências sociais, fundado em 1994 pelo Professor Andrei Pleșu (filósofo, historiador de arte, escritor, Ministro da Cultura da Romênia, 1990-1991, Ministro das Relações Exteriores, 1997-1999) dentro do quadro da *New Europe Foundation*, estabelecida em 1994 como uma fundação privada submetida à lei romena. *Apud* http://www.nec.ro/fundatia/nec/about_us.htm

DEO GRATIAS. IANUARIUS, III, MMXIV.

SUGESTÕES DE LEITURA[187]

- *** *The Diary of Georgi Dimitrov, 1933-1949*, introduced and edited by Ivo Banac; German part translated by Jane T. Hedges, Russian by Timothy D. Sergay, and Bulgarian by Irina Faion, Yale University Press, New Haven, 2003.
- ALI, TARIQ (ed.), *The Stalinist Legacy: Its Impact on the 20th Century World Politics*, Penguin Books, Harmondsworth and New York, 1984.
- _____, *The Idea of Communism*, Sewagull Books, London, 2009.
- ARENDT, HANNAH, *The Life of the Mind*, Harcourt Brace Jovanovich, San Diego, New York, 1978.
- _____, *The Origins of Totalitarianism*, Harcourt Brace Jovanovich, New York, 1973.
- ARON, RAYMOND, *Democratie et totalitarisme*, Éditions Gallimard, Paris, 1965.
- _____, *Democrație și totalitarism*, traducere de Simona Ceașu, Editura ALL Educational, București, 2001.
- _____, *L'Opium des intellectuels*, Éditions Calmann-Levy, Paris, 1955.
- _____, *Opiul intelectualilor*, traducere de Adina Dinițoiu, Editura Curtea Veche, București, 2007.
- BALLIU, FAHRI, *Sinistra Doamnă – Văduva dictatorului albanez Enver Hoxha*, cu prefața de Ismail Kadare și argument de Vladimir Tismăneanu, Editura Humanitas București, 2009.
- BANAC, IVO, *With Stalin against Tito: Cominformist Splits in Yugoslav Communism*, Cornell University Press, Ithaca, 1988.
- BARTOŠEK, KAREL, *Les Aveux des archives. Prague-Paris-Prague, 1948-1968*, Editions du Seuil, Paris, 1996.
- BEEVOR, ANTONY, *The Battle for Spain*, Penguin Books, London, 2006.

- BELL, DANIEL, *The Coming of the Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*, Basic Books, New York, 1973.
- _____, *The Cultural Contradictions of Capitalism*, Basic Books, New York, 1978.
- _____, *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*, second edition, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 2000.
- BERLIN, ISAIAH, *The Sense of Reality*, Farrar, Straus and Giroux, New York, 1997.
- BESANÇON, ALAIN, *The Rise of the Gulag: Intellectual Origins of Leninism*, Continuum, New York, 1981.
- BOTERBLOEM, KEES, *The Life and Times of Andrei Zhdanov, 1896-1948*, McGill-Queen's University Press, Montreal, 2004.
- BRANDENBERGER, DAVID, *National Bolshevism - Stalinist Mass and the Formation of Modern Russian National Identity, 1931-1956*, Harvard University Press, Cambridge/London, 2002.
- BROWN, ARCHIE, *The Rise and Fall of Communism*, HarperCollins, New York, 2009.
- _____, *Seven Years that Changed the World: Perestroika in Perspective*, Oxford University Press, Oxford, 2007.
- BRZEZINSKI, ZBIGNIEW, *The Soviet Bloc: Unity and Conflict*, revised and enlarged edition, Cambridge University Press, Cambridge, Mass., 1967.
- CHAVCHAVADZE, N.V.; NODIA, GHIA; PEACHEY, PAUL, *National Identity as an Issue of Knowledge and Morality: Georgian Philosophical Studies*, Paideia Press and The Council for Research in Values and Philosophy, Washington, D.C., 1994.
- CHIROT, DANIEL, *Modern Tyrants: The Power and Prevalence of Evil in Our Age*, The Free Press, New York, 1994.
- COHN, NORMAN, *The Pursuit of the Millennium: Revolutionary Messianism in Medieval and Reformation Europe and its Bearing on Modern Totalitarian Movements*, Harper and Row, New York, 1961.

- CONQUEST, ROBERT, *Reflections on a Ravaged Century*, Norton, New York, 2000.
- CROSSMAN, RICHARD H. (ed.), *The God that Failed*, with a new foreword by David C. Engerman, Columbia University Press, New York, 2001.
- DAHRENDORF, RALF, *After 1989: Morals, Revolution, and Civil Society*, St. Martin's Press, New York, 1997.
- DALOS, GYORGY, *The Guest from the Future: Anna Akhmatova and Isaiah Berlin*, Farrar, Straus and Giroux, New York, 1998.
- DASKALOV, ROUMEN, *The Making of a Nation in the Balkans. Historiography of the Bulgarian Revival*, Central European University Press, Budapest/New York, 2004.
- DAVIES, SARAH; HARRIS, JAMES (eds), *Stalin: A New History*, Cambridge University Press, Cambridge, 2005.
- FEHÉR, FERENC; HELLER, ÁGNES; MÁRKUA, GYÖRGY, *Dictatorship over Needs*, Blackwell, Oxford, 1983.
- FITZPATRICK, SHEILA (ed.), *Stalinism - New Directions*, Routledge, London/New York, 2000.
- FURET, FRANÇOIS, *Le passé d'une illusion. Essai sur l'idée communiste au XX^e siècle*, Editions Robert Laffont/Calmann-Levy, Paris, 1995.
- _____, *Trecutul unei iluzii. Eseu despre ideea comunista în secolul XX*, traducere de Emanoil Marcu și Vlad Russo, Editura Humanitas, București, 1996.
- GELLATELY, ROBERT, *Lenin, Stalin, and Hitler: The Age of Social Catastrophe*, Knopf, New York, 2007.
- GENTILE, EMILIO, *Politics as Religion*, Princeton University Press, Princeton, 2006.
- GETTY, ARCH J.; NAUMOV, OLEG V., *The Road to Terror. Stalin and the Self-Destruction of the Bolsheviks, 1932-1939*, Yale University Press, New Haven/London, 1999.
- GEYER, MICHAEL; FITZPATRICK, SHEILA (eds), *Beyond Totalitarianism: Stalinism and Nazism Compared*, Cambridge University Press, New York, 2009.

- GLUCHOWSKI, LESZEK W.; POLONSKY, ANTONY, *Polin. Studies in Polish Jewry. 1968: Forty Years After*, vol. 21, The Littman Library of Jewish Civilization, Oxford/Portland, Or., 2009.
- GOULDNER, ALVIN W., *Against Fragmentation. The Origins of Marxism and the Sociology of Intellectuals*, Oxford University Press, New York, 1985.
- HALPIN, IGAL, *From Darkness to Light. Class, Consciousness, and Salvation in Revolutionary Russia*, University of Pittsburgh Press, Pittsburgh, 2000.
- HELLER, ÁGNES; FEHÉR, FERENC, *From Yalta To Glasnost: The Dismantling of Stalin's Empire*, Basil Blackwell, Cambridge, 1990.
- HODOS, GEORGE H., *Show Trials: Stalinist Purges in Eastern Europe, 1948-1954*, Praeger, New York, 1987.
- IGNATIEFF, MICHAEL, *Isaiah Berlin: A Life*, Henry Holt/Metropolitan Books, New York, 1998.
- JAMES, PAUL WARREN, *Globalism, Nationalism, Tribalism: Bringing Theory Back*, SAGE, London, 2006.
- JOWITT, KENNETH, *New World Disorder: The Leninist Extinction*, University of California Press, Berkeley, 1992.
- JUDT, TONY, *The Burden of Responsibility: Blum, Camus, Aron, and the French Twentieth Century*, University of Chicago Press, Chicago, 1998.
- JUDT, TONY, *Postwar: A History of Europe since 1945*, Penguin Press, New York, 2005.
- KADARE, ISMAIL, *The Successor. A novel*, translated from the French of Tedi Papavrami by David Bellos, Arcade Pub., New York, 2005.
- KADARE, ISMAIL, *Fiicalui Agamemnon. Succesorul*, traducere din albaneza, postfata și note de Marius Dobrescu, Editura Polirom, Iași, 2005.
- KOESTLER, ARTHUR, *Darkness at Noon*, Bantam Books, New York, 1986.
- KOESTLER, ARTHUR, *Intineric la amiazii*, editia a II-a, traducere de Sanda Aronescu, Editura Humanitas, București, 2008.
- KOLA, PAULIN, *The Myth of Greater Albania*, New York University Press, New York, 2003.
- KOLAKOWSKI, LESZEK, *Main Currents of Marxism*, new edition with a new preface and epilogue, Norton, New York, 2005.

- KOTKIN, STEPHEN, *The Magnetic Mountain*, University of California Press, Berkeley, 1995.
- KOVÁLY MARGOLIUS, HEDA, *Under a Cruel Star – a Life in Prague, 1941-1968*, Plunkett Lake Press, Cambridge, Mass., 1986.
- KRIEGEL, ANNIE; COURTOIS, STEPHANE, *Le grand secret du PCF*, Editions du Seuil, Paris, 1997.
- LAWRENCE, PAUL, *Nationalism: History and Theory*, Pearson Education, Harlow/New York, 2005.
- LEFORT, CLAUDE, *Complications: Communism and the Dilemmas of Democracy*, Columbia University Press, New York, 2007.
- LEVY, ROBERT, *Ana Pauker: The Rise and Fall of a Jewish Communist*, University of California Press, Berkeley, 2001.
- LOEBL, EUGEN, *My Mind on Trial*, Harcourt Brace Jovanovich, New York/London, 1976.
- LUKÁCS, GEORG, *History and Class Consciousness: Studies in Marxist Dialectics*, MIT Press, Cambridge, 1985.
- LUKES, STEVEN, *Marxism and Morality*, Clarendon Press, Oxford, 1985.
- MALIA, MARTIN, *The Soviet Tragedy: A History of Socialism in Russia, 1917-1991*, The Free Press, New York, 1994.
- MARGOLIUS, IVAN, *Reflections of Prague: Journeys through the 20th Century*, Wiley, London, 2006.
- MARTIN, TERRY, *The Affirmative Action Empire: Nations and Nationalism in the Soviet Union, 1923-1939*, Cornell University Press, Ithaca, 2001.
- MCLELLAN, DAVID, *Marxism after Marx*, fourth edition, Palgrave Macmillan, New York, 2007.
- MICHNIK, ADAM, *Letter from Freedom: Post-Cold War Realities and Perspectives*, University of California Press, Berkeley, 1998.
- MILES, JONATHAN, *The Dangerous Otto Katz: The Many Lives of a Soviet Spy*, Bloomsbury, London, 2010.
- MIŁOZ, CZESŁAW, *Beginning with My Streets*, Farrar, Straus and Giroux, New York, 1991.

- MONTEFIORE, SIMON SEBAG, *Stalin. The Court of the Red Tsar*, Vintage Books - Random House, New York, 2004.
- OUSHAKINE, SERGHEI; BRĂDĂȚAN, COSTICĂ (eds), *In Marx's Shadow: Knowledge, Power, and Intellectuals in Eastern Europe and Russia*, Lexington Books, Lanham, 2010.
- PAYNE, STANLEY, *The Spanish Civil War, the Soviet Union, and Communism*, Yale University Press, New Haven, 2004.
- PIPES, RICHARD, *Communism: A History*, Modern Library, New York, 2001.
- PLATT, KEVIN M.P.; BRANDENBERGER, DAVID (eds), *Epic Revisionism. Russian History and Literature as Stalinist Propaganda*, University of Wisconsin Press, Madison, 2006.
- PRIESTLAND, DAVID, *Stalinism and the Politics of Mobilization. Ideas, Power, and Terror in Inter-War Russia*, Oxford University Press, Oxford/New York, 2007.
- RADOSH, RONALD; HABECK, MARY R.; SEVOSTIANOV; GRIGORY (eds), *Spain Betrayed: the Soviet Union in the Spanish Civil War*, Yale University Press, New Haven, 2001.
- RAHV; PHILIP, *Essays on Literature and Politics, 1932-1972*, Houghton Mifflin, Boston, 1978.
- RIGBY, T.H.; BROWN, ARCHIE; REDDAWAY, PETER (eds), *Authority, Power, and Policy in the USSR: Essays Dedicated to Leonard Schapiro*, Macmillan, Houndmills, 1980.
- ROTHSCHILD, JOSEPH, *Ethnopolitics: A Conceptual Framework*, Columbia University Press, New York, 1981.
- ROTHSCHILD, JOSEPH; WINGFIELD, NANCY M., *A Political History of East-Central Europe Since World War II*, third edition, Oxford University Press, New York/Oxford, 2000.
- RUSSO, HENRY (ed.), *Stalinism & Nazism. History and Memory Compared*, University of Nebraska Press, Lincoln/London, 2004.
- SCHWANDNER-SIEVERS, STEPHANIE; FISCHER, BERND JÜRGEN (eds), *Albanian Identities. Myth and History*, Indiana University Press, Bloomington, ID, 2002.

- SCOTT, JAMES C., *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve Human Condition Have Failed*, Yale University Press, New Haven, 1998.
- SERVICE, ROBERT, *Comrades! A History of World Communism*, Harvard University Press, Cambridge, 2007.
- SHAFIR, MICHAEL, *Romania: Politics, Economy, and Society: Political Stagnation and Simulated Change*, Pinter Publishers, London, 1985.
- SHKLAR, JUDITH, *Ordinary Vices*, Belknap Press of Harvard University Press, 1984.
- SMITH, ANTHONY D., *Nationalism and Modernism: A Critical Survey of Recent Theories of the Nation*, Routledge, London, 1998.
- STERN, FRITZA, *Dreams and Delusions: The Drama of German History*, Yale University Press, New Haven, 1999.
- SUGAR, PETER (ed.), *Eastern European Nationalism in the Twentieth Century*, American University Press, Washington, D.C., 1995.
- THERBORN, GÖRAN, *From Marxism to Post-Marxism?*, Verso, London, 2008.
- TISMĂNEANU, VLADIMIR, *Arheologia terorii*, ediția a III-a, revăzută și adăugită, cu o postfață de Cristian Vasile, Editura Curtea Veche, București, 2008.
- _____, *The Crisis of Marxist Ideology in Eastern Europe: The Poverty of Utopia*, Routledge, London and New York, 1988.
- _____, *Fantasies of Salvation: Democracy, Nationalism, and Myth in Post communist Europe*, Princeton University Press, Princeton, 1998.
- _____, *Reinventing Politics: Eastern Europe from Stalin to Havel*, Free Press, New York, 1992; paperback with a new afterword, 1993.
- _____, *Stalinism for All Seasons: A Political History of Romanian Communism*, University of California Press, Berkeley, Calif., 2003.
- _____, *Stalinism pentru eternitate. O istorie politică a comunismului românesc*, traducere de Cristina Petrescu și Dragoș Petrescu, postfață de Mircea Mihăieș, Editura Polirom, Iași, 2005.
- TISMĂNEANU, VLADIMIR (ed.), *Stalinism Revisited: The Establishment of Communist Regimes in East-Central Europe*, Central European University Press, Budapest/New York, 2009.
- TUCKER, ROBERT C., *The Marxian Revolutionary Idea*, Norton, New York, 1969.

- TUCKER, ROBERT C., *Philosophy and Myth in Karl Marx*, third edition with a new introduction by the author, Transaction Publishers, New Brunswick, 2001.
- TUCKER, ROBERT C., *The Soviet Political Mind: Studies in Stalinism and Post-Stalinist Change*, Praeger, New York, 1963.
- TUCKER, ROBERT C., *Stalin in Power. The Revolution from Above, 1928-1941*, W.W. Norton & Company, New York/London, 1990.
- TUDOR, HENRY, *Political Myth*, Pall Mall, London, 1972.
- URBAN, G.R.(ed.), *Stalinism - Its Impact on Russia and the World*, Maurice Temple Smith, London, 1982.
- VAN REE, ERIK, *The Political Thought of Joseph Stalin - A Study in Twentieth-Century Patriotism*, Routledge Curzon, London/New York, 2002.
- VERDERY, KATHERINE, *National Ideology under Socialism. And Cultural Politics in Ceaușescu's Romania*, University of California Press, Berkeley/Los Angeles, 1991.
- VICKERS, MIRANDA, *The Albanians: A Modern History*, I.B. Tauris, London, 2006.
- YAKOVLEV, ALEXANDER, *A Century of Violence in Soviet Russia*, Yale University Press, New Haven, 2002.
- _____, *The Fate of Marxism in Russia*, Yale University Press, New Haven, 1993.
- WALICKI, ANDRZEJ, *Marxism and the Leap into the Kingdom of Freedom: The Rise and Fall of the Communist Utopia*, Stanford University Press, Stanford, 1995.
- WAT, ALEKSANDER, *My Century*, forward by Czesław Miłosz, New York Review of Books, New York, 1988.
- WEBER, EUGEN, *Varieties of Fascism: Doctrines of Revolution in the Twentieth Century*, Van Nostrand, Princeton, 1964.
- WEITZ, ERIC D., *A Century of Genocide. Utopias of Race and Nation*, Princeton University Press, Princeton/Oxford, 2003.

¹⁸⁷ Esta lista seletiva contém os volumes citados neste livro, assim como um número limitado de recomendações de leitura das matérias tratadas. Informo que o formato da coleção impôs a redução ao mínimo das referências bibliográficas.

Do Comunismo: o destino de uma religião política

Vladimir Tismăneanu

1ª edição – outubro de 2015 – CEDET

Título original: *Despre comunism – Destinul unei religii politice*, Bucureste, Romênia © Humanitas, 2007.

Os direitos desta edição pertencem ao

CEDET – Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico

Rua Ângelo Vicentin, 70 – CEP: 13084-060 – Campinas – SP

Telefone: (19) 3249-0580

e-mail: livros@cedet.com.br

Editor:

Diogo Chiuso

Editor-assistente:

Thomaz Perroni

Tradução:

Elpídio Mário Dantas Fonseca

Revisão:

Cristina Nicoleta Mănescu e Rosalvo Antunes

Capa:

Bruno Ortega

Editoração:

J. Ontivero

Desenvolvimento de eBook

Loope – design e publicações digitais

www.loope.com.br

Conselho Editorial:

Adelice Godoy

César Kyn d'Ávila

Diogo Chiuso

Silvio Grimaldo de Camargo

Thomaz Perroni

VIDE EDITORIAL – www.videeditorial.com.br

Reservados todos os direitos desta obra. Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer meio.

FICHA CATALOGRÁFICA

Tismăneanu, Vladimir

Do Comunismo: o destino de uma religião política [recurso eletrônico] / Vladimir Tismăneanu; tradução de Elpídio Mário Dantas Fonseca – Campinas, SP: Vide Editorial, 2015.

eISBN: 978-85-67394-91-6

1. Filosofia: Ética 2. Ideologias Políticas

I. Autor II. Título.

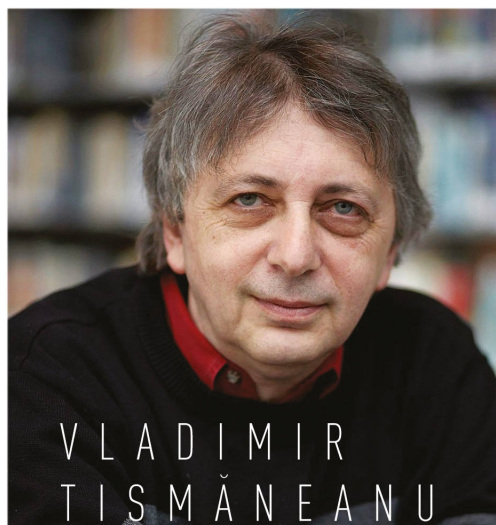
CDD 170 • 320.5

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Filosofia: Ética – 170

2. Ideologias Políticas – 320.5

SOBRE O AUTOR



Professor de Ciências Políticas na Universidade de Maryland. Foi presidente da Comissão Presidencial para análise da Ditadura Comunista da Romênia (2006-2007), e desde abril de 2007 é o presidente da Comissão Presidencial Consultiva para Análise da Ditadura Comunista da Romênia. Em fevereiro de 2010 foi nomeado presidente do Conselho Científico do Instituto de Investigação dos Crimes do Comunismo e Memória do Exílio Romeno (IICCMER) onde esteve até maio de 2012, quando foi destituído pelo primeiro ministro comunista, Victor Ponta. Em 2007 recebeu da Universidade de Maryland o *Distinguished International Service Award*, e a Associação Americana de Ciências Políticas lhe conferiu o certificado por méritos excepcionais no lecionar dessa disciplina. Detém o título de doutor *honoris causa* da Universidade do Oeste, de Timișoara (2002) e da Escola Nacional de Estudos Políticos e Administrativos de Bucareste (2003). Foi co-editor do Relatório Final da Comissão Presidencial para Análise da Ditadura Comunista da Romênia (Editora Humanitas, 2007).